

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO ESCOLA DE  
FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS Programa de  
Pós-Graduação em História**

Demetrio Quiros Bello Junior

**Por uma organização autônoma do proletariado: sindicatos de ofício e os trabalhadores  
em São Paulo (1917-1930)**

Guarulhos  
2019

DEMETRIO QUIROS BELLO JUNIOR

**Por uma organização autônoma do proletariado: sindicatos de ofício e os trabalhadores  
em São Paulo (1917-1930)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em História, sob orientação da Profa. Dra. Edilene Teresinha Toledo.

Área de Concentração: História e Historiografia

Linha de Pesquisa: Instituições, Vida Material e Conflito

Guarulhos  
2019

Bello Junior, Demetrio Quiros.

Por uma organização autônoma do proletariado: sindicatos de ofício e os trabalhadores em São Paulo (1917-1930) / Demetrio Quiros Bello Junior – Guarulhos, 2019.

169 f.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Humanas, 2019.

Orientadora: Edilene Teresinha Toledo

For an autonomous organization of the proletariat: trade unions and workers in São Paulo (1917-1930)

1. Sindicatos de ofício. 2. Movimento Operário. 3. Primeira República. 4. Autonomia sindical. I. Toledo, Edilene Teresinha. II. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Humanas. III. Por uma organização autônoma do proletariado.

DEMETRIO QUIROS BELLO JUNIOR

Por uma organização autônoma do proletariado: sindicatos de ofício e os trabalhadores em  
São Paulo (1917-1930)

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em História, sob orientação da Profa. Dra. Edilene Teresinha Toledo.

Área de Concentração: História e Historiografia

Linha de Pesquisa: Instituições, Vida Material e Conflito

Aprovação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

---

Profa. Dra. Edilene Teresinha Toledo  
Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

---

Prof. Dr. Cláudio Henrique de Moraes Batalha  
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

---

Prof. Dr. Clifford Welch  
Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

---

Profa. Dra. Glaucia Cristina Candian Fraccaro  
Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas) – Suplente Externo

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer em primeiro lugar à minha família por todo apoio durante essa jornada de três anos na pós-graduação. Por todo carinho e compreensão em todos os momentos, bons e ruins. Eles são parte fundamental neste trabalho.

Agradeço imensamente a minha orientadora, Edilene Toledo, por esses três anos de muito aprendizado que tive sendo seu orientando. Edilene é um exemplo de dedicação à pesquisa e à docência aliados a uma grande generosidade. Só tenho a agradecer por toda a atenção, por todas as observações, sugestões e críticas realizadas durante a pesquisa. Já admirava seu trabalho antes de entrar no mestrado (uma de minhas referências na história do trabalho e do sindicalismo) e agora ainda mais ao conhecer a pessoa maravilhosa que é. Aqui também cabe um agradecimento muito especial ao Prof. Dr. Luigi Biondi. As leituras e discussões no curso sobre História e Biografia em muito contribuíram para minha pesquisa, além de todas as sugestões e críticas realizadas durante a elaboração da dissertação, especialmente na qualificação.

Faço também um agradecimento muito especial ao Prof. Dr. Cláudio Henrique de Moraes Batalha, por todos os apontamentos e críticas realizados na banca de qualificação e que foram fundamentais para o enriquecimento da pesquisa e na elucidação de questões referentes à delimitação do objeto de estudo com o qual trabalho nesta dissertação.

Agradeço também aos demais professores do Departamento de História da Universidade Federal de São Paulo com os quais tive aula durante o mestrado e pude aprender muito sobre a teoria e a prática da História.

Agradeço à CAPES pela bolsa durante o mestrado, fator muito importante para o desenvolvimento desta pesquisa.

Dedico também um agradecimento às funcionárias e funcionários dos arquivos e bibliotecas que tive a oportunidade de frequentar durante esse percurso.

Por último, mas não menos importante, quero agradecer a pessoas muito especiais que me acompanharam durante o mestrado, tornando esse tempo mais prazeroso e menos pesado. A Fabio Dantas, Ericka Rocha, Flávio Souza, Daniela Fernanda, Vanessa Nadotti, Danilo Oliveira, Maria Terezinha Rodrigues, Eduardo Landucci e Zoia Almeida, meu especial agradecimento por partilhar amizade, companheirismo e tantas conversas, importantíssimas durante todo esse tempo.

## RESUMO

Nosso trabalho tem como objeto de estudo a atuação dos sindicatos de ofício na cidade de São Paulo entre 1917 e 1930. Conforme procuramos demonstrar durante a pesquisa, o sindicalismo de ofício possuía forte tradição associativa em São Paulo desde os primeiros anos do século XX e após um período de descenso nas suas atividades, experimenta forte retomada durante e após os eventos da greve geral de junho-julho de 1917, com a reconstituição de antigos e a formação de novos sindicatos, e também da reativação da Federação Operária de São Paulo (FOSP), organismo responsável por agrupar e coordenar ações em conjunto com essas associações. Em linhas gerais, esses sindicatos eram caracterizados pela atuação autônoma no movimento operário, rejeitando vínculos com o Estado ou partidos políticos. A partir dessa configuração, nossa pesquisa procura compreender e analisar de que maneira era pensada e praticada a autonomia sindical por esses sindicatos, observando, inclusive, os debates sobre novas formas de atuação e modelos de organização durante a década de 1920, visto que esses sindicatos não eram isentos de divergências internas. Nossa análise também contempla as relações dos sindicatos de ofício com os governos e com o empresariado, os pontos de embate e negociação, a luta por direitos e pelo cumprimento daqueles conquistados pelos trabalhadores. O trabalho com uma das fontes mobilizadas nesta dissertação – os prontuários do sindicato dos sapateiros e de trabalhadores vigiados pelo DEOPS – nos permitiu aprofundar a análise ao observar a dinâmica entre possibilidades e limitações da ação individual dentro dos sindicatos, assim como problematizar sobre como se dava a vigilância policial sobre essas pessoas e também adentrar a um dos sindicatos de ofício mais poderosos e representativos no movimento operário em São Paulo das primeiras décadas do século XX, a União dos Artífices em Calçados, o sindicato dos sapateiros. Essa redução de escala também nos ajuda a entender as dinâmicas, tensões, debates e lutas vivenciadas pelos sindicatos em São Paulo durante a Primeira República.

**Palavras-chave:** sindicalismo, autonomia, movimento operário, sapateiros, luta por direitos.

## ABSTRACT

Our work has as object of study the work of trade unions in the city of São Paulo between 1917 and 1930. As we tried to demonstrate during the research, trade unionism had a strong associative tradition in São Paulo from the first years of the twentieth century and after a period of decline in its activities, experienced a strong recovery during and after the events of the June-July 1917 general strike, with the reconstitution of the old and the formation of new trade unions, as well as the reactivation of the Workers' Federation of São Paulo (FOSP), the body responsible for grouping and coordinating actions in conjunction with these associations. Broadly speaking, these unions were characterized by their autonomy in the labor movement, rejecting ties with the state or political parties. Based on this configuration, our research seeks to understand and analyze how trade union autonomy was conceived and practiced by these unions, noting also the debates about new ways of working and models of organization during the 1920s, since these unions were not exempt from internal differences. Our analysis also contemplates the relations of the trade unions with the governments and with the business, the points of struggle and negotiation, the struggle for rights and the fulfillment of those conquered by the workers. The work with one of the sources mobilized in this dissertation - the records of the union of cobblers and workers supervised by the DEOPS – allowed us to deepen the analysis by observing the dynamics between possibilities and limitations of the individual action within the unions, as well as to problematize on how it was given police surveillance of these people and also to enter one of the most powerful and representative trade unions in the labor movement in São Paulo in the first decades of the twentieth century, the Union of Shoemakers, the shoemakers' union. This reduction of scale also helps us to understand the dynamics, tensions, debates and struggles experienced by the unions in São Paulo during the First Republic.

**Key-words:** trade unionism, autonomy, labor movement, shoemakers, struggle for rights.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AFL – American Federation of Labor (Federação Americana do Trabalho)

APESP – Arquivo Público do Estado de São Paulo

BOC – Bloco Operário e Camponês

CPPR – Centro de Preservação, Pesquisa e Referência

CDP – Comitê de Defesa Proletária

CGT – Confederação Geral do Trabalho

CSCB – Confederação Sindicalista Cooperativista Brasileira

COB – Confederação Operária Brasileira

CNT – Conselho Nacional do Trabalho

DEOPS – Departamento Estadual de Ordem Política e Social

DET – Departamento Estadual do Trabalho

FORJ – Federação Operária do Rio de Janeiro

FOSP – Federação Operária de São Paulo

FSRSP - Federação Sindical Regional de São Paulo

IWW - Industrial Workers of the World (Trabalhadores Industriais do Mundo)

LOCC – Liga Operária da Construção Civil

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PCB – Partido Comunista do Brasil

PD - Partido Democrático de São Paulo

PRP - Partido Republicano Paulista

STF – Supremo Tribunal Federal

UACCA – União dos Artífices em Calçados e Classes Anexas

UOFT – União dos Operários em Fábricas de Tecidos

UTG – União dos Trabalhadores Gráficos

UGT – União Geral dos Trabalhadores de São Paulo

UOOV - União Operária de Ofícios Vários



## SUMÁRIO

|  |     |
|--|-----|
| Introdução .....   | 9   |
| Capítulo 1 – “O operariado está em plena atividade”: os sindicatos de ofício, a FOSP, ligas operárias de bairro e os trabalhadores (1917-1924). ....   | 21  |
| 1.1 – Tentativas de uma regulamentação para o trabalho, ou: “Como resolver a questão operária no Brasil”.....  | 37  |
| 1.2 – O início da década de 1920: antigos e novos impasses. Antigas e novas soluções? .....  | 55  |
| Capítulo 2 – Sapateiros militantes e a União dos Artífices em Calçados em São Paulo na década de 1920: a disputa pela autonomia e a continuidade de uma tradição sindicalista revolucionária. .... | 79  |
| 2.1 – Os sapateiros e o seu sindicato: debates, propostas, caminhos. ....  | 85  |
| 2.2 – Dentro do sindicato, nas praças e nas ruas: os diferentes enfrentamentos .....   | 102 |
| 2.3 – Etnias, gerações e composição do ofício sapateiro na década de 1920 .....  | 111 |
| Capítulo 3: “Operários! Depende de vós, unicamente de vós, o desenvolvimento da obra da organização da classe trabalhadora!”: tempos de reorganização, possibilidades e embates (1925-1930). ....  | 118 |
| 3.1 – Por autonomia e por direitos. Mas quais direitos?.....   | 132 |
| Considerações Finais .....   | 155 |
| Fontes .....   | 161 |
| Arquivos Consultados .....   | 162 |
| Bibliografia.....  | 163 |



## Introdução

As páginas e capítulos dessa dissertação versam sobre um tema bastante discutido no âmbito da história social do trabalho: o sindicalismo – mais especificamente os sindicatos de ofício autônomos na cidade de São Paulo – e o movimento operário na Primeira República. Nesta introdução, pretendo apresentar de que maneira está estruturada e os caminhos que me levaram a produzir este texto. Conforme salientado por Carlo Ginzburg, relatar e contar a trajetória de uma pesquisa comporta o risco de se incorrer numa teleologia, que faz por desaparecer os erros, dúvidas e incertezas ou que transformam a pesquisa num caminho já traçado anteriormente e com uma meta definida, no qual o pesquisador se aproxima degrau a degrau do resultado<sup>1</sup>. Na prática, isso não decorre assim. Olhando retrospectivamente para o início do meu percurso no programa de pós-graduação da Unifesp, consigo agora ter alguma clareza sobre as dúvidas, erros e incertezas mencionadas por Ginzburg, inclusive em relação ao próprio objeto de estudo apresentado nessa dissertação, que foi se delimitando e constituindo com o passar desses anos e do qual tive um entendimento melhor durante o processo da escrita.

Após estudar a greve geral de 1917 como trabalho de conclusão de curso durante minha graduação, tinha o intuito de prosseguir estudando as organizações operárias que se constituíram (ou se reconstituíram) durante aquele processo, especialmente a Federação Operária de São Paulo, espécie de central sindical da época, que procurava reunir ao seu redor os sindicatos paulistanos e que fora reativada (sua criação data de 1905, sendo fechada em 1913) após a grande greve de junho-julho de 1917 que da capital paulista se alastrou para outras cidades do Brasil. Ao mesmo tempo, objetivava estudar os sindicatos que faziam parte da federação e suas relações com o movimento dos trabalhadores, Estado e o patronato. Num primeiro momento, tinha a intenção de estudá-los entre 1917 e 1937, procurando compreender e analisar essas associações entre dois períodos que tradicionalmente são recortados em parte da historiografia do trabalho, mas que guardam continuidades e rupturas entre si: a Primeira República e a Era Vargas. Levando em conta o tempo disponível e os limites envolvidos para produção de uma dissertação, optei por deixar o recorte temporal entre 1917-1930, periodização que segue uma linha mais “tradicional” na análise do movimento operário no Brasil, mas ainda assim oferece interessantes perspectivas para a investigação da existência dos sindicatos de ofício em São Paulo e as mudanças e continuidades observáveis em sua atuação.

---

<sup>1</sup> GINZBURG, Carlo. Feiticeiras e xamãs. In: \_\_\_\_\_. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p.295.

A pergunta central que norteia nosso trabalho desde o início dessa pesquisa é: quais eram as possibilidades e limites para atuação autônoma dos sindicatos em São Paulo na Primeira República? Dadas as lutas por direitos e sua incipiente concretização por parte do Estado através das pressões realizadas pelos trabalhadores e suas relações com o empresariado que começava também a se organizar na esfera coletiva, procurei apresentar e analisar as reivindicações, projetos e ações realizadas por essas associações, elaboradas e reelaboradas durante o período estudado em nosso trabalho. A partir daqui gostaria de dizer algumas palavras quanto a quais sindicatos aparecerão em maior destaque nas páginas desta dissertação, algo que foi se constituindo e sendo percebido por mim como objeto de estudo dessa pesquisa de mestrado, processo que se deu de maneira gradual (não isento de incertezas e erros) na interlocução entre as fontes históricas e a bibliografia produzida sobre o tema.

A partir das fontes coletadas e analisadas para essa pesquisa (imprensa operária, boletins do Departamento Estadual do Trabalho e prontuários do DEOPS, materiais que comentarei mais à frente) pude ao mesmo tempo perceber a diversidade de orientações políticas e ideológicas existentes no sindicalismo paulistano de final da década de 1910 até 1930 e concomitantemente me aprofundar mais no universo do sindicalismo de ofício. Sapateiros, chapeleiros, marceneiros e canteiros são alguns exemplos de ofícios de tradição associativa existentes desde o início do século XX na capital paulista. Mas não só. Trabalhadores do setor de serviços, como por exemplo, os empregados em bares, restaurantes e cafés constituíram sindicatos que pretendiam uma atuação autônoma, sem interferência estatal, nem de partidos políticos ou figuras proeminentes ligadas a eles, muito menos da Igreja ou de ligações com os patrões. Em muitos de seus princípios e programas, inspiravam-se nos ideais do sindicalismo revolucionário (corrente sindical presente no movimento operário brasileiro e em alguns países como Argentina, Itália, França e Estados Unidos nas primeiras décadas do século XX, caracterizada por uma ação que articulava a luta por melhorias cotidianas de vida dos trabalhadores com as lutas pela superação do capitalismo, cujas características discutiremos durante o trabalho e mais especificamente no primeiro capítulo).

Esses sindicatos estiveram presentes nas lutas por direitos e reconhecimento de sua existência durante essas décadas. A partir da reconstrução de suas trajetórias, lutas, sucessos e derrotas, pretendi contribuir com uma exposição que trouxesse à tona um pouco mais sobre a questão da autonomia sindical e dos trabalhadores nos primeiros anos do século XX.

Mas, para uma primeira aproximação como nosso objeto de estudo, qual (ou quais) características compõe um sindicato, ou mais especificamente um sindicato que se pretende

autônomo? A partir de algumas referências presentes na historiografia do trabalho, pretendo tecer algumas considerações sobre o tema.

Num ensaio sobre os sindicatos, Marcel van der Linden estabelece uma tipologia sobre essas instituições que reproduzimos abaixo:

Quadro 1: Uma tipologia geral dos sindicatos

|   | Autonomia  | Heteronomia                               |
|---|--|---|
| O sindicato tem como principal objetivo a organização de greves     | Sindicalismo revolucionário, sindicatos “cogumelo” | -   |
| O sindicato não tem como principal objetivo a organização de greves | -  | Sindicatos autocráticos, crime organizado |
| O sindicato não tem como objetivo a organização de greves           | -  | Sindicatos amarelos                       |

Fonte: Adaptado de Linden, 2013, p.251.

Para os objetivos deste trabalho vamos nos ater especificamente à análise realizada por Marcel van der Linden quanto aos sindicatos autônomos cujo principal objetivo é a organização de greves, entre os quais estão aqueles ligados ao sindicalismo revolucionário. Tendo em vista que o objeto desta dissertação são os sindicatos autônomos em São Paulo na Primeira República, gostaria nesse momento de cotejar as definições do historiador holandês com algumas características apresentadas pelas associações pesquisadas neste trabalho, estando ciente de toda limitação que qualquer modelo teórico possui na confrontação com a análise do real.

Para Marcel van der Linden, os sindicatos autônomos subdividem-se em dois tipos: o primeiro tipo de sindicato é aquele que surge no início ou no transcorrer de uma greve e após seu término se dissolvem rapidamente, independentemente do resultado do conflito, sendo chamados de “organizações cogumelos”, existentes em grande número em diversas partes do mundo como na Europa, Estados Unidos e em partes da África e da América do Sul desde o início do século XIX<sup>2</sup>. O segundo tipo de organização autônoma elencada por van der Linden são os sindicatos autônomos ligados à corrente sindicalista revolucionária, caracterizadas como

<sup>2</sup> LINDEN, Marcel van der. *Trabalhadores do mundo: ensaios para uma história global do trabalho*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013, p.250-252.

“organizações de greves seriadas”, que prosseguem sua atuação após os conflitos trabalhistas e enxergam as contendas entre patrões e empregados como uma guerra de classes, a ser ganha através de “guerras de guerrilhas”<sup>3</sup>. Esse segundo tipo de sindicato delineado por van der Linden é o que mais se aproxima das associações que estudamos durante a pesquisa.

Ainda que a definição proposta por Marcel van der Linden contemple algumas das características do sindicalismo autônomo entre 1917-1930 na cidade de São Paulo, percebemos que esses sindicatos não possuíam única e exclusivamente sua existência voltada para a organização de greves, pois elaboravam e articulavam outras ações tais como boicotes a produtos e/ou empresas que estivessem desrespeitando acordos estabelecidos com seus trabalhadores e participavam de lutas para a obtenção de direitos de trabalhadoras e trabalhadores no ambiente de trabalho e fora dele. Algumas reivindicações estiveram presentes durante todo esse período, tais como a criação de um salário mínimo, a jornada de 8 horas de trabalho, a regulamentação do trabalho das mulheres e a extinção do trabalho infantil. Outras pautas presentes em greves e manifestações públicas tocavam em pontos relacionados à vida das camadas mais pobres em geral, como o custo dos alimentos, dos aluguéis e o direito à educação.

Outra característica presente no sindicalismo autônomo em São Paulo é sua intrínseca ligação com os sindicatos de ofício de forte tradição associativa desde os primeiros anos do século XX. Traço marcante do mundo do trabalho paulistano dessa época, pequenas fábricas e oficinas reuniam trabalhadores que ainda se consideravam como artesãos e detentores do conhecimento do seu ofício em todo processo produtivo.

Conforme anunciado no parágrafo anterior, o sindicalismo de ofício em São Paulo surgiu nos primeiros anos do século XX, oriundo das primeiras associações mutualistas e étnicas que foram criadas já no final do século XIX. De acordo com Luigi Biondi o sindicalismo paulistano tem nas suas origens o trabalho dos socialistas italianos – criadores de associações étnicas e políticas, como por exemplo, o Circolo Socialista Avanti – e as experiências das associações mutualistas (muitas delas também de caráter étnico), sobretudo na questão da organização e tomada de decisões realizadas de acordo com princípios democráticos:

A democracia do mutualismo, como foi definida por Michel Ralle, constitui, assim, a característica marcante do processo de difusão das associações mútuas e da construção de uma identidade operária, no sentido mais amplo do termo, que expressa, na autodeterminação e nas tomadas de decisões de forma democrática, um momento fundamental no processo de formação das

---

<sup>3</sup> Ibid.

organizações entre trabalhadores, constituindo formas e experiências de condução de organismos coletivos, que serão o modelo para os grupos políticos socialistas, republicanos, anarquistas e para as ligas de ofício<sup>4</sup>.

Conforme demonstrado por Luigi Biondi, já em 1901 existiam na capital paulista 13 ligas de ofício, que representavam as seguintes categorias: tipógrafos, chapeleiros, coletores de pedra e areia do Rio Tietê, marceneiros e carpinteiros, sapateiros, ourives, pedreiros, azulejistas, tecelões e tecelãs, mecânicos, trabalhadores em veículos, têxteis de São Bernardo e alfaiates<sup>5</sup>. Todas essas categorias se reorganizaram ou refundaram seus sindicatos após os acontecimentos da greve geral de 1917, marco cronológico inicial de nossa dissertação. Portanto, verificamos que importantes categorias de trabalhadores representadas nos sindicatos de ofício entre o final da década de 1910 e a década de 1920 possuíam tradição associativa. O principal objetivo desta dissertação foi realizar uma análise dos sindicatos de ofício – o que justifica a presença deles no título do trabalho – sem esquecer, contudo, da presença de sindicatos organizados em outros modelos, como por exemplo, os sindicatos de indústria que foram expandindo sua presença e coexistiam com os sindicatos de ofício durante a década de 1920, algo que inclusive provocou intensos debates no movimento operário em São Paulo quanto às formas de organização e luta dos trabalhadores, conforme será demonstrado no transcorrer dos capítulos.

Escrever um trabalho sobre o sindicalismo e a história do movimento operário nos remete a uma reflexão – ainda que breve – sobre os rumos que a área tomou nas últimas três décadas na historiografia brasileira. Sob a marcante influência da obra seminal de Edward Thompson, os estudos sobre a classe operária no Brasil deixaram de concentrar suas atenções única e exclusivamente na história dos sindicatos, partidos e ideologias presentes no movimento operário para enfocar aspectos relacionados ao cotidiano e as experiências vivenciadas por trabalhadoras e trabalhadores no interior e fora das fábricas quanto aos seus costumes, hábitos, religiosidades, festividades e tradições, o que representou significativa contribuição para o aprofundamento das análises sobre a classe trabalhadora brasileira em diferentes marcos temporais<sup>6</sup>. Ligado a isso, está o próprio processo histórico vivenciado pela sociedade brasileira no final da década de 1970 e início da de 1980, com as greves operárias em São Paulo e na região do ABC e a emergência do chamado “novo sindicalismo”. Nesse sentido, os estudos sobre a classe operária do início do século XX se voltavam para a busca de compreender a

---

<sup>4</sup> BIONDI, Luigi. *Classe e nação: trabalhadores e socialistas italianos em São Paulo, 1890-1920*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011, p.85-86.

<sup>5</sup> Ibid, p.177-178. De acordo com Luigi Biondi, todas essas ligas (exceção feita aos chapeleiros e tipógrafos) tinham seu nome em italiano.

<sup>6</sup> BILHÃO, Isabel. A construção da identidade operária brasileira: aspectos de uma trajetória historiográfica (do nacional ao local). *Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v.2, nº4, Ago./Dez. 2001, p.219-220.

diversidade existente no movimento operário da Primeira República e sua autonomia frente às instâncias do Estado, algo condizente com as lutas e a desenvoltura apresentadas pelo novo sindicalismo<sup>7</sup>.

Esses estudos nos mostram uma imagem muito mais nuançada da classe trabalhadora no Brasil, desconstruindo a preponderância anarquista no movimento operário, assim como sua exclusiva concentração nas cidades de Rio de Janeiro e São Paulo. Na linha de argumentação de Sidney Chalhoub e Fernando Teixeira da Silva, observamos a complexificação do movimento operário como objeto de estudo para os historiadores e cientistas sociais:

(...) Hoje sabemos muito mais sobre o sindicalismo revolucionário, os partidos e militantes socialistas e o chamado “sindicalismo amarelo”. As versões que apresentavam um movimento operário com aura legendária foram matizadas, na medida em que as pesquisas revelavam uma realidade muito mais complexa e desagregadora, marcada por rivalidades étnicas, repressão policial, existência efêmera dos sindicatos, intransigência patronal, conjunturas econômicas recessivas e um mercado de trabalho seriamente inflacionado pelas políticas imigratórias, sobretudo subsidiada no Estado de São Paulo. Mas tais aspectos dissolventes, por outro lado, contribuíram para que os trabalhadores desenvolvessem sólida cultura associativista, a qual vem sendo esquadrihada por diversos estudos sobre sociedades recreativas, esportivas, mutualistas, educacionais e sindicais. Foi também relativizada a ideia de autonomia dos trabalhadores, pois não faltaram exemplos de tentativas de negociação com o Estado e até de introdução de medidas legislativas relevantes para os trabalhadores anos antes da avalanche de medidas dessa natureza nos anos 1930 (...) <sup>8</sup>.

Portanto, nosso estudo se insere num momento da historiografia do mundo do trabalho no Brasil que tratou e trata de maneira matizada essas diversas temáticas relacionadas a esse campo de estudo. Inclusive, a questão da autonomia sindical na Primeira República, tema central desta dissertação vai na direção do que fora argumentado por Sidney Chalhoub e Fernando Teixeira ao realizar o balanço dos estudos sobre os trabalhadores; conforme veremos durante nossa exposição, essa autonomia proposta pelos sindicatos de ofício em São Paulo coexistia com momentos de negociação com o Estado e o empresariado nas lutas por direitos e melhores condições de trabalho e vida.

Nesse sentido, ao tratar de tema considerado “tradicional” no âmbito dos estudos sobre a história do trabalho em minha pesquisa, procurei levar em conta além das reflexões referidas acima, as contribuições presentes em dois artigos, um escrito por Cláudio Batalha e o outro por

---

<sup>7</sup> CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. *Cadernos AEL*, Campinas, v.14, nº26, 2009, p.30-33.

<sup>8</sup> Ibid, p.31-32.



Silvia Petersen, que discutem sobre possibilidades e a pertinência do estudo das organizações dos trabalhadores.

Levando em conta a diversidade existente nos estudos sobre história do trabalho mencionadas anteriormente, assim como a crítica a uma historiografia hagiográfica da classe operária, heroizante e legitimadora elaborada por historiadores como Eric Hobsbawm<sup>9</sup> e Georges Haupt<sup>10</sup>, há que se pensar e recolocar a história das associações dos trabalhadores em termos que levem em conta um olhar mais atento e sensível das fontes produzidas por essas organizações, seus associados e pela imprensa operária, algo que oferece valorosa contribuição para a análise e compreensão da existência da classe trabalhadora brasileira, evitando as dicotomias indivíduo e classe, militantes e não-militantes, vida cotidiana e vida associativa, assim como o equívoco de confundir a classe com suas organizações<sup>11</sup>. Nesse sentido, Silvia Petersen mostra dois feixes que reafirmam a importância da temática: o primeiro que se liga ao argumento desenvolvido por Cláudio Batalha mostrado anteriormente, sobre a perspectiva epistemológica do objeto: ao pensar a história do movimento operário não podemos perder de vista que sua história também é fruto de ações comuns e coletivas, realizadas por suas instituições, que se expressaram em greves, partidos, associações<sup>12</sup>. O segundo ponto se refere à atualidade das relações e conflitos capital-trabalho no âmbito da sociedade brasileira e mundial. Ainda que escrito em meados da década de 1990, essa reflexão de Silvia Petersen para justificar a importância dos estudos das formas organizadas pelo movimento operário nos parece muito pertinente no atual contexto brasileiro de amplo ataque aos direitos dos trabalhadores, conquistados através de muita luta durante a história brasileira<sup>13</sup>. Seguindo a linha de raciocínio de Edward Thompson e sua elaboração do conceito de classe como relação histórica, que se dá quando mulheres e homens sentem e articulam interesses comuns entre si de maneira antagônica aos interesses de sujeitos e grupos de outras classes sociais e da consciência de classe como manifestação cultural, expressa em tradições, ideias, valores e formas institucionais<sup>14</sup>, notamos que as associações criadas e recriadas por grupos de trabalhadores como forma de resistência e também de negociação frente à exploração

---

<sup>9</sup> HOBBSAWM, Eric. História operária e ideologia. In: \_\_\_\_\_. *Mundos do Trabalho: novos estudos sobre história operária*. 5ªed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

<sup>10</sup> HAUPT, Georges. Por que a história do movimento operário? *Revista História e Perspectivas*, Uberlândia, v.23, n.43, p.41-70.

<sup>11</sup> BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. Vida associativa: por uma nova abordagem da história institucional nos estudos do movimento operário. *Anos 90*, Porto Alegre, v.5, n.8, 1997, p.91-92.

<sup>12</sup> PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. Ainda o movimento operário como objeto historiográfico. *Anos 90*, Porto Alegre, v.5, n.8, 1997, p.63-65.

<sup>13</sup> Ibid.

<sup>14</sup> THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*. 4ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004, p.9-10.

capitalista, constituem-se como processo fundamental do fazer-se da classe operária, em seus dilemas e desafios.

E na perspectiva de ampliar a abordagem e o foco de análise, incorporei durante a trajetória dessa pesquisa – sobretudo por intermédio das fontes provenientes dos prontuários de militantes operários produzidos pelo DEOPS – a dimensão individual, ou seja, de que maneira ações individuais de trabalhadores ligados aos sindicatos nos ajudam a responder às questões propostas por nosso trabalho. Meu intuito foi o de articular a análise entre os sindicatos de ofício e trabalhadores e militantes associados (ou em alguns casos que não eram associados, mas participavam do movimento operário) procurando também na dimensão subjetiva, perceber alcances e limites, convergências e divergências nas lutas que envolviam a questão da autonomia sindical entre seus participantes.

Gostaria também de retomar uma reflexão de caráter amplo feita pela historiadora Sabina Loriga sobre a questão da biografia e da história: a biografia faz parte da história, revela discordâncias e descontinuidades ao tratar da questão singular, considerando o indivíduo, ao mesmo tempo, caso particular e totalidade<sup>15</sup>. As trajetórias de alguns trabalhadores expostas em nossa dissertação passam ao largo da intenção de se construir a figura exemplar, edificante; trata-se de entender como cada uma dessas individualidades convergem para o alcance dos objetivos propostos em nossa pesquisa.

Refletir sobre a questão das biografias para o estudo da história do movimento operário me permite nesse momento estabelecer o link com os diferentes *corpus* documentais com que trabalhei nesta dissertação. O que me permitiu um contato direto com as trajetórias de trabalhadores e militantes sindicais e do movimento operário em São Paulo na década de 20 foram os prontuários do DEOPS, disponíveis para consulta no Arquivo Público do Estado de São Paulo. Esses prontuários trazem informações e registros valiosos para os pesquisadores da história do trabalho, contendo relatórios policiais (inclusive de agentes infiltrados em reuniões operárias, o que dá mostra do grau de vigilância exercido sobre as associações do movimento sindical), recortes de jornais, panfletos, processos de banimento do país no caso de alguns trabalhadores estrangeiros. Ainda que de forma por vezes fragmentária e descontínua (alguns militantes prontuariados receberam maior atenção, como no caso de Edgard Leuenroth, a quem foram dedicados dois volumes, e outros casos em que constam poucas folhas de registro) e sob a ótica policial, essas fontes trazem à luz referências importantes sobre a atuação desses

---

<sup>15</sup> LORIGA, Sabina. *O pequeno x: da biografia à história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011, p.224-225.

trabalhadores e o funcionamento de alguns sindicatos, como por exemplo o caso do sindicato dos sapateiros.

O segundo rol de fontes são os boletins do Departamento Estadual do Trabalho. Órgão criado em 1911, vinculado ao governo paulista, os boletins trazem informações e análises sobre questões relativas à implementação de direitos sociais do trabalho no Brasil e em outros países do mundo, sobretudo entre o final da década de 1910 e início da de 1920. Os boletins foram de grande importância para análise do debate sobre as possibilidades de intervenção e regulamentação no mundo do trabalho, vista por aquela instituição como forma de apaziguar os conflitos existentes nas relações capital-trabalho no Brasil e especificamente em São Paulo. A ideia de se trabalhar com essas fontes surgiu das sugestões da Profa. Dra. Edilene Toledo, durante o transcurso da elaboração da dissertação. Estão disponíveis em sua maior parte no Centro de Preservação, Pesquisa e Referência (CPPR) do Museu da Imigração do Estado de São Paulo.

Por fim, o terceiro tipo de fonte utilizada foram os jornais da imprensa operária (mais especificamente, *A Plebe*) e da grande imprensa (*O Estado de São Paulo*). O periódico *A Plebe* acompanhava assiduamente as atividades dos sindicatos de ofício e nos permitem o aprofundamento da análise da dinâmica de formação (ou refundação) dos diversos sindicatos de ofício existentes em São Paulo após a greve geral de 1917 até 1930, recorte temporal em que se insere nosso trabalho. Outra possibilidade explorada no uso dessa fonte foi acompanhar os debates entre as diferentes correntes políticas e ideológicas atuantes no sindicato. Na medida em que se tratava de um periódico de orientação libertária, realizei o exercício de situar os diferentes posicionamentos em jogo quanto aos debates sindicais, estratégias a serem adotadas e quanto à apropriação de direitos conquistados pela classe trabalhadora. Por outro lado, o trabalho com *O Estado de São Paulo* me permitiu um contraponto importante, visto o alinhamento assumido pelo jornal durante a década de 1920 com a agenda do Partido Democrático em São Paulo (dissidência do Partido Republicano Paulista) e seu projeto destinado à classe trabalhadora, algo que debatemos no terceiro capítulo.

O cruzamento de diferentes tipologias de fontes e seus múltiplos olhares me permitiram um aprofundamento na análise do meu objeto de pesquisa. Procurei empreender uma leitura atenta e crítica de cada um desses documentos, visto que apresentam uma série de intencionalidades e registram diferentes interesses e características dos grupos e dos momentos em que foram produzidos. Aqui, me valho de uma reflexão de Reinhart Koselleck sobre a relação entre as fontes e a construção do conhecimento histórico, algo a que o historiador deve estar sempre atento:

O conhecimento histórico é sempre mais do que aquilo que se encontra nas fontes. Uma fonte pode existir previamente ao início da investigação ou ser descoberta por ela. Mas ela também pode não existir mais. Assim, o historiador vê-se na necessidade de arriscar proposições. Mas o que impede o historiador de se assegurar da história do presente ou do passado por meio, unicamente, da interpretação de fontes não é apenas sua escassez (ou, no caso da história moderna, o excesso de oferta). Toda fonte, ou mais precisamente, todo vestígio que se transforma em fonte por meio de nossas interrogações nos remete a uma história que é sempre algo mais ou algo menos que o próprio vestígio, e sempre algo diferente dele. Uma história nunca é idêntica à fonte que dela dá testemunho. Se assim fosse, toda fonte que jorra cristalina seria já a própria história que se busca conhecer<sup>16</sup>.

No primeiro capítulo, realizo uma discussão sobre a reativação da FOSP, a organização (em alguns casos reorganização) dos sindicatos de ofício e ligas operárias, seus projetos de atuação no movimento operário e as relações com o Estado (que nesse momento já discutia e implementava uma legislação incipiente sobre o trabalho) e os demais segmentos da sociedade. No período pós-greve geral de 1917 até 1924, percebe-se um esforço muito grande em torno da reconstituição de alguns sindicatos e da formação de ligas de bairro, mas também de questionamentos acerca das estratégias a serem implementadas. Evidencio também as atuações individuais de militantes, alguns deles já participantes do movimento operário em São Paulo, pelo menos desde a greve geral de 1917 e suas ações nos sindicatos, algo que nos permite aprofundar a compreensão do seu funcionamento e das lutas travadas neste período. Procuro também compreender os elementos de continuidade e de inovações presentes na prática sindical daquele momento, assim como a disputa entre diferentes correntes sindicais nos sindicatos e as diferentes propostas identitárias para a classe operária, questão que permeia o período estudado. São também trazidos à luz os debates quanto à formulação e implementação de direitos relacionados ao mundo do trabalho. Desde antes da greve geral de 1917, já existia uma grande demanda por parte de segmentos de trabalhadores e suas associações pela incorporação de direitos para os trabalhadores e de uma maior intervenção estatal nas relações de trabalho. Isso também é abordado no primeiro capítulo, que se encerra com os acontecimentos do movimento de 1924 na cidade de São Paulo (ligados ao movimento tenentista). Num dos documentos que analisei, uma moção de líderes operários aos participantes da revolta de 1924, contendo reivindicações amplas para a classe trabalhadora, verificamos que as escolhas e estratégias

---

<sup>16</sup> KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora PUC-Rio, 2006, p.186.

adotadas pelos trabalhadores eram variadas e dialogavam com outros segmentos sociais e políticos, não ficando estritamente nos círculos obreiros.

A repressão que se seguiu à revolta tenentista de 1924 em São Paulo foi intensa sobre o movimento operário; após a declaração do estado de sítio naquele ano pelo Presidente da República Artur Bernardes, sindicatos tiveram suas sedes invadidas e muitos foram fechados. Numa circular do Centro dos Industriais de Fiação e Tecelagem, uma associação patronal – que analiso no referido capítulo – é destacado o fato que os sindicatos dos têxteis e dos sapateiros, dois dos mais organizados à época, foram fechados. Tendo em vista a documentação disponível sobre os sapateiros durante o período estudado nesta dissertação (muitos dos prontuários que pesquisei no APESP eram sapateiros e um prontuário foi dedicado exclusivamente ao seu sindicato), fiz a opção de dedicar um dos capítulos à análise desse sindicato e da militância exercida por algum de seus integrantes. O sindicato dos sapateiros foi um dos mais tradicionais e organizados em São Paulo durante a Primeira República e representava uma expressiva categoria de trabalhadores no mercado de trabalho, além do fato de representar um dos mais importantes sindicatos de ofício durante a década de 1920. Reduzir a escala para estudar um sindicato nos permite aprofundar o entendimento de como funcionava, suas regras, objetivos e disputas internas. Além disso, esse capítulo converge para o nosso esforço de análise de que autonomia era pretendida pelo sindicalismo de ofício em São Paulo, visto que o sindicato dos sapateiros encampou a bandeira da organização sindical autônoma durante as primeiras décadas do século XX e esteve envolvido em todas as lutas por direitos sociais travadas naquele período histórico.

Após as revoltas políticas de 1924 e algumas medidas do Estado contra organizações e militantes operários, verifica-se um esforço de reorganização de alguns sindicatos a partir de 1927, assim como discussões sobre a necessidade de um órgão que congregasse novamente todos eles; a ideia de uma nova reativação da Federação Operária é colocada. No terceiro capítulo, realizo a discussão e análise dessas questões, tendo em vista também a mobilização do proletariado de São Paulo no caso dos anarquistas italianos presos nos EUA, Sacco e Vanzetti e os embates e diálogos com outras correntes sindicais no movimento operário – sobretudo socialistas, comunistas e cooperativistas, sobretudo no que diz respeito à aplicação de leis do trabalho e seus obstáculos, visto a oposição e descumprimento delas por parte do empresariado. O movimento operário na década de 1920 em São Paulo tem como uma de suas características amplos debates sobre a adesão ou não do operariado às leis que eram criadas, entre elas, a lei de férias de 1926, o que gerou divergências entre comunistas, sindicalistas e anarquistas. Outro ponto abordado é a criação do Bloco Operário e Camponês (BOC), ligado

ao Partido Comunista do Brasil, órgão eleitoral deste partido, presente nas eleições municipais de 1928 e federais de 1930, sinalizando uma tentativa de trazer para a arena parlamentar a representação dos trabalhadores.

Ao pesquisar e escrever sobre o tema do sindicalismo no movimento operário, procurei demonstrar que os sindicatos eram (e ainda são nos dias de hoje) instituições compostas por homens e mulheres que realizam escolhas sob determinadas condições. Se as ações individuais de determinados sujeitos não explicam totalmente o conjunto de fatores apresentados em determinado contexto histórico, tampouco enfocar apenas decisões e estratégias adotadas por alguma organização dão conta de entender e refletir sobre as lutas, sucessos e insucessos experimentados pelos trabalhadores e organizações do movimento operário. Afinal de contas, conforme afirma Emília Viotti na bela introdução ao seu livro sobre a revolta de escravos de Demerara (Guiana Britânica) em 1823, a história não é o resultado de uma ação de potência absoluta dos seres humanos, transcendental e misteriosa, nem são homens e mulheres fantoches controlados única e exclusivamente por forças históricas e estruturas; a história e as ações humanas se resolvem na tensão constante entre liberdade e necessidade<sup>17</sup>.

---

<sup>17</sup> COSTA, Emília Viotti da. *Coroas de glória, lágrimas de sangue: a rebelião dos escravos em Demerara em 1823*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.19.

## Capítulo 1 – “O operariado está em plena atividade”: os sindicatos de ofício, a FOSP, ligas operárias de bairro e os trabalhadores (1917-1924).

Poucos dias após o acordo que selou o término da greve geral de 1917 na cidade de São Paulo<sup>18</sup> intensificaram-se entre os trabalhadores os esforços para a constituição (ou reconstituição) de suas organizações de classe. Em alguns casos, tratava-se também de fortalecer os sindicatos já existentes. Algumas categorias como os gráficos e os chapeleiros trabalhavam no intuito de fortalecerem suas associações, enquanto os canteiros (categoria ligada ao setor da construção de edificações civis, religiosas, entre outras, que desempenhou papel ativo no movimento operário em São Paulo no período estudado nesta dissertação) tratavam de reconstituir a sua. Outros trabalhadores ligados a ofícios que também advinham de certa tradição sindical como, por exemplo, os sapateiros e pedreiros procuravam organizar novamente suas associações. Podemos observar dois fatores que atuavam de forma interligada nesse constante esforço empreendido após o término da greve de julho: primeiramente, aproveitar o ímpeto de mobilização presente no movimento grevista que dava novo fôlego ao movimento operário paulistano e maior espaço nas contendas reivindicatórias frente ao Estado e aos donos das indústrias, fábricas, oficinas; em segundo lugar, e justamente por um possível, e até mesmo previsível, contragolpe desses setores nos conflitos existentes nas relações capital x trabalho naquele momento<sup>19</sup>.

Paralelamente ao fortalecimento e à retomada das atividades dos sindicatos operários – as “sociedades de resistência”, na expressão dos trabalhadores, devido às características dessas associações de enfrentamento direto com os proprietários, visando a melhorias econômicas e sociais para os operários – as ligas operárias de bairro desempenharam importante papel durante a greve geral (inclusive algumas delas surgiram pouco antes da greve, tais como a liga operária da Mooca e a do Belenzinho) e após o seu término ao congregar aqueles trabalhadores que ainda não estavam representados por um órgão de classe específico. De acordo com Luigi Biondi, a formação de ligas de bairro respondia a uma necessidade de organizar de maneira mais dinâmica os trabalhadores no rastro de manifestações anteriores à greve de junho-julho,

---

<sup>18</sup> Sobre a greve geral de 1917 em São Paulo, ver: LOPREATO, Christina Roquette. *O espírito da revolta: a greve geral anarquista de 1917*. São Paulo: Annablume, 2000; BIONDI, Op. Cit. (especialmente o capítulo 6); CAMPOS, Cristina Hebling. *O sonhar libertário: movimento operário nos anos de 1917 a 1920*. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Estadual de Campinas, 1983.

<sup>19</sup> “Mãos à obra: estão surgindo as organizações obreiras”. *A Plebe*. São Paulo, 21/07/1917, p.1. A ortografia das fontes históricas utilizadas neste trabalho foi convertida para o padrão vigente da língua portuguesa, a fim de facilitar a leitura dos textos.

tais como a campanha contra a exploração do trabalho infantil, assim como refletiam um momento de estabilização dos fluxos migratórios internos e externos na cidade de São Paulo, algo que já pode ser observado a partir dos anos 1913-14<sup>20</sup>.

Nesse momento de reorganização da atividade sindical em São Paulo, as ligas de bairro não ocuparam um papel secundário frente aos sindicatos de ofício. Pelo contrário, o que podemos apreender pelos debates na imprensa operária no pós-greve de 1917 é o fato dessas associações estarem ombreadas com os sindicatos nesse processo organizativo:

(...) Nota-se agora um animador interesse pelo trabalho da organização operária. Ao lado das velhas sociedades de resistência, que estão sendo revigoradas, ressurgem outras, há tempos abandonadas, assim como vemos, com satisfação, constituírem-se mais alguns desses baluartes da falange obreira.

(...) Resta agora que os trabalhadores não se detenham nesse primeiro impulso e ditem de levar a cabo, com a necessária urgência, a tarefa iniciada por algumas classes.

É preciso não perder tempo, pois a luta apenas sofreu um passageiro interregno, que deve ser aproveitado para a obra indispensável da organização. No mais breve espaço de tempo possível toda a classe trabalhadora, tanto daqui como das cidades do interior, precisa estar associada em seus sindicatos de classe ou em ligas operárias, vinculadas, depois entre si, em uma potente federação geral (...) <sup>21</sup>.

Em algumas cidades do interior de São Paulo, verificou-se também um esforço por se constituírem ligas operárias. No início de agosto, os trabalhadores de Piracicaba fundaram sua liga. Por sua vez, os tecelões de São Roque se mobilizavam para organizar sua associação de classe; entretanto, questionava-se o fato desses trabalhadores fundarem uma liga somente com trabalhadores desse ofício ao invés de organizarem um organismo que tratasse de aglutinar todo o proletariado daquela cidade<sup>22</sup>. Em Campinas, cidade para onde também se estendeu o movimento grevista de 1917, após algumas reuniões realizadas nas primeiras semanas de agosto, a liga local foi reconstituída. O que chama a atenção no caso de Campinas é a disputa travada com o Centro Operário São José, o qual, pelos registros que observamos em *A Plebe*, tratava-se de um sindicato cooperativista (e, a julgar pelo nome, também provavelmente católico) e que na opinião de alguns militantes dividia o operariado campineiro<sup>23</sup>. Esses embates

<sup>20</sup> BIONDI, op. cit., p.326; 338.

<sup>21</sup> “O melhor resultado da greve geral: o operariado de S. Paulo dispõe-se à atividade associativa”. *A Plebe*. São Paulo, 28/07/1917, p.3.

<sup>22</sup> “Em Piracicaba: funda-se amanhã a Liga Operária”. *A Plebe*. São Paulo, 04/08/1917, p.3; “Em São Roque: os tecelões tratam de se associar”. *A Plebe*. São Paulo, 04/08/1917, p.3.

<sup>23</sup> “O despertar dos trabalhadores do interior: em Campinas”. *A Plebe*. São Paulo, 18/08/1917, p.3; “Em Campinas: apesar da praga cooperativista, a Liga Operária ressurgirá”. *A Plebe*. São Paulo, 25/08/1917, p.3.



entre diferentes orientações sindicais dentro do movimento operário em São Paulo se intensificariam na década de 1920 adentro e é algo que discutiremos mais adiante.

Seguindo a linha de interpretação de Luigi Biondi acerca do surgimento das ligas de bairro na cidade de São Paulo como uma das maneiras de responder de forma dinâmica à tarefa de organizar o proletariado paulistano, vemos o surgimento de mais algumas ligas num curto espaço de tempo. Às já existentes ligas da Mooca e do Belenzinho, juntaram-se as do Brás, Ipiranga, Lapa e Água Branca, Cambuci, Bom Retiro, Vila Mariana e Barra Funda<sup>24</sup>. Todas elas tomaram parte na Federação Operária de São Paulo (FOSP), central sindical dos trabalhadores de São Paulo que seria reativada naqueles dias, como veremos adiante.

É importante ressaltar a participação das trabalhadoras na organização e composição das ligas operárias de bairro que surgiam naquele momento. A liga operária do Belenzinho era dirigida por Maria Antônia Soares, irmã de Florentino de Carvalho, escritor e militante anarquista. A presença das mulheres nessas associações geralmente estava relacionada a sua presença em determinada categoria do ramo produtivo. Num contingente que compunha aproximadamente 72% da força de trabalho no setor têxtil em 1912, é de se imaginar uma significativa presença de mulheres também na liga operária do Ipiranga, que no seu início contava com cerca de três mil membros, sendo que mil e oitocentos trabalhavam na fábrica de tecidos Nami Jafet, localizada naquele bairro<sup>25</sup>. Conforme Glaucia Fraccaro, além das ligas operárias, as trabalhadoras também se valiam de outros espaços de sociabilidade para questionar as relações de trabalho, tais como a família e a vizinhança<sup>26</sup>.

Pelo já exposto até aqui, observamos que as ligas operárias de bairro estiveram lado a lado com os sindicatos de ofício nesse movimento de reorganização sindical paulistano. Finda a greve, colocava-se em pauta novamente o ressurgimento de um organismo capaz de centralizar e coordenar as ações dessas associações, conforme já observado na leitura do primeiro excerto apresentado. Tiveram início então as atividades para reativação da federação dos trabalhadores de São Paulo, a FOSP, que fora criada nos primeiros anos do século XX.

A Federação Operária de São Paulo fora criada originalmente em 1905 como uma forma de superar o isolamento de trabalhadores e suas associações, procurando reuni-las num espaço comum, assim como auxiliar na criação de novos sindicatos. Desde o início mostrou-se adepta da tendência sindicalista revolucionária, em oposição ao socialismo reformista e aos anarquistas

---

<sup>24</sup> “A ação das Ligas Operárias: surgiram mais duas”. *A Plebe*. São Paulo, 18/08/1917, p.3.

<sup>25</sup> FRACCARO, Glaucia Cristina Candian. *Os direitos das mulheres: organização social e legislação trabalhista no entreguerras brasileiro (1917-1937)*. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 2016, p.46.

<sup>26</sup> *Ibid*, p.51.

contrários à organização sindical, tendo como uma de suas principais referências a Confederação Geral do Trabalho francesa (CGT), criada na cidade de Limoges em 1895. Essa confederação, fruto de um movimento que articulava luta sindical e a instituição de bolsas de trabalho para aqueles operários em busca de emprego, tem na Carta de Amiens (1906) um dos seus principais documentos, no qual está presente a moção “a CGT agrupa, *fora de qualquer corrente política*, todos os trabalhadores conscientes da luta a travar para o desaparecimento do assalariado e do patronato”<sup>27</sup> elaborada por Victor Griffuelhes e Émile Pouget explicitando a dupla intenção de sua existência: a defesa e a luta cotidiana para melhorias imediatas na vida dos trabalhadores e a perspectiva futura de uma sociedade emancipada da exploração capitalista, dois dos motes principais do sindicalismo revolucionário.

A concepção sindicalista revolucionária, tal como exposta por Edilene Toledo, exerceu grande influência no movimento operário em São Paulo entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX e tinha como princípios norteadores a defesa da luta de classes, a ação direta dos trabalhadores, a autonomia operária e a neutralidade política dentro do sindicato. Em suma, buscava articular as lutas econômicas do cotidiano operário com a perspectiva da construção futura de uma sociedade organizada pelos trabalhadores reunidos nos seus sindicatos<sup>28</sup>. De acordo com Azis Simão esse primeiro momento de existência da FOSP encerra-se por volta de 1913, quando a federação é extinta<sup>29</sup>. Portanto, vemos a retomada de uma forma de organização que estava recente ainda na experiência dos trabalhadores, o que demonstra um elemento de permanência dentro da prática sindical do movimento operário em São Paulo, ao reconstituírem a federação numa concepção similar àquela vivenciada quando de sua criação em 1905, conforme veremos adiante.

---

<sup>27</sup> BESANCENOT, Olivier; LÖWY, Michael. *Afinidades revolucionárias: nossas estrelas vermelhas e negras*. Por uma solidariedade entre marxistas e libertários. São Paulo: Editora Unesp, 2016, p.27-35, grifos no original. Victor Griffuelhes (1874-1922) foi um sindicalista francês e secretário-geral da CGT em 1901. Émile Pouget (1860-1931) foi um anarquista francês que esteve próximo das concepções sindicalistas também, sendo secretário-adjunto da CGT entre 1901 e 1908 e redator da publicação oficial da confederação, o hebdomadário *La Voix du Peuple*.

<sup>28</sup> TOLEDO, Edilene. *Travessias revolucionárias: ideias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890-1945)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004, p.19; 286. Essa historiadora defende a ideia de que o sindicalismo revolucionário e não o anarquismo foi a corrente sindical mais influente em São Paulo no período mencionado. Durante nossa análise procuraremos observar a presença dessas ideias dentro do movimento operário paulistano.

<sup>29</sup> SIMÃO, Azis. *Sindicato e Estado: suas relações na formação do proletariado de São Paulo*. São Paulo: Ática, 1981, p.158. Não há um consenso quanto ao tempo de existência da FOSP quando da sua criação. Luigi Biondi situa sua atuação entre 1905 e 1909: “Nesse sentido, embora nunca tenha chegado a se criar em São Paulo uma Câmara do Trabalho como as italianas, em parte a Federação Operária de São Paulo (FOSP), que teve um papel saliente no movimento operário paulista entre 1905 e 1909, funcionou frequentemente como uma bolsa do trabalho, e não somente como uma confederação de sindicatos de ofício limitada à coordenação nas greves: as origens da FOSP estão na complexa atividade dos socialistas italianos do período 1900-1904”. BIONDI, Op. Cit., p. 205, 2011.

Para colocar em prática esse projeto de reconstituição de uma federação operária, estabeleceu-se uma Comissão de Propaganda e Organização Operária, reunindo as ligas de bairro e os sindicatos existentes até aquele momento<sup>30</sup>. Num espaço de pouco mais de uma semana, a partir do dia 26 de agosto, representantes de associações operárias da capital e de algumas do interior reuniram-se no Salão Germinal – localizado no centro de São Paulo – para discutir e ratificar as bases de acordo do convênio que reativava a FOSP após quatro anos<sup>31</sup>. As bases de acordo da federação foram publicadas em *A Plebe*, o que nos possibilita a análise desse projeto sindical.

Na declaração de seus princípios fundamentais, a FOSP reconhecia e se colocava na arena da luta entre capital e trabalho e buscava o ideal de estreitar os laços de solidariedade entre os trabalhadores, abolindo as barreiras de ofício, corporação ou indústria. Ao lermos o trecho referente à sua orientação ideológica, podemos perceber a sua busca pela ação autônoma assim como a dos sindicatos a ela filiados, a recusa em aderir a qualquer bandeira política – estratégia que visava atrair trabalhadores de diferentes correntes políticas e sindicais, ou até mesmo aqueles que não pertencessem a nenhuma delas – e a conciliação entre lutas de caráter econômico da classe trabalhadora, mais imediatas e a construção de uma sociedade futura que tinha como meta a superação do capitalismo, o que revela traços da orientação sindicalista revolucionária, ainda presente no movimento operário em São Paulo entre o final de década de 1910 e a de 1920:

### **Orientação**

2 – A Federação Operária de S. Paulo, tendo por base a independência do associado no sindicato e a autonomia deste em seu seio, assim como a sua na Confederação Operária Brasileira, servir-se-á unicamente, para o trabalho de propaganda e educação dos trabalhadores e sua luta contra o capitalismo, dos meios próprios de ação direta, tais como a greve parcial ou geral, a boicotagem, a sabotagem, o label, a manifestação pública, etc., variáveis, segundo as circunstâncias de lugar e de momento.

3 – A Federação Operária de S. Paulo, sem abandonar a defesa, pela ação direta, dos rudimentares direitos políticos de que necessitam as organizações econômicas, não pertence a nenhuma doutrina estatal ou religiosa, nem podendo qualquer sócio se servir dessa qualidade para se manifestar.

4 – Procurando tornar evidente e pratico o seu ideal de igualdade social, a Federação Operária de S. Paulo não permitirá em seu seio sorte alguma de distinções honoríficas.

<sup>30</sup> “Prosseguem os trabalhos de organização: Comissão de Propaganda e Organização Operária”. *A Plebe*. São Paulo, 18/08/1917, p.3.

<sup>31</sup> “Prosseguem os trabalhos de organização: o convênio do dia 26”. *A Plebe*. São Paulo, 18/08/1917, p.3.

5 – Sendo a luta o capitalismo a sua ação essencial, a Federação Operária de São Paulo não permitirá em seu seio qualquer obra de beneficência, mutualismo ou cooperativismo, cujos encargos pesam, sempre sobre os poucos recursos dos trabalhadores, desviando-os do seu único objetivo, que é trabalhar pela sua emancipação<sup>32</sup>.

O quinto item revela o caráter de associação de resistência adotado pela federação operária. Ao mesmo tempo em que procurava não se vincular a nenhuma orientação política mais definida, com o intuito de amortecer as divisões internas entre os trabalhadores, a FOSP demarcava e disputava espaço frente a outras correntes do movimento operário naquele momento, como as sociedades de mútuo socorro<sup>33</sup>.

No que tange à questão do trabalho feminino, algumas pautas foram colocadas nos documentos da FOSP – ainda que de forma difusa – como a proibição do trabalho noturno englobando trabalhadoras e trabalhadores e de maneira mais direta a luta por salários iguais entre homens e mulheres e a licença maternidade para mulheres, conforme o item L dos Fins Imediatos da Federação: “Lutar pela igualdade dos salários das mulheres aos dos homens, e que lhes sejam garantidos os mesmos quando, no último período da gravidez ou após o parto, forem obrigadas a deixar de trabalhar”<sup>34</sup>.

Seguindo a linha de argumentação de Glaucia Fraccaro, pouco foi mencionado sobre a condição da mulher trabalhadora e da regulamentação do seu trabalho. Na sua experiência de classe cotidiana, as reivindicações das trabalhadoras em alguns momentos giravam em torno da importante questão do respeito no local de trabalho entendido também como um dos elementos de emancipação das trabalhadoras, visto o constante assédio e abuso sexual a que eram submetidas por capatazes e contramestres no chão de fábrica, articulando-se às lutas e reivindicações por direitos exercidas pelas trabalhadoras nos sindicatos e nas ligas operárias<sup>35</sup>.

---

<sup>32</sup> “Prosseguem os trabalhos de organização: bases de acordo da Federação Operária de S. Paulo”. *A Plebe*. São Paulo, 18/08/1917, p.3.

<sup>33</sup> As sociedades de mútuo socorro surgiram no Brasil na primeira metade do século XIX e se multiplicaram pelos séculos XIX e início do XX, caracterizando-se por serem associações que prestavam auxílio aos seus integrantes, como por exemplo, pensões, indenizações, assistência hospitalar e funerária, vivendo de contribuições mensais dos seus sócios. Cf. VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Mutualismo. In: ABREU, Alzira Alves de (coord.). *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República*. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/dicionario-primeira-republica>. No caso paulistano, Luigi Biondi contabiliza em 44 as sociedades italianas de socorro mútuo (SIMS) que existiram entre 1878 (nascimento da primeira sociedade) e 1924 o que demonstra a vitalidade dessa forma de organização, atuando concomitantemente com as chamadas “sociedades de resistência”. Cf. BIONDI, op. cit., p. 54-55.

<sup>34</sup> “Prosseguem os trabalhos de organização: bases de acordo da Federação Operária de S. Paulo”. *A Plebe*. São Paulo, 18/08/1917, p.3.

<sup>35</sup> FRACCARO, op. cit., p.43-45.

Outro aspecto a ser destacado nessa reativação da FOSP, diz respeito ao seu raio de atuação. De início, sua atuação se concentraria na cidade de São Paulo, com o intuito de posteriormente, fundar uma central sindical de âmbito estadual:

### Constituição

6 – A Federação Operária de S. Paulo reúne em seu seio as associações operárias seguintes, com sede na cidade de S. Paulo e seus subúrbios, que tenham por base a luta contra o capitalismo e sejam formadas exclusivamente de obreiros assalariados:

- a) Os sindicatos de ofício ou de indústria;
- b) As ligas operárias ou sindicatos de ofícios vários.

(...) 10 – Para que não se mantenha num prejudicial retraimento, a Federação trabalhará para reconstituir com a precisa urgência a Federação Operária do Estado de S. Paulo, filiando-se à Confederação Operária Brasileira, e tomando parte em todos os movimentos de luta proletária orientados de acordo com os princípios constantes destas bases<sup>36</sup>.

A iniciativa de constituição de um órgão federativo estadual não teve impulso durante a existência da FOSP. O que se verificou foi uma atuação ambígua, centrada principalmente na cidade de São Paulo, mas que ao mesmo tempo tomava parte também de manifestações operárias e sindicais nas cidades do interior.

Tomaram parte no convênio que reativou a FOSP, as seguintes associações:

- União dos Canteiros;
- Sindicato Gráfico do Brasil;
- União dos Chapeleiros;
- Sindicato dos Trabalhadores em Fábricas de Bebidas (Secção da Companhia Antarctica);
- União Geral dos Ferroviários (Secção da São Paulo Railway);
- Liga dos Trabalhadores em Madeira;
- União dos Artífices em Calçados;
- União dos Pedreiros e Serventes;
- Liga dos Padeiros e Confeiteiros;
- Sindicato dos Serralheiros;
- União dos Alfaiates;
- Liga Operária da Mooca;

---

<sup>36</sup> “Prosseguem os trabalhos de organização: bases de acordo da Federação Operária de S. Paulo”. *A Plebe*. São Paulo, 18/08/1917, p.3.

- Liga Operária do Belenzinho;
- Liga Operária do Ipiranga;
- Liga Operária do Brás;
- Liga Operária do Cambuci;
- Liga Operária do Bom Retiro;
- Liga Operária da Vila Mariana;
- Liga Operária da Água Branca e Lapa;
- Liga dos Ceramistas (Secção da Fábrica Santa Catharina), Água Branca;
- Sociedade dos Laminadores (São Caetano);
- Sindicato dos Canteiros (de Cotia)<sup>37</sup>.

Ainda tomaram parte no convênio de refundação da FOSP algumas associações do interior como a Liga Operária de São Roque, a Liga Operária de Sorocaba, o Sindicato Proletário de Sabaúna e o Sindicato Internacional dos Canteiros, de Ribeirão Pires.

Tomando por base apenas as ligas paulistanas, confirma-se o argumento apresentado anteriormente, acerca do pareamento entre ligas de ofício e ligas de bairro nesse processo de reorganização sindical: das 20 associações, temos 12 ligas de ofício e 8 ligas operárias de bairro. Dessas 20 associações, apenas a Liga Operária da Mooca, a Liga Operária do Belenzinho, o Sindicato dos Gráficos e a União dos Chapeleiros existiam antes do início do movimento grevista de 1917. Em junho foi fundada a Liga Operária de Água Branca e Lapa e em julho foram fundadas a Liga Operária do Ipiranga, a Liga Internacional dos Marceneiros e a União dos Alfaiates. Os demais grêmios, embora viessem de um processo de organização desde o mês de julho, foram fundados no início de agosto<sup>38</sup>.

É importante esclarecer que esses sindicatos (ou ligas, como por vezes são nomeados nas fontes) se caracterizavam como sindicatos de ofício, ou seja, sindicatos que procuravam agrupar trabalhadores que possuíam o conhecimento sobre todo o processo que envolvia seu trabalho, assim como um histórico de associação, fatores que compunham a identidade de classes desses operários. Os sindicatos de ofício agrupavam trabalhadores qualificados que possuíam uma atividade profissional comum e foram centros de ativa militância operária

---

<sup>37</sup> “O convênio operário de amanhã: comparecerão todas as agremiações de São Paulo e várias de fora”. *A Plebe*. São Paulo, 25/08/1917, p.3.

<sup>38</sup> BIONDI, op. cit., p. 346.

durante a Primeira República<sup>39</sup>. Esses sindicatos se diferenciam dos sindicatos de indústria na medida em que estes reúnem trabalhadores pertencentes a um ramo de atividade profissional, como era o caso do sindicato dos gráficos, dos trabalhadores em fábricas de cerveja (que também aderiram à FOSP) e posteriormente, o dos têxteis, conforme veremos mais adiante. Por sua vez, as ligas de bairro possuíam caráter heterogêneo, reunindo principalmente trabalhadoras e trabalhadores cujas categorias ainda não estavam organizadas em sindicatos, mas também aceitando em seu interior aquelas e aqueles pertencentes a categorias já organizadas, tendo como importante critério de arregimentação o pertencimento ao bairro em que viviam<sup>40</sup>.

Após a aprovação das bases de acordo, tratou-se de organizar as instâncias burocráticas do órgão federativo. Foi constituída a Comissão de Relações do Estado responsável pela articulação entre as ligas e sindicatos de todo o estado de São Paulo. Esta comissão ficou subordinada à Comissão Federal Provisória, composta por 52 representantes, visto que previa a participação de dois membros de cada associação aderente ao convênio de refundação da FOSP. Criou-se também uma Comissão Administrativa, composta por sete membros, que deveria reunir-se semanalmente no Salão Germinal. Os primeiros recursos para o funcionamento da federação operária viriam do Comitê de Defesa Proletária, que encerrara naquele momento suas atividades e colocou os fundos restantes à disposição da FOSP. O CDP que tivera importante participação durante a greve geral de junho-julho daquele ano exerceu um papel de transição na reconstituição da FOSP<sup>41</sup>.

Percebe-se o intuito da FOSP em articular as agremiações obreiras de diferentes partes do estado, em que pese o caráter local presente no seu recomeço. Por sinal, os integrantes da federação visavam também uma atuação em conjunto com organismos de outros estados, criando uma Comissão Federal. Na reunião que celebrou o convênio de refundação da FOSP, foram discutidas as formas de participação do operariado paulista no Congresso Geral de Vanguarda Social do Brasil, previsto para acontecer no Rio de Janeiro, reunindo trabalhadores de diferentes linhas sindicais e ideológicas, tais como socialistas, anarquistas, sindicalistas e de centros de estudos sociais<sup>42</sup>, o que também dá mostra da pluralidade de concepções presentes

---

<sup>39</sup> RODRIGUES, Leôncio Martins. Sindicato. In: In: ABREU, Alzira Alves de (coord.). *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República*. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/dicionario-primeira-republica>.

<sup>40</sup> Além do verbete de Leôncio Martins Rodrigues no Dicionário histórico-biográfico da Primeira República, outra definição de sindicato de ofício e sindicato de indústria pode ser encontrada em SANTOS, Ariovaldo. *Dicionário sindical e do trabalho*. Londrina: Eduel, 2015. Em língua italiana pode ser consultado também o link: [https://it.wikiversity.org/wiki/Organizzazione\\_Sindacale](https://it.wikiversity.org/wiki/Organizzazione_Sindacale).

<sup>41</sup> “O Convênio Operário de domingo: bela demonstração de vitalidade do movimento obreiro”. *A Plebe*. São Paulo, 01/09/1917, p.3.

<sup>42</sup> “O Congresso Geral da Vanguarda Social do Brasil: a feliz iniciativa foi recebida com entusiasmo”. *A Plebe*. São Paulo, 25/08/1917, p.3.

no movimento operário brasileiro. Como veremos posteriormente, esses elementos ora atuaram em conjunto, ora em disputa por maior representatividade junto aos trabalhadores.

A federação que ressurgia se estruturava também como uma Câmara de Trabalho, “(...) isto é, direcionada à coordenação das atividades sindicais nas greves parciais e na greve geral, mas também na arrecadação dos fundos sociais para o socorro mútuo e no controle dos contratos, e sobretudo relativamente à contratação dos trabalhadores nas fábricas”<sup>43</sup>. A ideia de um órgão sindical que atuasse também como uma Câmara de Trabalho era originária da Europa, a partir da prática das *camere del lavoro* italianas, do *centro* dos trabalhadores na Espanha e das *bourses du travail* francesas, implementadas entre o final do século XIX e início do XX. Conforme exposto por Geoff Eley, essas instituições desenvolviam simultaneamente funções de bolsa de emprego, de espaço recreativo, de cultura e de educação e realizavam atividades sindicais e de agitação política, inspiradas em antigas tradições associativas de ajuda mútua e cooperação<sup>44</sup>. No caso italiano, as duas atividades se complementavam, a sindical e a política, pois os socialistas italianos atuavam intensamente nessas *camere del lavoro*. Observamos então essa diferença para o que a Federação Operária pretendia em São Paulo já que esta não assumia nenhuma inclinação política e ideológica formalmente (como forma de dirimir essas divergências no seu interior e manter unidade de ação, conforme exposto anteriormente), guardando maior similaridade com a proposta adotada pela CGT francesa, algo presente na sua primeira existência no início da década de 1910. Uma ambiguidade presente na formação da FOSP diz respeito ao fato de se colocar contrariamente às associações mutuais nas suas orientações teóricas e ideológicas, mas contemplar uma ação mutualista na sua prática.

Além disso, a FOSP exercia também uma função de mediação nas divergências existentes entre diferentes agremiações que porventura acontecessem, assim como de normatizar os procedimentos para o surgimento de novas ligas, fossem elas de bairro, por segmento de indústria ou de ofício:

Quanto às normas administrativas das ligas operárias, ficou assentado que as mesmas continuassem a agremiar operários de qualquer classe ainda desorganizada, mantendo, além da Comissão Executiva, tantas comissões técnicas e de propaganda, quantas forem as categorias de operários reunidos em seu seio.

As classes que para melhor poderem resolver os trabalhos sindicais, decidirem delas se destacar afim de constituírem secções das uniões de industrias ou

<sup>43</sup> BIONDI, op. cit., p. 354-355.

<sup>44</sup> ELEY, Geoff. *Forjando a democracia: a história da esquerda na Europa, 1850-2000*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005, p.92.



ofícios ou sindicatos autônomos, manterão, junto às mesmas, comissões de relação compostas de dois delegados<sup>45</sup>.

Pouco tempo após sua reconstituição, a FOSP e os sindicatos a elas filiados lidaram com a questão da ação policial contra essas associações. Pelo fato de novas greves que eclodiam em alguns pontos da cidade de São Paulo como a dos tecelões na Lapa, dos operários da fábrica de tecidos Nami Jafet, dos laminadores de São Caetano e dos canteiros de Cotia<sup>46</sup>, também pelo fato do novo fôlego que tomava o processo associativo em São Paulo e da persistência do “perigoso elemento anarquista e estrangeiro” que atentava contra a ordem social estabelecida, algumas ligas operárias e a tipografia onde se imprimia o periódico *A Plebe* foram invadidos e alguns operários foram presos<sup>47</sup>. A FOSP e seus associados divulgaram um manifesto criticando a ação policial:

#### **A Federação Operária de São Paulo ao público**

As agremiações operárias desta capital, não podem de conter sua indignação contra a série inqualificável de tropelias, violências e barbaridades praticadas pelos cossacos da força pública de São Paulo, vêm lançar seu enérgico protesto contra o arrombamento e violação de domicílio de honestas famílias operárias, contra a invasão de suas sedes, contra a proibição de suas assembleias e contra as prisões em massa dos membros da Federação Operária de S. Paulo e de muitos outros companheiros.

(...) Que irá suceder diante disso?

A greve geral?

Talvez, por provocação da polícia!

(...) Pela Federação Operária de S. Paulo – **União dos Canteiros, Sindicato dos Serralheiros, União dos Chapeleiros, União dos Trabalhadores de Fábricas de Bebidas (secção da Companhia Antartica), União Geral dos Ferroviários (secção da S. Paulo Railway), Liga dos Trabalhadores de Madeira, União dos Artífices em Calçados, União dos Pedreiros e Serventes, Liga dos Padeiros e Confeiteiros, União dos Alfaiates, Ligas**

<sup>45</sup> “O Congresso Geral da Vanguarda Social do Brasil: a feliz iniciativa foi recebida com entusiasmo”. *A Plebe*. São Paulo, 25/08/1917, p.3.

<sup>46</sup> Essas greves obtiveram diferentes resultados: os tecelões da Lapa que demandavam a dispensa de um chefe de seção que maltratava os subordinados, os canteiros de Cotia que entraram em greve após o atraso no pagamento de seus vencimentos e os laminadores de São Caetano que pararam após a demissão de dois companheiros de trabalho que se acidentaram no trabalho, lograram êxito. Já o movimento paredista da Nami Jafet terminou em derrota, o que foi atribuído à falta de solidariedade entre os trabalhadores daquele estabelecimento. Para acompanhar esses movimentos que surgiram pouco tempo depois da greve geral de 1917 e concomitantemente as discussões para refundação da FOSP, ver: “Desenvolve-se o movimento do proletariado: em S. Caetano”. *A Plebe*. São Paulo, 01/09/1917, p.3; “As greves: na Lapa”. *A Plebe*. São Paulo, 08/09/1917, p.3; “Movimento operário: a parede do Ypiranga”. *A Plebe*. São Paulo, 22/09/1917, p.3; “Movimento operário: em Cotia”. *A Plebe*. São Paulo, 30/09/1917, p.3.

<sup>47</sup> “No reino da Senegâmbia: a constituição republicana é uma burla”. *A Plebe*. São Paulo, 15/09/1917, p.1.

**Operárias da Mooca, Belenzinho, Ypiranga, Braz, Cambuci, Bom Retiro e Villa Mariana; Liga dos Ceramistas (secção da fábrica Santa Catharina, Agua Branca), Liga Operaria da Agua Branca e Lapa<sup>48</sup>.**

Entre os operários presos nessa ação da polícia de São Paulo estavam: Edmundo Colli, Manuel Martinez, José Fernandez, Florentino de Carvalho (pseudônimo de Primitivo Raymundo Soares), Francisco Peralta, Antônio Nalepinski, Antônio Lopes, Evaristo Ferreira de Souza, José Sarmento, Antônio Candeias Duarte, Virgílio Fidalgo, Edgard Leuenroth, Emilio Gutller, Zeferino Oliva, Giuseppe Ghicco, Paschoal Andreani e Francisco Arouca. Ao entrar com habeas-corpus em favor dos operários que foram presos, o advogado Evaristo de Moraes<sup>49</sup> apurou que a justiça paulista já havia expedido portaria de expulsão do país contra os seguintes trabalhadores: Primitivo Raymundo Soares, Giulio Sorelli<sup>50</sup>, Alfredo Ovídio, Theodoro Monicelli (diretor do jornal socialista *Avanti!*), Antônio Nalepinski, Antônio Lopez, Alexandre Zanella, Virgílio Hidalgo, Antônio Candeias, Manuel dos Santos Silva, Manuel Martinez, Silvio Antonelli, Alfredo Colucci, Miguel D'Angelo, Eduardo Colli, Rogerio Ramos, João Minieri, Emilio Feldman, Francisco Arouca Romero, José Fernandez, José Sarmento Marques, Gigi Damiani, Zeferino Oliva e José Ghicco.

Ao trabalhar com prontuários de alguns militantes detidos e vigiados pelo DEOPS no período estudado nessa dissertação, pude cruzar algumas informações e verificar que entre os nomes listados acima, Edgard Leuenroth, João Minieri e Francisco Arouca Romero<sup>51</sup> foram prontuariados pela polícia política. Tendo como um dos referenciais teóricos deste trabalho – o uso da biografia de alguns desses trabalhadores prontuariados – procuramos observar também o alcance e limitações das ações individuais no movimento operário em São Paulo naquele momento, tendo em vista a metáfora da “jaula flexível e invisível” utilizada por Carlo Ginzburg

<sup>48</sup> “A Federação Operaria de São Paulo: ao público”. *A Plebe*. São Paulo, 15/09/1917, p.1, grifos no original.

<sup>49</sup> Evaristo de Moraes, nascido no Rio de Janeiro em 26 de outubro de 1871 foi um advogado ligado primeiramente aos ideais republicanos e abolicionistas – quando passou a colaborar em 1887 com os jornais *Gazeta Nacional* e *A Metralha*, ambos ligados às duas causas mencionadas. Posteriormente esteve diretamente ligado à organização de partidos operários e socialistas: Partido Operário (1890), Partido Socialista Brasileiro (1902), Partido Operário Socialista (1909) e o Partido Socialista do Brasil em 1917. Nessa época, esteve ligado à defesa de operários perseguidos pela polícia, sobretudo na impetração de *habeas corpus*. Na década de 1930, participou do governo Vargas como consultor jurídico do Ministério do Trabalho, elaborando conjuntamente com Joaquim Pimenta a lei de sindicalização de 1931. Deixou o ministério em 1932 e participou da elaboração de um projeto de Código Penal. Cf. MENDONÇA, Joseli. Moraes, Antônio Evaristo de; Moraes, Evaristo de. In: BATALLA, Cláudio Henrique de Moraes (coord.). *Dicionário do movimento operário*: Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920, militantes e organizações. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009, p.106-107.

<sup>50</sup> Sobre Giulio Sorelli ver TOLEDO, op. cit., especialmente o capítulo 3.

<sup>51</sup> A trajetória do sapateiro espanhol Francisco Arouca Romero será exposta no capítulo 2 deste trabalho, em que analiso a atuação de sapateiros e do seu sindicato no movimento operário em São Paulo.

para a liberdade que cada indivíduo exerce sob determinados condicionamentos sociais e culturais<sup>52</sup>.

O tipógrafo e jornalista Edgard Leuenroth (nascido em 1881 em Mogi-Mirim, São Paulo) já era um dos principais artífices do sindicalismo em São Paulo naquele momento. Um relatório policial de 1936 aponta a atuação de Edgard Leuenroth desde 1907, quando participou da greve da Companhia Paulista de Estradas de Ferro no interior paulista. No início da década de 1910 atuava em protestos contra o governo, os industriais e os agricultores, fazendo enviar panfletos sobre a situação brasileira para Portugal e Espanha, inclusive. Portanto, quando participou da greve geral de 1917 – sendo considerado pelos órgãos policiais como um dos seus “principais mentores” – e na sequência de seu trabalho auxiliando a reorganização sindical em São Paulo, já possuía uma experiência de pelo menos 10 anos de militância, levando em conta os registros policiais. Foi preso em setembro daquele ano, incurso nas penas do artigo 356 combinado com o artigo 18 do Código Penal (foi acusado planejar o ataque ao Moinho Santista durante a greve geral), sendo julgado e absolvido em março de 1918<sup>53</sup>.

Conforme os registros policiais, em nenhum momento deixou a militância de lado, mantendo contatos com anarquistas no Brasil e no exterior<sup>54</sup>. Leuenroth atuou de maneira muito intensa na formação política dos trabalhadores em São Paulo, visto que frequentemente era chamado por sindicatos de outras categorias para palestrar sobre as questões sociais, ideológicas e políticas nas quais estava envolvido o movimento operário.

Muitas prisões e os processos de expulsão durante a Primeira República estiveram ligadas às chamadas leis Adolfo Gordo. As primeiras tentativas de se emplacar uma lei de expulsão de parte ou de todo o território nacional aconteceram em 1894 e em 1902; em ambas as vezes o projeto foi aprovado pela Câmara dos Deputados, mas não no Senado. Após novas discussões, o projeto foi apresentado e aprovado nas duas casas constituintes em 1906 e publicada em 1907. A aplicação dessa lei visava coibir os movimentos grevistas que se intensificavam naquele momento nos núcleos urbanos. Tanto que em 1912, Adolfo Gordo apresentou um projeto de modificação da lei implementada em 1907, excluindo três artigos que versavam sobre casos em que o estrangeiro não poderia ser expulso. Inicialmente, aqueles

---

<sup>52</sup> GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p.20-21.

<sup>53</sup> Certificado expedido pelo escrivão Joaquim Marcondes de Campos, escrivão adido à Delegacia de Ordem Social, da Superintendência de Ordem Política e Social, da Polícia do Estado de São Paulo. Prontuário 122, volume 1, de Edgard Leuenroth, DEOPS-SP, Apesp.

<sup>54</sup> “Informações sobre Edgard Leuenroth”. Prontuário 122, volume 1, de Edgard Leuenroth, DEOPS-SP, Apesp. O DEOPS manteve registros da atuação de Edgard Leuenroth até 1947, quando é processado por “atividades comunistas”. A polícia política produziu o prontuário de Leuenroth em 2 volumes, o que dá sinais de sua intensa atuação no meio operário.

domiciliados há no mínimo dois anos no Brasil, casado com brasileira, ou viúvo com filho brasileiro; um outro artigo referia-se à impossibilidade de impedimento da entrada de um estrangeiro que tivesse sido retirado temporariamente do país e que cumprisse os requisitos do artigo mencionado anteriormente. Por fim, essa proposta apresentada por Adolfo Gordo em 1912, previa também a retirada de um artigo que previa a possibilidade de recurso do estrangeiro junto ao órgão judicial que tivesse ordenado sua expulsão. O projeto apresentado com as três mudanças foi aprovado e sancionado em 1913, representando um recrudescimento ainda maior no trato do Estado com os meios operários e sindicais<sup>55</sup>.

Uma terceira versão da lei de expulsão de estrangeiros foi aprovada em 1921 (Decreto nº4.247) que além de regulamentar a entrada de estrangeiros, impedia a entrada de indivíduos considerados nocivos à saúde, à moral (prostitutas) e à economia (velhos e aleijados) assim como aumentava o tempo necessário para impedir a expulsão do estrangeiro residente no Brasil de dois para cinco anos. No mesmo ano, a chamada lei de repressão ao anarquismo (Decreto nº 4.269) foi assinada pelo presidente da república, Epiácio Pessoa<sup>56</sup>. Conforme observado anteriormente, a promulgação e aplicação dessas leis visavam intimidar os protestos, manifestações e greves do movimento operário brasileiro.

Contudo, a questão da expulsão dos estrangeiros “indesejáveis” do território nacional não se deu numa completa simetria entre os poderes Executivo/Legislativo e Judiciário. Pelo contrário. Como demonstra Rogério Bonfá, na Primeira República, ocorreu uma disputa em torno da interpretação dessa lei, pautada no princípio da soberania nacional. Para alguns membros do legislativo (como por exemplo, Adolpho Gordo) a aplicação dessa lei era fundamental ao garantir o preceito da soberania nacional, expulsando indivíduos que colocassem em risco a ordem e a tranquilidade públicas, tomando esse pretexto para banir do território nacional os estrangeiros que participassem ativamente em greves e manifestações operárias. Por outro lado, alguns membros do poder judiciário (como por exemplo, o ministro do STF, Pedro Lessa) entendiam que a aplicação dessa lei – considerada inconstitucional pelo STF em 1913 – feria preceitos constitucionais de garantia de liberdade, tendo em vista o tempo de residência que muitos desses estrangeiros já possuíam no Brasil. Tendo isso em vista, alguns pedidos de habeas-corpus por estrangeiros com expulsão decretadas foram concedidos pelo STF, que a partir do início dos anos 1920 começou a adotar uma postura diferente também em

---

<sup>55</sup> LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. Leis Adolfo Gordo. In: ABREU, Alzira Alves de (coord.). *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República*. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/dicionario-primeira-republica>.

<sup>56</sup> LOPREATO, Christina Roquette. O espírito das leis: anarquismo e repressão política no Brasil. *Verve*, São Paulo, nº3, 2003, p.85;87-88.

relação às greves e demais formas de expressão política dos meios operários, limitando a ação arbitrária perpetrada pela polícia e outras instâncias e órgãos do Estado<sup>57</sup>.

Esse embate pode ser visto no caso do italiano João Minieri<sup>58</sup> (natural da província de Caserta, região da Campânia, na Itália meridional). Fora preso pela primeira vez em 1911, como “agitador à ordem”<sup>59</sup>. Entre 1919 e 1924, teve mais duas passagens pela detenção, uma delas no interior paulista, na cidade de Bauru<sup>60</sup>. Durante os episódios da greve geral de 1917 também teve seu banimento decretado do território nacional, conforme pode ser visto num dos registros do seu prontuário no DEOPS: “(...) por ocasião da greve geral, foi um dos mais perigosos agitadores; a 11 de setembro desse mesmo ano, foi decretada a sua expulsão do território nacional, para onde voltou em virtude de uma ordem de habeas-corpus, concedida pelo Supremo Tribunal Federal, em 16 de junho de 1921”. Esse trecho mostra claramente o conflito entre os poderes executivo e judiciário em torno da lei de expulsão analisado por Rogério Bonfá. Minieri continuou sua atividade política em solo brasileiro e sul-americano. No seu prontuário ainda consta uma ficha de adesão ao Partido Comunista do Brasil em 1932, quando já trabalhava como tecelão e era filiado à União dos Operários em Fábricas de Tecidos (UOFT), o que indica que tenha continuado sua militância durante a década de 1920 e em algum momento mudado sua orientação ideológica, visto que num registro de 1926 é identificado como membro de centros anarquistas em São Paulo, Rio de Janeiro e em Buenos Aires<sup>61</sup>.

Ao analisar as relações entre polícia e movimento operário no pós-greve de 1917, João Tristán Vargas elenca duas formas de atuação policial: a prevenção aos movimentos gerais, dado o temor que um novo movimento assumisse o mesmo vulto daquele observado em julho de 1917 e a perseguição sistemática aos anarquistas, o que motivou muitas das prisões e processos de expulsão contra operários, enumerados acima. Nesse entendimento, não se pode falar de uma ação homogênea e padronizada do aparato policial em seu caráter unicamente repressivo, mas sim de meios diferentes de repressão de que dispunha o patronato conforme sua influência nos meios policiais e também conforme o seu *status* no processo produtivo: desse

---

<sup>57</sup> BONFÁ, Rogério Luís Giampietro. *Com ou sem lei: as expulsões de estrangeiros e o conflito entre o executivo e o judiciário na Primeira República*. Dissertação de mestrado em História, Universidade Estadual de Campinas, 2008, p.100-103.

<sup>58</sup> Em alguns registros do seu prontuário consta como João Baptista Minieri.

<sup>59</sup> “Folha de anotações e antecedentes”. Prontuário 774, de João Minieri, DEOPS-SP, Apesp.

<sup>60</sup> Ibid.

<sup>61</sup> “Relação de anarquistas”. Prontuário 774, de João Minieri, DEOPS-SP, Apesp.

modo, a atuação da polícia poderia ser maior num movimento de greve numa grande fábrica têxtil do que, por exemplo, numa pequena oficina de sapatos ou chapéus<sup>62</sup>.

No tocante à existência de uma legislação que atendesse ao mundo do trabalho naquele período, podemos observar uma incipiente tentativa do Estado em regular algumas questões trabalhistas. Para Marcelo Antônio Chaves é possível, inclusive, falar num esforço legislador nas questões do trabalho pelo Estado brasileiro e mais particularmente do governo paulista no primeiro período republicano<sup>63</sup>, algo verificado já no início da década de 1910 e que vai adquirir diferentes contornos nos anos subsequentes. De acordo com Angela de Castro Gomes os anos 1910 e 1920 assinalam a emergência dos primeiros debates sobre os problemas e a regulamentação do trabalho no Brasil, num momento de incremento da produção industrial e de pressão política por maior participação de diferentes agentes sociais. Debates em torno das causas dos problemas sociais, as táticas empregadas para o seu controle e seus possíveis riscos, e as responsabilidades do Estado e do patronato na sua resolução ou contenção, foram questões que estiveram na pauta nessas duas décadas<sup>64</sup>. Percebemos, portanto, que no período no qual está delimitado o marco temporal de nosso trabalho, essas tentativas de regulamentação e fiscalização do mundo do trabalho brasileiro são provenientes de um debate que vinha ocorrendo nos anos anteriores.

A partir de dados compilados por Azis Simão sobre a legislação existente em relação ao trabalho urbano no final da década de 1910, destacamos os seguintes decretos:

- Lei estadual 2.141, de 14-11-1911: reorganiza o serviço sanitário do Estado, em que se dispõe sobre as instalações industriais, trabalho de menores e sua fiscalização;
- Decreto 2.407, de 18-11-1911: concede favores<sup>65</sup> às associações que se propuserem a construir casas para habitação de proletários e dá outras providências;

---

<sup>62</sup> VARGAS, João Tristán. A polícia e o movimento operário na Primeira República. *Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – ANPUH*, Londrina, 2005, p.6-7. Disponível em: <http://anaais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0507.pdf>.

<sup>63</sup> CHAVES, Marcelo Antônio. *A trajetória do Departamento Estadual do Trabalho de São Paulo e a mediação das relações de trabalho (1911-1937)*. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2009, p.29.

<sup>64</sup> GOMES, Angela de Castro. *Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil (1917-1937)*. 2ª ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014, p.68-69.

<sup>65</sup> Azis Simão diz se tratar de uma lei federal, mas não especifica quais seriam esses favores concedidos a essas associações nem a natureza destas.

- Lei estadual 1.596, de 29-12-1917: reforma o serviço sanitário do Estado – dispondo sobre as instalações industriais, trabalho de mulheres e menores e sua fiscalização;
- Lei 3.724, de 15-01-1919: regula obrigações resultantes de acidentes do trabalho. Retificado o artigo 10 pelo Decreto 13.498, de 12-03-1919<sup>66</sup>.

A documentação produzida pelo Departamento Estadual do Trabalho (DET) que tratamos como uma das fontes neste trabalho nos permite acompanhar os debates vivenciados para a implementação de uma legislação regulamentadora das relações de trabalho que entre 1917 e 1919 girou principalmente em torno dos seguintes pontos: lei para acidentes de trabalho, a criação de um Departamento Nacional do Trabalho para arbitrar as relações entre patrões e trabalhadores, a elaboração de um código de trabalho e de uma legislação que regulamentasse o trabalho infantil e feminino. Veremos adiante os desdobramentos dessas discussões.

### **1.1 – Tentativas de uma regulamentação para o trabalho, ou: “Como resolver a questão operária no Brasil”.**

O mesmo Adolpho Gordo que emprestou seu nome às leis de expulsão contra estrangeiros que se envolvessem em atividades que “perturbassem a ordem social” foi o responsável por apresentar no Senado um projeto de lei sobre os acidentes de trabalho, projeto esse elaborado pelo DET em 1915. Desde o início de sua tramitação no Congresso Nacional, os industriais – representados, sobretudo, pelo Centro Industrial do Brasil – acompanharam de perto seu percurso.

Esse projeto de lei estava fundamentado na chamada teoria do risco profissional, que tirava o ônus do trabalhador de ter ele que provar a responsabilidade patronal em caso de acidente de trabalho. De acordo com essa teoria, justificada naquele momento por algumas estatísticas apresentadas pelo DET, considerava-se tacitamente os riscos existentes nas atividades laborais, o que previa o pagamento de indenizações e despesas médicas pelos patrões. De acordo com a argumentação de Marcos Alberto Horta Lima em sua tese de doutorado sobre o projeto político dos industriais brasileiros na década de 1920, o Centro Industrial do Brasil considerou como correta a perspectiva da adoção dessa lei tendo como

---

<sup>66</sup> SIMÃO, op. cit., p.84; 88-89.

referência a doutrina do risco profissional sob a perspectiva dos seus objetivos sociais e políticos que tinham em vista a figura do patrão como promotor de bem-estar social e econômico para os trabalhadores e líder da comunidade de trabalho, estreitando os laços de dependência dos operários para com a indústria. De acordo com essa mirada industrial, caberia ao Estado, portanto, ser uma agente de fiscalização da implementação da legislação social, mas sem interferir nas relações patrão-trabalhador nem ser o protagonista na sua aplicação<sup>67</sup>.

Contudo, ao refletir sobre as questões relacionadas à implementação de leis de proteção social aos trabalhadores no Brasil durante a Primeira República, devemos ter em vista que elas se deram sob forte atuação e pressão da classe trabalhadora. Todas as leis aprovadas e instituídas durante esse período (as quais veremos durante nossa dissertação) se deram sob forte pressão da classe trabalhadora organizada nos sindicatos em diferentes instâncias de participação, inclusive junto ao recém-criado Conselho Nacional do Trabalho (CNT) em 1923<sup>68</sup> – órgão criado para auxiliar a articulação do Estado nas relações entre patrões e empregados – para que este atendesse as reivindicações do operariado e zelasse pelo funcionamento das leis, constantemente burladas ou negligenciadas pelo patronato, constituindo assim uma forma de atuação dos trabalhadores junto ao aparato do Estado para proteção de direitos adquiridos<sup>69</sup>.

O projeto inicial apresentado pelo senador Adolpho Gordo previa o direito à indenização ao operário acidentado apenas no local de trabalho e em consequência do próprio trabalho cabendo ao próprio apresentar provas de que o acidente acontecera em decorrência da sua função no ambiente de trabalho. Por intermédio da intervenção do Centro dos Industriais do Brasil, o projeto foi modificado, contemplando os acidentes ocorridos dentro ou fora do local de trabalho, seguindo os pressupostos da teoria do risco profissional. A responsabilidade do pagamento das indenizações seria garantida por empresas de seguro privadas (de acordo com modelo adotado por seguradoras da Europa e dos Estados Unidos denominado como *experience rating plan*). Nesse sistema, após o pagamento de todo o ciclo de indenizações, o valor

---

<sup>67</sup> LIMA, op. cit., p.81.

<sup>68</sup> O Conselho Nacional do Trabalho foi um órgão governamental criado em 1923, vinculado diretamente ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, sendo responsável desde a sua criação até 1929 pela discussão e elaboração de anteprojetos de reformas de lei (como por exemplo, a lei de acidentes de trabalho que começa a ser reformada em 1924) e também de regulamentos que permitissem a entrada em vigor de novas leis (como por exemplo, a lei de férias). Quando de sua criação, estava prevista uma representação permanente para o empresariado e para os trabalhadores. Cf. GOMES, 2014, Op. Cit., p.197.

<sup>69</sup> SOUZA, Samuel Fernando de. A evolução da consolidação das leis do trabalho. Entrevista especial com Samuel Fernando de Souza. [06 de dezembro, 2007]. São Leopoldo: *Revista do Instituto Humanitas Unisinos*. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/11144-a-evolucao-da-consolidacao-das-leis-do-trabalho-entrevista-especial-com-samuel-fernando-de-souza#>. Acesso em: 08/11/2018.



excedente retornaria ao industrial, minimizando, dessa forma, o valor do seguro pago pelo empresário à seguradora<sup>70</sup>.

O intuito do empresariado era “harmonizar” as relações entre patrões e trabalhadores numa perspectiva em que o lugar ocupado por esses últimos nas relações de trabalho deveria ser delimitado ao desfrute de algumas concessões e obras sociais dos empresários impedindo seu acesso a qualquer órgão decisório. Um exemplo disso foi a oposição do Centro Industrial do Brasil à criação de sociedades de socorros mútuos para indenizar trabalhadores cujo acidente do trabalho resultassem em incapacidade temporária, com participação na administração e contribuição tanto de empresários quanto dos operários. Tal medida, no entender dos industriais, era negativa, pois instituiria potencial área de conflitos entre as partes<sup>71</sup>. Verifica-se como a adesão dos industriais à instituição de uma regulamentação para o trabalho não poderia interferir nas hierarquias industriais brasileiras.

Em relação ao Departamento Estadual do Trabalho essa iniciativa – e outras que deveriam ser criadas pelo Estado – era apresentada como uma forma de mediar e harmonizar as relações entre patrões e operários, valendo-se até mesmo de um argumento religioso para justificá-la:

A solução do problema pela esperada lei será uma garantia da paz industrial e constituirá por certo o advento da legislação do trabalho, tão necessária a um país como o nosso, cuja política imigratória deve basear-se, de preferência, no real e progressivo melhoramento das condições de vida. Se as classes dirigentes souberem alargar com inteligência essa honrosa solução, *baseada exclusivamente no Direito e na Moral cristã*, conjurado estará um dos perigos ao mesmo tempo mais sérios e mais desconhecidos que o Poder Público, mais dia, menos dia, terá de enfrentar<sup>72</sup>.

A solução proposta girava em torno da criação de um órgão que regulamentasse e arbitrasse os conflitos entre capital e trabalho:

(...) E o caminho, em nosso caso, é a criação do Departamento Nacional do Trabalho, órgão adequado ao exercício de uma função que tem sido exercida, alternativamente, por membros do Congresso, por delegados de associações operárias e, até uma vez ou outra, pelo próprio Chefe do Estado. O problema operário não se resolve pela força. Na quase totalidade dos países civilizados, tem-no resolvido o Estado pela criação das repartições de trabalho, entre cujas atribuições predomina a inspeção dos estabelecimentos fabris, como seguro meio de observar as necessidades do meio industrial quanto a segurança, a higiene e a proteção do salário. É dessa inspeção que

---

<sup>70</sup> Ibid, p.89-90.

<sup>71</sup> Ibid, p.80-90.

<sup>72</sup> Boletim do DET, nº 24, de 1917, p.413.

necessitamos nós. Seja ela sistemática, perseverante, imparcial, e da sua atividade resultarão as leis operárias que nos faltam, leis exequíveis, leis de verdade, nascidas da observação dos fatos<sup>73</sup>.

Esses dois excertos que apresento aqui fazem parte do artigo “Legislação do Trabalho”, escrito por J. Papaterra Limongi, funcionário do Departamento Estadual do Trabalho. Os trechos citados assim como todo o artigo estavam em consonância com as ideias expressadas pelo DET, que conforme demonstra em sua tese de doutorado o historiador Marcelo Antonio Chaves era favorável a uma mediação do Estado nas relações entre capital e trabalho tendo por base itens de regulamentação já existentes na legislação referente ao mundo do trabalho naquele momento: o Código Sanitário de 1911, a aprovação rápida da lei de acidentes e um eficaz processo de inspeção nas empresas<sup>74</sup>.

Esse tema suscitou divergências no campo parlamentar durante o ano de 1918. De um lado, defensores da necessidade de o Estado regulamentar as relações de trabalho, entre eles Nicanor do Nascimento e Maurício de Lacerda. Outros parlamentares, como por exemplo, Augusto de Lima que não via necessidade na elaboração de um Código do Trabalho, visto que o Código Civil brasileiro já contemplava as questões referentes ao trabalho. Augusto de Lima retomava uma argumentação utilizada por alguns setores industriais de que os problemas operários vividos no Brasil não tinham o peso das questões enfrentadas pelos países europeus nas relações trabalhistas. Em suma, não via necessidade do Estado como mediador nessa questão, inclusive, por uma cultura já estabelecida em nosso país de “livre negociação” entre patrões e operários:

O orador [Augusto de Lima] defende a lei dos acidentes do trabalho, o sustento do operário e o trabalho dos menores nas fabricas, dizendo que não se tem necessidade atualmente de um código que regularize esses problemas, por isso que os costumes já regulam aqui os direitos de patrões e operários<sup>75</sup>.

A demora envolvida nos debates e na tramitação de lei de acidentes do trabalho se deram muito pelos entraves e pela cerrada oposição exercida pelos industriais (representados pelo Centro Industrial do Brasil) e daqueles que defendiam seus interesses no parlamento brasileiro. Existiam diferenças sociais entre os empresários, como por exemplo entre donos de pequenas e médias fábricas e oficinas que poderiam ceder de alguma forma às reivindicações dos

<sup>73</sup> Boletim do DET, nº 24, de 1917, p.413-414.

<sup>74</sup> CHAVES, Marcelo Antônio. *A trajetória do Departamento Estadual do Trabalho de São Paulo e a mediação das relações de trabalho (1911-1937)*. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2009, p.107.

<sup>75</sup> “Telegramas”. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 01/08/1918, p.4.

trabalhadores e os donos de grandes indústrias, como por exemplo Matarazzo, Jafet, Crespi e Jorge Street que dado seu poderio econômico e social tinham maiores condições de atender as demandas dos trabalhadores<sup>76</sup>. O que estava em jogo nesses embates, conforme destacam Edilene Toledo e Luigi Biondi não era apenas o atendimento ou não atendimento das questões econômicas que afetavam a vida dos trabalhadores, mas o reconhecimento público da classe trabalhadora como sujeito social e político, dotada de autonomia<sup>77</sup>. Mesmo que sob diferentes perspectivas, o empresariado obstaculizou o cumprimento da legislação referente ao trabalho, receoso frente a possibilidade de autonomia da classe trabalhadora nas suas diferentes formas de reivindicação:

Concedia-se para amansar, para impedir a radicalização naquele momento, mas nenhum empresário, até aqueles poucos que reconheciam que era importante negociar com organizações de trabalhadores e resolver problemas sociais candentes com um mínimo de política pública, como era o caso de Jorge Street, ou com o paternalismo étnico, como era o caso de Matarazzo, não viam com bons olhos a autonomia da classe trabalhadora, agindo através de suas organizações, obviamente menos ainda os pedidos de reforma social que essa autonomia levava consigo, inclusive os mais moderados.<sup>78</sup>

Após uma série de debates e de uma demorada tramitação no Congresso Federal, o decreto nº 3.724, de 15 de janeiro de 1919, que regulava as obrigações resultantes de acidentes de trabalho foi sancionado e sua versão na íntegra pode ser consultada num dos boletins do DET<sup>79</sup>. Ainda assim, tal medida era vista com desconfiança pela imprensa operária, como pode ser observado num artigo de Andrade Cadete, que mostrava sérias dúvidas da sua aplicabilidade, dada o poderio social e político dos industriais.

Tendo em vista os argumentos apresentados pelo Departamento Estadual do Trabalho e a promulgação de uma lei de acidentes do trabalho, observamos uma incipiente inserção do Estado nos conflitos existentes no mundo do trabalho brasileiro. É fato que a lembrança da greve geral de 1917 estava muito presente ainda e pelo exposto nos boletins do DET, uma manifestação daquele vulto indicava a necessidade do Estado “adentrar as fábricas”, realizando inquéritos e inspeções que dessem subsídios para que pudesse agir por meio de normas regulamentadoras, evitando novas manifestações e greves como aquelas. Num artigo

---

<sup>76</sup> BIONDI, Luigi; TOLEDO, Edilene. *Uma revolta urbana: a greve geral de 1917 em São Paulo*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2018, p.106.

<sup>77</sup> Ibid.

<sup>78</sup> Ibid.

<sup>79</sup> Boletim do DET, nº30, de 1919, p.29-50.

denominado “Como resolver a questão operária”, o boletim nº 31 e 32 do DET apresentava propostas para um Código de Trabalho, algumas delas já presentes na legislação em voga naquela época; além disso, fazia constante referência a modelos já adotados em outros países que serviriam para o caso brasileiro. Deveriam ser contemplados os seguintes tópicos: liberdade de associação sindical, o salário e a duração do trabalho, a jornada de oito horas, o repouso dominical, o trabalho infantil e a inspeção no trabalho<sup>80</sup>.

Todos esses itens mencionados acima faziam parte das demandas de muitos sindicatos e ligas operárias em São Paulo naquele momento. A autonomia pretendida pela FOSP e pelos sindicatos imbricava-se na luta pelo reconhecimento do direito de associação sindical. Gigi Damiani – um dos líderes do movimento operário em São Paulo naquele momento – defendia num de seus artigos em *A Plebe* a completa autonomia dos sindicatos frente ao Estado, visto que a qualquer momento poderiam ser alvo de uma interdição por parte do governo e da polícia, independentemente de estarem legalizadas ou não<sup>81</sup>. Algo que demonstra essa relação entre as lutas por autonomia sindical e o reconhecimento dos sindicatos reside no fato de algumas ligas operárias que se organizavam (ou se reorganizavam) entre 1918 e 1919 depositarem em cartório seus estatutos – atendendo a legislação daquele momento, que as obrigava a esse procedimento, sob pena de fechamento da associação – vislumbrando aí uma margem para manobra de atuação dentro das normas estabelecidas<sup>82</sup>. Numa pesquisa no Diário Oficial, conseguimos encontrar os estatutos de algumas ligas, como por exemplo, da Liga Operária da Construção Civil (LOCC):

### **Liga Operária da Construção Civil**

#### **ESTATUTOS APROVADOS EM ASSEMBLÉIA GERAL REALIZADA EM 9 DE JUNHO DE 1919**

##### **Sede e fins**

Artigo 1º - A Liga Operária da Construção Civil, com sede e foro jurídico nesta Capital (S. Paulo), fundada em 13 de abril de 1919, para defesa e auxílio de seus associados, compõe-se de número ilimitado de sócios, sem distinção de sexo, nacionalidade ou religião, sendo a sua duração por tempo indeterminado.

Artigo 2º - A Liga Operária da Construção Civil propõe-se a:

a) – Defender todos os direitos econômicos, morais, profissionais e sociais dos operários;

<sup>80</sup> Boletim do DET, nº 31 e 32, de 1919, p.187-201.

<sup>81</sup> DAMIANI, Gigi. “Considerações sobre a organização operária: pela dignidade proletária”. *A Plebe*. São Paulo, 24/05/1919, p.4.

<sup>82</sup> BIONDI, op. cit., p.358-359.

- b) – Trabalhar para elevar o nível moral e intelectual dos trabalhadores, por meio de escolas, bibliotecas, palestras e conferências;
- c) – Agir de acordo com as demais associações em todas as questões em que sejam envolvidos os interesses da classe proletária no que respeita os seus direitos públicos e sua dignidade;
- d) – Manter a autonomia sobre a regularização do trabalho, estabelecendo o horário máximo e o salário mínimo, e ordenando o ganho do trabalhador com o custo de vida;
- e) – Obter colocação para seus associados, quando desempregados<sup>83</sup>.

Na leitura dos estatutos da Liga Operária da Construção Civil, observamos primeiramente a disposição em agregar o maior número possível de trabalhadores, sem realizar distinção de gênero, nacionalidade ou religião, dispondo-se a reunir um “número ilimitado de sócios”. Tinha como um dos seus objetivos a articulação com os demais sindicatos, conforme exposto na alínea c, em tudo o que dissesse respeito aos “seus direitos públicos e sua dignidade”. Portanto, existia uma preocupação com o resguardo dos direitos das associações e dos trabalhadores, ainda que fossem poucos e em constante risco de perda. Nisso, a atuação conjunta com os outros sindicatos era fundamental, e acima deles, coordenando-os, a FOSP.

O sindicato da construção civil – assim como os demais naquele momento – assumia para si uma função reguladora do acesso da mão-de-obra ao mercado de trabalho, assim como de obter colocação para seus sócios em momento em que estivessem desempregados, cumprindo uma função de auxílio. Isso, certamente, concorria para sua manutenção, pois todo associado sabia que num momento de necessidade material, teria o auxílio do sindicato para arranjar uma nova ocupação.

Ao discutir a questão da autonomia pela qual os sindicatos lutavam naquele momento, temos uma pista ao ler a alínea d: “Manter a autonomia sobre a regularização do trabalho, estabelecendo o horário máximo e o salário mínimo, e ordenando o ganho do trabalhador com o custo de vida”. Interessante notar esse aspecto de cunho econômico: buscava-se autonomia para regulamentar as relações de trabalho, com a normatização de uma jornada de trabalho e a estipulação de um salário mínimo, que deveria ser obtido na relação direta com o patronato.

As reivindicações da greve de maio de 1919 nos dão maior possibilidade de entendimento das demandas dos trabalhadores frente aos industriais e os poderes públicos. Algumas demandas desse movimento grevista guardavam semelhanças com as da greve geral

---

<sup>83</sup> “Liga Operária da Construção Civil”. *Diário Oficial*. São Paulo, 23/07/1919, p.4351.

de 1917, o que mostra uma continuidade das reivindicações, conforme apontado por Michael Hall e Paulo Sérgio Pinheiro<sup>84</sup>.

O movimento teve início após um incidente na fábrica Mariângela – parte integrante das Indústrias Reunidas Matarazzo – que culminou com a demissão de um trabalhador, fato considerado injusto pelos seus colegas<sup>85</sup>. A greve rapidamente se alastrou para outras categorias, sendo que no terceiro dia já englobava operários das fábricas de tecidos, padarias, gráficos, ateliers de costura, serrarias e frigoríficos, num número estipulado por *A Plebe* em 50.000 trabalhadores<sup>86</sup>.

O rol de reivindicações apresentado pelos trabalhadores era o seguinte:

- a) O dia de oito horas de trabalho.
  - b) Repouso semanal ininterrupto de 36 horas.
  - c) Proibir trabalhos dos menores de 14 anos, como também o trabalho noturno das mulheres.
  - d) Estabelecer salário mínimo baseado sobre o custo atual dos viveres. Os pagamentos devem ser efetuados semanalmente.
  - e) Igualar o salário das mulheres aos dos homens.
  - f) Completo respeito por parte dos poderes públicos às associações operárias, e plena liberdade de pensamento.
  - g) Rebaixo efetivo, e seguro, dos gêneros de primeira necessidade. Para esse fim deve organizar-se um conselho de alimentação controlado pelas associações populares. A este conselho de alimentação deverão ser concedidos os direitos de requisição.
  - h) Confiar aos conselhos de alimentação o encargo de impedir a falsificação dos gêneros de primeira necessidade.
  - i) Redução imediata dos alugueis. Deverá ser concedida uma moratória para os débitos atrasados, confiado ao conselho de alimentação e alugueis.
- Parágrafo único – Todas estas reclamações devem ser imediatamente postas em prática. Tudo, porém, deverá ser decidido com sindicatos operários, ou diretamente com a própria corporação<sup>87</sup>.

Cruzando as reivindicações dos grevistas com as recomendações do Departamento Estadual do Trabalho para a elaboração de um Código de Trabalho, percebemos muitos pontos em comum: liberdade sindical, a necessidade de se estipular um valor mínimo para os salários, a determinação e o cumprimento jornada de oito horas, o descanso semanal, e a proibição do trabalho infantil. As reivindicações dessa greve mostram como era cada vez maior a demanda

<sup>84</sup> HALL, Michael; PINHEIRO, Paulo Sérgio. A greve de maio de 1919 em São Paulo. In: \_\_\_\_\_. *A classe operária no Brasil: documentos (1889 a 1930)*. Volume 1 – O movimento operário. São Paulo: Alfa Ômega, 1979, p.238.

<sup>85</sup> HALL, Michael. O movimento operário na cidade de São Paulo: 1890-1954. In: PORTA, Paula (org.). *História da cidade de São Paulo: a cidade na primeira metade do século XX*. Volume 3. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p.279.

<sup>86</sup> “As violências inomináveis da polícia”. *A Plebe*. São Paulo, 10/05/1919, p.1.

<sup>87</sup> *Ibid.*, p.1.

do movimento operário por intervenção do Estado na esfera das relações de trabalho e fora dela. Importante ressaltar que essas associações operárias cujo reconhecimento de sua existência era proveniente de lutas anteriores e que teve uma primeira regulamentação no Decreto nº 1.637 de 1907 (que também dispunha sobre a criação de sociedades cooperativas) objetivavam com uma de suas formas de atuação autônoma o processo de ingresso e permanência de seus filiados no mercado de trabalho ao mesmo tempo em que pressionavam em suas diversas manifestações políticas e sociais por uma atuação do Estado como órgão regulamentador das relações de trabalho. A luta dos sindicatos e das ligas operárias articulava autonomia de existência, ou seja, a não obrigatoriedade de serem ligados a um partido político, grupo religioso ou a alguma associação patronal, autonomia no controle da mão de obra de seus associados no mercado de trabalho e a luta por direitos sociais. Neste último ponto, conforme ressalta Angela de Castro Gomes o aumento dos debates parlamentares de fins da década de 1910 em relação à implementação de uma legislação social está diretamente relacionado à amplitude das manifestações do movimento operário e dos diferentes protestos contra as condições de trabalho vigentes no país naquele momento<sup>88</sup>.

Ao ler os registros da imprensa operária e da grande imprensa sobre a greve, percebe-se uma ação descentralizada. A FOSP emitia comunicados que eram reproduzidos por diferentes jornais; foi criado também um Conselho Geral dos Operários formado por um representante indicado por cada comissão de fábrica ou de oficina. Dada a virulenta ação policial e as prisões efetuadas, o Conselho é dissolvido e as negociações são assumidas por dois representantes das seguintes associações: União Operária do Brás, União dos Chapeleiros, Liga Operária da Construção Civil, União Gráfica, União dos Artífices em Calçados, União das Costureiras, União Gráfica dos Tipógrafos e a União dos Empregados em Padarias<sup>89</sup>.

No transcorrer da greve, que durou cerca de três semanas, muitos trabalhadores conseguiram obter a promessa de seus patrões de um aumento de 20% nos seus salários e da jornada de trabalho de oito horas, enquanto outras categorias obtiveram conquistas parciais; algumas empresas recusaram qualquer acordo com seus trabalhadores. Alguns exemplos dos diferentes resultados alcançados nessa greve são os pedreiros de Itaquera que tiveram suas demandas atendidas, num movimento chancelado pelo Sindicato dos Canteiros; já os trabalhadores da Light conseguiram o atendimento parcial de suas reivindicações após aceitarem o acordo proposto pelos patrões<sup>90</sup>.

---

<sup>88</sup> GOMES, op. cit., 2010, p.76.

<sup>89</sup> Ibid., p.1.

<sup>90</sup> HALL, op. cit., p.280.

O ano de 1919 mostra um aumento expressivo da atividade sindical em São Paulo, com o fortalecimento e surgimento de novos sindicatos. A partir dos registros de atividade dos sindicatos, das notícias de surgimento ou reorganização de uma associação publicadas pela imprensa operária, elaboramos o quadro abaixo, que nos mostra a quantidade de organizações existentes na capital paulista e arredores naquele ano. Estão inseridos nesse quadro aquelas associações que de alguma forma seguiam uma linha sindicalista de luta por melhorias econômicas, sociais e políticas para seus associados por meio de reivindicações, paralisações, greves, boicotes etc. Não estão incluídas as associações de caráter mutualista, cooperativista ou católicas/evangélicas.

Quadro 2 – Associações operárias em São Paulo e região metropolitana em 1919

|  |
|--|
| Sindicato dos Canteiros de Itaquera e Lageado  |
| União dos Empregados de Padarias   |
| União dos Artífices em Calçados  |
| União dos Litógrafos - posteriormente incorpora-se à UTG                               |
| União dos Chapeleiros  |
| Liga Operária do Brás  |
| Liga Operária da Lapa - posteriormente torna-se sucursal da UOFT                       |
| União dos Trabalhadores Gráficos   |
| Associação dos Empregados em Comércio  |
| Liga dos Serralheiros - reorganizada em 1919   |
| Sociedade dos Laminadores - posteriormente incorpora-se à Liga Operária de São Caetano |
| Liga dos Padeiros e Confeiteiros - posteriormente Liga dos Manipuladores de Pão        |
| Liga dos Pedreiros - reorganizada em 1919  |
| Associação dos Práticos em Farmácia  |
| União dos Canteiros de Ribeirão Pires - reorganizada em 1919                           |
| Liga dos Operários da Construção Civil - reorganizada em 1919                          |
| União dos Canteiros de Cotia   |
| União das Costureiras - organizada em 1919   |
| Centro Operário de São Bernardo  |
| União dos Operários Metalúrgicos - organizada em 1919                                  |
| Sociedade Internacional dos Empregados em Bares e Restaurantes                         |
| União dos Operários das Fábricas de Vidros e Cristais - organizada em 1919             |
| União dos Caramelistas e Chocolateiros   |
| União dos Operários em Fábricas de Tecidos - organizada em 1919                        |
| União dos Alfaiates  |
| União dos Oficiais Barbeiros - organizada em 1919                                      |
| Associação dos Cigarreiros e Manipuladores de Fumo - organizada em 1919                |
| Liga Operária da Vila Mariana - reorganizada em 1919                                   |
| Liga dos Trabalhadores em Madeira - reorganizada em 1919                               |
| Associação dos Pintores de Letras e Decoradores - organizada em 1919                   |



|  |
|--|
| União dos Trabalhadores em Conservas - organizada em 1919                  |
| Associação dos Gasistas - organizada em 1919                               |
| União Geral dos Ferroviários - organizada em 1919                          |
| Liga Operária da Água Branca - reorganizada em 1919                        |
| Liga Operária do Bom Retiro - reorganizada em 1919                         |
| Liga dos Trabalhadores da Light - organizada em 1919                       |
| União dos Eletricistas - organizada em 1919                                |
| União dos Trabalhadores da Companhia Telefônica - organizada em 1919       |
| União Operária das Fábricas de Pentes e Botões - organizada em 1919        |
| Liga dos Carteiros - organizada em 1919                                    |
| Liga dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo - organizada em 1919 |
| União dos Ensacadores e Trabalhadores de Armazéns - organizada em 1919     |
| União dos Trabalhadores da Limpeza Pública - organizada em 1919            |

Fonte: Elaborado pelo autor

Esse levantamento nos mostra um total de 43 sindicatos atuantes, sendo 39 deles na capital. Desse total, se descontarmos os sindicatos que foram incorporados a outros nesse mesmo ano – a União dos Litógrafos à União dos Trabalhadores Gráficos (UTG), a Liga Operária da Lapa, que se torna sucursal da União dos Operários em Fábricas de Tecidos (UOFT) e a Sociedade dos Laminadores que se incorpora à Liga Operária de São Caetano – chegamos ao número de 40 sindicatos em funcionamento. Observamos que 8 deles foram reorganizados e 18 foram fundados nesse ano, totalizando 26. Ou seja, quase metade dos sindicatos atuantes em São Paulo (e regiões próximas) tiveram seu início ou reinício naquele momento, o que demonstra a vitalidade do movimento sindical em São Paulo, sinalizando uma continuidade com as ações que foram iniciadas em 1917 e que começavam a frutificar na organização dos trabalhadores. É importante lembrar, que durante a metade do ano de 1919, começaram as primeiras atividades de núcleos comunistas em São Paulo<sup>91</sup>, o que colocava um ingrediente a mais para a questão da organização proletária e os métodos de luta a serem adotados, algo que vai tomar maior vulto durante a década de 1920. Outro ponto a ser destacado é a participação das mulheres trabalhadoras de outras categorias além da têxtil nessas associações. Isso pode ser observado na União das Costureiras (criada em 1919) e na sua participação na Associação dos Cigarreiros, conseguindo inclusive aumento salarial em negociações com o patronato<sup>92</sup>. A partir da leitura de alguns dados que apresentamos na sequência presentes no Censo de 1920 no Brasil, podemos identificar melhor a participação das mulheres no mundo do trabalho brasileiro naquela conjuntura:

<sup>91</sup> “Partido Comunista do Brasil: em São Paulo”. A Plebe. São Paulo, 14/06/1919, p.4.

<sup>92</sup> FRACCARO, op. cit., p.47.

Tabela 1 – Comparação dos resultados obtidos nos dois inquéritos quanto ao número de pessoas ocupadas nos serviços industriais

**52 — Comparação dos resultados obtidos nos dois inqueritos, quanto ao numero de pessoas occupadas nos serviços industriaes**

| GRUPOS DE INDUSTRIAS   | NUMERO DE PESSOAS  |                  |                    |                  |                    |                  |   |                  |                  |
|--|--------------------|------------------|--------------------|------------------|--------------------|------------------|---|------------------|------------------|
|  | TOTAL              |                  | SEXO MASCULINO     |                  | SEXO FEMININO      |                  | DIFFERENÇA EM RELAÇÃO AO CENSO INDUSTRIAL |                  |                  |
|  | Censo demographico | Censo industrial | Censo demographico | Censo industrial | Censo demographico | Censo industrial | Total                                     | Sexo masculino   | Sexo feminino    |
| Textis.....  | 88.369             | 117.765          | 30.821             | 59.850           | 57.548             | 57.915           | 29.396                                    | 29.029           | 367              |
| Couros, pelles e outras materias duras do reino animal.....                  | 8.289              | 5.576            | 6.764              | 5.422            | 1.525              | 154              | — 2.713                                   | — 1.342          | — 1.371          |
| Madeiras.....  | 36.734             | 14.767           | 36.716             | 14.625           | 18                 | 142              | — 21.967                                  | — 22.091         | 124              |
| Metallurgia.....   | 96.069             | 15.952           | 96.055             | 15.128           | 14                 | 824              | — 80.117                                  | — 80.927         | 810              |
| Ceramica.....  | 22.963             | 21.539           | 20.011             | 19.668           | 2.952              | 1.871            | — 1.424                                   | — 343            | — 1.081          |
| Productos chimicos propriamente ditos e productos analogos                   | 7.148              | 18.468           | 6.081              | 13.465           | 1.067              | 5.003            | 11.320                                    | 7.384            | 3.936            |
| Alimentação.....   | 44.153             | 64.073           | 41.111             | 48.786           | 3.042              | 15.287           | 19.920                                    | 7.675            | 12.245           |
| Vestuário e toucador....   | 475.293            | 33.502           | 144.178            | 21.772           | 331.115            | 11.730           | — 441.791                                 | — 122.406        | — 319.385        |
| Mobiliário.....  | 33.683             | 9.340            | 32.499             | 8.628            | 1.184              | 712              | — 24.343                                  | — 23.871         | — 472            |
| Edificação.....  | 264.104            | 4.279            | 264.104            | 4.238            | —                  | 41               | — 259.825                                 | — 259.866        | 41               |
| Construção deapparelhos de transporte  | 10.745             | 6.153            | 10.745             | 5.996            | —                  | 157              | — 4.592                                   | — 4.749          | 157              |
| Produção e transmissão de forças physicas...                                 | 21.110             | 668              | 21.064             | 657              | 46                 | 11               | — 20.442                                  | — 20.407         | — 35             |
| Industrias relativas ás sciencias, lettras e artes. Industrias de luxo ..... | 53.993             | 1.074            | 29.172             | 923              | 24.821             | 151              | — 52.919                                  | — 28.249         | — 24.670         |
| Outras.....  | 26.704             | —                | 20.436             | —                | 6.268              | —                | — 26.704                                  | — 20.436         | — 6.268          |
| <b>TOTAL.....</b>  | <b>1.189.357</b>   | <b>3131.56</b>   | <b>759.757</b>     | <b>219.158</b>   | <b>429.600</b>     | <b>93.998</b>    | <b>— 876.201</b>                          | <b>— 540.599</b> | <b>— 335.602</b> |

Fonte: Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920, Volume 5 (1ª parte), Indústria. Rio de Janeiro: Tipografia da Estatística, 1927, p.71.

Verificamos que a presença das mulheres não se restringia ao universo da indústria têxtil, considerando o exposto na tabela, haja vista o número significativo de mulheres em outras áreas, como por exemplo, na cerâmica, na indústria da alimentação, de vestuário e toucador e de produtos químicos. Por outro lado, percebemos que na área de edificação (incluídos aqui todos os segmentos referentes à construção civil) a presença feminina era bem diminuta.

Na tabela abaixo, vemos de maneira mais detalhada os segmentos em que estavam presentes as mulheres trabalhadoras:

Tabela 2 – Número e porcentagem de trabalhadoras por indústria no Brasil

| INDUSTRIAS   | Numero total<br>de operarios<br>(sexos<br>masculino e<br>feminino) | OPERARIAS<br>DO SEXO FEMININO |                                    |
|--|--|-------------------------------|------------------------------------|
|  |  | Numero                        | % sobre o<br>total de<br>operarios |
| Fiação e tecelagem de algodão.....                                       | 81.052   | 42.438                        | 52,4                               |
| Cigarros, charutos e outros preparados de fumo.....                      | 14.510   | 10.734                        | 74,0                               |
| Camisas e roupas brancas.....  | 5.138  | 4.816                         | 93,7                               |
| Tecidos de malha.....  | 5.366  | 3.355                         | 62,5                               |
| Calçados de couro.....   | 14.647   | 2.479                         | 16,9                               |
| Tecidos de juta.....   | 2.820  | 2.186                         | 77,5                               |
| Tecelagem de algodão.....  | 3.186  | 2.083                         | 65,4                               |
| Phosphoros.....  | 3.446  | 1.998                         | 58,0                               |
| Tecidos de lã (pura e mesclada).....                                     | 4.000  | 1.623                         | 40,6                               |
| Fiação de algodão.....   | 2.858  | 1.552                         | 54,3                               |
| Tecidos de seda.....   | 1.765  | 1.286                         | 72,9                               |
| Chapéus de feltro.....   | 3.502  | 1.116                         | 31,9                               |
| Doces, balas e confeitos.....  | 2.294  | 1.005                         | 43,8                               |
| Vidros e crystaes.....   | 5.533  | 933                           | 16,9                               |
| Moagem de cereaes e fabricação de farinhas de mandioca, trigo e polvilho | 4.598  | 757                           | 16,5                               |
| Caixas de papelão.....   | 1.094  | 711                           | 65,0                               |
| Roupas para homens.....  | 909  | 700                           | 77,0                               |
| Rendas e bordados.....   | 1.058  | 656                           | 62,0                               |
| Moveis de madeira.....   | 7.501  | 633                           | 8,4                                |
| Beneficiamento do café.....  | 1.886  | 612                           | 32,4                               |
| Especialidades pharmaceuticas.....                                       | 1.230  | 598                           | 48,6                               |
| Rêdes.....   | 776  | 596                           | 76,8                               |
| Chapéus de panno e bonnés.....   | 767  | 592                           | 77,2                               |
| Chapéus para senhoras.....   | 608  | 555                           | 91,3                               |
| Olarias (tijolos, telhas e manilhas).....                                | 10.628   | 507                           | 4,8                                |
| Perfumarias.....   | 964  | 502                           | 52,1                               |
| Chapéus de palha.....  | 719  | 485                           | 67,5                               |
| Congelação de carne.....   | 4.264  | 379                           | 8,9                                |
| Chocolate.....   | 593  | 360                           | 60,7                               |
| Saccos.....  | 641  | 357                           | 55,7                               |
| Cordoalha.....   | 797  | 347                           | 43,5                               |
| Artefactos de folha de Flandres e de ferro zincado e estanhado.....      | 2.201  | 329                           | 14,9                               |
| Flôres artificiaes e corôas.....   | 417  | 313                           | 75,1                               |
| Fitas, cadarços e tranças.....   | 388  | 299                           | 77,1                               |
| Louça commum (kaolim ou feldspatho).....                                 | 1.292  | 297                           | 23,0                               |
| Beneficiamento do papel.....   | 1.418  | 253                           | 17,8                               |
| Estopa.....  | 409  | 216                           | 52,8                               |
| Conservas de carne.....  | 884  | 210                           | 23,8                               |
| Tecidos elasticos (suspensorios, ligas e cintas).....                    | 333  | 200                           | 60,1                               |

Fonte: Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920, Volume 5 (1ª parte), Indústria. Rio de Janeiro: Tipografia da Estatística, 1927, p.78.

A estatística mostra que a maior parte das trabalhadoras estavam ligadas ao setor têxtil conforme mostra a porcentagem por setor nos ramos de confecção de camisas e roupas brancas (93,7%), tecidos de juta (77,5%), tecidos de seda (72,9%), tecelagem de algodão (65,4%) e tecidos de malha (62,5%). Mas, na sequência do que argumentamos anteriormente, vemos a

presença dessas trabalhadoras em outros espaços de produção, como no fabrico de “chapéus para senhoras” (91,3%), chapéus de pano e bonés (77,3%) e nas áreas químicas como a de perfumaria, com pouco mais da metade da mão de obra (52,1%) e “especialidade farmacêuticas” com quase a metade da mão de obra feminina (48,6%). Esses números nos dão mais elementos para desconstruir sobremaneira a imagem da mulher trabalhadora associada unicamente ao universo têxtil do mundo do trabalho do Brasil na Primeira República<sup>93</sup>.

A partir da conjuntura vista entre 1917-1919 que nos indica uma continuidade no fortalecimento desses sindicatos em São Paulo cabe uma reflexão sobre os motivos que levaram esses trabalhadores a aderirem a essas associações chamadas de “resistência”, sindicatos de ofício que traziam consigo certa tradição associativa em alguns casos, como por exemplo, os sapateiros, chapeleiros e gráficos e outras categorias que iniciavam seu processo organizativo. No estudo realizado sobre sociedades de socorros mútuos no Rio Grande do Sul entre 1854-1940, Adhemar Lourenço da Silva Júnior apresenta alguns fatores levados em consideração por indivíduos que se associavam as mutuais e a partir dos quais podemos cotejar com o fortalecimento do movimento sindical na conjuntura citada.

Partindo da premissa que alguém adere a uma sociedade de socorros mútuos por um critério racional de escolha, Adhemar Lourenço verifica critérios tanto de ordem material/econômica quanto de caráter “espiritual”. A questão material primordial para a adesão de um indivíduo a uma sociedade de socorros mútuos seria o seu caráter previdenciário, visto que entre o final do século XIX e o início do XX não existia uma legislação instituída sobre a securitização social. Portanto, aderir a uma mutual seria precaver a si e aos seus familiares do risco de precarização de suas vidas decorrentes das incertezas do mercado de trabalho ou do tempo de serviço trabalhado sem nenhuma contrapartida. O outro fator apontado por Adhemar Lourenço diz respeito ao motivo “espiritual” produzido por essas sociedades e o termo empregado entre aspas justifica-se na medida em que isso não dizia respeito diretamente a motivos religiosos – ou não apenas religiosos – mas também de respeitabilidade, prestígio social confiabilidade, orgulho étnico e de representatividade nas suas demandas<sup>94</sup>.

Trazendo essa análise para o universo dos sindicatos e das ligas operárias de bairro, esse aumento de associados – ainda que nos falem dados estatísticos sobre o número de filiados

---

<sup>93</sup> Para uma análise mais detalhada das diferentes ocupações das trabalhadoras em São Paulo entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, ver MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. “Além da indústria têxtil: o trabalho feminino em atividades ‘masculinas’”. *Revista Brasileira de História*, v.9, nº 18, São Paulo, ago./set. 1989.

<sup>94</sup> SILVA JÚNIOR, Adhemar Lourenço. *As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas (estudo centrado no Rio Grande do Sul-Brasil, 1854-1940)*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2004, p.45-49.

daquelas agremiações – nos permite observar que não obstante a ausência de uma garantia sobre a questão previdenciária, o fato desses sindicatos de ofícios possuírem certo controle na inserção desses trabalhadores no mercado de trabalho pode ser visto como um fator atrativo. Outro aspecto que se articula ao primeiro é o fato da representatividade. Os sindicatos colocavam-se cada vez mais na arena pública demandando questões salariais, de jornada de trabalho e na luta por direitos trabalhistas, algo observado também nas ligas de bairro até o início da década de 1920.

A partir daquele momento, as ligas operárias de bairro começaram a ter um certo declínio como modelo para organização, pelo fato de cada vez mais categorias organizarem-se de forma autônoma. Outro ponto a ser observado é o surgimento da União dos Operários em Fábricas de Tecidos (UOFT)<sup>95</sup>, que agregava trabalhadores concentrados em bairros que anteriormente viam como alternativa a filiação às ligas da Mooca, do Belenzinho, do Brás, por exemplo. Ainda assim, notamos o ressurgimento de algumas dessas ligas, tais como a Liga Operária da Vila Mariana, a Liga Operária da Água Branca e a Liga Operária do Bom Retiro. Isso demonstra o dinamismo presente nas formas de organização dos trabalhadores, não existentes modelos pré-concebidos e sim as necessidades de cada categoria, ou até mesmo de uma determinada região da cidade.

Essa dinâmica de coexistência entre diferentes formas de organização sindical é assinalada por Eley também no movimento operário europeu do início do século XX, como por exemplo, nos casos da Grã-Bretanha onde existiam sindicatos profissionais compostos por artesãos organizados de acordo com seu ofício e sindicatos gerais que reuniam desde trabalhadores “não-qualificados” até trabalhadores qualificados e/ou semiquualificados que não possuísem uma associação que os representasse, organizados, e da Alemanha onde existiam organizações vinculadas às tradições artesanais ao lado de um emergente sindicalismo industrial de massa, como por exemplo no caso dos amoladores de faca da indústria cuteleira da cidade de Solingen, no qual um sindicato composto por cuteleiros especializados viu com o processo de forte industrialização experimentado por aquela região na primeira década do século XX o surgimento de um grande sindicato industrial (O Sindicato dos Metalúrgicos – DMV) que congregava trabalhadores de diferentes ramificações daquele polo industrial. Em

---

<sup>95</sup> Contemporânea à UOFT de São Paulo é a existência da União dos Operários em Fábricas de Tecidos do Rio de Janeiro, que surgiu em janeiro de 1917, volta a aparecer em agosto do mesmo ano e que tem registro de atuação até 1927 e guarda semelhança de princípios de atuação com a irmã paulistana, visto que no quinto artigo de seus estatutos previa a ação direta nas reivindicações e o não pertencimento a nenhuma linha política ou doutrina religiosa. Cf. BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes (coord.). *Dicionário do movimento operário*: Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920, militantes e organizações. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009, p.271-272.

ambos os países essas associações costumavam ser organizadas em escala nacional<sup>96</sup>. Nos casos da Itália, França e Espanha, foram mais comuns organizações de base local e/ou regional, descentralizadas e heterogêneas<sup>97</sup> que combinavam atividades sindicais e de bolsa de trabalho, conforme mencionado anteriormente.

No período da Primeira República no Brasil, Claudio Henrique de Moraes Batalha delinea as três formas principais de sindicatos (ou sociedades de resistência) coexistentes<sup>98</sup>:

- Associações pluriprofissionais: reuniam operários de diferentes ofícios ou ramos industriais numa única organização. Essas associações geralmente reuniam trabalhadoras e trabalhadores pertencentes a categorias que ainda não possuísem capacidade para criar organizações próprias, tendo como um dos principais exemplos, as ligas operárias de bairro que surgiram em São Paulo a partir de 1917;
- Sociedades por ofício: organizações que reuniam trabalhadores de um mesmo ofício. Constituíram a principal forma de organização operária na Primeira República representando os operários de ofícios mais qualificados naquele momento e/ou com maior tradição organizacional, como por exemplo, os sapateiros, chapeleiros e trabalhadores da construção civil;
- Sindicatos de indústria ou ramo de atividade: implantados com maior facilidade em atividades industriais que geralmente não tiveram organização sindical própria anteriormente e que experimentavam um processo de desqualificação do trabalho, decorrente de um elevado grau de mecanização do trabalho. O maior exemplo do surgimento desse tipo de sindicato em São Paulo no fim da década de 1910 e início da de 1920 é dos trabalhadores têxteis, representados na União dos Operários Fábricas de Tecidos.

Por sinal, a União dos Operários em Fábricas de Tecidos (UOFT) recém-fundada já demonstrava grande capilaridade junto aos tecelões e operários do segmento têxtil, visto que no seu início já constituiu 8 sucursais, conforme apresentado na figura abaixo:

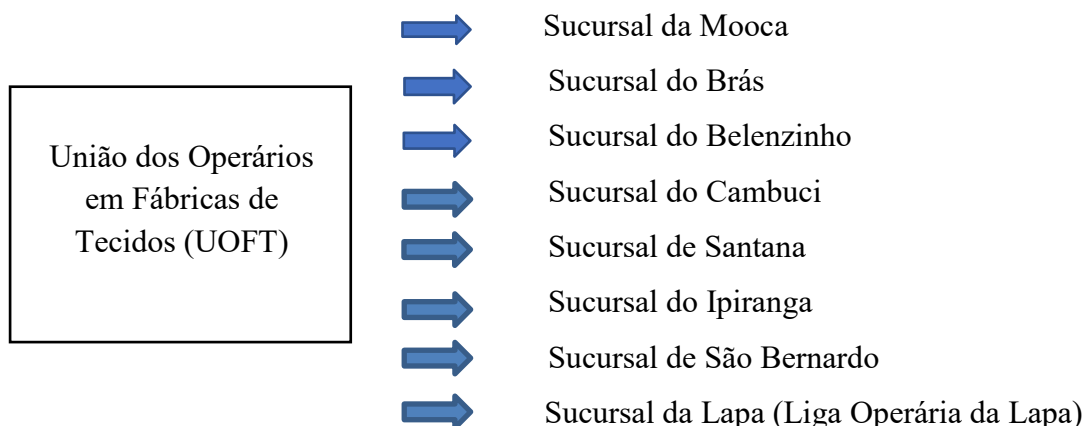
---

<sup>96</sup> ELEY, op. cit., p.99-107.

<sup>97</sup> Ibid, p.101.

<sup>98</sup> BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p.16-19. (Coleção Descobrindo o Brasil).

Figura 1: A União dos Operários em Fábricas de Tecidos e suas sucursais



Fonte: Elaborada pelo autor

Podemos observar que se tratava de uma associação de grande porte e que possuía, decerto, certa complexidade na sua organização burocrática, pois estava ligada à FOSP e possuía oito “filiais” a organizar e articular. A UOFT desempenhou importante atuação no sindicalismo paulistano nos primeiros anos da década de 1920, conforme veremos adiante.

Outra questão importante a ser discutida nesse momento diz respeito à relação entre o ascenso e descenso organizativo do proletariado em São Paulo e os ciclos econômicos ocorridos durante a Primeira República. O período correspondente ao recorte inicial de nossa pesquisa – o ano de 1917 – mostra uma retomada forte da atividade sindical em São Paulo, algo que já vinha ocorrendo, inclusive, antes da greve geral de 1917. Se durante os primeiros anos do conflito mundial de 1914 a economia brasileira enfrentou sérias dificuldades – decorrente da impossibilidade de importar produtos dos EUA e dos países europeus envolvidos na 1ª guerra mundial e consequente impulso para satisfação dessas necessidades com aumento da produção interna – ocorrendo uma redução da atividade industrial devido à dificuldade para importação de produtos manufaturados e com as importações de bens de capital, necessários para instalação de novas unidades produtivas, já nos anos finais do conflito, sobretudo a partir de 1917 ocorreu um exponencial crescimento da atividade industrial; especificamente o estado de São Paulo experimentou um grande crescimento entre 1915-1918, algo que se refletiu no aumento do número de empregados nas fábricas e oficinas<sup>99</sup>. No pós-guerra, seguiu-se uma rápida retomada

<sup>99</sup> ARIAS NETO, José Miguel. Primeira República: economia cafeeira, urbanização e industrialização. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves e FERREIRA, Jorge (orgs.). *O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. 2ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p.220-221; ver também BIONDI; TOLEDO, Op. Cit., 2018, p.23.

de crescimento da economia brasileira e subsequente crise, profundamente influenciada pelos efeitos do armistício nas economias europeias e dos EUA, algo verificado no aumento dos preços do café, – principal produto de exportação brasileiro naquele momento – e na liberação de uma ampla demanda de produtos manufaturados no mercado interno, que começavam a ter sua produção favorecidos com o término do conflito e a consequente importação de bens de capital e de consumo, propiciou um cenário favorável para a economia brasileira, que se deu de maneira efêmera, vista a recessão da economia mundial que veio logo em seguida no início dos anos 1920<sup>100</sup>. O ascenso das mobilizações operárias verificadas no final da década de 1910 e princípio da de 1920 possuem evidente relação com essa instabilidade econômica que o país atravessava.

À recuperação na atividade econômica verificada em 1922, seguiu-se uma estagnação entre 1925-26, algo verificado sobretudo na importação de bens de capital que após crescer em 1923, caiu 24% em 1926. Soma-se a isso a queda nos salários reais verificada no período, fator que gerava tensão nos centros urbanos<sup>101</sup>. A partir de agora vamos observar como se deu a atividade sindical entre 1921-24, marcada por redução na quantidade de sindicatos, mas que não significou interrupção das mobilizações proletárias.

O exposto até aqui vai ao encontro, num primeiro momento, ao que já foi escrito por uma parte da historiografia do movimento operário na Primeira República, quando demarca o período 1917-1921 como um de seus principais momentos<sup>102</sup>. Contudo, a partir da pesquisa realizada, observamos que no pós-1921, mesmo com o refinamento dos instrumentos de controle por parte de industriais e do Estado, ao lado das formas de repressão já anteriormente utilizadas contra o movimento operário, vemos uma significativa participação de trabalhadores e sindicatos no cenário político e social em São Paulo, até aproximadamente 1924 (recorte cronológico escolhido para esse capítulo) quando aconteceram as revoltas promovidas por membros do exército – no lastro do movimento tenentista – na capital paulista e em outras cidades brasileiras. É o que discutiremos no próximo segmento.

---

<sup>100</sup> FRITSCH, Winston. Apogeu e crise na Primeira República: 1900-1930. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990, p.46.

<sup>101</sup> FRITSCH, op. cit., p.54-55.

<sup>102</sup> Sheldon Leslie Maram identifica no período 1917-1920 a fase mais “ativa” do movimento operário na Primeira República, sobretudo devido à presença dos imigrantes italianos, portugueses e espanhóis na liderança dos principais sindicatos daquele momento. Cristina Hebling Campos localiza entre 1917-1921 o momento das maiores aspirações revolucionárias do movimento operário em São Paulo, marcado predominantemente pela presença anarquista nas suas instituições, algo que essa historiadora denominou como um “sonhar libertário”, impresso nas suas manifestações. Ver CAMPOS, Op. Cit., 1983, p.1; MARAM, Sheldon Leslie. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro (1890-1920)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p.19.



## 1.2 – O início da década de 1920: antigos e novos impasses. Antigas e novas soluções?

Os inícios da década de 1920 colocaram velhas e novas questões para o movimento operário em São Paulo. No plano organizativo, conforme mencionado por Luigi Biondi, os italianos e suas associações étnicas e de classe continuaram predominantes no cenário e desempenhando importante atuação. Contudo, algumas mudanças vão se cristalizando tais como, a entrada cada vez maior dos filhos de imigrantes nas fileiras do mercado de trabalho e dos sindicatos, diminuindo um pouco a conotação étnica na característica do movimento associativo paulistano, a transformação das ligas de ofício em ligas de categoria, as dificuldades enfrentadas pelos grupos anarquistas, o advento do fascismo e consequentemente de grupos antifascistas e suas respectivas influências em São Paulo<sup>103</sup>. No íterim 1921-1924, percebemos um movimento de fortalecimento de algumas associações como a dos sapateiros, dos tecelões, dos gráficos e da construção civil, tendo em contrapartida uma diminuição quantitativa dos sindicatos em constante atuação, como demonstraremos adiante.

Ao discutir essa caracterização, Angela Maria de Castro Gomes menciona também a complexa situação vivida por grupos anarquistas e sindicatos, algo que se agravou com a aprovação em 1921 de uma nova versão da lei de expulsão de estrangeiros também de responsabilidade de Adolpho Gordo (já mencionada anteriormente), que permitia a expulsão de estrangeiros e fechamento sumário de associações que por ventura realizassem atos considerados prejudiciais à ordem pública<sup>104</sup>. Ocorria naquele momento um intenso debate entre anarquistas e socialistas, que giravam basicamente em duas questões: a) a interação entre sindicatos e movimento operário; b) a interação que deveria existir entre sindicatos e anarquismo<sup>105</sup>. Por sinal, num manifesto lançado em abril de 1920, os anarquistas de São Paulo procuraram desfazer a imagem de “elementos indesejáveis” ao mesmo tempo em que tentavam demonstrar sua orgânica ligação com o movimento operário e lançar as bases de um projeto anarquista para o Brasil. Nele, se vislumbra uma configuração social na qual os trabalhadores detenham as rédeas, organizados numa vasta confederação nacional que agregaria em torno de si federações de trabalhadores da indústria, agricultura, viação, transportes, obras públicas, higiene, educação, ciência, arte etc.<sup>106</sup>. Vemos que persistia ainda a ideia de organização dos

---

<sup>103</sup> BIONDI, op. cit., p.357-360.

<sup>104</sup> GOMES, Angela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p.135.

<sup>105</sup> GOMES, op. cit., p.138.

<sup>106</sup> “A propósito da reação. Os anarquistas brasileiros ao povo do Brasil. Quem somos e que queremos”. A Plebe, 17/04/1920. In: HALL; PINHEIRO, op. cit., p.243-247.

trabalhadores em federações, algo que por sinal será retomado mais vezes durante a década de 1920.

Apesar das dificuldades atravessadas naquele momento e dos intensos debates quanto aos rumos da organização, nos primeiros meses de 1920 ocorreram os preparativos para o 3º Congresso Operário Brasileiro – os dois primeiros acontecidos em 1906 e 1913 – realizado no Rio de Janeiro entre o final de abril e os primeiros dias de maio daquele ano. As resoluções e normas adotadas no congresso deram novo fôlego e esperança à parte do movimento sindical que se pretendia autônomo naquele momento, reafirmando essa característica como primordial para as associações:

Considerando, mais, como único método de organização compatível com o irreprimível espírito de liberdade e com as imperiosas necessidades de ação e educação operária, o método federativo – a mais larga autonomia do indivíduo no Sindicato, deste na Federação e da Federação na Confederação, e como unicamente admissível simples delegação de funções sem autoridade<sup>107</sup>.

A importância da realização de um congresso operário num cenário de muitas adversidades foi percebida pelo sindicalismo paulistano, representado por delegados de algumas associações assim como das resoluções e propostas encaminhadas numa importante assembleia de maio de 1920 realizada na União dos Trabalhadores Gráficos (UTG) com a participação de 24 sindicatos<sup>108</sup> em atuação naquele momento, mais os delegados operários de São Paulo presentes no 3º Congresso Operário Brasileiro e por antigos membros da FOSP<sup>109</sup>.

Entre outras questões foram debatidas a remodelação da FOSP, com novas bases de acordo que estivessem em consonância com as resoluções do 3º Congresso Operário Brasileiro, o projeto da criação de um jornal diário para os trabalhadores e a união federativa dos sindicatos dos canteiros, já que naquele momento se organizavam de maneira individual. Vemos que além dos anarquistas, os sindicalistas insistiam na organização por federações para o movimento operário. Essa remodelação da FOSP previa que ela fornecesse as bases para num futuro

<sup>107</sup> “Imponente demonstração de vontade reivindicadora”. *A Plebe*. São Paulo, 08/05/1920, p.1.

<sup>108</sup> Estiveram representados os seguintes sindicatos: União dos Artífices em Calçados, União dos Trabalhadores Gráficos, União dos Oficiais Barbeiros, União dos Operários em Fábricas de Tecidos, União dos Empregados em Padarias, Liga dos Manipuladores de Pão, União dos Operários Metalúrgicos, União dos Alfaiates, União dos Chapeleiros, União dos Empregados em Armazéns e Ensacadores, União dos Operários em Fábricas de Vidros e Cristais, Liga Operária da Construção Civil, União dos Operários em Fábricas Alimentícias e Afins, União Geral dos Ferroviários, União dos Canteiros de São Paulo, União dos Empregados em Cafés, União dos Ceramistas, União dos Gráficos e Litógrafos, Sociedade Internacional dos Empregados em Hotéis, Restaurantes e Bares, União dos Alfaiates Contramestres e quatro associações de canteiros: Itaquera, Lageado, Sabaúna e Perús. Ao observar a relação dos sindicatos participantes observamos que não estava presente nenhuma liga operária de bairro. Aqui, temos mais um indício de como nos anos entre 1920-1921 essa forma de organização vai gradativamente dando lugar aos sindicatos por ofício e também por indústria que começavam a surgir.

<sup>109</sup> “Imponente reunião do proletariado organizado”. *A Plebe*. São Paulo, 15/05/1920, p.3

próximo se organizar uma federação de caráter estadual que reunisse todas as agremiações conferindo total autonomia para seus filiados.

Os debates travados por diferentes correntes políticas e ideológicas do movimento operário visavam responder a novas questões que se colocavam nas demandas dos trabalhadores, assim como da atuação policial e dos industriais. Dada a vaga de greves e manifestações enfrentadas entre 1917-1920, setores do empresariado paulista colocaram em prática métodos para um controle mais efetivo e sistemático da força de trabalho. O Centro dos Industriais de Fiação e Tecelagem de São Paulo – entidade que representava os industriais do setor têxtil – por intermédio de seu secretário-geral, Otávio Pupo Nogueira colocava em funcionamento junto de seus associados um sistema de informações que trazia toda a atividade do Centro e de suas indústrias através de boletins e circulares. Numa dessas é proposta uma “identificação científica” dos operários, sob o pretexto de se reprimir os roubos nas fábricas, numa atuação conjunta com a polícia, como se pode ver claramente no trecho abaixo:

(...) Até hoje, que saibamos, as Fábricas de São Paulo ainda não conseguiram um meio prático e radical de pôr paradeiro aos contínuos roubos e furtos de que são vítimas por parte de seus maus operários (...)

Essa terapêutica é uma ação conjunta entre os senhores industriais e a Polícia do Estado (...)

Quais as consequências da medida que se propõe aqui?

1º) – A repressão e não a simples expulsão das fábricas seria uma poderosa arma contra os ladrões. Realmente, diante do perigo de prisão em flagrante, na frente de companheiros, seguida de processo-crime regular e em cumprimento de pena da Penitenciária, aqueles dos maus operários que tivessem pendor para o roubo tratariam de recalcar esse pendor.

2º) – A identificação científica deixaria traços inconfundíveis do criminoso, tão inconfundíveis e precisos que, em hipótese alguma, eles poderiam encontrar trabalho nas fábricas filiadas ao Centro (...)

(...) Estamos certos de que a grande massa do operariado paulista é boa, é sã, mas ninguém ignora que no meio dela existem elementos francamente indesejáveis, que vivem no sonho de reivindicações abstrusas e criminosas.

(...) Nada impede que as fábricas, doravante, expurguem o seu pessoal de agitadores profissionais, que operam na classe operária como um fermento de desordem e de morte.

Quando qualquer dos senhores associados quiser livrar-se de um agitador, nada mais tem a fazer do que comunicar-se com este Centro e o Centro providenciará imediatamente no sentido de ser o elemento perigoso afastado da fábrica, pela polícia, identificado<sup>110</sup>.

<sup>110</sup> Centro dos Industriais de Fiação e Tecelagem, “Repressão dos roubos e furtos nas fábricas”, anexo à “Circular” nº 10, 04/04/1921. In: HALL, Michael; PINHEIRO, Paulo Sérgio. *A classe operária no Brasil (1889-1930): documentos*. Volume 2 – condições de vida e de trabalho, relações com os empresários e o Estado. São Paulo: Brasiliense, 1981, p.194-197.

Os industriais paulistas procuravam levar à cabo uma atuação que articulasse a repressão aos operários ditos “indesejáveis” ao mesmo tempo que procuravam incutir um sistema de valores que criassem um sentimento de solidariedade e integração entre patrões e os demais trabalhadores. Entre as ações práticas estabelecidas pelos proprietários do capital, estavam a criação de vilas operárias ao redor das fábricas que abarcassem serviços de bem-estar social tais como, escolas, creches, armazéns, farmácias, médicos, espaços de lazer. Na visão do historiador Marcos Lima, tais medidas vinham nesse intuito de estabelecer um ambiente de colaboração maior do trabalhador, aumentar sua produtividade, criar uma esfera de controle sobre a mão de obra empregada, assim como de evitar a elevação dos salários, tendo em vista o fato de que operárias e operários já teriam todos os benefícios e recursos necessários para sua subsistência fornecidos pela empresa<sup>111</sup>.

Contudo, as vilas operárias e as moradias construídas pelos patrões para seus empregados, contemplavam apenas os trabalhadores considerados “qualificados”. Conforme exposto por Maria Auxiliadora Guzzo Decca, esse tipo de empreendimento não se generalizou na cidade de São Paulo até meados da década de 1930 por dois motivos: primeiro, o fato de que essas construções demandavam alto investimento, algo possível apenas para os grandes estabelecimentos industriais, que não eram a maioria em São Paulo naquele momento. Em segundo lugar, as vilas operárias ou conjunto de habitações operárias de propriedade dos industriais eram destinados apenas aos mestres e contramestres, vistos como figuras a se reter e controlar junto à produção, deixando à margem a maioria dos trabalhadores<sup>112</sup>.

Um dos principais exemplos dessa postura do empresariado brasileiro foi a construção da vila operária da fábrica Maria Zélia (localizada no bairro do Belenzinho) por iniciativa do empresário Jorge Street. Na avaliação do historiador Marcos Lima, tal iniciativa – vista à época como algo moderno e revolucionário – representava o comportamento mais tradicional no ambiente social e industrial brasileiro: o patrão paternalista. Essa postura tinha como marca distintiva o fato de que a trabalhadora e o trabalhador produziram num ambiente que oferecesse condições morais, higiênicas e intelectuais “civilizadas”, propiciado pelos patrões<sup>113</sup>. Alguns estabelecimentos industriais de certo porte na cidade de São Paulo (Vidraria Santa Marina, Cotonificio Crespi, Cigarros Sudan, Chapéus Ramenzoni, Cia. Lacta) investiram na construção de habitações operárias para alugá-las posteriormente a seus operários a preços elevados,

---

<sup>111</sup> LIMA, op. cit., p.46.

<sup>112</sup> DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo (1927-1934)*. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1983, p.59.

<sup>113</sup> Ibid, p.55-65.

justificando a cobrança de um valor elevado pelas facilidades proporcionadas ao morarem próximos ao ambiente de trabalho<sup>114</sup>.

Por outro lado, as perseguições e prisões, contra militantes continuaram acontecendo concomitante a esse refinamento usado para enquadramento dos trabalhadores. Greves sucediam-se como as ocorridas na fábrica de juta Sant'Ana, nas fábricas de calçados Renascença e União, na oficina de fabrico de chapéus Casa N. Barros & Cia. Além disso, os choferes, os tecelões da fábrica Vitória e os canteiros da Cia. Industrial em Ribeirão Pires fizeram greves, todas elas acontecendo num espaço de 5 meses, entre maio e outubro de 1920. Nenhuma delas tomou o impulso para converterem-se em greves gerais como as de 1917 e 1919, mas ainda assim mostram como diferentes categorias de trabalhadores em São Paulo continuaram atuando de forma incisiva nas suas reivindicações. Trabalhadores de diferentes segmentos sofreram prisões e processos de expulsão do país contra si. É o caso, por exemplo, do espanhol Rodesindo Calomenero (ou Colmenero) Rodrigues preso três vezes em 1920, duas delas por participar de greves e em 1921 preso novamente por participar de reuniões numa associação operária não mencionada pelos órgãos policiais<sup>115</sup>. É identificado no seu prontuário como “desordeiro e anarquista perigoso”, um exemplo que evidencia a permanência da atitude frente aos anarquistas qualificados como “indesejáveis” e “perigosos”, ideia que perpassa o período da Primeira República, desde o estabelecimento dos primeiros sujeitos e núcleos anarquistas em São Paulo.

Outro caso identificado nesse momento é o do também espanhol Luiz Nietto Tortosa, natural de Almería, cidade do sul da Espanha. Era trabalhador do comércio e em seu prontuário consta um documento com a “Afirmção de Princípios” do Partido Comunista do Brasil, núcleo de São Paulo. Como visto anteriormente, os primeiros núcleos comunistas em São Paulo começaram a se estabelecer em 1919 e já então seus partícipes eram também vigiados pelo DEOPS. Esse documento indica também uma mudança ideológica por parte de Luiz Nietto Tortosa, visto que até 1920, era acusado de “professar o anarquismo” e ter sido um “agitador perigosíssimo”, redigindo panfletos e boletins críticos ao governo brasileiro<sup>116</sup>. Portanto, a atividade grevista e de crítica à configuração social existente continuava atividade perigosa a

---

<sup>114</sup> DECCA, Op. Cit., p.61.

<sup>115</sup> “Relação de anarquistas”. Prontuário 399, de Rodesindo Calomenero Rodrigues, DEOPS-SP, Apesp. Rodesindo Rodrigues é identificado no prontuário como jornalista, ou seja, alguém que trabalhava por jornadas, não sendo especificado seu ofício ou área de atuação. Foi fichado pela primeira vez em 1919, preso em Santos como grevista. Além da constante participação em greves – algo que decerto rendia grande vigilância do aparato policial – observamos que estava em constante deslocamento entre Santos e São Paulo. Essa mobilidade entre cidades, estados e países é uma das características a serem observadas nos trabalhadores prontuariados pelo DEOPS.

<sup>116</sup> “Relação de anarquistas”. Prontuário 356, de Luiz Nietto Tortosa, DEOPS-SP, Apesp.

ser realizada e não à toa entravam em muitas reivindicações sindicais e de greves, pelo direito de livre associação e expressão de pensamento.

Toda essa situação era levada em conta nas estratégias sindicais a serem adotadas. Na metade do ano de 1920, após as discussões levadas a cabo para remodelamento da FOSP, as associações sindicais paulistanas optaram por mudarem sua nomenclatura para União Geral dos Trabalhadores de São Paulo (UGT), organização que deveria ser responsável pela criação de uma federação operária de âmbito estadual. A UGT nas suas bases de acordo manteve a orientação ideológica anteriormente adotada pela FOSP e filiou-se à Comissão Executiva do 3º Congresso Operário Brasileiro.

Contudo, as formas de organização até aquele momento adotadas passaram a sofrer críticas e questionamentos por parte de líderes e militantes do movimento operário. Numa reunião organizada por sindicalistas em 1921 que contou com a participação de importantes lideranças operárias tal qual Edgard Leuenroth, José Elias da Silva e Astrojildo Pereira, foram debatidas questões conjunturais do movimento dos trabalhadores e a insuficiência do modelo de organização por federações operárias e a proposta por outra forma de organização sindical:

(...) É evidente que a reação policial, exercida pelo arbítrio mais brutal e deslavado, tem contribuído, em grande parte, para o enfraquecimento atual da organização. Mas também temos de reconhecer que insuficientíssima tem sido a resistência da organização contra a reação. E porque isso? Falha da própria organização, erro específico da própria organização.

(...) Chegamos, assim, à oportunidade de se tentar, entre nós, o que se vai fazendo mais ou menos por toda a parte: a organização única.

(...) A Federação é um corpo à parte, uma entidade estranha aos sindicatos, uma como que “sociedade co-irmã”. Ninguém compreende que a Federação *federa*, agrupa num só organismo os vários sindicatos ou associações de classe. Daí, dessa incompreensão total, o fracasso sempre renovado do sistema federativo, corpo inarticulado e sem vida.

(...) Depois de Elias, o camarada Astrojildo faz uma exposição documentada do que é a organização norte-americana dos Trabalhadores Industriais do Mundo, lendo trechos de uma recente publicação sobre os princípios, métodos e objetivos dessa poderosa organização (...)

Os Trabalhadores Industriais do Mundo (IWW) formam uma única grande união de todos os trabalhadores, com um único secretariado, um único fundo de propaganda, um único centro de coordenação.

(...) Lembra ainda a possibilidade de entre nós tentar-se essa nova forma de organização, começando-se simultaneamente por dois caminhos convergentes: a organização geral e única nas cidades e onde isso for desde já possível, e a organização única, nacional, de determinados ramos de indústria. Este último trabalho, melhor que qualquer outro organismo, poderá iniciá-lo a União dos Operários em Fábricas de Tecidos, que em parte já esteve assim

formada. É só questão de estender a organização a todo o país, formando uma poderosa união industrial de todos os trabalhadores em tecidos do Brasil<sup>117</sup>.

Chama a atenção primeiramente o entendimento de que o formato por federações – adotadas em estados como São Paulo e Rio de Janeiro – não se mostrava mais como única opção viável. Começava a ser colocada na mesa a possibilidade da central sindical única, com duas alternativas: a organização única nas cidades e a organização por indústria, no âmbito nacional. Nesse sentido, a União dos Operários em Fábricas de Tecidos, forte sindicato àquela altura em São Paulo, surge como referência de organização: como já mostrado anteriormente tratava-se de um sindicato que possuía algumas sucursais, modelado de forma centralizada, agregando trabalhadores de distintos segmentos da indústria têxtil.

Outra importante questão desse documento é a menção a Industrial Workers of the World (IWW – Trabalhadores Industriais do Mundo), organização unificada dos trabalhadores estadunidenses<sup>118</sup>. A Industrial Workers of the World foi criada nos Estados Unidos em 1905 (e tinha entre seus fundadores os líderes ferroviários socialistas Eugene Debs, De Leon e Bill Haywood) como uma alternativa à outra federação sindical da época, a Federação Americana do Trabalho (AFL, sigla em inglês) que procurava organizar apenas os sindicatos por ofícios excluindo das suas fileiras os trabalhadores “desqualificados” e tinha como lema “uma boa diária para um bom dia de trabalho”<sup>119</sup>. A IWW propunha a construção de um sindicalismo classista e defendia a organização dos sindicatos por indústria e não por ofícios<sup>120</sup>.

Ao fazer uma apreciação sobre os estudos da chamada nova história do trabalho nos Estados Unidos, Flávio Limoncic argumenta que um dos seus resultados foi uma reelaboração sobre a formação, estrutura e significado do Industrial Workers of the World. Embora tivesse como orientação a ação direta no local de trabalho, a greve geral e uma rejeição da política institucional como forma de superação do capitalismo, o IWW tem sua origem articulada ao Partido Socialista Americano, tendo em sua grande maioria trabalhadores nascidos nos Estados Unidos, brancos e negros, trabalhadores rurais e urbanos<sup>121</sup>. O programa da IWW trazia

---

<sup>117</sup> “Pela Reorganização Proletária”. A Plebe, 28/05/1921. Ainda que não conste nessa fonte o detalhamento do local dessa reunião, acreditamos tratar-se de uma reunião realizada em maio de 1921 e não de uma publicação que rememorava o Congresso Operário de 1920 a partir da afirmação presente no primeiro parágrafo do referido artigo: “Uma importante reunião de militantes realizou-se, quinta-feira da semana passada na sede de uma das nossas associações de classe, para tratar da reorganização operária”.

<sup>118</sup> BUONICORE, Augusto. A trajetória do sindicalismo de negócios nos Estados Unidos. Disponível em: [http://www.vermelho.org.br/coluna.php?id\\_coluna=10&id\\_coluna\\_texto=8531](http://www.vermelho.org.br/coluna.php?id_coluna=10&id_coluna_texto=8531). Acesso em: 22/06/2018.

<sup>119</sup> Ibid.

<sup>120</sup> Ibid. A Industrial Workers of the World foi desativada em meados da década de 1920, ressurgindo na década de 1960 e continua atuando até os dias atuais.

<sup>121</sup> LIMONCIC, Flávio. *Os inventores do New Deal*. Estado e sindicato nos Estados Unidos. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2003, p.50.

expressamente uma mensagem de enfrentamento ao regime de assalariamento, expondo a total oposição entre trabalhadores e capitalistas, tendo como objetivo último a tomada da posse da terra e dos meios de produção pelos primeiros<sup>122</sup>.

Podemos observar que o movimento operário brasileiro estava também atento às formas e métodos de organização experimentados em outros países, surgindo daí alternativas que poderiam ser aplicadas à realidade nacional, com as devidas adaptações ao ambiente operário brasileiro.

Para Astrojildo Pereira a forma de organização tradicionalmente adotada até ali – por ofício, federativa e local – começava a perder espaço mediante as novas necessidades dos trabalhadores. O que chamava a atenção de Astrojildo na IWW era o fato daquela central sindical organizar os trabalhadores por ramos industriais – em contraposição ao que considerava um dos problemas dos sindicatos brasileiros naquele momento, sua dispersão por ofícios –, seu caráter unitário e a unicidade de sua estrutura administrativa<sup>123</sup>. Ainda que esse sindicato estadunidense começasse a passar por dificuldades relacionadas à repressão sofrida pelo governo federal já no início da década de 1910, o formato centralizado da IWW, o seu projeto de transformação da sociedade pela atuação sindical (articulada à participação na política institucional, como era o caso da IWW e do grupo de Astrojildo ligado aos primeiros núcleos comunistas no Brasil) e a aglutinação ampla dos trabalhadores forneciam uma proposta que poderia ser aplicada no sindicalismo brasileiro.

É importante reter essa fala de Astrojildo sobre uma central sindical estadunidense como referência para uma nova forma de organização dos trabalhadores, pois podemos observar a intensificação dos debates e questionamentos no início dos anos 1920 do modelo sindical por ofícios, que naquele momento era uma das principais formas de organização empregada pelos trabalhadores.

Também é perceptível em sua fala influências do comunismo na organização sindical, debate que a partir dali ganhou mais força, com diferentes correntes ideológicas disputando influência:

Vai ganhando terreno, entre os nossos militantes operários, a ideia de organização, sob novos moldes, das hostes proletárias. Sentem todos, de resto por experiência própria, que os métodos até aqui adotados não satisfazem, por insuficientes e deficientes, às necessidades da luta. A organização por ofício, localista e federalista, sobre ser absolutamente incompreendida no que se

---

<sup>122</sup> Ibid.

<sup>123</sup> ZAIDAN FILHO, Michel. “As origens da Política de Unidade Sindical no Brasil”. *Revista de História*, v.119, São Paulo, 1988, p.142.



refere à federalização, forma uma verdadeira poeira de núcleos dispersos e dispersivos, onde as energias, ao invés de se concentrarem num bloco homogêneo, se desperdiçam infrutiferamente, e o que é mais grave, se amesquinham num estreitíssimo espírito corporativista. Temos visto os resultados de tal sistema: fraqueza particular de cada sindicato, fraqueza geral das federações, diante da força compacta e agressiva do inimigo. A guerra militar moderna se caracteriza pelo choque homogêneo das grandes massas. Também essa é a característica da guerra social dos nossos dias: choque das grandes massas proletárias contra o bloco homogêneo das forças capitalistas. Os ataques fracionários das massas dispersas do proletariado contra esse bloco só servem para o aniquilamento fracionário, mas gradual e constante, do proletariado...<sup>124</sup>

Um fator de grande importância nesses debates no movimento operário brasileiro foi a eclosão da Revolução Russa e a chegada dos bolcheviques ao poder em 1917. A revolução socialista foi vista com grande entusiasmo por lideranças operárias no Brasil, que recebiam com grandes esperanças as notícias vindas da Rússia<sup>125</sup>.

Contudo, os acontecimentos e desdobramentos da revolução em curso na Rússia ocasionaram uma cisão entre as lideranças operárias brasileiras, algo que se deu gradualmente, como por exemplo com o anarquista José Oiticica, sobretudo após a repressão contra os anarquistas na Ucrânia. Por outro lado, o militante alagoano Octávio Brandão e o próprio Astrojildo Pereira que foram quadros da militância anarquista no Brasil aderiram aos ideais comunistas; Astrojildo participou da fundação do PCB no Rio de Janeiro em 1922 e Brandão ingressou nas fileiras do partido pouco depois<sup>126</sup>.

Na continuidade de sua análise, Astrojildo pondera sobre as tarefas que tinha pela frente o movimento operário. Novamente, aparece a questão de se olhar para o exemplo de organização de trabalhadores de outros países, adequando-se à realidade brasileira:

Todavia, bom é que não haja precipitação. Não é possível, de uma para outra, sem preliminar preparação, desfazer o que existe para construir coisa nova. É absolutamente indispensável a maturação de um plano inteligente praticamente estabelecido. Creio que o trabalho necessário, neste sentido, pode desenvolver-se por etapas sucessivas e lógicas – por exemplo:

1º) Uma crítica cerrada, um exame sereno, mas profundo e implacável, dos erros, das falhas e dos defeitos orgânicos e funcionais de nossa organização no passado e no presente;

<sup>124</sup> PEREIRA, Astrojildo. “Nada de precipitação”, A Plebe, 04/06/1921. In: HALL; PINHEIRO, op. cit., p.252-253.

<sup>125</sup> TOLEDO, Edilene Teresinha. Um ano extraordinário: greves, revoltas e circulação de ideias no Brasil em 1917. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.30, n.61, mai./ago.2017, p.512-513. Os debates sobre a Revolução Russa nos meios operários no Brasil foram de grande relevância naquele período, mas optei por não me aprofundar em suas reflexões e implicações tendo em vista os objetivos propostos nesta dissertação.

<sup>126</sup> Ibid, p.513.

- 2º) Um estudo amplo e universal dos métodos de organização eficientemente adotados pelos proletariados de outros países;
- 3º) Um estudo comparativo de aplicação e adaptação desses novos métodos às nossas condições e possibilidades<sup>127</sup>.

Pouco mais de um ano após a mudança de nomenclatura de FOSP para UGT, esta encerrava suas atividades. Entre os sindicatos, discutia-se novamente a possibilidade de reconstituição da FOSP, chegando a ser criada, inclusive, uma Comissão Pró-Organização Operária. Era um momento em que os sindicatos em São Paulo estavam sem uma entidade para associação e ao mesmo tempo, verificava-se uma diminuição do número de agremiações pelo que podemos observar no panfleto de comemoração do 1º de maio de 1922:

---

<sup>127</sup> PEREIRA, Astrojildo. “Nada de precipitação”, A Plebe, 04/06/1921. In: HALL; PINHEIRO, op. cit., p.252-253.

Imagem 1: Panfleto das associações operárias sobre o 1º de maio em São Paulo



Fonte: A Plebe, 01/05/1922, p.4.

Nesse chamado para a reunião comemorativa do dia do trabalho a ser realizada no salão Celso Garcia (na Rua do Carmo, centro da cidade, local constantemente utilizado para reuniões e festividades operárias), nos chama a atenção dois pontos: primeiramente, a já referida luta pela manutenção e pela conquista de direitos articulada ao combate e denúncia dos problemas sociais oriundos do capitalismo: “Comemorando a data de 1º de Maio devemos firmar também

o nosso propósito de lutar neste país, cuja estrutura e condições econômico-sociais são idênticas às das demais nações igualmente sujeitas ao regime capitalista, pela defesa de nossos direitos menosprezados”<sup>128</sup>.

Em segundo lugar, observamos que são oito as associações organizadoras das manifestações do 1º de maio: o sindicato dos gráficos, dos sapateiros, dos trabalhadores da construção civil, dos empregados em cafeterias, dos chapeleiros, dos empregados em bares e restaurantes (associação conhecida naquela época como A Internacional), dos metalúrgicos e dos canteiros. Eram essas os sindicatos de atuação mais intensa junto ao proletariado paulistano e buscavam ações conjuntas na ausência de uma central sindical que coordenasse as ações. Observamos, portanto, que a partir de 1922 ocorre uma queda no aspecto quantitativo de sindicatos e ligas com forte atuação no movimento operário, não significando necessariamente que a ação sindical tenha deixado de existir mesmo com todas as adversidades e as próprias dissensões internas.

Essa atuação implicava uma série de atividades desenvolvidas também no campo das festividades, vista inclusive como uma maneira de arrecadar fundos para a manutenção dos sindicatos. São muitos os registros de festas, bailes, quermesses e festivais realizadas para o auxílio de companheiros presos, para fundação de bibliotecas, para o fundo social do sindicato e para auxiliar economicamente jornais operários, tais como *A Plebe*, *A Vanguarda* e *Alba Rossa*. Na imagem abaixo vemos um anúncio de uma dessas festividades:

---

<sup>128</sup> “1º de maio: ao proletariado e aos assalariados em geral”. *A Plebe*. São Paulo, 01/05/1922, p.4.

Imagem 2: Grande festival em benefício do jornal “A Vanguarda”

**GRANDE FESTIVAL**  
EM BENEFICIO DA  
**“A Vanguarda”**  
Orgão dos trabalhadores, a sair brevemente

**Promovido por todas as organizações proletárias  
de São Paulo**

Programma grandioso, constante de um match de futebol entre dois importantes clubs desta capital, entre os quaes será disputada a taça “Proletaria”; representações theatraes, canções typicas, regatas, natação, lucta greco-romana, cinematographo, etc.

**Bandas de musica - Fogos de artificio**  
**Bondes em quantidade**

**Domingo, 21 de Novembro de 1920**  
== NO ==  
**Parque S. Jorge**

Todo o operario consciente tem o dever de comparecer a esta festa, dado o fim utilissimo a que se destina o seu produto

**Todos ao PARQUE S. JORGE!**

O escritorio do Comité Organizador deste festival é na Rua 15 de Novembro n. 59 (redação d'«A Vanguarda»), onde se encontra sempre um membro do referido Comité á disposição dos que o procuram para tratar de quaesquer assuntos concernentes ao festival. Os camaradas que queiram enviar prendas devem fazel-o para o Escritorio.

Telephone : Central 9405      Caixa Postal 1645

Fonte: A Plebe, 06/11/1920, p.4.

A imagem mostra o anúncio de um grande festival operário organizado pelos sindicatos de São Paulo, promovido para arrecadação de fundos em prol da constituição de um jornal diário voltado para a classe trabalhadora, *A Vanguarda*. Esse evento, que foi realizado no Parque São Jorge, zona leste de São Paulo, contava com grande variedade de atrações: um “match” de futebol entre dois clubes da capital paulista que disputavam a “Taça Proletária”, peças teatrais, exibição cinematográfica, canções típicas com bandas de músicas e outras atividades esportivas tais como a regata, a natação, a luta greco-romana. E ao final, o anúncio ainda afirma: “Todo o operário consciente tem o dever de comparecer a esta festa, dado o fim

utilíssimo a que se destina o seu produto”, o que conferia também um sentido de participação política, de classe.

Ao refletir sobre os símbolos e significados das manifestações políticas e culturais da classe trabalhadora no Rio de Janeiro da Primeira República, Cláudio Henrique de Moraes Batalha assinala a existência de uma cultura associativa, expressa nos discursos e rituais das associações operárias:

Por cultura associativa entendo, como já foi dito, o conjunto de propostas e práticas culturais das organizações operárias, a visão de mundo expressa nos discursos, bem como os rituais que regem a vida das associações que muitas vezes são herdados de formas de organização mais antigas, como as corporações. Em outras palavras, um conjunto de valores compartilhados pelas associações operárias. Essa cultura associativa, ainda que receba influências e influencie as culturas das diversas correntes atuantes no movimento operário – as culturas militantes – é distinta dessas últimas. A cultura militante assume aspectos específicos a cada corrente ideológica, preservando, todavia, traços comuns a todas essas correntes. Nesse sentido, essa cultura militante não é específica ou exclusiva do anarquismo, ou de qualquer outra corrente ideológica presente no movimento operário. E, ainda, a cultura militante é posterior e bem mais restrita que a cultura associativa que cronologicamente a precedeu<sup>129</sup>.

É o que percebemos na análise do conjunto de práticas dos sindicatos em São Paulo naquele momento. Seja na abordagem do 1º de maio como dia de luta e resistência, assim como nas realizações de suas festividades que englobavam diferentes manifestações desde uma partida de futebol à apresentação de um drama teatral. Isso extrapolava as especificidades das correntes ideológicas presentes no movimento operário em São Paulo, seja o socialismo ou o anarquismo, por exemplo.

Ao analisar as oito organizações que estavam à frente das comemorações e manifestações do dia do trabalho em São Paulo vinham de alguns anos de atuação no meio sindical na capital paulista. O sindicato dos sapateiros e o dos chapeleiros já existiam desde 1917, ou seja, estavam há cinco anos na arena pública e eram das associações mais tradicionais daquele momento, levando-se em conta o fato de que os sindicatos e ligas operárias, dada a repressão que sofriam muitas vezes e as dificuldades econômicas enfrentadas não costumavam ter longevidade e por vezes eram formadas e pouco tempo depois reconstituídas conforme a conjuntura do movimento operário e das greves realizadas. Encontramos registros na imprensa

---

<sup>129</sup> BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. Cultura associativa no Rio de Janeiro da Primeira República. In: BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes; FORTES, Alexandre; SILVA, Fernando Teixeira da. (orgs.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do proletariado*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004, p.99.

operária quando da comemoração de aniversário dos sindicatos serem realizadas grandes festividades que costumavam atrair grande número de trabalhadores.

O sindicato dos trabalhadores da construção civil, dos gráficos, dos metalúrgicos e dos empregados em bares e restaurantes existiam desde 1919, após alguns períodos de encerramento e posterior retomada das atividades. A União dos Empregados em Cafés e o Sindicato dos Canteiros retomaram suas atividades entre 1919-1920.

Os dados compilados por Azis Simão sobre os sindicatos classificados por ele como “associações sindicais de assalariados” – ou seja, aquelas que exerciam funções e tinham métodos de atuação diferentes das associações operárias católicas ou cooperativistas – existentes em São Paulo (capital) entre 1915-1929 mostram o surgimento de poucas associações entre 1920-1924. Nesse ínterim surgem a União dos Trabalhadores em Limpeza Pública em 1920, a União dos Alfaiates do Estado de São Paulo em 1922, o Comitê de Defesa dos Trabalhadores em Pedras do Estado de São Paulo também em 1922 e a Associação Regional dos Padeiros e Classes Correlatas de São Paulo em 1923<sup>130</sup>.

Observamos então que a existência de sindicatos em São Paulo torna-se menor e um processo de concentração maior dentro das associações existentes. O sindicato dos sapateiros passou a incorporar alguns ofícios ligados ao ramo sapateiro, assim como o sindicato dos gráficos e da construção civil nas suas respectivas categorias. O mesmo ocorreu com o Sindicato dos Canteiros que tentava agregar os trabalhadores de diferentes regiões que se organizavam nas suas localidades. As ligas operárias de bairro vinham deixando de existir já há alguns anos.

A estrutura organizativa desses sindicatos não possuía grande complexidade; os próprios estatutos previam a proibição de distinções honoríficas e uma maior hierarquização, visto que não encontramos nos registros nenhuma menção à figura de um presidente em nenhum desses sindicatos. Em linhas gerais, existia uma Comissão Executiva (C.E.) que deliberava as principais decisões após as assembleias que eram frequentemente realizadas nas sedes dos sindicatos – em alguns períodos chegavam a ser semanais. Abaixo, encontramos uma Comissão Administrativa (C.A.) que cuidava da parte burocrática. Esses cargos eram rotativos, e costumavam mudar a cada um ou dois anos os seus participantes.

---

<sup>130</sup> SIMÃO, op. cit., p.198-199. Azis Simão pontua a primeira notícia da União dos Empregados em Café (UEC) em 1922, mas conforme assinalado em nosso trabalho a existência desse sindicato é anterior a 1922. *A Plebe* noticia em 1921 a incorporação da UEC na Internacional, mas em 1922 já são noticiadas as atividades desse sindicato de forma autônoma. Talvez Azis Simão esteja se referindo a essa retomada de atividades da UEC em 1922.

A prática de assembleias era a mais comum para exposição, debate e resoluções a serem tomadas pelos sindicatos de ofício, nas quais eram fundamentais a participação dos associados – fato que podemos perceber nas chamadas para as assembleias publicadas na imprensa operária regularmente e o apelo para participação dos trabalhadores – e o respeito às decisões tomadas. Tratava-se de um modelo de democracia que vigorava dentro dos sindicatos de ofício que de acordo com Luigi Biondi tem suas origens na experiência democrática do mutualismo paulistano de finais do século XIX e início do século XX:

A democracia do mutualismo, como foi definida por Michel Ralle, constitui, assim, a característica marcante do processo de difusão das associações mútuas e da construção de uma identidade operária, no sentido mais amplo do termo, que expressa, na autodeterminação e nas tomadas de decisões de forma democrática, um momento fundamental no processo de formação da organizações entre trabalhadores, constituindo formas e experiências de condução de organismos coletivos, que serão o modelo para os grupos políticos socialistas, republicanos, anarquistas e para as ligas de ofício<sup>131</sup>.

Esses sindicatos estabeleciam um controle da mão de obra de suas categorias. Indicavam sócios que estivessem desempregados, recomendavam oficinas ou indústrias para as quais seus filiados não deveriam ir, devido a algum histórico negativo dessas casas ou devido a alguma greve ou boicote em andamento. A “tabela de preços” estabelecida por cada segmento de categoria era debatida no sindicato e quando aprovada era encaminhada aos patrões. Alguns desses sindicatos, como por exemplo, dos trabalhadores da construção civil já debatiam a questão de um salário mínimo para os trabalhadores, algo que não era regulamentado na época.

Contudo, as demandas e reivindicações de operárias e operários que observamos na pesquisa com os prontuários do DEOPS, indicam que essas manifestações não necessariamente advinham de trabalhadores que ocupavam postos de liderança em seus respectivos sindicatos. Percebemos que alguns trabalhadores que sofreram a perseguição e vigilância do aparato policial pertenciam a categorias que não possuíam um sindicato tão forte naquele momento ou até mesmo que não estavam atuantes.

Vejamos o caso do português, natural de Lisboa, Augusto Gonçalves Fonseca, trabalhador do comércio. Em 1923 é “legitimado à ordem”, ou seja, conduzido à polícia por duas vezes como “agitador”; o DEOPS ainda informa que durante os primeiros anos da década de 1920 possuía atuação constante no meio do proletariado. Aparentemente deixa de atuar nas

---

<sup>131</sup> BIONDI, op. cit., p.85-86.



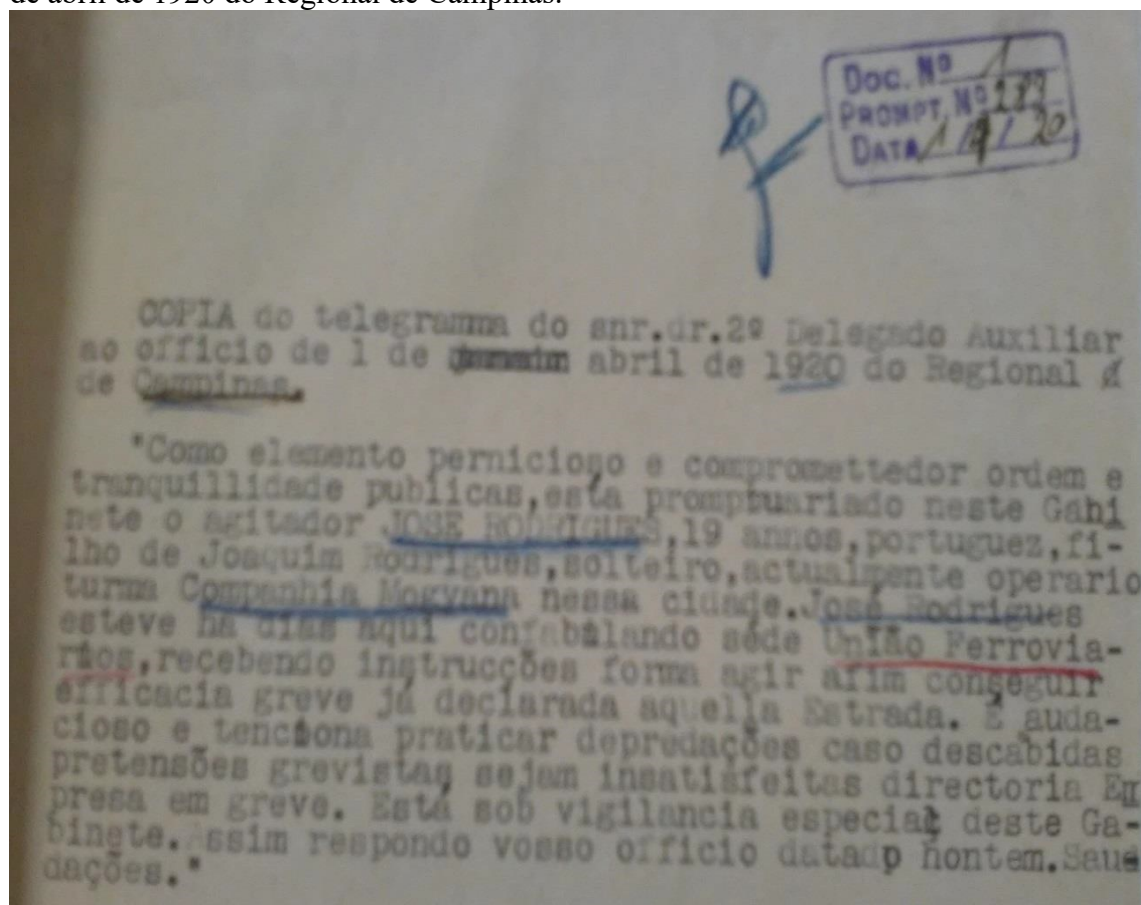
causas operárias alguns anos depois, visto que num informe interno da polícia consta um registro que informa que após 1926 não possui mais nenhuma referência desabonadora.<sup>132</sup> O também português José Rodrigues, ferroviário da Companhia Mogyana (de Campinas) foi acusado de ser um dos “mentores” da greve dos ferroviários daquela companhia em 1920, além de participar de reuniões de caráter “subversivo”, não sendo informado se de cunho sindical ou de algum grupo político. O mais provável é que estivessem se referindo a suas atividades sindicais, pois durante a greve da Mogyana um telegrama do delegado de Campinas para as autoridades na capital paulista o classifica como “sujeito pernicioso e comprometedor da ordem e tranquilidade públicas” e existe uma referência a sua participação na União Ferroviários (ou União dos Ferroviários, vide imagem 3). José Rodrigues também teve uma portaria de expulsão do território nacional decretada contra si em 1928 e que por alguma razão informada não foi cumprida, conforme um relatório policial de 1949. Num outro relatório produzido um ano antes, consta um processo contra Rodrigues por atividades comunistas. Daí a retomada pelo aparato policial sobre seu processo de expulsão, decretado quase vinte anos atrás, e que mostra também a longevidade da militância exercida pelo ferroviário<sup>133</sup>.

---

<sup>132</sup> “Informação nº2007”. Prontuário 46, de Augusto Gonçalves Fonseca, DEOPS-SP, Apesp.

<sup>133</sup> Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública; “Relação nominal dos estrangeiros que se acham com portaria de expulsão do território nacional”; “Relação de anarquistas”. Prontuário 283, de José Rodrigues, DEOPS-SP, Apesp. Num relatório do DEOPS de 1948 consta ser de responsabilidade do Ministério da Justiça todas as despesas referentes ao processo de expulsão; nesse momento seu nome já constava de uma relação nominal de estrangeiros com portaria de expulsão do território brasileiro com destino à Lisboa. Não é informado no prontuário a continuidade do processo.

Imagem 3: Cópia do telegrama do senhor doutor 2º Delegado Auxiliar ao officio de 1º de abril de 1920 do Regional de Campinas.



Fonte: Prontuário 283, de José Rodrigues, DEOPS-SP, Apesp.

Outro operário espanhol, Antônio Ramon Perez (ou Antônio Perez Berty conforme registros do DEOPS), natural de Málaga foi expulso do Brasil em 1919 e retornou em virtude de um habeas corpus perpetrado em 1922, num outro caso que mostra as possibilidades de reivindicação de operários com processos de expulsão contra si junto ao poder judiciário e de atendimento de suas demandas, conforme mencionado anteriormente. Os primeiros registros da atuação de Ramon Perez datam da greve geral de 1917 quando era mecânico e participava ativamente de manifestações e greves. O fato de ter sido expulso e constantemente vigiado pela polícia não o afastou das atividades sindicais, visto que um relatório de 1923 informa sua participação numa reunião do sindicato dos sapateiros à época um dos mais fortes sindicatos paulistanos. Não existem registros sobre sua atuação como sapateiro e as informações disponíveis no prontuário mostram que em 1927 quando retorna à capital paulista foi trabalhar na Companhia Mechânica e Importadora onde permaneceu até 1930. Isso mostra que trabalhadores de outras categorias também podiam participar de reuniões sindicais de categorias a que porventura não pertencessem. Interessante notar como o “radar” do DEOPS incluía e

excluía os indivíduos vigiados, pois num relatório da polícia do início da década de 1930 informa-se que Ramon Perez (já com 35 anos) vivia no Rio de Janeiro, era profissional do comércio e não mantinha mais nenhum vínculo com sindicatos ou grupos políticos não oferecendo mais nenhum “perigo” à ordem social<sup>134</sup>. O operário do ramo de tecelagem Ítalo Benassi (natural de São Roque, interior de São Paulo) também esteve presente nas manifestações da greve geral de 1917, foi preso no ano seguinte justamente por sua participação em greves e voltou a ser preso em 1924, sem informação do motivo no seu prontuário<sup>135</sup>.

Um outro exemplo, que nos possibilita rastrear as formas de atuação das trabalhadoras nos sindicatos é a trajetória da operária espanhola Maria Alles, do setor de tecelagem. Alles foi demitida da fábrica de sedas “Santa Branca” após tentativa de organizar uma greve juntamente com outras tecelãs que trabalhavam na mesma seção após a introdução de um novo regulamento pela gerência da fábrica que diminuía o tempo permitido para ida ao banheiro:

Em aditamento a nossa parte de 25 do corrente mês, com relação a Fábrica de Sedas “Santa Branca”, temos a vos informar o seguinte: no dia 24, visto o abuso de algumas operarias quando iam a privada e ali demorassem algum tempo, a gerência fez um novo regulamento, o qual não foi bem recebido pelas operarias em questão. Estas dirigiram-se a gerência dando-lhes oito dias para deixarem a fábrica, tendo então o gerente despedindo-as desde aquele momento. As referidas operarias reuniram-se então em casa de ANGELINA SOARES, isto é, no dia 26, ficando estabelecido fazerem a greve geral da fábrica que pretendiam levar a efeito, pois no dia 27, muitas operarias não concordando com a tal medida tomada por suas companheiras entraram para a fábrica muito tempo antes da hora do costume; foi nesse momento que IDA PASTORE, acompanhada de seu marido, Antônio Pastore, tendo sido ambos agredidos por ANGELINA SOARES, ANGELO BOLOGNESI e outros operários e auxiliados mais pelos anarquistas FRANCISCO RUX, vulgo “Carioca” e MANOEL SOARES.

Ida Pastore a vítima da agressão que se acha em estado de gravidez adiantado foi medicada na Polícia Central, visto as parteiras terem se negado a esse exame.

A fábrica se acha normalizada, tendo hoje sido dispensados pela gerência da mesma os nossos serviços.<sup>136</sup>

O nome de Maria Alles aparece na relação de operárias dispensadas da fábrica Santa Branca ao lado de outros 19 operários (em sua maioria mulheres): Iracema Domingos, Giardina

<sup>134</sup> Relatórios do Gabinete de Investigações de São Paulo. Prontuário 1.235, de Antônio Ramon Perez (ou Antônio Perez Berty), DEOPS-SP, Apesp.

<sup>135</sup> “Relação de anarquistas”. Prontuário 198, de Ítalo Benassi, DEOPS-SP, Apesp. Na década de 1930 ele se tornara proprietário da Tecelagem de seda “Penélope” situada na Rua do Hipódromo, no Brás, centro da capital paulista e região de forte inserção de fábricas e indústrias têxteis. Contudo, Benassi não abandonou totalmente sua atuação política: em 1938 a polícia executa um auto de verificação em sua casa apreendendo vários livros seus que tratavam de questões políticas e sociais.

<sup>136</sup> Cópia de relatório dos agentes Fioravante Pagano e Oreste Lascalla à Everardo Bandeira de Mello, diretor do gabinete de investigações de São Paulo. Prontuário 327, de Maria Alles, DEOPS-SP, Apesp.

Domingos, Victoria Guerreiro, Adelaide Alfani, Conceição Saraiva, Philomena Ponte, Angelina Soares, Irma Mosconi, Nargisa Severini, Maria Ragazzi, Palmyra Silva, Izabel Bohemer, Beatriz Formigiani, Ângelo Bolognesi (casado com Maria Alles), Margarida Philippi, Antônio Garcia e Francisca e Assumpta Alles, irmãs de Maria Alles<sup>137</sup>. Podemos imaginar que se não todas, ao menos parte das outras operárias que não participaram do movimento grevista na Santa Branca agiram dessa forma temendo represália dos patrões.

Nesse ponto, gostaria de me deter nas ações individuais de operários que foram prontuariados pelo DEOPS e de que forma suas atuações auxiliam no entendimento do movimento operário e dos sindicatos em São Paulo durante a Primeira República, retomando a descrição que foi feita de cada um deles a partir das fontes provenientes dos órgãos policiais e que se constitui como um dos objetos de estudo desse trabalho. As trajetórias individuais de Edgard Leuenroth, João Minieri, Antônio Ramon Perez e Ítalo Benassi nos mostram a presença de militantes experientes na organização da greve geral de 1917 e posteriormente no trabalho junto ao movimento operário, o que por vezes lhes renderam a constante vigilância policial. Era um momento em que o movimento operário em São Paulo passava por uma mudança no seu aspecto étnico e geracional, tendo em vista que os filhos dos imigrantes aqui estabelecidos começavam a tomar parte no mercado de trabalho e nas fileiras dos sindicatos. Ao seu lado ainda estava presente uma geração de trabalhadores que foram partícipes de manifestações da greve geral de 1917 e anteriores a ela e que traziam consigo certa experiência acumulada desses embates anteriores, da qual esses trabalhadores mencionados faziam parte.

Esses indivíduos não exerciam posições de liderança formal dentro dos seus respectivos sindicatos – até mesmo porque a estrutura interna dos sindicatos de ofício não previa grande distinção e hierarquização nos cargos ocupados. Esses casos evidenciam que existia margem para ação individual, visto que a participação num sindicato implicava também um senso de militância nas questões de seus respectivos ofícios, ainda que isso não possa ser generalizado a todos os trabalhadores que participassem dos sindicatos de ofício e das ligas operárias.

Outra questão que se colocava para os sindicatos em São Paulo durante a Primeira República e que começa a ganhar ainda mais força a partir dos primeiros anos da década de 1920 é a disputa entre correntes de diferentes colorações ideológicas e políticas. Inicialmente,

---

<sup>137</sup> “Relação das operárias dispensadas no dia 24 de agosto de 1922 da fábrica de sedas Santa Branca”. Prontuário 327, de Maria Alles, DEOPS-SP, Apesp. Maria, Francisca e Assumpta Alles já haviam sido detidas no início daquele ano em suas residências, na Rua Uruguaiana (no Brás), após participação na greve da tecelagem de seda “Ítalo-Brasileira”. A vigilância em torno de Maria Alles começou um ano antes, em 1921, quando foi presa pela primeira vez. Como veremos posteriormente, Maria Alles continuou sua militância durante a década de 1920 participando de grupos anarquistas.

destacamos a presença de sindicatos ligados à Igreja Católica, mais comumente designados como Centros Operários Católicos. Conforme dados apresentados por Azis Simão, somente em 1920 surgem na capital paulista, sete dessas associações:

- Centro Operário Católico da Lapa;
- Centro Operário Católico da Penha;
- Centro Operário Católico São José do Belém;
- Centro Operário Católico São João Batista;
- Centro Operário Católico da Mooca;
- Centro Operário Católico do Brás;
- Centro Operário Católico do Belém<sup>138</sup>.

Num artigo de abril de 1923, Domingo Braz chamava a atenção para as “manobras” cooperativistas junto aos operários, quando ofereciam como solução para os problemas econômicos e sociais dos trabalhadores a formação de cooperativas de consumo<sup>139</sup>. O sindicalismo cooperativista acreditava que o sindicato era a instituição para a realização de acordos que equilibrassem os interesses entre capital e trabalho, propugnando uma incorporação dos trabalhadores à participação na sociedade brasileira como agentes do desenvolvimento e do progresso da nação. Isso viria através de concessões de direitos por parte da burguesia e do Estado no âmbito estritamente econômico-profissional, descartando a ideia de reivindicações políticas e/ou revolucionárias<sup>140</sup>. Contudo, devemos relativizar essa fala de Domingos Braz quando nos atemos ao sindicalismo paulistano, pois o sindicalismo cooperativista – liderado por Custódio Alfredo de Sarandy Raposo, que dirigira o Escritório de Informações sobre Sindicatos e Cooperativas do Ministério da Agricultura no início dos anos 1910 – esteve mais presente em associações de trabalhadores ligadas à Estrada de Ferro Central do Brasil no Rio de Janeiro (então capital federal), sul de Minas Gerais e leste do estado de São Paulo<sup>141</sup>. Sarandy Raposo fundou em 1923 (concluindo um processo iniciado em 1921) a Confederação Sindicalista Cooperativista Brasileira (CSCB) que protagonizou uma aliança com o então nascente Partido Comunista no Rio de Janeiro, objetivando unidade sindical e uma

---

<sup>138</sup> SIMÃO, op. cit., p.193-194.

<sup>139</sup> BRAZ, Domingos. “As manobras cooperativas”. *A Plebe*. São Paulo, 21/04/1923, p.1.

<sup>140</sup> GOMES, op. cit., p.148-150.

<sup>141</sup> BATALHA, 2000, op. cit., p.26-27.

frente única para atuação parlamentar, além de possibilitar aos comunistas a divulgação de suas ideias no jornal diário *O Paiz*, ligado à CSCB<sup>142</sup>.

Além da presença das concepções cooperativista e católica entre o operariado, existiam também divergências e cisões envolvendo outras famílias ideológicas, conforme exposto num artigo de *A Plebe* que comentava a postura da grande imprensa frente a essa situação do movimento operário:

Os jornalistas burgueses que displicência se ocupam do movimento operário, mostram-se desolados com a confusão que reina nos meios proletários onde os ódios, as competições, as cisões e até os assassinios entre os operários militantes campeiam sem freio, o que muito alegra a burguesia, quando os interesses operários exigiriam a mais absoluta harmonia, o mais leal acordo, a maior unanimidade de vistas entre os orientadores do movimento operário e social (...)

Sempre fomos comunistas-anarquistas e continuamos a sê-lo. Sempre nos ocupamos com a questão operaria e mantemo-nos na brecha em sua defesa. Se houve cisões não foi por nossa culpa. Se muitos elementos perderam a tramontana e foram arranjar coligações, partidos socialistas, trabalhistas, cooperativistas, bolchevistas, e com isso enfraqueceram o movimento operário, isto é lá com eles, a culpa não nos cabe, não fomos nós que os inspiramos a lançar-se a tais manejos. O seu a seu dono. Cada qual que aguento com as próprias culpas<sup>143</sup>.

Identificamos nessas disputas, divergências e cisões aquilo que Angela Maria de Castro Gomes chama de competição pelo *monopólio da palavra operária* entre diferentes segmentos políticos e ideológicos que se inicia com o advento do regime republicano no final do século XIX e se estende até o período varguista:

A classe trabalhadora, por conseguinte, não está sendo entendida como uma totalidade harmônica, um sujeito unívoco em busca de uma identidade. Ela é tratada através do conjunto diferenciado de propostas que lutam e competem pelo monopólio “da palavra operária”. A multiplicidade das versões sobre o passado, presente e futuro desta classe trabalhadora toma o que “efetivamente se passou” num aspecto secundário para a análise. O primordial aqui é sempre a proposta dos atores envolvidos no processo e – o que nos remete de forma inevitável ao que “efetivamente se passou” – seu esforço e capacidade para transformar suas versões em “fatos reais”<sup>144</sup>.

Com as cisões verificadas no movimento operário naquele momento e a ausência de uma central sindical para coordenar os sindicatos existentes, uma circular do Centro dos

<sup>142</sup> GOMES, 2005, op. cit., p.148-156.

<sup>143</sup> “Dissolução operaria”. *A Plebe*. São Paulo, 12/05/1923, p.2.

<sup>144</sup> GOMES, op. cit., 2005, p.25.

Industriais de Fiação e Tecelagem datada de janeiro de 1924 sobre uma reunião entre industriais e o chefe do gabinete de investigações da polícia paulista, Bandeira de Mello nos proporciona uma visão da polícia em relação aos motivos das greves ocorridas e que poderiam ocorrer e a conjuntura vivida pelas associações operárias. Interessante notar que na fala de Bandeira de Mello não há menção aos “anarquistas indesejáveis e perigosos” como patrocinadores dos movimentos grevistas que vinham acontecendo em todo estado de São Paulo, e sim a percepção da piora das condições de vida e trabalho do operariado:

Fomos hoje convidados a ter uma conferência com o Dr. Bandeira de Mello, Chefe do Gabinete de Investigações. Para este alto funcionário da polícia do Estado, todas as fábricas da Capital entrarão em greve, como aliás aconteceu no Interior do Estado, com raríssimas exceções.

As greves atuais e as greves esperadas têm o motivo já conhecido, isto é: altos preços de aluguéis de casas, altos preços dos gêneros de primeira necessidade, com especialidade o feijão, que entra na alimentação do povo como prato de resistência.

Disse-nos o Dr. Bandeira de Mello que se fosse possível à polícia conhecer minuciosamente os salários atualmente pagos, lhe seria fácil processar os grevistas que entrassem em greves alegando salários insuficientes, quando isto fosse falso. Infelizmente, não se pode julgar da situação do operariado pelos salários vigentes, cujas variações obedecem a causas muito complexas, como alguém acentuou na sessão de ontem, do Centro.

Assegura-nos o Dr. Bandeira de Mello que as fábricas de Jundiaí vão declarar-se de novo em greve, estando os seus operários mal satisfeitos com os últimos aumentos.

O atual movimento grevista de S. Paulo não obedece a um plano preestabelecido: os operários não estão arregimentados e não tem um chefe que os dirija. Cada fábrica é levada à greve num impulso coletivo e irreprimível, pois a greve tem como causa premências de vida cada vez mais graves [...]<sup>145</sup>.

E nesse mesmo ano, o eclodir da revolta de 5 de julho na capital paulista organizada por tenentes e militares descontentes do exército contra o governo Artur Bernardes<sup>146</sup> foi recebida com bons olhos por sindicatos e lideranças operárias, que divulgaram uma moção ao Comitê das Forças Revolucionárias (que será apresentada no próximo capítulo) e um manifesto dirigido ao proletariado paulistano:

<sup>145</sup> HALL; PINHEIRO, 1981, op. cit., p.207.

<sup>146</sup> Essa revolta ocorreu em outros estados, como Mato Grosso, Amazonas, Sergipe, Pará e Rio Grande do Sul, contando com a participação de oficiais de baixa patente insatisfeitos com sua situação nos governos republicanos e vinha na esteira do movimento Tenentista que se iniciara em 1922. Tinham como um dos objetivos a deposição do governo Artur Bernardes, a maior centralização do Estado, a adoção do voto secreto e o fim das fraudes eleitorais, assim como uma maior participação do Exército na resolução dos problemas nacionais.

(...) A este objetivo dos revolucionários devemos, como vítimas que somos dessa horda de salteadores políticos e administrativos, mostrar-nos simpáticos, porque eles, quanto não em totum, veem ao encontro das nossas aspirações de momento, tais como: melhorar a nossa situação econômica, a nossa ânsia de liberdade e o nosso desejo de justiça.

A nós trabalhadores, a nós explorados, a nós vítimas da tirania capitalista – estatal, compete olhar este movimento revolucionária com simpatia *e como uma manifestação de conquista aos direitos que aspiramos no regime republicano democrático que vivemos (...)*<sup>147</sup>.

Para o movimento operário paulistano, o movimento de julho de 1924 significava a possibilidade de novas perspectivas nas esferas econômica, social e política com a conquista de direitos e o respeito à liberdade de associação. A reação do governo federal e estadual desbaratou com a revolta e as esperanças despertadas que vinham consigo. Dois sindicatos dos mais fortes em atuação – o dos têxteis e o dos sapateiros – tiveram suas sedes invadidas e suas atividades encerradas. A partir desse fato e tendo em vista a importância do sindicato dos sapateiros no movimento sindical em São Paulo na Primeira República, voltamos agora o olhar para essa associação, propiciado também pelas fontes disponíveis nos prontuários do DEOPS referentes a esse sindicato e aos sapateiros que estiveram sob vigilância desse órgão policial.

A escolha por dedicar um dos capítulos desta dissertação ao sindicato dos sapateiros justifica-se por uma questão de entendimento das dinâmicas do movimento operário em São Paulo naquele momento e por uma questão de ordem prática. Começando pela segunda questão levantada, dada a impossibilidade de tempo para estudar todos os sindicatos de ofício em São Paulo e os limites existentes para a elaboração de uma dissertação de mestrado, optei por estudar especificamente uma de suas associações mais representativas, argumento que se liga a primeira questão apontada. O sindicato dos sapateiros (representante de uma expressiva categoria profissional naquele contexto, conforme veremos adiante) foi um dos primeiros sindicatos a reorganizar-se entre os anos 1925-1927 após passar por um período de forte repressão governamental e estudá-lo permite nos aprofundarmos nas tensões, negociações, lutas, sucessos e insucessos experimentados pelo movimento operário, pois esteve durante esse período envolvido nas lutas cotidianas e por direitos trabalhistas sem abrir mão de sua autonomia, ligado que esteve durante esse processo às ideias sindicalistas revolucionárias, traço característico do sindicalismo de ofício na cidade de São Paulo entre o final da década de 1910 e 1930.

---

<sup>147</sup> “Ao proletariado paulista”. *A Plebe*. São Paulo, 25/07/1924, p.2, grifo nosso.



## Capítulo 2 – Sapateiros militantes e a União dos Artífices em Calçados em São Paulo na década de 1920: a disputa pela autonomia e a continuidade de uma tradição sindicalista revolucionária.

A escolha por dedicar um capítulo específico para o sindicato dos sapateiros e alguns de seus militantes prontuariados pelo DEOPS se dá por alguns motivos. Em primeiro lugar, chama a atenção a circular emitida pelo Centro dos Industriais de Fiação e Tecelagem, associação representante dos interesses do patronato pouco após os acontecimentos de 1924 em São Paulo:

CONFIDENCIAL

Amigos e Srs.

Temos a honra de informar a V. Sas., confidencialmente, que a polícia, aproveitando-se dos dias anormais que atravessamos recentemente, destruiu tudo quanto se continha nas sedes das associações de classes operárias. *Assim, o grêmio dos operários em indústrias têxteis, em via de organização, desapareceu, como desapareceu o grêmio dos sapateiros, que era bem organizado.*

*Foi uma medida acertada, a nosso ver, e que nos põe a salvo de inquietações por via de futuras greves.*

Somos, com alta estima e apreço.

Centro dos Industriais de Fiação e Tecelagem<sup>148</sup>

A partir da leitura do documento observamos que dois dos principais sindicatos paulistanos naquele momento, o dos têxteis e o dos sapateiros tiveram seu funcionamento interditado dada a ação policial, algo bem visto pelos industriais, à medida que os colocava “(...) a salvo de inquietações por via de futuras greves”. Dado que esta dissertação estuda a luta dos sindicatos de ofício em São Paulo por uma atuação autônoma, o foco sobre uma organização específica auxilia a compreensão de como se colocava esse projeto, tendo em vista que o sindicato dos sapateiros era um dos principais sindicatos na capital paulista no período da Primeira República e desde o princípio teve como um de seus princípios uma atuação autônoma, não atrelada a nenhum partido político, grupo religioso ou ligado a uma esfera estatal. Entendemos que a trajetória do sindicato dos sapateiros no recorte temporal contemplado em

<sup>148</sup> Centro dos Industriais de Fiação e Tecelagem, “Circular” nº 346, 14 ago. 1924. In: HALL, Michael e PINHEIRO, Paulo Sérgio, Op. Cit., 1981, p.210-211, grifos nossos.

nosso texto, ligava-se à permanência de uma tradição muito forte dentro do movimento operário paulistano, a do sindicalismo revolucionário, que conforme mencionamos anteriormente era muito forte desde os primeiros anos do século XX e permaneceu presente num contexto de debate sobre o surgimento de novas formas organizativas, assim como de disputa entre diferentes correntes ideológicas por hegemonia dentro dos sindicatos.

O sindicato dos sapateiros (nomeado oficialmente como União dos Artífices em Calçados e Classes Anexas – UACCA) era um dos mais organizados no movimento associativo em São Paulo, esteve presente nas diversas lutas protagonizadas pelo movimento operário na década de 1920, inclusive em algumas que extrapolavam o âmbito das reivindicações ligadas ao mundo do trabalho, conforme veremos nas trajetórias individuais de alguns de seus filiados a partir do acesso às fontes provenientes de prontuários produzidos pelo DEOPS. Esse é outro aspecto que justificou a escolha pela constituição dessa agremiação em um dos nossos objetos de estudo. Além de um prontuário dedicado exclusivamente ao sindicato, a presença de sapateiros entre os vigiados pelo DEOPS é significativa quando comparada a de outras categorias a partir dos prontuários pesquisados como fonte para elaboração desta dissertação. Ao observar a presença de alguns desses indivíduos no sindicato da categoria – a União dos Artífices em Calçados e Classes Anexas – optei também por trazer à baila sua história e atuação, tendo em vista o fato de ser um dos mais pujantes, combativos e longevos sindicatos do movimento operário paulistano no período estudado nesta dissertação. Ao calibrar o foco da análise num sindicato específico, tenciono compreender seu ressurgimento no cenário sindical pós-greve de 1917, seu crescimento e estruturação ao longo desses anos, suas linhas ideológicas e estratégias de atuação, num momento caracterizado por alternativas e impasses na participação dos sindicatos (conforme exposto no capítulo anterior) nas relações de conflito e negociação com o Estado e os industriais.

Ao lidar com as trajetórias individuais e coletivas de alguns dos integrantes do sindicato dos sapateiros, o fazemos tendo em vista que a abordagem biográfica oferece boas perspectivas para o aprofundamento do estudo de questões atinentes à história do movimento operário no Brasil, sobretudo ao relacionar a trajetória de trabalhadores (não somente as lideranças operárias) ao contexto em que estavam inseridos e suas possibilidades de atuação, concebendo-os como sujeitos de experiências capazes de iluminar o conhecimento da história da qual fizeram parte. A recente historiografia dos trabalhadores no Brasil oferece bons exemplos de uso dessa abordagem: o trabalho de Edilene Toledo<sup>149</sup> sobre três militantes sindicalistas

---

<sup>149</sup> TOLEDO, Op. Cit., 2004.

revolucionários (Alceste de Ambris, Giulio Sorelli e Edmondo Rossoni) que atuaram e viveram no início do século XX entre São Paulo e a Itália, o trabalho de Benito Bisso Schmidt<sup>150</sup> sobre dois líderes socialistas do movimento operário no Rio Grande do Sul na Primeira República (Francisco Xavier da Costa e Carlos Cavaco), e vale ainda citar o trabalho de Luigi Biondi<sup>151</sup>, que ao analisar a atuação dos trabalhadores e socialistas italianos em São Paulo entre 1890 e 1920 nos mostra diversas trajetórias biográficas. É importante mencionar também a obra *Dicionário do movimento operário*<sup>152</sup>, organizada por Cláudio Henrique de Moraes Batalha com verbetes de 839 militantes e 397 organizações operárias atuantes no Rio de Janeiro entre o fim do século XIX e 1920. Ainda mais recentemente, a Revista *Mundos do Trabalho* (publicação eletrônica semestral do GT “Mundos do Trabalho” da Associação Nacional de História – ANPUH) publicou uma edição (dividida em dois números) com o dossiê “Biografia e História do Trabalho”, o que demonstra como os estudos biográficos vêm se constituindo numa abordagem profícua para o estudo da história do trabalho e dos trabalhadores no Brasil<sup>153</sup>.

Já no final da década de 1970, Michael Hall e Paulo Sérgio Pinheiro ressaltavam a necessidade de se mostrar as complexidades e especificidades das trajetórias dos primeiros militantes do movimento operário brasileiro, a despeito de uma historiografia – muitas vezes imbuída de um viés partidário – que insistia na manutenção de análises esquemáticas, fazendo desaparecer a concretude dessas experiências históricas<sup>154</sup>. É justamente sobre a necessidade de se valorizar as experiências individuais e coletivas dos trabalhadores que Cláudio Batalha argumenta a propósito dos dicionários biográficos e que levamos em conta para nossa análise:

Através das biografias dos trabalhadores pode-se aprender muito sobre a classe operária no passado, à medida que, de certo modo, estamos lidando com biografias coletivas (...) Se a classe não pode ser reduzida aos “obscuros e ativos” que figuram neste e noutros dicionários do gênero, isso não quer dizer que não consigamos encontrar parte da experiência de classe nas experiências individuais e coletivas dos biografados<sup>155</sup>.

---

<sup>150</sup> SCHMIDT, Benito Bisso. *O patriarca e o tribuno: caminhos, encruzilhadas, viagens e pontes de dois líderes socialistas* – Francisco Xavier da Costa (187?-1934) e Carlos Cavaco (1878-1961). Tese de Doutorado em História, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2002.

<sup>151</sup> BIONDI, Op. Cit., 2011.

<sup>152</sup> BATALHA, Op. Cit., 2009.

<sup>153</sup> CASTELLUCCI, Aldrin; SCHMIDT, Benito Bisso (orgs.). “Dossiê Biografia e História do Trabalho I”. *Mundos do Trabalho*, volume 8, número 15, Florianópolis, jan./jun. 2016, 171 págs.; CASTELLUCCI, Aldrin; SCHMIDT, Benito Bisso (orgs.). “Dossiê Biografia e História do Trabalho II”. *Mundos do Trabalho*, volume 8, número 16, Florianópolis, jul./dez. 2016, 212 págs.

<sup>154</sup> HALL e PINHEIRO, Op. Cit., 1979.

<sup>155</sup> BATALHA, Op. Cit., 2009, p.10.

Também lidaremos com essas biografias coletivas neste capítulo ao narrar, descrever e analisar trajetórias de sapateiros em São Paulo entre a década de 1920 e o início da de 30. A abordagem prosopográfica, tal como delineada por Christophe Charle oferece a possibilidade de entender como o grupo escolhido para análise se define por suas propriedades relacionais ou por suas imagens recíprocas, onde a noção de construção do objeto é fundamental<sup>156</sup>.

O primeiro passo para a pesquisa desses prontuários – disponíveis para consulta no Arquivo Público do Estado de São Paulo<sup>157</sup> – foi a leitura do livro *Combates pela liberdade: o movimento anarquista sob a vigilância do DEOPS/SP (1924/1945)*<sup>158</sup>, da historiadora Lúcia Silva Parra que realiza um levantamento de todos os prontuários de militantes libertários produzidos pela polícia política no referido período. A partir da leitura dos prontuários cadastrados nessa obra, procurei todos aqueles de militantes e organizações sindicais (ou políticas) que tivessem algum registro durante a década de 1920, tendo como objetivo resgatar a dimensão individual da atuação dos trabalhadores no movimento operário em São Paulo naquele momento.

Foram identificados e pesquisados ao todo 32 prontuários: 28 de militantes e 4 de organizações políticas ou sindicais. Na sequência apresento uma tabela com as profissões de cada militante pesquisado de acordo com a informação registrada no seu prontuário.

---

<sup>156</sup> CHARLE, Christophe. A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas. In: HEINZ, Flávio M. (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006, p.44.

<sup>157</sup> Os prontuários do DEOPS possuem relatórios policiais, reportagens de jornal, cópias de interrogatórios submetidos a esses militantes, panfletos, manifestos, entre outros registros referentes ao prontuários.

<sup>158</sup> PARRA, Lúcia Silva. *Combates pela liberdade: o movimento anarquista sob a vigilância do DEOPS/SP (1924-1945)*. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial, 2003. (Coleção Inventário DEOPS, Módulo VII – Anarquistas).

TABELA 3 – Profissões dos militantes prontuariados

| Profissão                                    | Quantidade |
|--|------------|
| Sapateiro                                    | 10         |
| Empregado do comércio                        | 3          |
| Operário (não especificado setor de atuação) | 2          |
| Jornaleiro                                   | 2          |
| Tipógrafo                                    | 1          |
| Mecânico                                     | 1          |
| Ferroviário                                  | 1          |
| Têxtil                                       | 1          |
| Tintureiro                                   | 1          |
| Empregado do setor de serviços               | 1          |
| Motorneiro                                   | 1          |
| Metalúrgico                                  | 1          |
| Não consta                                   | 3          |
| Total  | 28         |

Fonte: Dados extraídos a partir dos prontuários pesquisados. Acervo Deops-SP/Apesp<sup>159</sup>.

Ao lidar com esse material, observamos que nesse período estudado, a maior parte dos militantes prontuariados eram sapateiros: 10 entre os 28 prontuários pesquisados, o que equivale a pouco mais de 35%. Isso nos dá um primeiro indício da importância de suas atuações, e fazem-nos questionar acerca de como se deu sua militância sindical e política e se guardam relações diretas ou indiretas com o seu ofício.

Nesse trabalho de pesquisa, triagem, leitura e análise dos prontuários, podemos perceber que a documentação produzida por órgãos policiais são de significativa importância para o historiador no estudo das lutas populares e sindicais; contudo vale o cuidado mencionado por Murilo Leal Pereira Neto acerca das características dessas fontes, que por sua vez revelam mais da instituição que as produziu e do modo como agiu e se relacionou com outros atores sociais<sup>160</sup>. Portanto, o cruzamento desses registros policiais com outras fontes tende a aprofundar o conhecimento da história dos trabalhadores, tal como mencionado por Edilene Toledo e pelo próprio Murilo Leal<sup>161</sup>.

<sup>159</sup> Esses dados referem-se às profissões registradas nos prontuários de cada militante pesquisado e servem como parâmetro – não isento de problemas, pois deve-se considerar que alguns deles possam ter mudado de atividade profissional durante suas vidas, informação presente, inclusive, em alguns dos prontuários estudados – para observar a qual categoria profissional pertencia no momento em que esteve detido ou sob maior vigilância.

<sup>160</sup> PEREIRA NETO, Murilo Leal. *A reinvenção do trabalhismo no “vulcão do inferno”*: um estudo sobre metalúrgicos e têxteis de São Paulo – a fábrica, o bairro, o sindicato e a política (1950-1964). Tese de Doutorado em História, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

<sup>161</sup> Ibid, p.22; TOLEDO, Op. Cit., 2004, p.23.

Tendo em vista a maior presença dos sapateiros no rol dos prontuários pesquisados, procuramos compreender quais as formas de atuação desses indivíduos, que motivaram a vigilância do aparato repressivo no período estudado, e que em alguns casos, prosseguiu em décadas seguintes, conforme observaremos no texto.

Nesse sentido, três questões norteiam nossa análise: primeiramente procura-se demonstrar como se deu a atuação desses militantes no sindicato (a União dos Artífices em Calçados e Classes Anexas) e suas diferentes propostas de intervenção nas lutas vivenciadas pela categoria e também pelo movimento operário na década de 1920, caracterizada pela continuidade dos processos de organização dos trabalhadores paulistanos, o aparecimento dos primeiros grupos comunistas no Brasil (com a formação do PCB em 1922), o advento do fascismo e de grupos antifascistas<sup>162</sup>. Há de se ressaltar também os intensos debates quanto às formas de organização sindical, nos quais anarquistas, socialistas, comunistas e cooperativistas<sup>163</sup> disputavam liderança e influência nas associações operárias<sup>164</sup>.

Levando em consideração que a atuação desses militantes não se deu única e exclusivamente no âmbito do sindicato, surge a segunda questão trabalhada neste capítulo, ao analisar em que momentos esses sapateiros estiveram presentes em outras lutas e manifestações na década de 1920, como no caso da Revolução de 1924 em São Paulo, dos protestos pela condenação dos anarquistas italianos Nicola Sacco e Bartolomeo Vanzetti nos Estados Unidos em 1927 e na luta contra o fascismo. Inclusive, alguns dos sapateiros cujas trajetórias aparecerão nessas páginas tais como Affonso Festa, Agostinho Farina e Vicente Sulia estão referenciados também num artigo de Maria Luiza Tucci Carneiro sobre imigrantes italianos no Brasil vigiados pelo DEOPS, que ressalta sua importância na organização do operariado brasileiro<sup>165</sup>. No desenrolar do trabalho de pesquisa, a partir de informações disponíveis nesses

<sup>162</sup> BIONDI, Op. Cit., 2011, p.360.

<sup>163</sup> Os cooperativistas eram uma das correntes político-ideológicas que compunham o chamado sindicalismo amarelo na Primeira República. Este se caracterizava por um método de ação que via na greve o último recurso a ser adotado, esgotando-se antes todas as formas de negociação, diferentemente do chamado sindicalismo revolucionário ou de ação direta (inspirado na Confederação Geral do Trabalho francesa e adotado como estratégia sindical a ser seguida nas resoluções dos congressos operários de 1906, 1913 e 1920) que via na greve um dos principais recursos de luta dos trabalhadores. Outra característica do sindicalismo amarelo foi o recurso a intermediários do mundo da política, autoridades e advogados em momentos de conflitos trabalhistas e de reivindicações de seus sindicatos. Cf. BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. Sindicalismo amarelo. In: ABREU, Alzira Alves de (coord.). *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República*. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/dicionario-primeira-republica>.

<sup>164</sup> GOMES, Op. Cit., 2005, p.145.

<sup>165</sup> CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Tutti Buona Gente!* Subversivos de origem italiana no arquivo DEOPS-SP. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; CROCI, Federico; FRANZINA, Emilio (orgs.). *História do trabalho e histórias da imigração: trabalhadores italianos e sindicatos no Brasil (séculos XIX e XX)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fapesp, 2010. Não só na historiografia brasileira encontramos textos sobre esses militantes e seu ofício: Eric Hobsbawm (em coautoria com Joan Scott) dedica um de seus artigos aos sapateiros politizados ingleses no século XIX. Ver HOBBSBAM, Eric. Sapateiros politizados. In: \_\_\_\_\_.

documentos, tais como data e local de nascimento, podemos observar aspectos relacionados às questões étnicas e geracionais entre esses militantes, ainda que se trate de uma amostra reduzida. Encontramos indivíduos que já traziam consigo experiências anteriores de atuação sindical e política, assim como de jovens sapateiros que então iniciavam sua militância. Procuramos relacionar essa discussão à questão da etnia entre esses sapateiros, visto que encontramos italianos e espanhóis entre eles, e também os filhos de imigrantes nascidos no Brasil que começavam a adentrar as fileiras do mercado de trabalho e também dos sindicatos.

A partir dessas diretrizes, trabalharemos com os prontuários desses militantes cruzando essas informações com algumas publicações da imprensa operária e também com a coletânea de documentos organizada por Michael Hall e Paulo Sérgio Pinheiro, publicada em dois volumes, livros esses que possuem algumas fontes provenientes de relatórios governamentais e empresariais que auxiliam em muito o historiador no entendimento das relações dos trabalhadores com o Estado e demais segmentos sociais<sup>166</sup>.

## 2.1 – Os sapateiros e o seu sindicato: debates, propostas, caminhos.

A União dos Artífices em Calçados foi fundada em 5 de agosto de 1917<sup>167</sup>, pouco depois da greve geral de junho-julho daquele ano, num momento de ampla reorganização sindical em São Paulo. Logo em seguida, ao lado de outras 23 associações operárias, aderiu à Federação Operária de São Paulo reativada naquele mesmo mês<sup>168</sup>. Mesmo depois do encerramento das atividades da FOSP em meados da década de 20, este sindicato permaneceu em franca atividade, conforme podemos perceber na leitura da imprensa operária. Suas assembleias, ocorridas todas as segundas-feiras atraíam muitos associados<sup>169</sup>. Sua sede permaneceu na Rua Brigadeiro Machado, no bairro do Brás.

---

*Mundos do Trabalho*: novos estudos sobre história operária. 5ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008. Nesse artigo, os autores fazem referência a outros estudos na historiografia internacional que tratam sobre o radicalismo político dos sapateiros.

<sup>166</sup> HALL e PINHEIRO, Op. Cit., 1979; HALL, Michael e PINHEIRO, Paulo Sérgio. *A classe operária no Brasil: documentos (1889-1930)*, volume II – condições de vida e de trabalho, relações com os empresários e o Estado. São Paulo: Brasiliense, 1981.

<sup>167</sup> O quadro elaborado por Azis Simão de todos os sindicatos do estado de São Paulo entre 1915-1929 apresenta a primeira notícia da União dos Artífices em Calçados datada de 1915. Ver SIMÃO, Op. Cit., 1981, p.198. Os sapateiros eram uma categoria que possuíam um histórico de organização visto que sua primeira associação data de 5 de maio de 1907, fundada durante os acontecimentos da greve daquele ano na cidade de São Paulo. Ver BIONDI, Op. Cit., p.234.

<sup>168</sup> BIONDI, Op. Cit., 2011, p.345-346.

<sup>169</sup> “Movimento operário”. *A Plebe*. São Paulo, 08/07/1922, p.3.

Diferentemente das ligas de bairro que também surgiram no contexto da greve geral de 1917 em São Paulo e que visavam congregar trabalhadores de bairros de grande concentração operária – por exemplo, Mooca, Brás e Belenzinho – que ainda não possuíam seu órgão de classe unificado<sup>170</sup>, a UACCA caracterizava-se por ser um sindicato classista, que procurava articular sua atuação na federação operária paulista junto às outras associações com a regulamentação do trabalho e a defesa dos interesses materiais, econômicos e morais da categoria, como é expresso no seu estatuto (aprovado por assembleia geral da categoria em outubro de 1920):

Art. 2º - A U.A.C.C.A. propõe-se a conseguir os fins por ela colimados pelos seguintes meios:

- a) Promovendo a união consciente da classe para a defesa dos seus direitos econômicos, morais e sociais;
- b) Trabalhando pelo aumento sucessivo dos salários e diminuição de horas de trabalho;
- c) Pelo melhoramento das condições higiênicas das oficinas e fabricas;
- d) Pela regulamentação do trabalho, limitando a aprendizagem e impedindo o trabalho dos menores de 14 anos de idade (...)<sup>171</sup>.

O sindicato exercia o controle e regulamentação da mão-de-obra e chamava para si a responsabilidade frente aos associados que estivessem desempregados, conforme previsto no artigo nove de seu estatuto<sup>172</sup>. Outra questão referente à sua participação no mercado de trabalho diz respeito às discussões sobre a tabela de vencimentos dos trabalhadores. Era concedida autonomia e liberdade de reunião para trabalhadores de diferentes segmentos industriais; no entanto não era permitido nenhum tipo de intermediação de pessoas que não pertencessem à classe trabalhadora nas negociações que envolvessem diretamente a UACCA e os patrões – numa perspectiva diferente dos sindicatos cooperativistas:

Art. 4º- No seio da União é concedida a mais ampla autonomia de reunião às diversas categorias da indústria na discussão das tabelas de valor profissional. A União não admitirá, porém, nenhuma interferência de pessoas estranhas à classe trabalhadora nas suas questões diretas com o patronato<sup>173</sup>.

---

<sup>170</sup> Ibid, p.338.

<sup>171</sup> Estatutos da União dos Artífices em Calçados e Classes Anexas, p. 8-9. Documento disponível no prontuário 438, de Vicente Sulia, Deops-SP, Apesp.

<sup>172</sup> Ibid, p.10.

<sup>173</sup> Ibid, p. 9.



A partir da relação entre o sindicato e seus militantes, podemos conhecer melhor a teoria e prática sindical dos sapateiros, algo possibilitado também pela leitura de seus estatutos. Numa de suas concorridas assembleias realizada em 24 de julho de 1922, na Rua Brigadeiro Machado, número 47, no bairro do Brás – de grande concentração operária – que abrigava a sede da União dos Artífices em Calçados e Classes Anexas (UACCA), Antônio Domingos e depois Ricardo Cipolla pediram a palavra. Em meio às greves enfrentadas nas fábricas de calçados Rocha e União, ambos defendiam a tática do conflito aberto e o uso da força como único meio dos companheiros conseguirem atender suas reivindicações e fazerem valer o que consideravam seus direitos<sup>174</sup>. Certamente essa tática não era consenso visto os intensos debates travados nas assembleias dentro do sindicato, todas as segundas-feiras. Duas semanas antes, Edgard Leuenroth, tipógrafo e experiente militante sindical realizara uma palestra na qual discorreu durante longo tempo sobre as origens da organização operária, o seu desenvolvimento, seus métodos de ação e sua finalidade<sup>175</sup>. Aquela era a primeira de uma série de palestras com temáticas relacionadas a questões sociais – sempre proferidas por algum militante do movimento operário – que tinha como objetivo sensibilizar e desenvolver o interesse de seus associados por esses assuntos<sup>176</sup>.

Nesses registros, chama-nos a atenção a preocupação do sindicato na formação política e mobilização dos sapateiros para os enfrentamentos por que passava a categoria. A questão do sindicato como espaço de formação política e sindical esteve presente na trajetória da UACCA ao organizar conferências e palestras com temas que versavam sobre a importância da organização operária, os métodos de ação sindical a serem adotados e das lutas entre as classes sociais<sup>177</sup>. Numa dessas conferências, em março de 1924, o mesmo Edgard Leuenroth falou durante quase uma hora para os trabalhadores que o assistiam sobre as vantagens da ação direta (greves, boicotes aos produtos de empresas que não atendessem às demandas de categorias em greve) como estratégia sindical em relação ao sindicalismo cooperativista, que começava a adentrar a esfera de influência nas associações operárias; fica evidente também a disputa entre as diferentes orientações ideológicas dentro dos sindicatos<sup>178</sup>. Temáticas que extrapolavam as questões estritamente sindicais eram também abordadas como numa conferência realizada por Francesco Frola sobre o fascismo em 1927<sup>179</sup>.

<sup>174</sup> Prontuário 12, de Agapito Saes, Deops-SP, Apesp; “As greves dos sapateiros”. *A Plebe*, 08/07/1922, p.3.

<sup>175</sup> “Movimento operário”. *A Plebe*, 22/07/1922, p.3.

<sup>176</sup> “Movimento operário”. *A Plebe*, 08/07/1922, p.3.

<sup>177</sup> Ver “Movimento Operário”. *A Plebe*, 17/05/1924, p.3; “Movimento Operário”. *A Plebe*, 14/06/1924, p.3.

<sup>178</sup> “Movimento Operário”. *A Plebe*, 29/03/1924, p.3.

<sup>179</sup> “Mundo Operário”. *A Plebe*, 01/05/1927, p.3. Francesco Frola foi um “*fuorusciti*” – como eram chamados os fugitivos da perseguição imposta na Itália fascista de Mussolini – de ativa militância antifascista no Brasil (e em

Simultaneamente às greves nas fábricas Rocha e União estava em andamento o boicote aos produtos das fábricas Lazaro e De Merlo, pelo qual se fazia constante apelo na imprensa operária pela adesão dos outros trabalhadores<sup>180</sup>. Nesse sentido, percebemos que as falas de Antônio Domingos e Ricardo Cipolla mencionadas anteriormente buscavam a adesão dos pares dentro do debate, visto que suas posições não deveriam ser unânimes na associação.

Naquela segunda-feira, 24 de julho, após a assembleia, ainda ocorreu uma reunião reservada, tendo como participantes além de Domingos e Cipolla, João Perez, Bardomero Perez, Pascoal Laurenzano, Vicente Sulia, Arthur Simioli, Affonso Festa, Antônio Perez e José Arouca. Este último exercia também uma função burocrática, pois era responsável pelas arrecadações da UACCA e detinha os dados referentes ao endereço de todos os associados<sup>181</sup>. Esses trabalhadores mencionados eram os principais líderes dos sapateiros naquele momento e debatiam as ações a serem executadas. Certamente, todos eles tinham conhecimento do atentado contra a fábrica Piccha, relatado pelo agente Eufrásio Guerreiro, que acabara de tomar ciência do ocorrido, visto que não ofereceu detalhes no seu relatório<sup>182</sup>.

Nesse ponto, vale a pena falar um pouco mais de Antônio Domingos (um dos redatores dos estatutos da UACCA)<sup>183</sup>, conhecido como Antonino entre os companheiros. Sua trajetória sindical e política nos permite conhecer um pouco mais da atuação dos sapateiros naquele momento. Nascido em Ourense, Espanha, não tem data de nascimento informada, mas consta quando da abertura de seu prontuário (algo que provavelmente ocorreu em meados da década de 20) que tinha 28 anos e era solteiro. Percebemos então uma intensa militância em sua juventude, pois esteve preso seis vezes entre 1921 e 1924<sup>184</sup>. Uma de suas detenções – junto com Ricardo Cipolla, João Sposito, Francisco Ricciardi e mais dois operários não identificados – foi noticiada por *A Plebe* em outubro de 1922. Aqui verificamos um conflito de informações sobre sua trajetória: o jornal *A Plebe* relata o processo de expulsão movido contra Domingos, algo visto como extremamente injusto, visto que morava há mais de 20 anos no Brasil<sup>185</sup>. Nos

---

menor escala, no México e na Argentina) no entreguerras. Sobre o pensamento e ação política de Frola nas comunidades imigradas italianas na América, ver BERTONHA, João Fábio. Um antifascista controverso: Francesco Frola. *História Social*, Campinas, nº7, 2000, p.213-239.

<sup>180</sup> “Movimento operário”. *A Plebe*, 08/07/1922, p.3.

<sup>181</sup> Prontuário 12, de Agapito Saes, Deops-SP, Apesp.

<sup>182</sup> Prontuário 12, de Agapito Saes, Deops-SP, Apesp. Nesse mesmo relatório são citados outros militantes que não tomaram parte naquela reunião, mas seriam responsáveis pela parte da “ação” e propaganda: Agapito Saes, Humberto Infante, José Passano, Júlio Saes, José Bulara, Luiz Moretti, Augusto Fonseca, Marcelino Roiz, Marcelino Abalona, João Bueno, Francisco Cordeiro, Álvaro Pinto, Rugerio Annunciato, Paschoal Evangelista, João de Abreo, José Gonzalves, Roque Cheffe, Augusto Pizzutti, Pedro Camosa e José Milão. Agapito Saes, registrado como anarquista no seu prontuário, ainda faria parte de reuniões de caráter “subversivo” em 1926.

<sup>183</sup> Em alguns registros policiais aparece também como Antônio Domingues ou Antonino Dominguez.

<sup>184</sup> Prontuário 69, de Antônio Domingos, Deops-SP, Apesp.

<sup>185</sup> “Mais violências policiais”. *A Plebe*, 7/10/1922, p.3.

registros policiais também consta o processo de expulsão, contudo há uma notificação de que foi expulso de Portugal em 6 de junho de 1914, num momento em que estaria ainda na adolescência<sup>186</sup>. Outra edição desse mesmo periódico, ao comentar sobre o risco de expulsão de Antonino do território nacional, oferece mais alguns detalhes de sua trajetória, afirmando que teria vindo com sua família para o Brasil quando jovem e se estabelecido na cidade de Belém, no Pará, onde posteriormente iniciou-se no ofício de sapateiro e no interesse pelas questões sociais, sem mencionar a estadia em Portugal referenciada no seu prontuário<sup>187</sup>. Temos aqui um exemplo das dificuldades que também perpassam o trabalho com biografias, ao nos depararmos com informações conflitantes existentes nas fontes sobre um mesmo indivíduo. De qualquer forma, nos chama a atenção que vindo para o Brasil quando de sua juventude com seus pais, já na década de 20 desempenhava papel de liderança no movimento operário: é descrito pela polícia em 1926 como um dos “mais autorizados mentores dos grupos libertários” da capital paulista, participando de uma série de greves em fábricas de calçados<sup>188</sup>.

Além das atividades desempenhadas no sindicato, nas greves e manifestações dos trabalhadores, Antônio Domingos interveio também no debate acerca de como deveria ser a organização operária naquele momento. Num manifesto de março de 1922 escrito conjuntamente com outros militantes<sup>189</sup> publicado em *A Plebe*, são colocadas propostas para a ação dos sindicatos, assim como a delimitação de posicionamento frente aos grupos comunistas que partilhavam de outro modelo, inspirado pelos princípios leninistas de organização dos trabalhadores e também partidária. A alternativa girava em torno da formação de federações regionais de trabalhadores:

(...) Concitamos, pois, os elementos libertários deste país a se constituírem em grupos, para depois serem reunidos nas federações regionais, com base para a constituição da organização geral libertária do Brasil. Nas grandes cidades, em cada um de seus bairros, no seio dos sindicatos, como nas localidades do interior onde haja três ou mais camaradas de acordo entre si, deve ser iniciado desde já um ativo trabalho nesse sentido (...) Os grupos formados em uma mesma zona ou região relacionar-se-ão entre si por meio de uma federação regional, constituída de acordo com as maiores possibilidades de comunicação. As federações regionais terão um comitê de relações formado de representantes de um ou mais grupos da localidade destinada para uma

<sup>186</sup> Prontuário 69, de Antônio Domingos, Deops-SP, Apesp.

<sup>187</sup> “A reação policial paulista”. *A Plebe*, 12/05/1923, p.3.

<sup>188</sup> Prontuário 69, de Antônio Domingos, Deops-SP, Apesp.

<sup>189</sup> Além de Antônio Domingos assinaram o manifesto Edgard Leuenroth, Rodolpho Felipe, Ricardo Cipolla, Antônio Cordon Filho, Emilio Martins, João Peres, José Rodrigues e João Penteado. Os signatários pertenciam a diferentes categorias profissionais, o que nos dá uma mostra também das redes de relações empreendidas por esses militantes.

sede, realizando-se periodicamente convênios de representantes diretos dos grupos das várias localidades (...) <sup>190</sup>.

O texto ainda traz a orientação programática que os sindicatos deveriam adotar:

(...) Essa organização deve, pois, basear-se no princípio de que o trabalhador se associa pela sua condição de assalariado e não de adepto deste ou daquele credo religioso ou doutrina política ou filosófica.

O sindicato, que é hoje o organismo de luta permanente contra o patronato e contra o capitalismo, sendo também um poderoso elemento de educação social dos trabalhadores, pois traz em constante exercício o seu sentimento de solidariedade, mantendo vivo o seu espírito de combatividade e dotando-o de uma concepção de conjunto da obra renovadora do sindicalismo, está destinado a ser amanhã a base essencial da reconstrução econômica da sociedade, assegurando a viabilidade das concepções libertárias, em oposição a toda tendência centralista e autoritária <sup>191</sup>.

Se compararmos ao documento citado no capítulo anterior sobre o debate no congresso operário de 1921 acerca de novas formas para organização operária, no qual se colocava como alternativa uma centralização sindical – expressa no sindicato por indústrias – verificamos aqui um contraponto. É nítido que a questão do modelo de organização sindical e sua consequente orientação programática e ideológica estava longe de algum consenso, e isso vai ao encontro de um dos argumentos de nosso trabalho já exposto anteriormente (que tomamos emprestado da formulação de Angela de Castro Gomes) qual seja, o da disputa de diferentes projetos políticos e de cidadania no interior dos sindicatos.

Outra questão a ser observada é que apesar de declararem sua ligação com as ideias libertárias, percebemos a presença de alguns princípios do sindicalismo revolucionário, tais como o da aceitação da participação de todos os trabalhadores independente de orientação política e/ou ideológica, da neutralidade política do sindicato, assim como da centralidade desse órgão na organização futura da sociedade <sup>192</sup>. Nesse ponto, gostaria de fazer uma discussão sobre essa questão dentro do sindicato dos sapateiros, visto que era um dos mais representativos do movimento operário paulistano da década de 1920. Ao ler alguns documentos produzidos pela UACCA e confiscados posteriormente pelo DEOPS, percebemos que aquele se manteve

<sup>190</sup> “Os anarquistas no momento presente”, *A Plebe*, 18/03/22. In: HALL, Michael e PINHEIRO, Paulo Sérgio, Op. Cit., 1979, p.259.

<sup>191</sup> Ibid, p.259-260.

<sup>192</sup> Sobre o sindicalismo revolucionário e sua presença no movimento operário brasileiro ver TOLEDO, Op. Cit., 2004. Para essa historiadora o sindicalismo revolucionário continuou exercendo influência nos sindicatos até meados da década 30.

durante mais de uma década filiado aos princípios do sindicalismo revolucionário. Num memorial elaborado pelo sindicato em 1933, é destacada a guinada ideológica e tática empreendida no início de sua existência:

(...) Em 1919 os companheiros Ricardo Cipolla e Antonino Domingos (o primeiro, vítima dum sicário policial e o segundo covardemente assassinado por um comunista) secundados por outros, bateram-se como denodo para que a nossa organização deixa-se (sic) o velho processo de diretoria e adoptar-se como metade de luta o Sindicalismo revolucionário a base de ação direta. A propaganda dos companheiros citados ajustou-se tão perfeitamente a aspiração dos trabalhadores em calçados que as adesões multiplicaram-se sensivelmente e em breve tempo o sindicalismo revolucionário arrancava das tavernas os sapateiros e colocava-lhes entre as mãos o livro e o folheto em lugar do vinho e do baralho<sup>193</sup>.

Num relatório de março de 1931 (preparado para apresentação na Conferência Operária Estadual, organizada pela FOSP) vemos mais alguns indícios que confirmam a orientação sindicalista revolucionária da UACCA:

Com esta finalidade, reunindo forças sindicais necessárias, para derribar as colunas em que se sustentam todos os males sociais, e, sem desdenhar as melhorias imediatas, positivas, preparar o caminho para o estabelecimento da sociedade futura, a sociedade dos produtores livres. Esta orientação, mais tarde confirmada pelo 3º Congresso Operário Brasileiro, no qual a U.A.C. se fez representar diretamente por dois delegados, granjeou a simpatia das massas que viu nessa orientação a formula eficiente para as reivindicações proletárias<sup>194</sup>.

Também encontramos essa referência ao 3º Congresso Operário Brasileiro ao ler os estatutos da União dos Artífices em Calçados (presente no prontuário do sapateiro italiano Vicente Sulia) no qual o sindicato ratificava sua orientação aos princípios e finalidades adotados naquele evento:

O 3º Congresso Operário Brasileiro, tendo em vista as condições particulares aos meios operários do Brasil, reafirma em suas linhas gerais as declarações feitas nos Congressos de 1906 e 1913; por outro lado, porém, examinando e

<sup>193</sup> “Aos trabalhadores em calçados e ao proletariado em geral”. Prontuário 582, da União dos Artífices em Calçados, Deops-SP, Apesp. Esse memorial disponível no prontuário da União dos Artífices em Calçados apresenta outras informações importantes para compreensão dos embates vividos dentro do sindicato, sobretudo nas menções feitas a Augusto Pizzutti, que será objeto de análise também neste capítulo. Outra questão relevante é a informação sobre o assassinio de Antonino Domingos por comunistas, algo que não está totalmente esclarecido. O DEOPS apresenta outras informações sobre Antônio Domingos, inclusive ser partícipe de uma célula comunista no início da década de 1950.

<sup>194</sup> “Relatório da União dos Artífices em Calçados à Conferência Operária Estadual convocada pela Federação Operária para os dias 13, 14 e 15 de março de 1931”. Prontuário 582, da União dos Artífices em Calçados, Deops-SP, Apesp.

ponderando a situação histórica de fato em que se encontra o proletariado mundial neste momento, julga necessário estabelecer, em termos precisos, um critério fundamental, positivo e realista, pelo qual deverão orientar-se todas as organizações, todas as lutas, todos os esforços dos trabalhadores do Brasil<sup>195</sup>.

O 3º Congresso Operário Brasileiro reafirmava a questão da autonomia sindical – já mencionada no capítulo anterior – e o conteúdo programático dos dois congressos anteriores, ambos realizados na cidade do Rio de Janeiro. No interior do primeiro congresso operário, de 1906, foi criada a Confederação Operária Brasileira (COB), contando principalmente para sua formação com a colaboração da Federação Operária do Rio de Janeiro (FORJ, fundada em 1906 e herdeira da Federação Operária Regional, fundada em 1905) e da Federação Operária de São Paulo (criada em 1905). A Confederação Operária Brasileira era formada por federações nacionais de indústria ou de ofício, uniões locais ou estaduais de sindicatos e por sindicatos isolados onde não haviam federações por indústria ou por ofício e tinha como principal veículo de comunicação o jornal *A Voz do Trabalhador*<sup>196</sup>. Logo no primeiro congresso operário adotou como medidas programáticas não aderir a nenhuma escola política ou religiosa, não participar de eleições e não permitia que nenhum de seus sócios se utilizasse de algum título ou função da confederação para participar de atos eleitorais/políticos e religiosos – permitindo aos seus filiados que agissem conforme suas convicções políticas fora do espaço do sindicato – tendo como inspiração principal a Confederação Geral do Trabalho francesa. Os principais temas debatidos na COB naquele momento giravam em torno das críticas às tendências reformistas no sindicalismo, o apelo à ação direta, por meio de greves e protestos dentro e fora das fábricas e oficinas e da centralidade da atuação do sindicato como organizador da sociedade futura, articulando as lutas cotidianas com um projeto de transformação futura da sociedade, identificada com a derrubada do capitalismo<sup>197</sup>.

Fizemos uma breve retomada da existência da Confederação Operária Brasileira e a menção aos congressos operários de 1906, 1913 e 1920 para rastrear como se deu a permanência de uma tradição sindicalista revolucionária no interior do sindicato dos sapateiros, que conforme já afirmado foi um principais sindicatos paulistanos na década de 1920, momento de intensos questionamentos e debates dentro do movimento operário brasileiro sobre a melhor forma de organizar os trabalhadores. Observar a permanência das ideias do sindicalismo

---

<sup>195</sup> “Afirmção de princípios do proletariado organizado do Brasil”. Prontuário 438, de Vicente Sulia, Deops-SP, Apesp.

<sup>196</sup> TOLEDO, Edilene Teresinha. “Para a união do proletariado brasileiro: a Confederação Operária Brasileira, o sindicalismo e a defesa da autonomia dos trabalhadores no Brasil da Primeira República”. *Perseu: história, memória e política*, nº10, São Paulo, dez. 2013, p.14.

<sup>197</sup> TOLEDO, 2013, op. cit., p.16-19.

revolucionário especificamente numa agremiação de tamanha importância no movimento sindical em São Paulo nos ajuda a entender qual forma de autonomia era almejada para atuação e reivindicações dos trabalhadores naquela conjuntura histórica.

Após ligar a trajetória de Antônio Domingos aos debates sindicais daquele período e da permanência das ideias sindicalistas revolucionárias no interior do sindicato dos artífices em calçado podemos retornar para alguns aspectos da sua militância e do uso das fontes provenientes de prontuários policiais. Mesmo com a portaria de expulsão do país de 1921 contra si, Antônio Domingos continuou morando no estado de São Paulo (em Guaratinguetá) e vindo constantemente à cidade de São Paulo exercer sua militância. Um ano antes, Domingos fora acusado da colocação de uma bomba na fábrica de calçados Rocha, a mesma da greve enfrentada pelos sapateiros em 1922 e mencionada no início deste capítulo<sup>198</sup>. A vigilância cerrada sobre Antônio Domingos nos faz imaginar as dificuldades encontradas por ele e outros militantes do movimento sindical nas suas atividades.

Voltamos a encontrá-lo num registro de 1953, no qual é identificado como membro do Partido Comunista do Brasil em 1948, morando na Rua Barão de Jaguará, na capital paulista. Constava de uma relação de indivíduos procurados por participarem de células de organização comunista<sup>199</sup>. Há de se perguntar as razões e os motivos que levaram Domingos que na juventude opunha-se ao formato de organização partidária e sindical comunista, já adulto ser um dos quadros mais ativos na organização do partido. Uma questão que surge a partir dessa pesquisa diz respeito ao desencontro de informações sobre a biografia de Antonino. Será que se trata de militantes homônimos? Os registros coincidem ao afirmar seu ofício – de sapateiro –, o período em que viveu, seu apelido e sua função de liderança dentro da associação dos sapateiros. Contudo, nas fontes policiais, Antonino teria vivido até a década de 1950 no mínimo e aderido à causa comunista, enquanto o memorial da UACCA informa que ele foi assassinado por comunistas, o que por si só já levanta muitas perguntas sobre o porquê desse acontecimento extremo já que pertencia ao movimento sindical. As fontes pesquisadas para essa dissertação não permitem uma afirmação conclusiva e esse é um assunto que merece uma investigação mais aprofundada em futuros trabalhos para sua elucidação.

Outro exemplo que nos permite mostrar as mudanças e a mobilidade ideológica desses militantes é o brasileiro descendente de italianos Augusto Pizzutti. Pizzutti, nascido na capital paulista em 1901, pertencia a uma jovem geração de militantes que iniciaram sua militância

<sup>198</sup> “Relação de anarquistas”. Prontuário 69, de Antônio Domingos, Deops-SP, Apesp.

<sup>199</sup> “Informação sobre os antecedentes de Antônio Domingos”. Prontuário 69, de Antônio Domingos, Deops-SP, Apesp.

entre o final da década de 10 e a década de 20, característica similar à de Antônio Domingos, diferindo deste por ser filho de imigrantes italianos, Antônio Pizzutti e Bomina Pizzutti, dos quais não dispomos de maiores informações de quando chegaram ao Brasil assim como dos motivos que os fizeram vir para cá.

A trajetória de Pizzutti nos faz compreender melhor as mudanças, dúvidas, incertezas pelas quais passam os indivíduos durante sua atividade política e sindical. Essa mobilidade dos militantes entre diferentes grupos e de orientação ideológica é grifada por Edilene Toledo ao mostrar os exemplos de Edgard Leuenroth e Alessandro Cerchiai que passaram do socialismo ao anarquismo, assim como de indivíduos que fizeram o caminho inverso como nos casos de Lorenzo Monaco e Teodoro Monicelli<sup>200</sup>.

Ao prestar depoimento e rememorar aspectos de sua militância durante a sua sexta detenção (em 1935 quando estive no Presídio Político do Paraíso, no centro de São Paulo), com apenas 34 anos, mas há mais de 10 anos na atividade sindical, Pizzutti falou sobre seu início quando em 1923 (ou em 1922, já não se lembrava ao certo) filiou-se à União dos Artífices em Calçados e tinha preferência pelas ideias anarquistas, participando de uma greve de sapateiros nesse mesmo ano. Nesse sindicato permanecera até um ano antes de sua detenção, quando resolveu se afastar, pois não estava muito bem de saúde. No sindicato, Pizzutti também atuava na formação política dos militantes, visto que uma de suas atribuições era o estudo de temas e assuntos políticos, realizando a leitura de alguns jornais, entre eles *A Manhã* (jornal carioca fundado em 1925) e *A Classe Operária* (órgão oficial do PCB, fundado em 1925)<sup>201</sup>.

Só que com o passar dos anos, Pizzutti ficou cada vez mais descrente e insatisfeito com os rumos tomados pelo sindicato. Diferentemente de Antônio Domingos, que defendia a reunião das ligas e sindicatos em federações regionais, Pizzutti aproximou-se do comunismo e passou a fazer parte do grupo que fazia oposição interna dentro do sindicato dos sapateiros<sup>202</sup>.

Sua filiação ao Partido Comunista se deu em 1929. Posteriormente conheceu Aristides Lobo<sup>203</sup> e João Menezes, secretário da Federação Sindical Regional de São Paulo (FSRSP)<sup>204</sup>, que adotava pressupostos ligados ao comunismo, instituição à qual Pizzutti insistentemente tentou que o sindicato de sua categoria aderisse, saindo da Federação Operária de São Paulo

<sup>200</sup> Ver TOLEDO, Op. Cit., 2004, p.275-276.

<sup>201</sup> “Termo de declarações”. Prontuário 47, de Augusto Pizzutti, Deops-SP, Apesp.

<sup>202</sup> “Declarações que presta o detento Augusto Pizzutti”. Prontuário 47, de Augusto Pizzutti, Deops-SP, Apesp.

<sup>203</sup> Jornalista, professor e militante comunista de orientação trotskista.

<sup>204</sup> A Federação Sindical Regional que num dos registros policiais do prontuário de Pizzutti, aparece como uma associação clandestina constituía-se na seção do sindicalismo vinculado ao Partido Comunista. No arrolamento dos sindicatos existentes em São Paulo feito por Azis Simão, observamos que o registro de sua primeira notícia data de 1931, não se sabendo ao certo quando foi fundada. Ver SIMÃO, Azis. *Sindicato e Estado: suas relações na formação do proletariado de São Paulo*. São Paulo: Ática, 1981.



(FOSP)<sup>205</sup> que fora recentemente reativada, pela terceira vez. Pizzutti e o grupo<sup>206</sup> do qual fazia parte não conseguiram, contudo, concretizar seu objetivo e após uma série de debates realizados sob muita tensão no sindicato – num dos quais chegou ao confronto físico com o militante anarquista Pedro Catallo – foi expulso da União dos Artífices em Calçados no início dos anos 30<sup>207</sup>. Esse exemplo nos mostra a presença das diferentes correntes no interior do movimento operário em São Paulo e as disputas que travavam entre si. Mais adiante, retomaremos a questão do posicionamento ideológico de Pizzutti e das divergências suscitadas pela sua prática, afim de retomarmos como se deu a disputa entre diferentes projetos políticos e da autonomia de atuação dentro do sindicato dos sapateiros nos anos finais da década de 1920.

A polícia tinha também atenção redobrada com Pizzutti, vigiando seus passos e infiltrando agentes em reuniões sindicais e políticas. Ele foi observado em fevereiro de 1935 no Congresso da Juventude Proletária e Estudantil. É caracterizado em um dos registros policiais como militante do Partido Comunista (num dos interrogatórios a que foi submetido na sua detenção em 1931, Pizzutti afirma ter sido filiado ao PC em 1929, afastando-se do mesmo para ter mais tempo com sua família); na sua passagem pela prisão em 1935, afirma que não tinha mais ligação com o partido<sup>208</sup>. Nesse ínterim, Pizzutti parece ter também mudado ou pelo menos revisto algumas de suas concepções.

Essa última passagem de Pizzutti pela prisão de que temos registro foi curta: preso em 27 de novembro de 1935 é posto em liberdade no dia 11 de fevereiro de 1936. Ao ler seu prontuário, encontramos duas cartas escritas de próprio punho direcionadas a Egas Botelho, superintendente de Ordem Política e Social, uma de janeiro e a outra de fevereiro de 1936. Nelas relata o agravamento de sua doença – uma úlcera no duodeno, cujo registro médico consta também no prontuário – e solicita ao destinatário que lhe concedesse ao menos liberdade condicional para que se tratasse adequadamente. Numa dessas cartas, Pizzutti afirmava ser

---

<sup>205</sup> A Federação Operária de São Paulo surgiu em 1905 sob os pressupostos do sindicalismo revolucionário. Foi fechada em 1913, sendo reativada em agosto de 1917. Pela nossa pesquisa na imprensa operária percebemos que em meados da década de 20 ocorre um grande debate sobre a nova organização de uma federação sindical, o que dá indício que a segunda passagem da FOSP tenha sido efêmera. Ela é reativada novamente em 1930, sendo definitivamente fechada pelo governo Vargas em 1937. Sobre a FOSP em diferentes momentos de sua existência ver BIONDI, Op. Cit., 2011; TOLEDO, Op. Cit., 2004; AZEVEDO, Raquel de. *A resistência anarquista: uma questão de identidade (1927-1937)*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002.

<sup>206</sup> Além de Pizzutti, os principais representantes da oposição sindical eram: Francisco Spozato, Francisco de Simoni, José Lopes, Antônio Anastácio, Manoel Guerra, Salvador Matteo, Ignacio Martins e Francisco Marques. Ver Prontuário 47, de Augusto Pizzutti, Deops-SP, Apesp.

<sup>207</sup> “Relatório”. Prontuário 47, de Augusto Pizzutti, Deops-SP, Apesp.

<sup>208</sup> “Declarações que presta o detento Augusto Pizzutti”. Prontuário 47, de Augusto Pizzutti, Deops-SP, Apesp.

sócio de uma sociedade beneficente, o que significa que contribuía regularmente para ter o amparo médico que necessitava<sup>209</sup>.

Conforme observado, vimos que Pizzutti afirmara ter saído do partido para ter mais tempo com sua família, assim como se afastara do sindicato dos sapateiros devido a problemas de saúde que já o perseguiam há alguns anos. O quanto o peso e o tempo tomado pelas atividades sindicais e políticas que o afastaram de sua família intervieram nessa sua mudança? Será que a simpatia que nutria pelo marxismo mesmo após a saída do partido comunista teria permanecido? Teria ele desistido da militância sindical, visto que fazia parte naquele momento de uma sociedade beneficente?

Na leitura desses registros, podemos notar que ao longo dos anos, Pizzutti que do anarquismo no início de sua militância no sindicato dos sapateiros passou para o comunismo e fez oposição dentro do sindicato, se não abandonou totalmente suas convicções, reviu muitas delas, saindo do partido, do sindicato e ingressando numa sociedade beneficente. Outro aspecto a ser observado é sua permanência durante um bom tempo na fábrica Nicoletti, especializada em “calçados finos” para senhoras, conforme declaração elaborada por Pantaleão Nicoletti (provavelmente um dos proprietários da fábrica)<sup>210</sup>. Para esse segmento de seu ofício, e por trabalhar em casa, temos o indicativo de que era um artesão especializado, dotado de habilidades “especiais”, o que nos mostra uma marca dos sapateiros: o orgulho de sua capacidade técnica. Por outro lado, esses registros mostram as mudanças e as escolhas que efetuou durante sua vida, levando-se em conta os acontecimentos narrados, como a percepção de que deveria se dedicar mais à sua família, assim como dos sofrimentos advindos pelo seu estado de saúde. Vemos então, que nem todo sapateiro sindicalizado, militante, manteve um posicionamento radical, ou de esquerda por toda sua trajetória.

Nesse trabalho com biografias de operários – e as características lacunares oferecidas pelos registros – sob o ponto de vista teórico-metodológico lidamos diretamente com o paradigma indiciário de Carlo Ginzburg e suas reflexões de como trabalhar com essas características do conhecimento histórico: lidar com o indício, o conjectural, o indireto<sup>211</sup>. A partir dessas reflexões e do cruzamento entre as fontes mobilizadas nessa pesquisa podemos então observar melhor as verossimilhanças apresentadas e realizar inferências acerca das trajetórias desses indivíduos.

<sup>209</sup> Carta redigida por Augusto Pizzutti à Egas Botelho, superintendente de Ordem Política e Social. Prontuário 47, de Augusto Pizzutti, Deops-SP, Apesp.

<sup>210</sup> Declaração de Pantaleão Nicoletti. Prontuário 47, de Augusto Pizzutti, Deops-SP, Apesp.

<sup>211</sup> GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p.157.

O italiano (natural de Cosenza) Vicente Sulia conviveu com Antônio Domingos e Augusto Pizzutti na UACCA. A primeira notificação de sua atuação no Brasil é em 1918, tomando parte de “movimentos subversivos” como é destacado pela polícia<sup>212</sup>. Nesse momento tinha 32 anos, sendo um pouco mais velho que Antonino e Pizzutti, quando estes iniciaram suas atividades. É provável que Sulia já tivesse alguma experiência anterior adquirida na Itália. A província de Cosenza, na região da Calábria, no sul da Itália foi uma das regiões que mais contribuiu na imigração de italianos para o Brasil entre 1878-1902, de acordo com Luigi Biondi, a partir dos dados apresentados por Ângelo Trento<sup>213</sup>.

O prontuário de Sulia tem sua carteirinha de sócio da UACCA que é ao mesmo tempo sua caderneta de trabalho; aqui verificamos mais um indício de que o sindicato exercia o controle e regulamentação da mão-de-obra e do ofício de sapateiro. Nela também vemos que sua filiação ao sindicato data de outubro de 1921. Com um ano de associado já fazia parte de sua diretoria: mais uma pista de que já tivera alguma experiência sindical anteriormente. Nas greves de 1922 que citamos anteriormente, Sulia defendeu uma greve geral e participação coletiva da categoria, chegando a se indispor com outros companheiros que não queriam participar do movimento<sup>214</sup>.

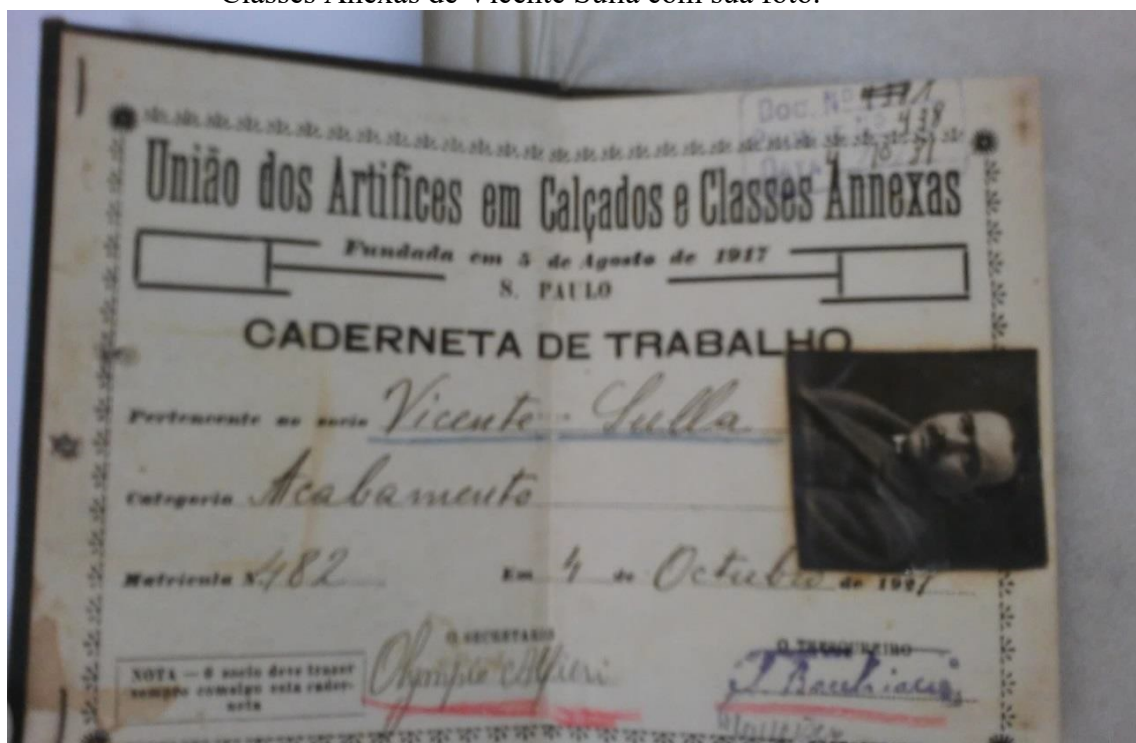
---

<sup>212</sup> “Relação de anarquistas”. Prontuário 438 de Vicente Sulia, Deops-SP, Apesp.

<sup>213</sup> TRENTO, Ângelo. *Do outro lado do Atlântico*. São Paulo: Nobel, 1988 *apud* BIONDI, Op. Cit., 2011, p.118.

<sup>214</sup> “Relação de anarquistas”. Prontuário 438 de Vicente Sulia, Deops-SP, Apesp.

Imagem 4 – Caderneta de trabalho e associado da União dos Artífices em Calçados e Classes Anexas de Vicente Sulia com sua foto.



Fonte: Prontuário 438, de Vicente Sulia, DEOPS-SP, Apesp.

Poucos anos depois, em dezembro de 1929, a polícia informa o retorno de Sulia a São Paulo, após um período morando no Rio de Janeiro. Provavelmente, mudou-se para a capital federal naquela época, para escapar da vigilância policial; pode ter também tomado parte na organização dos trabalhadores fluminenses. O informe relata que imediatamente após seu retorno, Sulia já participava de uma reunião da sede da União dos Artífices em Calçados, o que nos dá a entender que mesmo em outro estado continuou mantendo contato com os militantes e o sindicato<sup>215</sup>.

Se comparada às trajetórias de Antonino e Pizzutti, verificamos nos registros que temos à disposição, que Sulia permaneceu atuando no sindicato, não apresentado as mesmas mudanças ideológicas ou de grupo que verificamos anteriormente. Esses casos nos mostram especificidades no comportamento desses militantes, assim como as diferentes linhas de pensamento e atuação dentro do sindicato dos sapateiros.

Um detalhe presente na carteira de associado de Sulia à União dos Artífices em Calçados nos chama a atenção para a composição profissional de seus membros. Consta que Sulia pertencia à categoria de acabamento, ou seja, lidava com uma parte específica do ofício de

<sup>215</sup> Informe dirigido à Bandeira de Mello, diretor do gabinete de investigações e capturas. Prontuário 438 de Vicente Sulia, Deops-SP, Apesp.

sapateiro. No primeiro artigo do estatuto do sindicato, esse é um ponto que está presente e nos permite argumentar um pouco mais sobre a forma assumida por esse sindicato de ofício:

Parágrafo único – A U.A.C.C.A. procura agremiar todos os operários e operárias que se empregam na indústria de calçados, como sejam: cortadores, pespontadores, montadores, acabadores sob medida, maquinistas, virado ponto esteira, chineleiros, tamanqueiros, forneiros, pauseiros, curtidores, etc., sempre que não exerçam o cargo de mestres, contramestres, interessados ou gerentes, ficando ao arbítrio das assembleias a entrada dos mestres como sócios<sup>216</sup>.

Ainda que procurasse agremiar as diferentes categorias de trabalhadoras e trabalhadores da indústria de calçados, observamos que o sindicato dos sapateiros em São Paulo durante a sua existência entre 1917-1930 nunca teve como um de seus objetivos a mudança para um sindicato de indústria, que começava a aparecer no cenário sindical brasileiro nesse período, conforme a leitura das fontes provenientes dos prontuários de alguns de seus militantes e da própria associação. Através da leitura dessas mesmas fontes e da imprensa operária, também é possível notar que o sindicato, ainda que possuísse consideráveis divergências internas, manteve-se como o único representante do ofício na cidade de São Paulo. Esse fato não se repetiu na trajetória do sindicato desta categoria em outras localidades. Gostaria de traçar um breve paralelo com o caso do Rio de Janeiro para notarmos algumas diferenças.

De acordo com o *Dicionário do movimento operário no Rio de Janeiro*, organizado por Cláudio Henrique de Moraes Batalha, o primeiro registro de uma agremiação dos sapateiros data de 1889 quando da fundação da União Auxiliadora dos Artistas Sapateiros, que iniciou em 1902 uma luta por aumento salarial – ao lado dos chapeleiros – e por uma tabela uniforme de pagamentos, obtendo êxito nas suas reivindicações no início de 1903, participando ainda do 1º Congresso Operário Brasileiro. Em março de 1908 essa associação transforma-se no Sindicato dos Sapateiros, que se filiou à Confederação Operária Brasileira logo em seguida. Conforme os registros, aparentemente deixa de existir durante uma greve da categoria em julho de 1917 quando ocorreu uma divergência sobre as tabelas de preços a serem apresentadas aos patrões. Daí surgiram várias organizações da categoria, entre elas, a União dos Operários em Calçado Virado e Ponto Esteira, a União dos Cortadores de Calçados, a União dos Operários em Calçados sob Medida, a União dos Montadores e Acabadores a Black e a Liga dos Operários

---

<sup>216</sup> “Estatutos da União dos Artífices em Calçados e Classes Anexas”. Prontuário 438, de Vicente Sulia, Deops-SP, Apesp.

em Calçados. Essa última desapareceu em junho de 1919, dando lugar a Aliança dos Operários em Calçados. A Aliança dos Operários em Calçados e Classes Anexas unificou os trabalhadores da indústria de calçados e participou do 3º Congresso Operário Brasileiro em 1920, sendo representada por José Elias da Silva e Jorge Cardoso. Em 1925, essa associação foi palco de uma disputa entre anarquistas e comunistas pelo controle do sindicato e da categoria. Resultou dessa disputa que os comunistas organizaram uma associação paralela (o Centro Auxiliador dos Operários em Calçados) enquanto a direção da Aliança (composta por sindicalistas reformistas e anarquistas) aproximaram-se da recém reorganizada Federação Operária do Rio de Janeiro (FORJ) em 1927<sup>217</sup>.

Nesse último aspecto mencionado da Aliança notamos uma similitude com o sindicato dos sapateiros em São Paulo. Os sapateiros paulistanos passaram também por uma intensa disputa interna no sindicato, que ao contrário do caso no Rio de Janeiro, não gerou uma cisão institucional. Sobre esse aspecto, voltaremos a abordá-lo no próximo item deste capítulo.

A partir de dados apresentados por Azis Simão em relação à quantidade de greves na capital paulista entre 1915 e 1929, verificamos que os sapateiros foram uma das categorias de maior mobilização no período, registrando sete greves, ficando atrás apenas dos têxteis com dezoito greves e dos trabalhadores de serviços e obras públicas com oito greves<sup>218</sup>. Num levantamento realizado a partir de informações do periódico *A Plebe* entre 1919 e 1923, observamos a ocorrência de quinze greves dos sapateiros – todas de caráter parcial – detalhadas no quadro abaixo. De algumas delas temos o registro do início e término e do seu resultado:

---

<sup>217</sup> BATALHA, 2009, Op. Cit., p.174,228,241,264,270.

<sup>218</sup> SIMÃO, Op. Cit., 1981, p.140.

QUADRO 3 – Ocorrência de greves dos sapateiros entre 1919 e 1923

| Greve  |
|--|
| 07/06/19 – Greve em sete fábricas, no bojo da greve geral daquele ano. Três delas eram a Rocha, a Clark e a Bordallo. Movimento termina em 12/07/1919.                                 |
| 25/09/1919 – Greve de sapateiros. Fábricas não especificadas.  |
| 27/03/1920 – Greve na fábrica Rocha  |
| 29/05/1920 – Greves nas fábricas Renascença e Navajas. Movimento vitorioso.  |
| 19/06/1920 – Greve na fábrica União.   |
| 11/09/1920 – Greve nas fábricas Dicciattio e Rocha. Movimento vitorioso.   |
| 20/11/1920 – Greve nas fábricas Rocha, Sulamericana e Manuel Hespanha. Movimento termina em 08/01/1921.  |
| 13/05/1922 – Greve na fábrica Renascença.  |
| 24/06/1922 – Greve nas fábricas Rocha e União. Movimento termina em 22/07/1922.  |
| 26/08/1922 – Greve na fábrica Bébé. Movimento termina vitorioso. Registro de intervenção da UACCA.   |
| 07/10/1922 – Greve na fábrica Ibéria. Movimento termina em 21/10/1922. Sapateiros presos durante a greve <sup>219</sup> .  |
| 04/11/1922 – Greve dos sapateiros da fábrica Pellegrini.   |
| 09/06/1923 – Greves nas fábricas Espósito e Abbondanza.  |
| 04/08/1923 – Greve nas fábricas Gargiullo, Miletto, Moderna, Vicente Natallizzio, Vaccaro e Caruso. Fim do movimento em 24/11/1923. Sapateiros presos durante a greve <sup>220</sup> . |
| 08/12/1923 – Greve de sapateiros. Fábricas não especificadas.  |

Fonte: Elaborado pelo autor

A partir do quadro exposto acima podemos inferir algumas observações. A primeira diz respeito à quantidade de greves registradas num íterim de quatro anos, o que mais uma vez ratifica a força dessa categoria naquele momento, mesmo lidando com a vigilância policial e a intransigência de alguns patrões. Outro ponto a ser mencionado é o fato de que mesmo não tendo ocorrido uma greve que abarcasse a totalidade dos sapateiros, alguns movimentos grevistas nos mostram a participação de trabalhadores de diferentes estabelecimentos atuando

<sup>219</sup> Foram presos os sapateiros Antonino Domingues, Ricardo Cipolla, João Sposito e Francisco Ricciardi, conforme mencionado na página 62.

<sup>220</sup> Nessa greve foram presos Arthur Simioli, Augusto Gonçalves Fonseca (trabalhador do comércio, português, cuja trajetória no movimento operário em São Paulo é descrita na página 47), Luiz Papa, os irmãos Affonso e Nicola Festa, Manoel Bueno, Jose Ribas, Luiz Barone, Antônio de Oliveira e Clodionor Montebello.

conjuntamente nas suas reivindicações: as greves de junho-julho de 1919 e agosto-novembro de 1923 são dois exemplos disso. A isso se liga a terceira questão que versa sobre a duração dessas greves. Duas delas duraram aproximadamente um mês, outra dois meses e uma delas três meses. Isso mostra a capacidade de organização e resistência desses trabalhadores algo também relacionado ao trabalho realizado pela UACCA que realizava constantes assembleias durante esses movimentos e organizava fundos para apoio aos grevistas. Algo importante ligado a tudo isso era o controle da mão-de-obra exercido pela associação que inibia o emprego dos *krumiros* (fura-greves) durante a greve, tática recorrente dos industriais e donos de fábricas e oficinas.

Após vermos a trajetória de alguns desses sapateiros e do seu sindicato desde o surgimento da agremiação até os primeiros anos da década de 1920, passaremos para o próximo item deste capítulo que versará sobre os diferentes enfrentamentos de sapateiros militantes e do sindicato internamente quanto à sua linha de atuação, as lutas por direitos e em situações que extrapolavam as questões sindicais e do mundo do trabalho após os acontecimentos de 1924.

## **2.2 – Dentro do sindicato, nas praças e nas ruas: os diferentes enfrentamentos**

A dissolução do sindicato dos sapateiros em 1924, foi vista com bons olhos pelas entidades patronais. Por ser um sindicato de grande representatividade no movimento operário em São Paulo naquele momento, organizador de frequentes manifestações e greves, essa agremiação foi alvo de constante vigilância por parte dos órgãos policiais – tendo inclusive um prontuário dedicado exclusivamente para si – situação que perdurou de maneira mais intensa até 1927 (mas que não se encerrou neste ano, visto que a documentação presente no prontuário adentra também pelos anos 1930) conforme podemos ler num trecho de um panfleto produzido no início dos anos 1930:

(...) Depois da retirada das tropas rebeldes em 1924 nos primeiros dias de agosto a nossa sede social foi ignominiosamente invadida e varejada pela alcateia policial sob a batuta (...) do célebre perseguidor de operários Oreste Lascalla (...) coadjuvado por Gentil e Barbeirinho. O nosso pequeno patrimônio foi reduzido a cinzas. Móveis, livros, cadernetas, arquivos e documentos foram fragmentados de uma forma caprichosa. Desde então até 1927, isto é, durante o estado de sítio sofremos a perseguição permanente e impiedosa dos beleguins a serviço do Centro dos Industriais<sup>221</sup>.

<sup>221</sup> “Aos trabalhadores em Calçados e ao proletariado em geral”. Prontuário 582, da União dos Artífices em Calçados, Apesp-SP, Deops.



Esse é um ponto que se liga a trajetória de alguns sapateiros, que tivemos a oportunidade de pesquisar no Arquivo Público do Estado de São Paulo. Ao ler os prontuários desses sapateiros vigiados pelo DEOPS, podemos perceber que eles intervieram de diferentes formas em questões sociais e políticas, assim como em conflitos de trabalho. Um exemplo disso é o caso do italiano Affonso Festa que foi signatário de uma moção dirigida ao Comitê das Forças Revolucionárias lideradas entre outros, por Isidoro Dias quando do movimento revolucionário de 1924 na cidade de São Paulo<sup>222</sup>.

Essa moção expressava simpatia de lideranças operárias de São Paulo pelo movimento protagonizado por aqueles oficiais e apresentava propostas para as questões relacionadas aos trabalhadores:

- 1º - A fixação do salário mínimo para todas as classes trabalhadoras do Estado (...)
- 2º - A fixação também de uma tabela de preços máximos para os gêneros de 1ª necessidade, vestuário e habitação (...)
- 3º - O direito de associação para todas as classes trabalhadoras;
- 4º - A liberdade de imprensa operária e a manifestação do pensamento em praça pública, como a revogação na lei de expulsão (...) em que se refere as questões político sociais;
- 5º - O direito de fundar escolas de instrução e educação cingidas aos métodos que lhe pareçam mais práticos e venham ao encontro de suas aspirações de liberdade e justiça;
- 6º - Finalmente, a generalização do dia de 8 horas de trabalho<sup>223</sup>.

Questões como a liberdade de imprensa e associação sindical, a jornada de 8 horas e a autonomia na educação e formação dos trabalhadores vinham de outras lutas. Chama atenção a proposta de salário mínimo, que anos depois, num outro contexto político seria colocada pelo Estado. Eram propostas que visavam o atendimento de demandas econômicas, mais próximas às lutas cotidianas dos trabalhadores, sem um claro apelo revolucionário. Contudo, a reação contra as associações operárias se fez sentir pelo governo, como atesta uma circular do Centro dos Industriais de Fiação e Tecelagem, mencionada no início deste capítulo. Ligando o trecho

---

<sup>222</sup> Essa revolta ocorreu em outros estados, como Mato Grosso, Amazonas, Sergipe, Pará e Rio Grande do Sul, contando com a participação de oficiais de baixa patente insatisfeitos com sua situação nos governos republicanos e vinha na esteira do chamado Tenentismo que se iniciara em 1922. Tinham como um dos objetivos a deposição do governo Artur Bernardes, a maior centralização do Estado, a adoção do voto secreto e o fim das fraudes eleitorais, assim como uma maior participação do Exército na resolução dos problemas nacionais.

<sup>223</sup> “Uma moção de militantes operários ao Comitê das Forças Revolucionárias”. *A Plebe*, 25/07/1924, p.2. Os trechos que colocamos parênteses são as partes do documento que não estão legíveis.

citado anteriormente com essa passagem da trajetória militante de Affonso Festa, observamos que os sapateiros eram um dos principais núcleos na luta operária por direitos em São Paulo, aderindo a projetos que inclusive excediam reivindicações exclusivas de uma categoria de trabalhadores.

Uma das questões que também tentaremos demonstrar nesse tópico são os diferentes comportamentos adotados pelos sapateiros em São Paulo, entre possibilidades e limites de intervenção no debate público fora do sindicato e dentro de sua associação.

Nesse sentido, a abordagem micro-histórica – definida por Giovanni Levi como prática historiográfica que possui referenciais teóricos variados – nos dá alicerces para um entendimento melhor da ação desses homens, visto que entende toda ação social como resultado de disputas, negociações, manipulações e escolhas do indivíduo dentro de sistemas normativos prescritivos (e também opressivos) que proporcionam uma relativa liberdade de decisão<sup>224</sup>. Outra importante contribuição da micro-história que nos ajuda na elaboração deste trabalho é a noção de dinâmica configuracional, caracterizada por Maurizio Gribaudi no entendimento das práticas sociais e seus contextos em espaços complexos e marcados por dinâmicas micro-relacionais, com pontos em constante mutação, fruto desse jogo entre a movimentação dos seus componentes, de estruturas locais e o que elas engendram<sup>225</sup>.

Alguns deles possuem poucos vestígios de sua atuação como o italiano nascido em Palermo, na Sicília, Carmine Farina, que foi fichado e fotografado pelo DEOPS. Num documento elaborado pela polícia em 1926, vemos que Farina levou suas palavras e ação para diferentes ambientes:

SUPERINTENDENCIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL  
DELEGACIA DE ORDEM SOCIAL

CARMINE FARINA: - fez profissão de fé, como anarquista, e não cessa de propagar ideias sobre movimentos subversivos. O seu prontuário é o de nº 129.226, existente no G.I. Residia na rua Hipódromo, nº80<sup>226</sup>.

Outro militante também fichado como anarquista, o espanhol Antônio Arcas Gimenez quando jovem (23 anos) foi preso em flagrante pela polícia em 27 de março de 1920 ao ser

<sup>224</sup> LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter. *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Unesp, 1992, p.135-136.

<sup>225</sup> GRIBAUDI, Maurizio. Escala, pertinência, configuração. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, p.148.

<sup>226</sup> “Relação de anarquistas”. Prontuário 96 de Carmine Farina, Deops-SP, Apesp.

partícipe, de acordo com a documentação policial, de uma tática de ação extrema no movimento operário daquele momento: preparava 50 bombas de dinamite dentro de sua casa, na Rua Itapiraçaba<sup>227</sup>. Lembramos que outro sapateiro espanhol mencionado anteriormente (Antônio Domingos) também fora preso no mesmo ano – em julho – acusado de colocar uma bomba na fábrica de calçados Rocha.

Arcas Gimenez voltou a ser detido em 1922, sob a identificação de anarquista como atesta o próprio registro policial<sup>228</sup>. Como afirmamos anteriormente, a polícia utilizava-se do expediente de tachar determinado militante como anarquista ou comunista, visando ressaltar assim seu grau de “subversão”. Isso acabava também por generalizar determinado posicionamento político, deixando escapar especificidades de pensamento e orientação ideológica desses indivíduos.

O prontuário de Antônio Arcas Gimenez ainda informa sua participação na União dos Trabalhadores em Fábricas de Tecidos. Estaria Gimenez vinculado a dois sindicatos? É de se imaginar que participava das discussões nesse sindicato, tendo em vista que é identificado pela polícia como “elemento de desordem” e “cabeça de greves”. Gimenez também é caracterizado por ser um crítico ferrenho do governo brasileiro e defender abertamente uma transformação radical na sociedade o que evidencia que a atuação de alguns desses militantes ia além de questões estritamente econômicas e/ou sindicais. O que nos chama a atenção também é que alguns anos depois, em 1928 é identificado como solicitante de carteira para fins particulares, declarando ser casado. Não sabemos ao certo se se tratava de carteira profissional ou de algum tipo de identificação para residência de estrangeiro no Brasil. Vemos um último registro seu em janeiro de 1935, quando foi até a prefeitura de São Paulo a fim de obter um atestado<sup>229</sup>. Não existe qualquer notificação posterior de atividade política ou sindical. Teria Gimenez deixado a militância, num exemplo similar ao de Augusto Pizzutti?

Ao falar sobre Augusto Pizzutti, nos deparamos novamente com ele num dos momentos de intenso debate e disputa interna em relação à orientação programática e ideológica a ser seguida pela União dos Artífices em Calçados.

Assim como no Rio de Janeiro, as disputas entre sindicalistas, anarquistas e comunistas se intensificaram a partir da segunda metade dos anos 1920, e Pizzutti foi um dos protagonistas desses embates, como podemos ver no trecho abaixo:

---

<sup>227</sup> “Relação de anarquistas”. Prontuário 55 de Antônio Arcas Gimenez, Deops-SP, Apesp.

<sup>228</sup> “Folha de anotações e antecedentes”. Prontuário 55 de Antônio Arcas Gimenez, Deops-SP, Apesp.

<sup>229</sup> “Folha de anotações e antecedentes”. Prontuário 55 de Antônio Arcas Gimenez, Deops-SP, Apesp.

Assim não o entendeu o Partido Comunista que faz jus a vários anos a reação capitalista em destruir nossa organização. E como magistral intérprete na obra de difamação e desagregação em nosso meio Augusto Pizzutti teve brilhante desempenho. Pizzutti foi expulso da Aliança dos Operários do Rio de Janeiro da qual era cobrador geral com a mensalidade fixa de 400\$000 mil réis por fazer a mesma obra deletéria que vem fazendo contra nós desde 1925<sup>230</sup>.

Neste documento, as lideranças do sindicato dos sapateiros contextualizam os embates com os comunistas que vivenciavam naquele momento (o documento é de março de 1933) mencionando episódios anteriores que são relevantes trazer aqui para nossa análise. Ao prosseguir a argumentação do caso envolvendo Pizzutti, percebemos a influência que os grupos comunistas exerciam sobre outras associações e especificamente no caso dos sapateiros, que possuía, conforme demonstramos em diferentes momentos deste texto, uma orientação sindicalista revolucionária:

[Augusto Pizzutti] Em 1927 conseguiu iludir com o paraíso maravilhoso da Rússia um punhado de companheiros de boa-fé e depois induzi-lo a promoverem a discórdia nas reuniões e assembleias, fundou a associação Auxiliadora [no Rio de Janeiro] condenada a fracassar como fracassam todas as empreitadas do Partido Comunista. Agora de novo o tragicômico Pizzutti recebeu a incumbência de investir contra nós visto o florescimento progressivo da nossa estimada União (...) <sup>231</sup>

Conforme exposto até aqui em diferentes documentos, o sindicato dos sapateiros em São Paulo manteve sua unidade sindical e sua linha de orientação e atuação dentro do sindicalismo revolucionário, reafirmada, inclusive, na Conferência Operária Estadual de 1931 na qual reafirmava “(...) mais uma vez a luta direta contra o patronato pela conquista imediata de menos horas de trabalho, aumento de salário, respeito e higiene nas oficinas e nas fábricas e todas aquelas conquistas indispensáveis aos trabalhadores até sua completa emancipação do jugo capitalista”<sup>232</sup>. Outro ponto a se observar é que ao seguir a linha sindicalista revolucionária, que rejeitava a aliança e participação do sindicato dos sapateiros e dos seus associados (usando o nome do sindicato) em partidos políticos justamente como meio de aglutinar o maior número possível de trabalhadores em seu interior, tornava evidente a ambiguidade dessa orientação

---

<sup>230</sup> “Aos trabalhadores em Calçados e ao proletariado em geral”. Prontuário 582, da União dos Artífices em Calçados, Apesp-SP, Deops.

<sup>231</sup> Ibid.

<sup>232</sup> Ibid.

tendo em vista a expulsão de Pizzutti e de alguns membros da oposição do sindicato dos sapateiros:

Pensamos ter exposto para todos sócios ou não sócios sapateiros o lamentável incidente, que para que não se repita foi imprescindível vedar a entrada a aqueles que querem desconhecer que a U.A.C.C.A. não pode ligar-se a partido político algum, mesmo que se intitule proletário porque todos visam à conquista do poder e o reconhecimento de castas<sup>233</sup>.

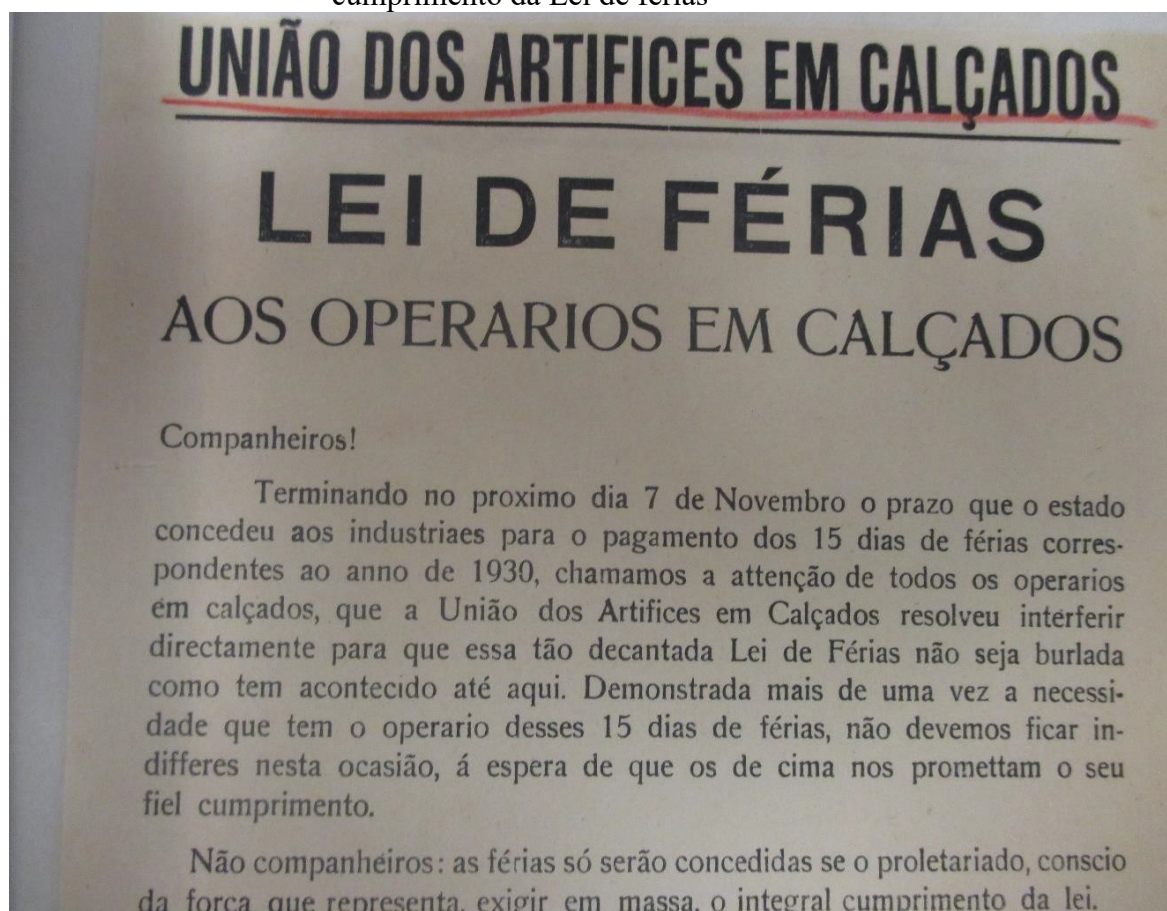
No próximo capítulo evidenciaremos também a participação do Partido Comunista e sua representação para participação nas eleições de 1928 – o Bloco Operário e Camponês (BOC) – no meio operário paulistano a partir da segunda metade dos anos 1920.

Sobre a questão de um projeto que articulasse autonomia sindical frente aos partidos políticos, governo, grupos religiosos e luta por melhorias cotidianas sem perder de vista a emancipação da classe trabalhadora do capitalismo, trazemos outro elemento para discussão que foi a postura do sindicato frente à Lei de Férias, decretada em 1925.

---

<sup>233</sup> Ibid.

Imagem 5 – Panfleto da União dos Artífices em Calçados reivindicando o cumprimento da Lei de férias



Fonte: Prontuário 582, da União dos Artífices em Calçados, Deops-SP, Apesp.

A imagem mostra um panfleto do sindicato dos sapateiros reivindicando o cumprimento da Lei de férias. Não consta a data do documento, mas por tratar de uma demanda referente ao cumprimento da referida lei para a categoria no ano de 1930, presumimos que seja de 1931. Visto que muitos patrões burlavam ou não cumpriam o que estava disposto na legislação, o sindicato criou um Comitê Pró-Lei de Férias e atendia diariamente em horário específico (das 20 às 23 horas) os associados que tivessem qualquer tipo de dúvida ou reivindicação sobre a matéria, assim como eram realizadas assembleias para tratar do assunto. Dados todos os debates naquele momento sobre a criação e implementação dessa legislação – que trataremos com maior profundidade no próximo capítulo – vemos como o sindicato dos sapateiros atuava em relação às questões pertinentes aos direitos dos trabalhadores frente ao patronato e ao Estado. Vemos novamente, como o sindicato articulava uma atuação autônoma da categoria sem abrir mão de reivindicações que versavam sobre a regulamentação do mundo do trabalho e de direitos para os trabalhadores.

Affonso Festa esteve ao lado de Agostinho Farina e Francisco Arouca Romero nas manifestações a favor dos anarquistas italianos presos nos EUA, Nicola Sacco e Bartolomeo Vanzetti em 1927<sup>234</sup>. Farina e Romero foram presos, inclusive, por participarem do Comitê Pró Sacco e Vanzetti<sup>235</sup>. Em agosto do mesmo ano, a polícia realizou um auto de busca e apreensão na casa de Romero, atrás de livros e revistas<sup>236</sup>. Aqui observamos duas coisas: a) a circulação dos impressos entre os trabalhadores e uma amostra de quais livros e revistas eram lidos pelos operários (Arouca Romero recebia e vendia também muitas revistas da Espanha para os trabalhadores); b) como a questão de liberdade de pensamento e da imprensa operária reivindicada três anos atrás naquele manifesto dirigido aos líderes militares revolucionários não tinha sido resolvida ainda.

As trajetórias de Affonso Festa, Francisco Arouca Romero e Agostinho Farina nos trazem novamente as questões relacionadas às disputas entre as diferentes interpretações e as estratégias utilizadas na defesa jurídica de operários com decreto de expulsão do território brasileiro expedido durante a década de 1920 (como um dos casos, o do operário italiano João Minieri, que abordamos no capítulo anterior) e também sobre o posicionamento dos sapateiros perante questões políticas de alcance mundial, como por exemplo, o fascismo.

Os casos de Festa e Romero mostram algumas especificidades em relação aos casos de expulsão do território nacional. Romero foi expulso do Brasil em setembro de 1917 após participar da greve geral daquele ano em São Paulo, retornando ao país em virtude de um habeas-corpus perpetrado pelo Supremo Tribunal Federal (à época localizado no Rio de Janeiro, capital federal)<sup>237</sup>. A expulsão de Festa se deu onze anos depois, em 1928. Como afirmamos anteriormente, ele já era um militante que atuava em diferentes frentes, sendo dirigente da União dos Artífices em Calçados no início da década de 20, depois participando da moção entregue a Isidoro Lopes, e posteriormente atuando em movimentos de solidariedade a Sacco e Vanzetti. Certamente, todos seus movimentos vinham sendo acompanhados: em julho de 1927, o irmão de Affonso, Nicola Festa prestou depoimento para a polícia no qual atestava que ambos

---

<sup>234</sup> Os anarquistas Sacco e Vanzetti foram detidos em 1920 por supostamente participarem de um assalto a uma fábrica de sapatos em Massachusetts, sucedido pela morte de dois homens. Nunca se comprovou de maneira concreta a participação de ambos nesse ocorrido. Mesmo com amplo apelo até da comunidade internacional os dois foram sentenciados à morte que se deu em 1927.

<sup>235</sup> “A polícia dos fazendeiros martiriza os trabalhadores”. *A Nação*. São Paulo, 12/08/1927. Prontuário 848 de Agostinho Farina, Deops-SP, Apesp; “Comitê Pró-Sacco e Vanzetti (comunicado)”. *O Combate*. 24/08/1927. Prontuário 147 de Francisco Arouca Romero, Deops-SP, Apesp.

<sup>236</sup> “Auto de busca e apreensão”. Prontuário 147 de Francisco Arouca Romero, Deops-SP, Apesp. Em 1934, Romero voltou a ser detido pelo porte de 15 exemplares de *A Plebe* no Largo da Sé.

<sup>237</sup> “Relação de anarquistas, feita em setembro de 1926”. Prontuário 147 de Francisco Arouca Romero, Deops-SP, Apesp.

participavam de reuniões no sindicato<sup>238</sup>. Numa circular do Centro dos Industriais de Fiação e Tecelagem de 1927, entendemos como as formas de vigilância e controle da atuação dos trabalhadores vinha se sofisticando:

(...) Agora, a Delegacia de Ordem Política e Social está identificando todo o operariado do Estado de S. Paulo – da Capital e do interior. Dentro de algum tempo, de acordo com aquela Delegacia, o Centro passará a fornecer aos seus ilustres sócios uma ficha completa dos indesejáveis, cujos nomes e delitos lhe forem comunicados. Mandará a cada associado uma ficha completa e cada qual formará um arquivo de indesejáveis – arquivo em que haverá o nome do delinquente, a sua filiação, estado civil, impressão do polegar e fotografia. Nada mais fácil do que reconhecer-se um operário, tendo-se em mão uma ficha com tais dados (...) <sup>239</sup>.

Num relatório de agosto de 1931 do Delegado de Ordem Política e Social, Ignacio da Costa Ferreira, vemos que Affonso Festa foi expulso do país em 1928, mas retornou ao Brasil, aparecendo constantemente em Santos. Também observamos a sintonia na comunicação entre empresariado e polícia: num memorando daquele mesmo mês e ano, Francisco Mannelli, dono da fábrica de calçados Sedução comunica à Ignacio da Costa Ferreira, o não comparecimento de Festa para receber seu ordenado<sup>240</sup>.

O italiano Agostinho Farina que também fizera parte do Comitê Pró Sacco e Vanzetti estava numa reunião na noite de 15 de novembro de 1933 no salão das Classes Laboriosas, localizado na Rua do Carmo, na Praça da Sé. Lá participavam pessoas de distintas orientações ideológicas que discursaram contra o fascismo e o integralismo. Após a reunião, todos saíram direto para o Largo da Sé, cantando “A Internacional”. Curiosamente, ao responder ao inquérito policial, Farina declarou não ter feito coro aos participantes, pois não sabia a letra e porque estava “sem voz”. Durante o trajeto, conforme consta nos autos do processo que estão no seu prontuário, ocorreu um confronto entre militantes e agentes da polícia, sendo Farina e mais alguns companheiros detidos e levados para a delegacia. No relato dos policiais, o conflito teria se dado nas imediações do Parque Dom Pedro II, quando os mesmos abordaram o cortejo que se dirigia ao Brás e começou a troca de tiros<sup>241</sup>.

<sup>238</sup> “Declarações prestadas por Nicola Festa”. Prontuário 08 de Affonso Festa, Deops-SP, Apesp.

<sup>239</sup> HALL e PINHEIRO, op. cit., 1981, p.324-325.

<sup>240</sup> Comunicado de Francisco Mannelli a Ignácio da Costa Ferreira, Delegado de Ordem Social. Prontuário 08 de Affonso Festa, Deops-SP, Apesp.

<sup>241</sup> “Declarações prestadas por Agostinho Farina”. Prontuário 848 de Agostinho Farina, Deops-SP, Apesp.



De qualquer modo, naquele acontecimento Farina estava de posse de uma garrucha, um punhal e um canivete. Exames técnicos realizados confirmaram que nenhuma das armas fora utilizada<sup>242</sup>.

Esse breve relato de uma passagem da vida de Agostinho Farina – que era também pertencente à UACCA – mostra as tensões e enfrentamentos dos sapateiros e outros militantes operários frente à presença de ideias totalitárias e autoritárias que avançavam no mundo. Lembremos que a Itália já era governada pelo fascismo e o nazismo avançava a passos largos na Alemanha.

### 2.3 – Etnias, gerações e composição do ofício sapateiro na década de 1920

A leitura dos prontuários desses sapateiros vigiados pelo DEOPS nos permite também fazer algumas observações sobre suas nacionalidades assim como as diferentes gerações de militantes em ação naquele momento.

Realizamos esse exercício tendo em mente que se trata de uma pequena amostra. Ainda assim, é possível verificar qual a extensão da questão étnica e regional, assim como geracional entre esses sapateiros.

Entre os nove sapateiros militantes aqui estudados quatro são italianos, três espanhóis e dois brasileiros. Começamos pelos quatro italianos, cruzando suas localidades com o quadro da imigração italiana para São Paulo entre 1878-1902 apresentado por Luigi Biondi em *Classe e Nação*<sup>243</sup>. A dificuldade encontrada é que nenhum dos sapateiros imigrantes tem em seus prontuários a data de entrada no Brasil. As características da imigração italiana relacionadas na obra acima citada nos dão alguns indícios para entender as possibilidades de sua atuação.

Os quatro sapateiros italianos – Affonso Festa, Carmine Farina, Agostinho Farina e Vicente Sulia – eram provenientes da região meridional da Itália, que contribuiu no período especificado acima com 36,4% dos imigrantes italianos. A região norte forneceu um maior número de indivíduos com 52,9%<sup>244</sup>.

Ao focalizarmos os números dos imigrantes da Itália meridional, notamos que esses sapateiros italianos advinham de diferentes regiões: Festa e Farina são da província de Salerno, na região da Campânia, que dentre as regiões meridionais foi a que mais se destacou com 12,6% de imigrados. Vicente Sulia era da província de Cosenza, localizada na Calábria, que vem logo

<sup>242</sup> “Auto de exibição e apreensão”. Prontuário 848 de Agostinho Farina, Deops-SP, Apesp.

<sup>243</sup> BIONDI, Op. Cit., 2011, p.117-118.

<sup>244</sup> Ibid, p. 117.

em seguida com 7,7%. Carmine Farina era originário de Palermo, na Sicília, que contribuiu no período mencionado acima com apenas 2,2%<sup>245</sup>.

Quando cruzamos a data de nascimento desses operários com o que se tem de primeiro registro de atuação política e/ou sindical no prontuário do DEOPS, temos alguma noção quanto ao grau de experiência de vida que cada um deles tinha e quais gerações conviviam no movimento operário.

Carmine Farina, nascido em fevereiro de 1887 consta na “relação de anarquistas” elaborada pelo DEOPS em 1926<sup>246</sup>. Tinha, portanto, 39 anos. O primeiro registro da militância de Vicente Sulia é de 1918, quando tinha 32 anos<sup>247</sup>. Com 36 anos já fazia parte da direção da União de Artífices em Calçados. Agostinho Farina tinha 37 anos quando fazia parte do Comitê Pró Sacco e Vanzetti, em 1927<sup>248</sup>.

Esses números indicam que esses sapateiros muito provavelmente iniciaram sua prática militante aqui no Brasil, ainda que não seja possível descartar de todo que já possuísem alguma experiência política ou sindical no seu país de origem, visto que os prontuários do DEOPS não informam sobre atividades realizadas na Itália e na Espanha, os dois países com sapateiros prontuários pela polícia política. Sobre esse aspecto, Luigi Biondi esboça algumas linhas de interpretação sobre as correntes migratórias locais oriundas da Itália e sua participação na formação do movimento operário em São Paulo e no Brasil, onde se verifica inicialmente uma forte presença dos toscanos, emilianos e romanholos (regiões localizadas no centro-norte italiano) e dos imigrantes setentrionais em geral nos grupos políticos e sindicatos aos quais vieram juntar-se posteriormente italianos imigrados da região meridional (muitos dos quais com uma forte identificação com a Itália monarquista) e setentrionais vênnetos e como essas mediações e conflitos entre identidade nacional (ainda em formação no caso italiano) e identidade de classe estiveram presentes na construção do movimento operário em São Paulo<sup>249</sup>. Portanto, há que se relativizar a questão da experiência política trazida por esses imigrantes ao Brasil, evitando o determinismo étnico.

Os espanhóis Francisco Arouca Romero e Antônio Arcas Gimenez eram provenientes do sul da Espanha: Romero era de Cádiz, enquanto Gimenez de Málaga, ambas as cidades da

<sup>245</sup> Sobre as porcentagens de imigração para o Brasil de cada região da Itália, *ibid.*, p. 117-118.

<sup>246</sup> “Relação de anarquistas, feita em setembro de 1926”. Prontuário 96 de Carmine Farina, Deops-SP, Apesp.

<sup>247</sup> “Relação de anarquistas, feita em setembro de 1926”. Prontuário 438 de Vicente Sulia, Deops-SP, Apesp.

<sup>248</sup> O prontuário de Affonso Festa não informa data de nascimento nem possui qualquer menção a sua idade em algum período específico.

<sup>249</sup> BIONDI, Luigi. Imigração italiana e movimento operário em São Paulo: um balanço historiográfico. In: CARNEIRO, Maria Luíza Tucci; CROCI, Federico; FRANZINA, Emilio (orgs.). *História do trabalho e histórias da imigração: trabalhadores italianos e sindicatos no Brasil (séculos XIX e XX)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fapesp, 2010, p.36-37.

comunidade da Andaluzia. Romero já participara da greve geral de 1917 com 31 anos; dez anos depois, com 41 estava no Comitê Pró Sacco e Vanzetti ao lado de Agostinho Farina<sup>250</sup>. Arcas Gimenez era mais jovem: quando foi preso em 1920, acusado de preparar 50 bombas de dinamite, tinha 23 anos<sup>251</sup>.

Antonino era de Ourense, uma cidade ao norte da Espanha (na Galícia) quase na fronteira com Portugal. Daí, talvez, tenha procedência aquele registro policial de que teria sido expulso de Portugal. Conforme descrevemos anteriormente, algumas informações de sua biografia são conflituosas ao lermos diferentes fontes; o que sabemos é que tinha 28 anos em meados da década de 20.

Arouca Romero, Arcas Gimenez e Antonino eram provenientes de regiões da Espanha que apresentaram a maior presença dentre os imigrados para o Brasil entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, a saber, a Andaluzia, Galícia e Castilla-Leon, de acordo com o trabalho realizado por Marília Cánovas. A comunidade da Andaluzia – de onde vieram Romero e Gimenez – apresentou 43,6% dos imigrados entre 1893-1902, 53% entre 1903-1912 e 50% entre 1913-1922, representando sempre um índice que esteve próximo ou um pouco mais da metade de espanhóis presentes no Brasil. Nos mesmos decênios elaborados por Cánovas (mostrados acima), a região da Galícia – de onde veio Antonino – esteve em segundo lugar com 22,6%, 14,5% e 10,3%, respectivamente. Já a região de Castilla-Leon apresenta 10,4%, 12% e 10,6%, respectivamente<sup>252</sup>. Particularmente, no caso da migração proveniente da Galícia, notamos que as cidades de Ourense (de onde era proveniente Antonino) e Pontevedra foram as de maior quantidade de imigrados<sup>253</sup>.

Por sinal, a atividade de sapateiro foi um dos principais ofícios realizados entre a comunidade espanhola imigrada para o Brasil. Conforme demonstrado por Marília Cánovas, muitas oficinas e fábricas de pequeno e médio porte, contavam com a presença de espanhóis entre seus artífices e também como proprietários, localizando-se sobretudo no bairro no Brás. Nesse ramo, os andaluzes também exerceram a maior presença<sup>254</sup>.

Dessa amostra de nove sapateiros, temos sete entre espanhóis e italianos. Durante o texto mencionamos outros militantes que também possuíam sobrenome italiano ou espanhol,

<sup>250</sup> “Comitê Pró-Sacco e Vanzetti (comunicado)”. *O Combate*, 24/08/1927. Prontuário 147 de Francisco Arouca Romero, Deops-SP, Apesp.

<sup>251</sup> “Relação de anarquistas, feita em setembro de 1926”. Prontuário 55 de Antônio Arcas Gimenez, Deops-SP, Apesp.

<sup>252</sup> CÁNOVAS, Marília Dalva Klaumann. *Imigrantes espanhóis na Paulicéia: trabalho e sociabilidade urbana, 1890-1922*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 2007, p.78-80.

<sup>253</sup> Ibid, p.86.

<sup>254</sup> Ibid, p.93;231-234.

podendo ser originários desses países ou então descendentes, demonstrando a forte presença dessas etnias nesse ofício.

Um dos brasileiros que vimos aqui, Augusto Pizzutti, era descendente de italianos, nascido na capital paulista. Com 22 anos Pizzutti já fazia parte da UACCA. Sua trajetória é um exemplo de como os jovens descendentes de imigrantes começavam a tomar parte dentro dos sindicatos e associações operárias. O outro brasileiro, Agapito Saes tem poucos registros em seu prontuário: com 29 anos participava da assembleia na sede do sindicato dos sapateiros que descrevemos no começo deste artigo e alguns anos depois ainda era vigiado pela polícia por participar de reuniões de caráter “subversivo”.

A análise sobre sapateiros prontuariados pelo DEOPS nos faz observar algumas das características étnicas e geracionais presentes nessa categoria de trabalhadores naquele momento. Cotejando essas informações com os dados informados pelo Recenseamento do Brasil de 1920, podemos ter uma noção mais ampla da composição dessa categoria e da importância que assumia o ofício de sapateiro no mundo do trabalho brasileiro e paulista a partir da década de 1920. O primeiro dado que nos chama a atenção é sobre a nacionalidade dos sapateiros. Ainda que com a maior participação de brasileiros e filhos de imigrantes presentes no mercado de trabalho, no caso do ofício de sapateiros a presença estrangeira era maior do que a de trabalhadores nacionais, conforme nos mostra a tabela abaixo:

Tabela 4 – Quantidade de estrangeiros e trabalhadores nacionais na indústria do calçado no Brasil

| DESIGNAÇÃO<br>DAS INDUSTRIAS                  | Numero<br>total<br>dos<br>estabe-<br>lecimen-<br>tos | NUMERO<br>DE ESTABELECIMENTOS<br>DIRIGIDOS |                   |                   |            | NUMERO DE PESSOAS<br>EMPREGADAS NOS ESTABELECIMENTOS<br>DIRIGIDOS |                   |                   |              |               |
|---|--|--|-------------------|-------------------|------------|---|-------------------|-------------------|--------------|---------------|
|   |  | POR<br>PARTICULARES                        |                   | POR<br>SOCIEDADES |            | POR<br>PARTICULARES   |                   | POR<br>SOCIEDADES |              | TOTAL         |
|   |  | Brazilei-<br>ros                           | Estran-<br>geiros | Anony-<br>mas     | Outras     | Brazilei-<br>ros  | Estran-<br>geiros | Anony-<br>mas     | Outras       |               |
| <b>I — Industrias extractivas</b>             |  |  |                   |                   |            |   |                   |                   |              |               |
| Sal.....                                      | 756  | 639  | 50                | 2                 | 65         | 5.187   | 474               | 700               | 809          | 7.170         |
| <b>II — Industrias textis</b>                 |  |  |                   |                   |            |   |                   |                   |              |               |
| Tecidos.....                                  | 198  | 11   | 10                | 130               | 47         | 626   | 533               | 64.958            | 7.062        | 73.179        |
| <b>III — Industrias chemicas</b>              |  |  |                   |                   |            |   |                   |                   |              |               |
| Phosphoros.....                               | 32   | 4  | 2                 | 9                 | 17         | 420   | 140               | 2.072             | 2.125        | 4.757         |
| Velas.....                                    | 14   | 1  | 3                 | 1                 | 9          | 1   | 19                | 357               | 205          | 582           |
| Perfumarias.....                              | 172  | 56   | 55                | 5                 | 56         | 181   | 224               | 285               | 392          | 1.082         |
| Especialidades pharmaceuticas                 | 455  | 271  | 33                | 4                 | 127        | 754   | 126               | 43                | 752          | 1.675         |
| <b>TOTAL.....</b>                             | <b>673</b>   | <b>332</b>                                 | <b>113</b>        | <b>19</b>         | <b>209</b> | <b>1.356</b>  | <b>509</b>        | <b>2.757</b>      | <b>3.474</b> | <b>8.096</b>  |
| <b>IV — Industrias da alimentação</b>         |  |  |                   |                   |            |   |                   |                   |              |               |
| Bebidas.....                                  | 1.526  | 473  | 674               | 15                | 364        | 1.322   | 2.259             | 3.623             | 2.557        | 9.761         |
| Vinagre.....                                  | 178  | 77   | 43                |                   | 58         | 125   | 88                |                   | 177          | 390           |
| Conservas.....                                | 230  | 130  | 35                | 5                 | 60         | 1.364   | 656               | 542               | 1.540        | 4.102         |
| <b>TOTAL.....</b>                             | <b>1.934</b>   | <b>680</b>                                 | <b>752</b>        | <b>20</b>         | <b>482</b> | <b>2.811</b>  | <b>3.093</b>      | <b>4.165</b>      | <b>4.274</b> | <b>14.253</b> |
| <b>V — Industrias do vestuario e toilette</b> |  |  |                   |                   |            |   |                   |                   |              |               |
| Calçados.....                                 | 4.183  | 1.355                                      | 2.419             | 12                | 397        | 3.788   | 6.721             | 2.097             | 7.766        | 20.372        |
| Chapéus.....                                  | 343  | 98   | 150               | 9                 | 86         | 293   | 603               | 1.573             | 2.369        | 4.843         |

Fonte: Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920, Volume 5 (1ª parte), Indústria. Rio de Janeiro: Tipografia da Estatística, 1927, p.42.

Os dados mostram significativa presença dos estrangeiros na indústria do calçado (fazendo a ressalva que a tabela mostra números em escala nacional). Nas empresas denominadas pelo Censo de 1920 como de “estabelecimentos dirigidos por particulares” o número de sapateiros estrangeiros era de 6.721 tendo em contrapartida 3.788 sapateiros brasileiros, configurando-se quase o dobro de sapateiros estrangeiros trabalhando nas fábricas e oficinas de calçado brasileiras. Portanto, não é de se estranhar que mesmo numa amostragem pequena como a que trazemos em nosso trabalho, ainda assim a presença de sapateiros estrangeiros (italianos e espanhóis, principalmente) seja maior. Outra característica que estava

implícita em nossa argumentação anterior e que fica mais evidente com os dados do Censo de 1920 é a presença majoritariamente masculina entre os praticantes desse ofício. De acordo com esse levantamento os homens respondiam por 85,6% da mão de obra nesse ramo. Evidentemente, as mulheres estavam presentes também nesse segmento, só que em número reduzido. Outro dado que chama a atenção é a presença de crianças trabalhando no setor de calçados, representando 8,6% do total da mão de obra<sup>255</sup>.

É possível entender também a expansão da indústria de calçado, o que não explica completamente a força do sindicato e de sua categoria, pois isso seria reduzir a análise a um viés estritamente econômico e mecânico, mas ajuda a entender a amplitude representada por esse segmento que transitava entre a pequena oficina e o surgimento de novas fábricas. Até 1889 existiam no Brasil 48 estabelecimentos de produção de calçados. Entre 1890 e 1919 esse número chegou a 1.258. Além disso, o valor do capital empregado nessas fábricas estava em crescimento. Numa contagem que levava em consideração as empresas cuja produção anual atingia ou excedia 1.000 contos de réis, 24 eram do ramo de calçados. Número que ficava atrás apenas das indústrias de fiação e tecelagem de algodão que totalizavam 70 fábricas<sup>256</sup>. Nesse sentido, São Paulo era o maior polo da produção de calçados no país com 500 estabelecimentos recenseados sendo seguido pelo Rio de Janeiro com 153, Bahia com 107 e Minas Gerais com 104<sup>257</sup>. Além disso, através dos números apresentados no Censo de 1920 para o estado de São Paulo percebemos uma mudança importante no ramo de calçados. Num comparativo entre os anos de 1907, 1912 e 1920, verificamos uma diminuição do número de estabelecimentos tendo em contrapartida um aumento voluptuoso do capital empregado nessas fábricas. Vejamos o quadro abaixo:

---

<sup>255</sup> MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. *Recenseamento do Brasil*: realizado em 1º de setembro de 1920. Volume 5 (1ª parte) – Indústria. Rio de Janeiro: Tipografia da Estatística, 1927, p.72-75.

<sup>256</sup> Ibid, p.32;106.

<sup>257</sup> Ibid, p.148-149.

Quadro 4: Número de estabelecimentos e capital das fábricas de São Paulo entre 1907 e 1920

| Número de estabelecimentos |       | Capital      |
|----------------------------|-------|--------------|
| 1907                       | 09    | 2.300:000\$  |
| 1912                       | 1.777 | 8.685:995\$  |
| 1920                       | 500   | 19.757:956\$ |

Fonte: Adaptado de Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920, Volume 5 (1ª parte), Indústria. Rio de Janeiro: Tipografia da Estatística, 1927, p.41.

Podemos observar algumas mudanças no transcorrer de pouco mais de uma década na indústria de calçados em São Paulo. Se entre 1907 e 1912 ocorre um grande aumento do número de estabelecimentos – aí incluídos, certamente, oficinas e pequenas fábricas – de 1912 a 1920 esse número cai um pouco mais do que a metade, resultando em 500 estabelecimentos recenseados; contudo o capital empregado nesses estabelecimentos mais do que dobra em um intervalo de poucos anos. Podemos interpretar daí que aumentava o número de grandes fábricas de calçados que giravam um capital cada vez maior em detrimento das pequenas oficinas nas quais o processo produtivo ficava sob maior controle do sapateiro e as relações e distinções hierárquicas não tinham o mesmo formato que era visto nas grandes fábricas, nas quais as diferenças entre patrões e empregados eram mais delimitadas, mais rígidas.

Após a análise específica da atuação dos sapateiros e do seu sindicato no movimento operário em São Paulo desde seu ressurgimento em 1917 e durante a década de 1920, observamos a permanência de uma tradição sindicalista revolucionária num dos sindicatos mais fortes de São Paulo em atividade naquele momento e como suas lutas se articulavam com as reivindicações operárias em curso. É momento, portanto, de olhar como os sindicatos autônomos de São Paulo lidaram com as questões pertinentes às lutas dos trabalhadores a partir da segunda metade da década de 1920, tendo em vista os desdobramentos da forte repressão policial durante a Revolta de alguns grupos militares de 1924 em São Paulo e em outros estados brasileiros ao mesmo tempo em que novas leis sociais e do trabalho eram implementadas.

### **Capítulo 3: “Operários! Depende de vós, unicamente de vós, o desenvolvimento da obra da organização da classe trabalhadora!”: tempos de reorganização, possibilidades e embates (1925-1930).**

Os acontecimentos da revolução de 1924 em São Paulo trouxeram consequências importantes para os sindicatos paulistanos e a imprensa operária. Ocorrida durante o governo Artur Bernardes – que assumira a presidência da República em 1922 – este decretou estado de sítio durante esse acontecimento, dispositivo que permaneceu ativo durante quase todo seu governo. Desse modo, sindicatos foram duramente reprimidos e muitos deles foram fechados, alguns sindicalistas presos e deportados para prisões em diferentes regiões do país e a imprensa operária sofreu grande censura. Concomitante a isso, nesse período ocorreram importantes acréscimos na legislação social e do trabalho e uma atenção cada vez maior dos sindicatos na reclamação pelo cumprimento da legislação existente, conforme veremos nas páginas deste capítulo.

Um dos periódicos atingidos em decorrência do estado de sítio, *A Plebe* volta a circular em março de 1927 após suas atividades serem interrompidas em julho de 1924, o que nos dá ideia de como as medidas advindas com o estado de sítio atingiram os meios operários. Esse periódico – um dos mais importantes dentro do movimento operário em São Paulo e no Brasil – só conseguiu retomar seu funcionamento após 3 anos, contando com o apoio de grupos operários nos diferentes bairros da capital paulista e junto aos sindicatos que estavam em atuação ou em reorganização naquele momento, contando única e exclusivamente para seu funcionamento com a subscrição voluntária dos trabalhadores, além da organização de festivais para arrecadação de fundos<sup>258</sup>.

Uma das questões que atingia o movimento operário naquele momento era o banimento de militantes para prisões em algumas regiões do país. A mais conhecida e denunciada na época pela imprensa operária era a colônia penal de Clevelândia do Norte (localizada no município de Oiapoque, no Amapá). Essa colônia penal – criada originalmente em 1922 como um centro agrícola sob a custódia do Ministério da Agricultura – recebia toda sorte de pessoas consideradas “indesejáveis” pelo governo brasileiro, desde ladrões até anarquistas, sindicalistas, comunistas e partícipes de sindicatos. Conforme Carlo Romani, a utilização desses espaços para confinar adversários políticos tinha um duplo objetivo: colonizar a fronteira

---

<sup>258</sup> “A Plebe voltando ao campo de luta”. *A Plebe*, São Paulo, 12/02/1927, p.3.



setentrional brasileira afim de evitar uma possível infiltração francesa na região, sendo a colônia penal localizada numa região brasileira que faz fronteira com a Guiana Francesa e silenciar os opositores políticos, confinando-os numa região longínqua em relação aos grandes centros urbanos, jogados quase que à própria sorte sem nenhum amparo médico e sanitário; dos pouco mais de mil prisioneiros enviados para lá, mais de 500 nunca retornaram<sup>259</sup>. Entre os trabalhadores presos que conseguiram escapar de Clevelândia, figuram os nomes de Pedro Carneiro, Domingos Passos, Antônio da Costa e Domingos Braz, conforme noticiado por *A Plebe* em fevereiro de 1927. Domingos Passos foi um dos militantes prontuariados pelo Deops, e nos deteremos um pouco mais em sua trajetória.

Antes de ser preso e mandado para Clevelândia em decorrência dos acontecimentos da Revolta de 1924, Domingos Passos foi secretário da União dos Operários em Construção Civil (Rio de Janeiro) entre 1919 e 1920 e escolhido delegado dessa instituição para representá-la no 3º Congresso Operário Brasileiro em 1920; poucos anos depois (em 1923) foi eleito membro do comitê federal da Federação Operária do Rio de Janeiro (FORJ). Após escapar da colônia penal no norte do país seguiu para a Guiana Francesa e de lá para Belém (PA), retornando para o Rio de Janeiro em 1927, transferindo-se no mesmo ano para a cidade de São Paulo, onde retomou sua participação nas atividades de organização operária e fazendo parte do Comitê Pró-Sacco e Vanzetti<sup>260</sup>. Em agosto de 1927, Passos é novamente preso pela polícia em São Paulo após participações em comícios do comitê juntamente com José Ramon, Edgard Leuenroth, Agostinho Farina, Salvador de Alexandro e José Graziano<sup>261</sup>. Dentre as fontes utilizadas nesta dissertação, temos poucas informações sobre o paradeiro de Domingos Passos posteriormente à sua segunda prisão. O jornal *O Combate* em edição do dia 28 de abril de 1928 produziu uma matéria questionando sobre seu paradeiro. A reportagem especulava a possibilidade de Passos estar trancafiado na Ilha das Cobras, no Rio de Janeiro e noticiava a fundação de um comitê no Rio de Janeiro (Comitê Pró-Domingos Passos) para cobrar esclarecimentos junto às autoridades públicas acerca do seu desaparecimento<sup>262</sup>.

A apresentação sucinta da trajetória de Domingos Passos, sua participação no Comitê Pró-Sacco e Vanzetti e posterior prisão nos proporcionam duas questões para análise nesse momento em que o movimento operário em São Paulo rearticulava suas ações, após um

<sup>259</sup> ROMANI, Carlo. Clevelândia (Oiapoque). Colônia Penal ou Campo de Concentração? *Verve*, São Paulo, nº4, 2003, p.112-130. Ao analisar o tratamento e as condições desumanas de existência a que eram submetidos seus prisioneiros, Romani qualifica a colônia de Clevelândia como um campo de concentração.

<sup>260</sup> BATALHA (coord.), 2009, Op. Cit., p.123.

<sup>261</sup> “Sacco e Vanzetti contra a reação policial: pela livre manifestação do pensamento. Aos trabalhadores em geral e aos homens de sentimento”. Prontuário 70316, de Domingos Passos, Apesp, Deops-SP.

<sup>262</sup> “Movimento Operário: onde está Domingos Passos?” *O Combate*, 12/04/1928.

interregno de reconstrução entre 1925-1927. A primeira delas diz respeito às repercussões da chamada lei celerada, responsabilizada pelas lideranças operárias pela prisão de Passos e dos outros militantes acima mencionados.

A lei celerada, oriunda do Projeto Aníbal Toledo, foi criada em 1927 durante a presidência de Washington Luís e impunha forte censura à imprensa – sobretudo à imprensa operária – e a outras formas de liberdade de expressão, atingindo frontalmente o movimento operário e as suas diferentes formas de manifestação e de atuação autônoma. De início, apresentado como um projeto de lei do Senado que visava aumentar as penas de artigos referentes à violência nas greves, numa manobra regimental foi alterado por um parecer substitutivo dado pelo deputado mato-grossense Annibal Benício de Toledo, agravando ainda mais as penas propostas no texto inicial e incluindo a chamada lei de repressão ao anarquismo, que permitia ao governo fechar por tempo indeterminado associações que praticassem atos contrários “à ordem, moralidade e segurança pública”, atuando em solo nacional ou no exterior, numa menção clara à atuação da Internacional Comunista e do PCB, conforme salienta Dainis Karepovs<sup>263</sup>.

Na análise de um artigo do jornal *A Noite*, a prisão de militantes operários ligados a uma causa de caráter internacional, ligada aos anarquistas italianos presos nos Estados Unidos e que ganhou repercussão mundial era um indício do que ainda estaria por vir com a aplicação dessa lei. Há que se lembrar que poucos anos antes, como vimos anteriormente, fora decretado Estado de sítio durante o governo Artur Bernardes e muitas associações operárias foram desarticuladas.

Paralelamente a isso, vinha ocorrendo um movimento de reorganização e fortalecimento dos sindicatos que foram duramente atingidos após os acontecimentos de 1924 em São Paulo. A imprensa operária divulgava manifestos produzidos por trabalhadores e pelos sindicatos que enfatizavam a necessidade do esforço em prol da organização das categorias de trabalhadores e das federações estaduais e nacionais para coordená-los. Num desses textos, publicado na coluna “Mundo Operário” de *A Plebe*, encontramos algumas indicações do momento de reorganização operária vivido a partir de 1925:

Impõe-se, portanto, um ativo e ininterrupto trabalho de organização de toda a classe operária. Urge que os trabalhadores que já têm associações de suas profissões a elas se unam com entusiasmo, comparecendo às suas reuniões e assembleias, tomando parte ativa em todos os trabalhos associativos e que aqueles que ainda estão desorganizados tratem imediatamente de constituir as suas sociedades de resistência.

---

<sup>263</sup> KAREPOVS, Dainis. *A classe operária vai ao parlamento: o Bloco Operário e Camponês do Brasil (1924-1930)*. São Paulo: Alameda, 2006, p.71.

E, como os trabalhadores pertencem a uma única família – a falange dos explorados, dos oprimidos – torna-se indispensável formar-se um todo único da classe obreira para a peleja comum contra o inimigo comum – que é o capitalismo dominante e tirânico. Que as organizações de uma mesma localidade se reúnam em federações locais, reunindo-se estas em federações estaduais e todas reunidas, com as federações das uniões de indústrias, reconstituir-se a Confederação Operária do Brasil – que há de ser o baluarte poderoso de nossa causa – a causa da redenção dos trabalhadores do domínio odioso da burguesia<sup>264</sup>.

Importante observar que o termo “sociedades de resistência” continuava a ser empregado para designar os sindicatos de ofício e que propugnavam uma atuação autônoma. Conforme podemos ler no excerto, permanecia a articulação entre a organização e as lutas diárias dos trabalhadores com o objetivo futuro de superação da ordem burguesa e capitalista, assim como a ideia das organizações por federações em esfera local, estadual e nacional, tendo acima delas o intento de refundação da Confederação Operária Brasileira.

O trabalho de reorganização dos sindicatos e dos operários era visto como indissociável da iniciativa de seus participantes: “Operários! Depende de vós, unicamente de vós, o desenvolvimento da obra da organização da classe trabalhadora! Ativai-os, portanto, trabalhai pelas vossas associações, porque, dessa forma, trabalhareis em prol de vossos próprios direitos!”<sup>265</sup>.

Naquele momento algumas associações demonstravam sinais de retomada de suas atividades: os sapateiros – que durante o período do estado de sítio mantiveram apenas a secretaria do sindicato em funcionamento – voltavam a realizar assembleias e discussões no Salão Itália Fausta (no centro da cidade de São Paulo), assim como os canteiros e os chapeleiros, ofícios de forte tradição associativa desde o início do século XX. Outros sindicatos apresentavam maiores divergências internas, entre eles o dos trabalhadores dos empregados em bares, hotéis e restaurantes – chamado de A Internacional – que após algumas mudanças no seu estatuto, afastara-se dos princípios sindicalistas expressos nos três congressos operários brasileiros até então realizados. Por sua vez, os gráficos – que a exemplo dos sapateiros retomavam sua atividade sindical após dois anos – possuíam um grupo chamado de Esquerda Sindicalista, criado para fazer a disputa interna na associação, publicando um manifesto que tinha como princípios norteadores: “combate sistemático a todos os elementos “amarelos” que

<sup>264</sup> “À Classe Operária do Brasil”. *A Plebe*. São Paulo, 12/02/1927, p.4.

<sup>265</sup> *Ibid*, p.4

pretendam fazer da UTG uma facção do sindicato dos industriais; reforma dos estatutos, pois os que vigoram já não preenchem todas as aspirações da classe”<sup>266</sup>.

Existia um esforço pela permanência da orientação sindicalista e autônoma nas associações operárias, herdada de anos e lutas anteriores. A ação sindical não deveria depender de partidos políticos ou de alguma teoria política específica:

Nenhum benefício conseguireis sem que seja o resultado de vossos próprios esforços associados. De fora, de partidos ou de elementos políticos nada podeis e deveis esperar – a não ser uma obra deletéria de desorientação, toda ela constituída de manejos e explorações postos em prática em proveito de suas ambições de domínio.

Contai apenas com a força de vossas organizações, livres de qualquer intervenção de elementos políticos, embora se apresentem sob a denominação de blocos, partidos ou vanguardas proletárias – disfarces berrantes de que se estão servindo os mistificadores metidos entre os operários.

(...) Prossegui na nossa obra de organização sindicalista, defendendo o nosso movimento de intervenção da política, embora se apresente sob vestes rubras. Não desprezemos todo o esforço de dezenas de anos de labuta e de experiências<sup>267</sup>.

Ao analisar este trecho verificamos a acentuação das disputas internas nos sindicatos oriundas de anos anteriores, sobretudo com a presença cada vez maior dos comunistas nos espaços dos sindicatos e uma referência implícita ao Bloco Operário, grupo organizado pelo PCB para concorrer nas eleições daqueles anos. Com a proximidade das eleições para representantes na Câmara dos Deputados em 1927 e vislumbrando as municipais de 1928, os debates acirravam-se e muitos libertários e sindicalistas opunham-se à participação dos operários no pleito e numa negativa de apoio a qualquer grupo ou partido político, inclusive aos socialistas e comunistas.

Isso fica evidente numa série de artigos publicados em *A Plebe*, que insistiam na inocuidade da luta eleitoral e parlamentar, vista também como “mistificadora”, um embuste a desorganizar e dividir o movimento operário. Os argumentos se davam no sentido de que a busca por votos e a representação parlamentar implicariam em alianças com grupos que não tinham nenhum compromisso com as lutas da classe trabalhadora, incluindo-se também na argumentação a profanação da memória dos operários presos e desaparecidos na prisão de Clevelândia. Além disso, eram feitas severas críticas às atuações de socialistas e comunistas na

<sup>266</sup> “Manifesto que a Esquerda Sindicalista da UTG apresenta à classe gráfica de São Paulo”. *A Plebe*. São Paulo, 12/02/1927, p.4.

<sup>267</sup> “À Classe Operária do Brasil”. *A Plebe*. São Paulo, 12/02/1927, p.4.

tentativa de eleger representantes para as cadeiras legislativas<sup>268</sup>. Deve-se levar em conta que *A Plebe* era um jornal de orientação libertária, que expressava, se não de maneira exclusiva, predominantemente ideais anarquistas. Assim como toda fonte histórica, ao expressar uma visão de mundo, temos em mente que esse periódico (amplamente utilizado como fonte em nossa pesquisa) tomava partido na discussão sobre a questão da representação parlamentar e a classe operária, o que também revela o embate entre diferentes grupos dentro dos sindicatos e do movimento operário sobre esse assunto. O uso dessa fonte histórica está ancorado no sentido de compreender a questão entre a autonomia dos sindicatos e trabalhadores e sua representação parlamentar e institucional nas eleições e em partidos políticos que tratavam dos anseios e demandas da classe operária como uma de suas plataformas e não apenas da opinião dos anarquistas sobre o assunto.

A primeira experiência eleitoral dos comunistas se deu nas eleições municipais de Santos em novembro de 1925. Após o II Congresso do PCB, os comunistas daquela cidade participaram da criação do Partido Trabalhista de Santos tendo em vista sua participação no processo eleitoral daquele ano. Contudo, após divergências internas quanto à adesão de seus militantes àquele partido, foi criada a Coligação Operária, supervisionada pelos dirigentes do PCB, lançando um candidato para aquele pleito. O pioneirismo de tal experiência teve seus méritos ao trazer as questões do mundo do trabalho para o debate em toda sociedade e pela organização arquitetada em meio a um momento de repressão ao movimento operário decorrente do estado de sítio em vigor, oferecendo subsídios para o aperfeiçoamento de suas táticas e organização para as próximas eleições<sup>269</sup>.

Para Dainis Karepovs, a participação dos comunistas no processo eleitoral – com a criação do Bloco Operário e Camponês que ocorreria poucos anos depois, conforme veremos adiante – mostra um amadurecimento na postura e nas teses do PCB, que visando ser um partido de massas, com presença cada vez maior junto aos trabalhadores, poderia então articular sua luta em frentes distintas, visando conquistar cada vez mais espaço na arena pública e chegar ao poder<sup>270</sup>.

A partir de 1927, os comunistas colocaram em prática uma estratégia que visava a constituição de ligas anti-imperialistas, a organização de ligas operárias no interior dos estados, a formação de frente única sindical, a retomada da publicação do jornal *A Classe Operária*, e o

---

<sup>268</sup> “A próxima feira eleitoral”. *A Plebe*. São Paulo, 12/02/1927, p.3; “As eleições e os operários”. *A Plebe*. São Paulo, 26/02/1927, p.3; “A última farsa eleitoral”. *A Plebe*. 12/03/1927, p.2.

<sup>269</sup> KAREPOVS, Op. Cit., p.39-42.

<sup>270</sup> Ibid, p.49-50.

desenvolvimento de blocos operários e camponeses no Rio de Janeiro e em outros estados. Foi formalizada então, uma estrutura jurídica e organizativa que permitisse aos comunistas uma atuação dentro dos marcos da legalidade. Em assembleia realizada a 2 de novembro de 1927, foram aprovados os estatutos dessa organização e a mudança da nomenclatura de Bloco Operário para Bloco Operário e Camponês (BOC), tendo em vista uma aproximação com os trabalhadores do campo<sup>271</sup>.

O programa do Bloco Operário e Camponês (aprovado quando ainda da nomenclatura Bloco Operário em 1927) tocava em pontos importantes de décadas de lutas dos trabalhadores: a defesa dos direitos políticos dos trabalhadores urbanos e rurais e as suas liberdades políticas e de associação, a extensão do direito ao voto para as mulheres e aos operários estrangeiros com residência definitiva no país, a questão da moradia para as trabalhadoras e trabalhadores e ao ensino e educação pública. Foram elaboradas também propostas quanto à legislação social e do trabalho que reproduzimos abaixo:

- a) Máximo de 8 horas de trabalho diário e 44 semanais, e redução a 6 horas diárias nos trabalhos malsãos;
- b) Proteção efetiva às mulheres operárias, aos menores operários com a proibição do trabalho a menores de 14 anos;
- c) Salário mínimo;
- d) Contratos coletivos de trabalho;
- e) O seguro social a cargo do Estado e do patronato, contra o desemprego, a invalidez, a enfermidade, a velhice;
- f) Enérgica repressão ao jogo e ao alcoolismo;
- g) Licença às operárias grávidas de 60 dias antes e 60 dias depois do parto, com pagamento integral dos respectivos salários;
- h) Extinção dos serões e extraordinários;
- i) Descanso hebdomadário em todos os ramos de trabalho, na indústria, no comércio, nos transportes, na lavoura;
- j) Proibição da dormida nos locais de trabalho;
- k) Água filtrada nas fábricas e oficinas;
- l) Saneamento rural sistemático, visando a regeneração física e moral do trabalhador agrícola, a higienização das condições de trabalho e habitação na lavoura, assistência médica gratuita aos doentes pobres;
- m) Fomento e facilidades às cooperativas operárias de consumo e às cooperativas de produção na pequena lavoura<sup>272</sup>.

O programa do Bloco Operário trazia questões que também eram reivindicadas pelos sindicatos autônomos, sobretudo no tocante às liberdades de pensamento, expressão e associação operárias, sobre jornada de trabalho, salário mínimo, seguridade social e a presença do Estado nas indústrias, fábricas e oficinas, inspecionando e garantindo condições de trabalho

---

<sup>271</sup> Ibid, p.76-77.

<sup>272</sup> Ibid, p.58.

adequadas. Outro ponto importante diz respeito à questão da regulamentação do trabalho das mulheres e a licença às gestantes, assim como a questão do trabalho infantil.

A presença do Bloco Operário e Camponês representa um marco importante das lutas operárias, trazendo as discussões do mundo do trabalho para a disputa parlamentar. Veremos ainda neste capítulo como decorreu a sua participação eleitoral nos certames municipais de 1928 e nas eleições presidenciais de 1930.

Além da formação de uma frente eleitoral para disputar eleições, os comunistas também consolidavam sua presença em alguns sindicatos paulistanos. No início de um relatório policial (produzido no início da década de 1930) anexado ao prontuário de Edgard Leuenroth, verificamos a preocupação dos órgãos policiais frente à presença e à disseminação dos ideais comunistas em meio ao proletariado:

A propaganda da doutrina comunista, a difusão de seus processos e a pregação de seus fins, que começaram a ser feitas no Brasil pelo ano de 1928, procuraram, desde logo, criar, no nosso organismo social, raízes fundas que lhes garantissem o sucesso da empresa e lhes assegurassem a arregimentação fácil e pronta de grande número de prosélitos que se atirassem, rápida e resolutamente, à continuação da tarefa, ao prosseguimento da campanha e a disseminação das ideias que se tratava de propagar<sup>273</sup>.

Na sequência do relatório é mostrada a forte presença comunista no sindicato dos gráficos, um meio de difusão e circulação de suas ideias, demonstrando inclusive, a força que os gráficos possuíam mesmo num momento de reorganização:

Para esse fim, procuraram os transportadores e introdutores da doutrina marxista entre nós, conquistar as sociedades de classes, meios propícios a um trabalho fácil e compensador nesse sentido: e uma das primeiras agremiações a sofrer a infiltração desses trabalhadores gráficos (U.T.G.), associação que congregava sob a sua bandeira a numerosa classe dos trabalhadores em artes gráficas e que, nessa época, florescia, crescia, incessantemente e ostentava uma pujança invejável, representava uma força ponderável<sup>274</sup>.

Num outro trecho desse mesmo documento, observamos uma das partes do trabalho policial em relação ao movimento operário e que adquiriu sofisticação entre o final dos anos 1920 e início dos anos 1930, ao captar informações de dentro das associações operárias:

<sup>273</sup> “Relatório”. Prontuário 122 (volume 2), de Edgard Leuenroth. Deops-SP, Apesp.

<sup>274</sup> Idem.

Desnecessário é dizer-se, pois, que (...) para a U.T.G. convergiram logo as atenções dos poderes constituídos, que passaram a acompanhar, atentamente o desenvolvimento que o empreendimento ia tendo e o colorido que as ideias tomavam no meio da entidade em que eram pregadas. Nela, formou-se um grupo de comunistas convictos, de pregadores tenazes, audaciosos e infatigáveis do novo evangelho e que, desde logo passaram a dar não pequeno trabalho à polícia que, por sua vez, ia registrando as suas atividades, ia acompanhando seus passos e as suas manobras<sup>275</sup>.

Verificamos, portanto, um cenário em que existia um grupo liderado pelo BOC que procurava representar a classe trabalhadora no processo eleitoral e a continuidade na retomada de reorganização de alguns sindicatos de ofício de forte tradição no movimento operário paulistano desde o final da década de 1910, momento esse que conforme estamos mostrando não se deu sem tensões internas entre as organizações operárias e seus diferentes projetos de atuação.

O trabalho de propaganda e de reorganização sindical estava ativo com constantes reuniões nos sindicatos de diferentes categorias que visavam também um trabalho conjunto, na tentativa de retomar o padrão de organização e atuação de anos atrás. Os têxteis, que anteriormente possuíam um dos mais poderosos sindicatos de São Paulo – a União dos Operários em Fábricas de Tecidos, já mencionada neste trabalho – também davam seus primeiros passos na tentativa de reerguer sua organização, fechada anos antes em decorrência do estado de sítio que entrou em vigor após o levante de 1924, constituindo um núcleo sindicalista das fábricas de tecidos; além disso um grupo de ferroviários publicava em *A Plebe* um apelo para a união e organização sindical da categoria<sup>276</sup>. Inclusive, começavam a ser discutidas as comemorações do 1º de maio numa reunião na sede do sindicato dos sapateiros e intensificavam-se os comícios e protestos a favor da liberdade dos anarquistas Sacco e Vanzetti presos nos Estados Unidos, pauta que congregava os trabalhadores naquele momento<sup>277</sup>.

Os sindicalistas entendiam que esse movimento que articulava ações em diferentes frentes necessitava cada vez mais de uma atuação conjunta. Nesse sentido, ainda em maio de 1927 iniciaram-se os trabalhos de uma Comissão Pró-Organização do Proletariado reunindo trabalhadores de diferentes categorias. Representantes dos sindicatos já reorganizados e daqueles em vias de reorganização elaboraram um documento com oito itens sobre as medidas a serem tomadas visando a rearticulação de uma ação conjunta e solidária entre as agremiações obreiras da cidade de São Paulo, visando posteriormente estender seu raio de ação para o estado e para a esfera nacional (tendo em vista a reorganização da Confederação Operária Brasileira).

---

<sup>275</sup> Idem.

<sup>276</sup> “Mundo Operário”. *A Plebe*. São Paulo, 12/03/1927, p.3.

<sup>277</sup> “Mundo Operário”. *A Plebe*. São Paulo, 01/05/1927, p.4.



Formada em caráter provisório, essa comissão também objetivava auxiliar as categorias que ainda não estivessem representadas, instituindo a União Operária de Ofícios Vários (UOOV) e tinha como uma de suas principais metas dar vida novamente à Federação Operária de São Paulo na cidade e também para o estado:

4º - Para reunir os trabalhadores que no momento ainda não possam constituir as associações de suas categorias, a Comissão Pró-Organização do Operariado formará a União Operária de Ofícios Vários, que irá organizando os sindicatos de cada categoria à proporção que for havendo elementos para isso.

5º - A Comissão Pró-Organização do Operariado tratará de constituir, tão logo seja possível, a Federação Operária de São Paulo, reunindo os sindicatos existentes.

6º - A Comissão Pró-Organização do Operariado entrará imediatamente em relações com todas as organizações operárias do Estado e imediações, aumentando com as mesmas os laços de solidariedade proletária, com o fim de que, tão depressa quanto seja possível, ser reconstituída a Federação Operária do Estado de São Paulo<sup>278</sup>.

Um documento que dá mostra desse momento de esforço na retomada associativa em São Paulo é um manifesto elaborado por um núcleo sindicalista dos operários sapateiros, tecelões e marceneiros dirigido a todo operariado de São Paulo e especialmente aos trabalhadores em fábricas de tecidos. Era importante para o movimento sindical em São Paulo a reativação da associação dos têxteis, dado o tamanho ocupado por essa categoria no mercado de trabalho e a força exercida anteriormente pela União dos Operários em Fábricas de Tecidos, que fora um dos maiores sindicatos em São Paulo nos primeiros anos da década de 1920. O apelo era feito no sentido de que a organização da classe trabalhadora tornava-se fundamental na luta pela manutenção dos direitos que foram conquistados e que estavam ameaçados e também como forma de se contrapor aos interesses patronais:

Qual o meio para, pelo menos, limitarmos a exploração e a tirania que sobre nós exercem?

A resposta é simples: organizarmo-nos, formar fortes associações de resistência, com as quais poderemos apresentar-nos unidos e solidários perante os patrões, para reclamar os nossos direitos. Assim, coletivamente, seremos atendidos, pois os nossos exploradores não terão de tratar isoladamente com cada um de nós, fracos, por estarmos desunidos, como acontece hoje.

Organizemo-nos, pois! Unamo-nos, solidarizemo-nos, formemos associações que tenham por lema: um por todos e todos por um!<sup>279</sup>

<sup>278</sup> “Pela organização do operariado”. *A Plebe*. São Paulo, 14/05/1927, p.3.

<sup>279</sup> “Ao operariado em geral e especialmente aos trabalhadores em fábricas de tecidos”. *A Plebe*. São Paulo, 14/05/1927, p.3.

Conforme afirmamos anteriormente, a situação dos trabalhadores banidos para a colônia penal de Clevelândia e o caso dos anarquistas italianos Nicola Sacco e Bartolomeu Vanzetti eram fatores que também eram propagandeados como forma de fortalecer essa reorganização operária, assim como as lutas proletárias de outros países:

Companheiros:

Lembremo-nos dos dedicados companheiros que se têm sacrificado pela nossa causa. Na pestífera região do Oiapoque cinco desses bons camaradas sucumbiram após horríveis sofrimentos em virtude de sua atividade em prol da causa do operariado.

Nos Estados Unidos, Sacco e Vanzetti estão ameaçados de serem executados, por terem desenvolvido a sua atividade no meio operário.

Na França os trabalhadores se agitam para evitar que três companheiros sejam entregues aos verdugos da Espanha ou da Argentina.

Na Itália, na Espanha, nos Balcãs, apesar de tudo, os trabalhadores protestam contra a tirania surgida para esmagar o seu movimento.

De todos os recantos da Terra o operariado de uma forma ou de outra, se agita, mantem-se em atividade para reclamar os seus direitos<sup>280</sup>.

Domingos Passos – uma das vítimas do banimento para Clevelândia e estava vivendo em São Paulo – escreveu dois artigos tecendo considerações sobre esse movimento de reorganização sindical em São Paulo e sobre a necessidade de reativação da Federação Operária de São Paulo. Passos e outras lideranças operárias defendiam a ideia de que um organismo federativo estivesse a frente dos demais sindicatos e que também tomasse para si a tarefa de organizar ou reorganizar as categorias que ainda não estivessem representadas, aproveitando-se inclusive, do histórico de lutas e de tradição associativa existente entre os sindicatos paulistanos:

Quem observa o entusiasmo crescente que o proletariado paulista vem demonstrando pela organização, deve chegar à conclusão de que é necessária a organização ou reorganização de muitos sindicatos operários desaparecidos nos embates da luta social.

Não pode prevalecer a mania de que não existem organizações capazes de formar uma federação local. Há em São Paulo organizações operárias de vida já firmada nas lides proletárias e de real valor social, como muito bem tem demonstrado ser a União dos Gráficos, a União dos Artífices em Calçados, a União dos Chapeleiros, a Internacional, a União dos Canteiros e outras ainda em via de fundação, como a União dos Ofícios Vários etc.<sup>281</sup>

<sup>280</sup> Ibid, p.3.

<sup>281</sup> PASSOS, Domingo. “A Federação Operária de São Paulo é uma necessidade”. *A Plebe*. São Paulo, 25/06/1927, p.4.

Na avaliação de Passos e conforme observamos na análise do que era publicado na imprensa operária as categorias que estavam num processo mais avançado na sua reorganização associativa eram os sapateiros, gráficos, chapeleiros, canteiros e trabalhadores de bares e restaurantes. Há que se lembrar que esses sindicatos mencionados no artigo de Domingos Passos possuíam um lastro de intensa atuação já no pós-greve geral de 1917, tendo suas atividades interditas a partir do estado de sítio de 1924 e vinham de uma obra de reativação de pelo menos dois anos. Esses sindicatos estavam na linha de frente das tentativas de remontagem da FOSP – por intermédio da Comissão Pró-Organização do Operariado – pela reativação do sindicato dos têxteis e de outras categorias profissionais e também do surgimento da União dos Ofícios Vários, cujos desdobramentos analisaremos mais adiante.

Na sequência desse artigo, Domingo Passos defende um posicionamento que vai ao encontro do que já fora manifestado por sindicalistas e sindicatos autônomos, sobre a necessidade de que também existisse um organismo de alcance nacional. No seu entendimento, além de poder concentrar forças e articular ações, a estrutura organizativa por federações era o método mais apropriado para fortalecer os laços de solidariedade operária, algo muito colocado por militantes operários desde a greve geral de 1917 em São Paulo:

Ora, constatada a efervescência proletária, muito lucrariam as organizações operárias se, ao lado desta atividade, um comitê federal, agindo inteligentemente, se encarregasse da organização e orientação de núcleos operários, evitando dispersão de energias e atitudes que bem coordenadas levariam ao apogeu o desejo de associação que se manifesta nas massas trabalhadoras.

É tempo, camaradas, de pensarmos seriamente na necessidade de mantermos altivo o princípio da solidariedade obreira, o qual, no federalismo, encontra a máxima concretização<sup>282</sup>.

Num outro artigo, denominado “A organização operária”, Domingos Passos reafirma a ideia de solidariedade como algo imprescindível a agrupar os sindicatos e os trabalhadores num mesmo ideal de luta e também reafirma a importância de táticas já utilizadas há muito tempo pela classe trabalhadora como o boicote e a sabotagem que além da greve são armas fundamentais para os sindicatos autônomos, de resistência<sup>283</sup>. Outra questão importante para nossa análise é a distinção elaborada por Domingos Passos, existente no movimento sindical

---

<sup>282</sup> Ibid.

<sup>283</sup> PASSOS, Domingos. “A organização operária”. *A Plebe*. São Paulo, 09/07/1927, p.2.

em São Paulo naquele momento entre as finalidades a serem perseguidas pelos sindicatos autônomos em relação às outras correntes ideológicas atuantes no movimento operário:

O verdadeiro sindicalismo é revolucionário, porque procura estabelecer novas normas nas relações sociais. A ação direta é a principal característica dos sindicatos operários revolucionários, em contraposição à ação indireta, que constitui a norma principal das organizações operárias de orientação marxista ou socialista, burguesas ou indefinidas<sup>284</sup>.

É reafirmado o compromisso em torno de uma neutralidade política, visto que o sindicato não deveria ser o palco para disputas políticas e ideológicas, prejudiciais à união e organização da classe trabalhadora. Essa é uma das permanências observadas na atuação dos sindicatos de ofício autônomos em São Paulo desde o fim da década de 1910. Além disso, deve o sindicato ser um espaço de formação cultural dos trabalhadores, vistos em plenitude:

A organização operária não é, nem pode ser, alheia à luta ideológica travada em torno da humanidade. Sendo o sindicato operário uma perene aspiração para um mundo melhor, as ideias concebidas para a formação da futura sociedade devem encontrar no sindicalismo a amplidão necessária à sua propaganda.

Não devemos cair no exagero de transformar as reuniões sindicais em comícios para a controvérsia ideológica. Para a propaganda e controvérsia ideológica, deve o sindicato determinar dias próprios, com convocações especiais, não só para propaganda ideológica, como ainda para a propaganda científica e literária. Sendo o homem um complexo de forças físicas, intelectuais e morais e pretendendo a organização operária a elevação individual, para que a harmonia seja perfeita, contínua, evolutiva, é necessário não abandonar uma só das faculdades humanas<sup>285</sup>.

Três meses após o início dos trabalhos da Comissão Pró-Organização do Operariado, em agosto de 1927 é instituída oficialmente a União dos Operários em Ofícios Vários de São Paulo, cujas bases de acordo foram elaboradas e publicadas na imprensa operária no final de maio daquele ano. Assim como a FOSP e os sindicatos de ofício autônomos, a União em Ofícios Vários seguia a linha programática de ser um órgão de resistência ao capitalismo, de não permitir distinções honoríficas entre seus membros, não ser vinculada a nenhuma doutrina política ou religiosa, guiando sua atuação de acordo com os princípios estabelecidos nos congressos operários de 1906, 1913 e 1920. O artigo 3º de suas bases de acordo firmavam os principais propósitos a que se destinava aquela associação:

---

<sup>284</sup> Ibid.

<sup>285</sup> Ibid.

3º - (...) a União Operária de Ofícios Vários reunirá em seu seio os trabalhadores concordes com os seguintes objetivos:

- a) Estimular e promover a organização dos operários de todas as categorias para a defesa de seus interesses morais e materiais, econômicos, profissionais e sociais;
- b) Estreitar os laços de solidariedade entre os operários, dando mais força e coesão aos seus esforços e reivindicações, tanto de caráter moral, como material e social<sup>286</sup>.

Ao analisar o que estava previsto nas bases de acordo quanto à constituição da União de Ofícios Vários, ou seja, seus participantes, chamamos a atenção para algumas questões importantes. Segue abaixo alguns itens do 6º artigo das bases de acordo que gostaria de colocar em evidência:

6º - A União Operária de Ofícios Vários reunirá em seu seio, sem distinção de classes, raças, sexos ou idades, crenças ou princípios ideológicos, os trabalhadores de todos os ramos e categorias:

- a) Que trabalhem como tais, não tenham operários ou aprendizes por conta própria e não estejam ligados aos patrões ou exerçam qualquer cargo de mando nos lugares de trabalho;
- b) Que pertençam a classes ainda não organizadas;
- c) Que pertençam a classes organizadas em sociedades não filiadas ao organismo federativo dos trabalhadores a que esteja federada a União;
- d) *Que pertençam a classes já organizadas em sociedades cujas bases não sejam de resistência ao capitalismo*<sup>287</sup>.

Chamo a atenção para o fato de além da tentativa de congregar as trabalhadoras e trabalhadores ainda não organizados nos sindicatos, existia também a tentativa de trazer para si aquelas e aqueles que participassem de sindicatos que não fossem de resistência ao capitalismo, alinhando-se ao intuito dos sindicatos autônomos já reorganizados ou em via de reorganização assim como o que era proposto pela Comissão Pró-Organização do Operariado. Esse trecho também nos dá a ideia de como os sindicatos que não eram de “resistência” tais como eram considerados pelos sindicalistas os sindicatos de socorro mútuo e os sindicatos cooperativistas, estavam presentes e atuantes no movimento sindical paulistano.

A constituição da União de Ofícios Vários era vista como de caráter transitório, não-permanente. Pretendia-se a reativação da FOSP na esfera local e estadual, algo que dadas as

<sup>286</sup> “Projeto de bases de acordo da União Operária de Ofícios Vários de São Paulo. *A Plebe*. São Paulo, 28/05/1927, p.4.

<sup>287</sup> Ibid, grifo nosso.

dificuldades enfrentadas pelo operariado não veio a ocorrer naquele momento, concretizando-se em 1930, conforme veremos mais adiante.

### 3.1 – Por autonomia e por direitos. Mas quais direitos?

A questão da luta por direitos (assim como da manutenção daqueles já alcançados) continuou muito presente na pauta do sindicalismo em São Paulo na segunda metade da década de 1920, assumindo novos contornos à medida que iam se sucedendo os embates e negociações com os empresários e com o Estado. A promulgação da Lei de Férias em 1926 e sua aplicação foram percebidas de diferentes formas entre os sindicatos e militantes libertários.

A questão da lei de férias e a concessão de direitos para os trabalhadores por parte do Estado (ou dos patrões) dividia a classe trabalhadora, como exposto num artigo de *A Plebe*. Nesse artigo – de autoria não identificada, mas pelo tom da argumentação escrito por alguém ligado ao anarquismo – podemos observar as diferentes tendências quanto à aceitação da lei de férias: “No seio da classe trabalhadora há várias correntes. Há os verdadeiramente partidários da lei, da legalidade e que não cuidam da emancipação completa do proletariado do jugo burguês. Esses defendem a lei com fervor, convencidos do seu grande benefício.”<sup>288</sup>

Vista como algo que não proporcionaria a completa emancipação da classe trabalhadora do jugo burguês e capitalista, a lei de férias e demais concessões feitas pelo Estado e pelos industriais eram vistas pelos anarquistas sobretudo como insuficientes e como peças a desvirtuar o operariado dos propósitos da ação direta e da resistência contra o capital. Na sequência da argumentação também se faz uma crítica aos socialistas e comunistas pelo aceite da implementação dessas leis:

Há os mistificadores, que, apregoando-se de revolucionários, que, afirmando que somente com a queda da burguesia o operariado melhorará de situação, defendem a lei de férias como chamariz para atrair os trabalhadores para seu rebanho, Nas reuniões declaram estar convencidos da inutilidade das leis, mas que, não por eles (os desinteressados!); mas pelos operários é que aceitam a lei. Esses são os tartufos, os embrulhões, os mentirosos, os inimigos da revolução proletária. Nesse caso estão os bolchevistas<sup>289</sup>.

É pertinente observar um debate travado em 1927 por meio da imprensa sobre a lei de férias afim de observarmos as diferentes posturas no mundo operário quanto a sua aplicação e

<sup>288</sup> “A lei de férias e os trabalhadores”. *A Plebe*. São Paulo, 09/04/1927, p.2.

<sup>289</sup> Ibid.

aos benefícios advindos dela. Representantes do sindicato dos gráficos (de orientação comunista, conforme apresentado anteriormente) se manifestavam em favor da legislação, contrapondo-se ao posicionamento de Edgard Leuenroth, que dias antes fizera uma palestra naquele sindicato:

Edgard Leuenroth declarou, na convocação operária da U.T.Gráficos, que o operariado devia despreocupar-se da lei de férias, porque era uma lei burguesa e o operariado nada devia esperar da burguesia.

Nós, os operários, nada temos com as intenções da burguesia ao votar e sancionar a lei. O que sabemos é que a lei existe, que nos beneficia, que nos dá 15 dias de férias – e assim tem que ser cumprida.

Por que é Edgard contra a lei? Onde trabalha Edgard? Edgard trabalha com o irmão, na casa do irmão, é empregado do irmão. Ou ele não quer prejudicar o irmão, obrigando-o a lhe conceder as férias da lei, ou já tem as suas garantidas e assim pouco se preocupa que os operários tenham as suas ou não.

Por isso combate a lei, é contra a lei, declara a pureza dos princípios acima de tudo (...) que só beneficiam a burguesia e que só prejudicam o proletariado!

(...) O proletariado terá a lei de férias – embora os anarcóides não queiram, embora os anarcóides se coloquem ao lado dos patrões contra os trabalhadores.

Viva a União dos Trabalhadores Gráficos, defensora extremada e vigilante do proletariado! Vivam os canteiros, que irão à greve para fazer cumprir a lei!<sup>290</sup>

Além dos gráficos, participaram daquela reunião os tecelões, garçons, sapateiros, trabalhadores da construção civil e metalúrgicos, sindicatos que exigiam do Estado e do patronato o atendimento da lei de férias.

Conforme demonstrado por Raquel de Azevedo, os anarquistas e libertários mantinham uma postura de desconfiança frente à aplicação de leis trabalhistas mantendo uma orientação de rejeição a qualquer tipo de tutela, sobretudo estatal. Do ponto de vista teórico, a justificativa anarquista fundava-se na distinção entre a lei formal e instituída pelo Estado e o direito encarnado numa concepção de justiça natural ou humanitária, independente do Estado<sup>291</sup>.

Nessa perspectiva, a luta dos trabalhadores deveria se desenrolar no plano da negociação direta com os patrões, sem nenhum tipo de interferência externa. Para os libertários, a luta na perspectiva de concessões vindas por intermédio jurídico, levava a um duplo deslocamento da relação empregado-empregador, na qual se dava de fato a concessão de direitos, de um plano alheio ao do mundo do trabalho e da produção, o plano jurídico e da política parlamentar; nesse sentido, ocorria um segundo deslocamento, qual seja, o da necessidade da intermediação de

<sup>290</sup> “O papa dos anarcóides falou...”. *A Noite*, 04/04/1927.

<sup>291</sup> AZEVEDO, Op. Cit., p.278-279.

legisladores e de partidos políticos distantes das lutas e demandas operárias, tornando assim inócua a ação direta do operariado<sup>292</sup>.

Era uma situação que evidenciava as marcantes diferenças ideológicas e estratégicas dentro do movimento operário em São Paulo. Os sindicatos de ofício autônomos tinham em vista essa esfera dos direitos também como campo a ser disputado, fazendo parte da pauta das assembleias, como por exemplo, no caso do sindicato dos chapeleiros e dos gráficos. Numa nota do sindicato dos chapeleiros podemos observar os elementos em disputa:

Com o intuito de prejudicar o direito que essa lei pode oferecer aos operários, os patrões negam-se a receber as cadernetas, para que o prazo seja esgotado sem a apresentação das mesmas. Outros fazem figurar nos seus registros que os operários trabalham a muito menor tempo nas fábricas, com o fim de não terem direito às férias. Operários ocupados há 10 anos numa mesma fábrica, aparecem como se tivessem entrado ainda este ano!  
(...) Convençam-se os chapeleiros em geral que somente fortalecendo a sua associação poderão vencer esses manejos dos patrões. As férias, como quaisquer outros melhoramentos só poderão ser conseguidos e mantidos pela ação coletiva da classe, solidamente organizada.  
Tratem, pois, os chapeleiros de ingressar em seu sindicato e torna-lo forte e ativo<sup>293</sup>.

Alguns industriais e donos de oficinas e fábricas lançavam mão de artifícios para burlar a implementação da lei de férias. Para os sindicatos, o pleno funcionamento da legislação social adquirida era visto como um dos espaços de luta dos trabalhadores e para o fortalecimento dos sindicatos. O último trecho desse documento deixa claro: somente um sindicato forte e ativo seria capaz de fazer valer os direitos adquiridos e lutar por mais conquistas para os trabalhadores.

A década de 1920 marca a votação e implementação de duas leis referentes ao mundo do trabalho no Brasil: a lei de férias e a lei de regulamentação do trabalho de menores. O Decreto nº 4.982, referente a lei de férias, instituía 15 dias de férias a empregados, operários, funcionários de bancos e outras instituições. Logo em seguida à sua regulamentação, o decreto sobre a lei de férias sofreu duras críticas por parte dos industriais – representados sobretudo pelo Centro Industrial do Brasil – visto que a lei abrangia os trabalhadores de modo geral, aí incluídos também operárias e operários do setor industrial, o que para os representantes do patronato nesse setor seria uma forma de desvirtuar o texto original do decreto, que na interpretação desse segmento seria destinado apenas aos empregados comerciais e de escritórios

---

<sup>292</sup> Idem, p.280-281.

<sup>293</sup> “Mundo Operário”. *A Plebe*. São Paulo, 28/05/1927, p.4.



das fábricas e usinas<sup>294</sup>. Por sua vez, a Associação Comercial do Rio de Janeiro também elaborou e publicou estudos e relatórios que deixam claro seu posicionamento quanto ao assunto.

No entendimento de Angela de Castro Gomes enquanto os industriais rejeitavam categoricamente a aplicação dessa lei, por onerar e “perturbar” o andamento das atividades do setor industrial, os comerciantes aceitaram mais a legislação (ainda que as ressalvas feitas ao texto indiquem que esse grupo também procurasse formas de driblar a lei), discutindo aspectos relacionados às formas de sua aplicação e concessão, destacando-se quatro itens: a) considerar-se os 15 dias de férias de maneira sucessiva e não dias úteis, como queriam seus representantes; b) não conferir a aplicabilidade da lei de férias um caráter obrigatório, visto que atentaria contra o direito da liberdade individual; c) não conferir aos sindicatos e associações de empregados desse setor o direito de fiscalização da lei; d) a não utilização de fichas ou carteiras para o controle da concessão das férias, deixando aberta a possibilidade de se efetuarem esses registros nos livros da empresa<sup>295</sup>. Num trecho de um relatório elaborado pela Associação Comercial de São Paulo, no qual se questionavam os procedimentos para aplicação da lei de férias, essas questões ficam evidentes:

Analisados os dispositivos desta lei, verifica-se que ela se limita, pura e simplesmente, a declarar obrigatória a concessão de quinze dias de férias, de uma só vez, ou parceladamente, às classes de empregados e operários que especifica. Nada mais. Não determina as condições que devem preencher os beneficiados para adquirir o direito às férias. Não regula o exercício desse direito. Não contém nenhuma norma complementar que assegure a sua execução. Deixa tudo isso a cargo de um regulamento a ser expedido pelo Poder Executivo<sup>296</sup>.

Quanto aos quatro itens abordados pelas associações de comerciantes, os dois últimos foram atendidos, os dois primeiros não. De certa forma, o atendimento dos dois últimos pontos reivindicados pelo comércio, deixava sob controle dos patrões pontos importantes quanto ao registro da contagem do tempo para as férias dos empregados, e tirava das associações e sindicatos dos empregados a função de fiscalização do cumprimento da lei de férias, visto como algo perigoso para o patronato<sup>297</sup>.

Em relação às indústrias, os impasses se estenderam por mais tempo. Os industriais, representados nas suas associações de classe, opuseram-se categoricamente a todas as medidas

---

<sup>294</sup> GOMES, 2014, Op. Cit., p.212.

<sup>295</sup> Ibid, p.213.

<sup>296</sup> “A Lei de Férias”. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 14/04/1927, p.6.

<sup>297</sup> GOMES, 2014, Op. Cit., p.213.

que de alguma maneira afastassem trabalhadoras e trabalhadores do universo da produção e da fábrica. Num memorial enviado ao Conselho Nacional do Trabalho em 1927, podemos acompanhar como os industriais envernizavam seus argumentos num misto de valoração moral e condição social do trabalhador:

Não tem o culto do lar, como ocorre nos países inóspitos e padrão de vida elevado. Para nosso proletariado, para o geral de nosso povo, o lar é um acampamento sem doçura. O lar não pode prendê-lo e ele procurará matar suas longas horas de inação nas ruas. A rua vale muitas vezes pelo desabrochar de vícios latentes e não vamos insistir nos perigos que ela representa para o trabalhador inativo, inculto, presa fácil dos instintos subalternos que sempre dormem na chama humana, mas que o trabalho jamais desperta<sup>298</sup>.

No entender dos industriais, a incorporação da lei de férias também traria graves consequências quanto à organização do trabalho nas fábricas e indústrias sendo enorme empecilho ao progresso industrial do país e enfraqueceria o vínculo entre patrões e operários, visto como essencial para o desenvolvimento das forças econômicas no Brasil:

Qualquer abalo repercute fortemente nesse organismo ainda frágil, como se tem visto em todas as nossas crises e, se novos abalos surgidos no seu âmago, isto é, no seio do seu proletariado, vieram agravar os abalos naturais que ocorrem por força de fenômenos, de ordem econômica e financeira, o organismo em formação certamente não poderá resistir. Para que as nossas indústrias resistam a crise que venham de fora do seu âmbito, mister se faz estreita união entre todos aqueles que lhe dão os seus esforços: operários e patrões. O operário, por si só, não fará a nossa grandeza industrial e o patrão nada poderá fazer sem o operário. É imprescindível uma estreita conjugação de esforços e essa conjugação de esforços não será possível com problemas operários a resolver<sup>299</sup>.

Notamos nos discursos patronais que a oposição ao regulamento da lei de férias assumia um contorno moralista, apelava para supostos laços entre patrões e funcionários que poderiam vir a ser quebrados e por fim, o abalo que a implantação de tal dispositivo poderia causar ao desenvolvimento econômico e industrial brasileiro. Contudo, é importante mencionar que as carências materiais e sociais percebidas por muitas trabalhadoras e trabalhadores advinham da

---

<sup>298</sup> Memorial apresentado ao Conselho Nacional do Trabalho em 22/06/1927 pelos presidentes das associações de classe em São Paulo: Centro dos Industriais de Fiação e Tecelagem, Associação dos Industriais e Comerciantes Gráficos, Centro dos Industriais de Papel, Associação dos Industriais Metalúrgicos, Centro dos Industriais de Calçado, Liga dos Industriais e Comerciantes de Couro, Centro da Indústria de Madeiras, apud LIMA, 2005, Op. Cit., p.43.

<sup>299</sup> Relatório da Diretoria e Conselho Fiscal do Centro Industrial de Fiação e Tecelagem, 1927/1928, p.199, apud LIMA, 2005, Op. Cit., p.100.

exploração empregada no trabalho nas oficinas, fábricas, indústrias, lojas e não encontrava na lei de férias sua causa. Conforme estamos expondo durante toda esta dissertação, os direitos sociais e do trabalho conferidos à classe trabalhadora se deram perante lutas árduas e por vezes reprimidas com violência pelo patronato e pelo Estado. Ainda que sua aplicação causasse certa desconfiança em setores do movimento operário ou até mesmo sua recusa, grande parte dos sindicatos observavam na esfera dos direitos do trabalho um campo a ser disputado, para manter aquilo que fora conseguido em anos anteriores – e estava sempre à mercê da possibilidade de ser subtraído – e na perspectiva de se obter mais conquistas. Daí o apelo constante à reorganização associativa entre operárias e operários, sobretudo a partir de 1927, conforme vimos no início deste capítulo.

A questão permaneceu em aberto até fins da década de 1920. Entre os anos de 1927-1929, as associações que representavam os industriais enviaram documentos ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, conseguindo junto a esse órgão uma promessa de reexame da lei. O fato é que até 1930, a lei de férias não foi cumprida pelos estabelecimentos comerciais – lembremos o panfleto elaborado pelo sindicato dos sapateiros, mostrado no capítulo anterior, reivindicando o cumprimento dessa legislação – e chegou até a ser proposto pelo Centro dos Industriais de São Paulo e Rio de Janeiro um projeto substituindo as férias por concessões de caráter previdenciário, gratuidade de assistência médica e farmacêutica e de amparo à maternidade, justificando tal proposição com o argumento de que os trabalhadores vendiam as férias<sup>300</sup>. Outra lei colocada em pauta nesse período foi o Código de Menores.

O Código de Menores foi a última legislação relacionada ao mundo do trabalho aprovada na década de 1920. Promulgado pela Câmara dos Deputados em dezembro de 1926 (Decreto-lei nº 5.083) e ratificado pelo Senado Federal em outubro de 1927 (Decreto-lei nº 1.794 A), o Código de Menores estabelecia como limite mínimo a idade de 14 anos cumprindo jornada de 6 horas por dia, sendo considerado maior o trabalhador de 18 anos. Comparando-se essa regulamentação do trabalho dos menores de idade com o que fora proposto pelo Código de Trabalho em 1917, percebe-se uma maior rigidez no trato da questão, visto que este apresentava a idade limite para o trabalho de menores a partir dos 10 anos, sendo considerado como maior para o trabalho quem tivesse 14 anos<sup>301</sup>.

A exemplo da lei de férias, a implementação do Código de Menores sofreu grande resistência junto aos industriais. As críticas eram direcionadas à formulação da legislação em si e aos marcos de sua aplicação, gravitando em torno de três itens: a idade legal mínima para

---

<sup>300</sup> GOMES, 2014, Op. cit., p.214.

<sup>301</sup> Ibid, p.215.

o trabalho, a duração da jornada de trabalho e o início do trabalho noturno nas indústrias. O patronato propunha em contrapartida que o trabalho dos menores entre 13 e 18 anos fosse equiparado ao dos adultos, fixando aos menores de 13 anos de idade a jornada de 6 horas por dia, o que representava pouca diferença ao que foi proposto em 1917<sup>302</sup>.

Apesar da atuação dos Juizados de Menores em São Paulo e Rio de Janeiro no sentido de fiscalizar o cumprimento da lei, aplicando multas àqueles que desrespeitassem os dispositivos previsto no Código, Angela de Castro Gomes observa que a exemplo da lei de férias, o Código de Menores continuava a ser descumprido pelos patrões, que exerciam fortes pressões junto às esferas governamentais por mudanças na legislação, chegando inclusive no caso de São Paulo a ter apoio de lideranças do Partido Republicano Paulista (PRP) nas suas demandas<sup>303</sup>.

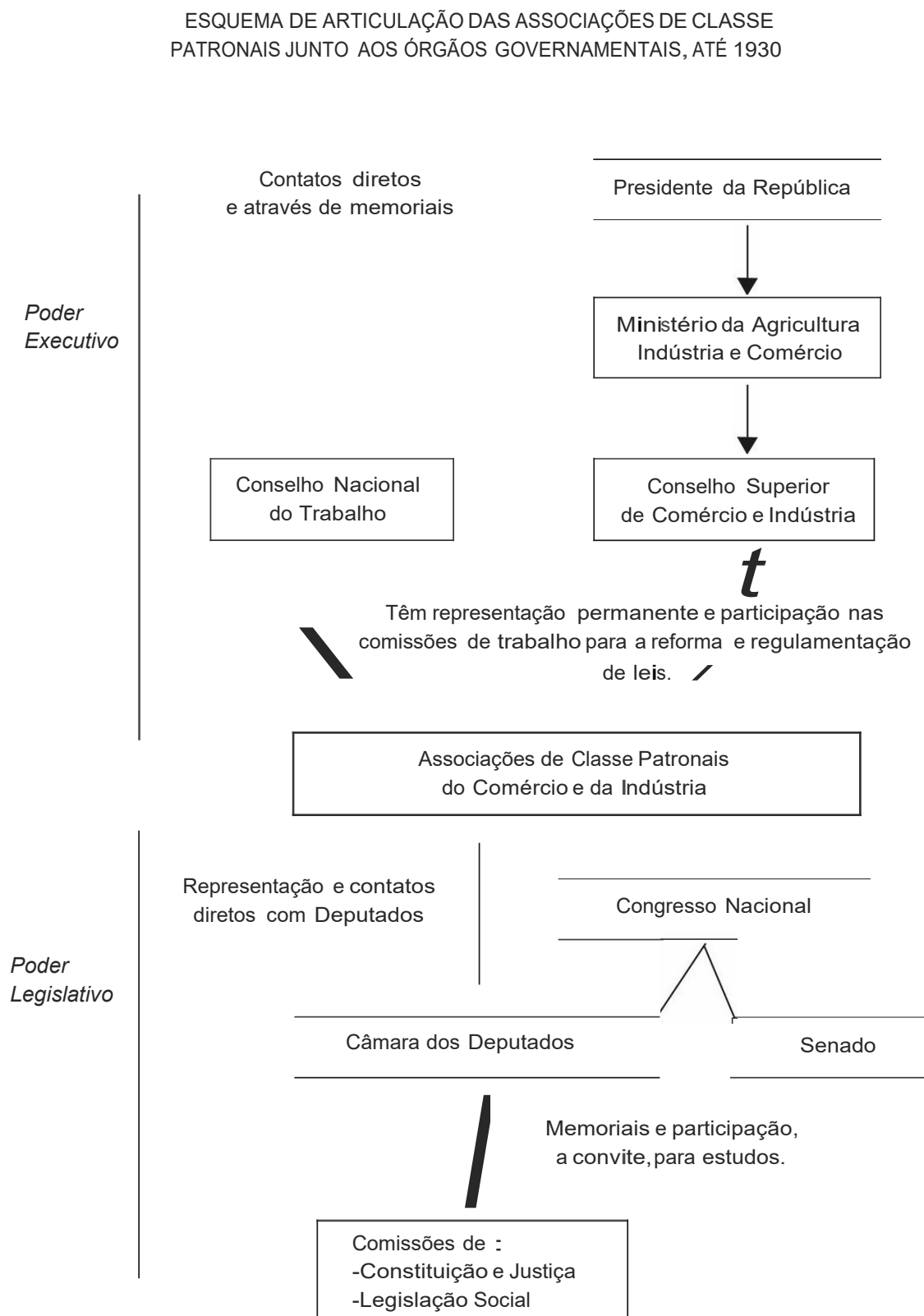
Para entendermos melhor o trânsito que representantes da indústria e comércio possuíam junto às esferas governamentais durante o período da Primeira República, mostramos a figura abaixo:

---

<sup>302</sup> LIMA, Op. Cit., p.116; GOMES, 2014, Op. Cit., p.216.

<sup>303</sup> GOMES, Op. Cit., p.215-217.

Figura 2: Esquema de articulação das associações de classe patronais junto aos órgãos governamentais, até 1930



Fonte: GOMES, 2014, p.200.

A partir da leitura do organograma elaborado por Angela de Castro Gomes, observa-se como os representantes do empresariado e suas associações de classe possuíam canais de comunicação e influência junto às instituições governamentais. No poder legislativo a influência das Associações de Classe Patronais do Comércio e da Indústria se dava de maneira maior junto à Câmara dos Deputados, por intermédio de contatos diretos e representações, assim como de maneira formal na elaboração e encaminhamento de memoriais para os legisladores. As legislações voltadas para o atendimento de demandas do mundo do trabalho passavam diretamente pelo crivo das associações patronais, visto que formavam grupos para estudo de cada lei a ser implementada, chegando inclusive a convidar parlamentares para participação dessas discussões.

No âmbito do Poder Executivo, o patronato estava representado permanentemente seja por intermédio de participação nas comissões de trabalho para reforma e regulamentação de leis seja com representação no Conselho Superior de Comércio e Indústria. Vale lembrar que o patronato também fazia valer sua presença e influência no Conselho Nacional do Trabalho. Observar essa dinâmica é fundamental para o entendimento de como se deu a questão da aplicação de leis de regulamentação do trabalho no Brasil entre o final da década de 1910 e durante a de 1920. Se por um lado a reivindicação por direitos e regulamentação do trabalho era uma das pedras angulares nas demandas dos sindicatos de ofício, por outro lado podemos notar que tratava-se de um momento de maior organização do empresariado nas suas associações de classe e de uma atuação direta junto aos poderes legislativo e executivo. Essa rede de influências e contatos diretos junto aos órgãos do Estado brasileiro, se fez sentir em mudanças no conteúdo original das leis elaboradas assim como no retardamento de sua aplicação:

A percepção de como os interesses empresariais, através de suas associações de classe, alojam-se dentro dos próprios órgãos governamentais torna-se fundamental para a compreensão do sucesso de sua atuação, conseguindo retardar em muito a efetiva aplicação das leis sociais votadas neste período, além de provocar importantes alterações no seu conteúdo, especialmente no momento de elaboração dos regulamentos. Acreditamos que era esta, inclusive, a fase do processo decisório onde a influência direta do empresariado exercia-se com maior eficácia<sup>304</sup>.

Contudo, devemos ter cuidado na análise da disputa entre diferentes setores sociais quando da regulamentação e implementação de leis referentes ao mundo do trabalho, tendo em

---

<sup>304</sup> GOMES, 2014, Op. Cit., p.201.

vista a correlação de forças exercida por cada um deles. Ainda que o empresariado estivesse diretamente representado junto aos órgãos governamentais, não devemos reduzir a análise a um tom simplista de que todas as vontades e demandas dessa classe eram atendidas sem restrições, nem que o Estado – em seus diferentes âmbitos, poder legislativo, executivo e judiciário – atuasse apenas em prol do atendimento das reivindicações patronais.

De acordo com João Tristan Vargas, esse espaço entre a aprovação da lei, sua regulamentação e sua aplicação na vida cotidiana das trabalhadoras e trabalhadores é marcado por um jogo de pressões sociais exercidos pelo empresariado e pelo movimento operário organizado<sup>305</sup>. Na sua interpretação, não se deve buscar as explicações para os casos de não cumprimento da legislação numa suposta aversão do Estado brasileiro à qualquer intervenção ou regulamentação sobre as relações de trabalho, e sim nas disputas travadas entre os diferentes atores sociais envolvidos e interessados ou não na sua aplicação ou na sua não ampliação, como foi o caso já citado nesse trabalho, da postura defendida pelos industriais de interditar o acesso à lei de férias aos operários de fábricas e indústrias, assim como da pressão exercida pelos sindicatos, levando em conta aqui, o fato já apresentado neste trabalho de que existiam dissensões entre setores do movimento operário quanto à própria existência de leis que trouxessem algum benefício para a classe trabalhadora promulgadas pelos governos. Contudo, o maior obstáculo quanto à aplicação das leis, conforme já demonstrado anteriormente em nossa pesquisa, partia de empresários e políticos que os representavam nas diferentes instâncias do Estado e não da classe trabalhadora. Foi justamente a pressão desse último grupo nas mais diversas formas de manifestações públicas que contribuiu para a criação e implantação de leis relacionadas ao mundo do trabalho.

A percepção quanto às pressões e enfrentamentos realizados pelos trabalhadores e o movimento operário na luta por aquisição de novos direitos e manutenção dos já existentes também é assinalada por Angela de Castro Gomes que identifica da mesma forma uma maior preocupação por parte dos órgãos governamentais quanto a uma intervenção na regulamentação das condições de trabalho já no princípio da década de 1920<sup>306</sup>. Essa preocupação também advinha das pressões internacionais com a fundação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 1919 e a realização da primeira Conferência Internacional do Trabalho (no mesmo ano) na cidade de Washington. A OIT foi fundada como parte do Tratado de Versalhes após a Primeira Guerra Mundial e na sua primeira conferência adotou seis convenções, ligadas à

---

<sup>305</sup> VARGAS, João Tristan. *Ordem liberal e relações de trabalho na Primeira República*. Tese de Doutorado em História, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1999, p.334.

<sup>306</sup> GOMES, 2014, Op. Cit., p.132-133.

reivindicações do movimento operário internacional na virada do século XIX para o século XX: jornada de trabalho de 8 horas diárias e 48 horas semanais, proteção à maternidade, a luta contra o desemprego, a definição da idade mínima de 14 anos para o trabalho na indústria e a proibição do trabalho noturno para mulheres e menores de 18 anos<sup>307</sup>. O Brasil foi participante da primeira conferência e de acordo com dados apresentados no *site* da OIT<sup>308</sup>, das seis convenções apresentadas nesse encontro, ratificou apenas 4 (as convenções sobre a jornada de trabalho e a luta contra o desemprego não foram ratificadas), e apenas na primeira metade da década de 1930! Aqui temos mais um elemento que indica a lentidão no reconhecimento, elaboração e aplicação das leis referentes ao mundo do trabalho.

O final da década de 1920 mostra certa revitalização nos debates sobre as questões sociais e do trabalho. Tratava-se de um momento em que foram travados importantes debates na Câmara Federal, a consolidação do Bloco Operário e Camponês (BOC) como postulante nas eleições de 1928 e 1930, colocando-se como representante e interlocutor das lutas operárias também na arena legislativa e institucional, assim como uma atenção maior dada por outros partidos políticos – pelo menos no que dizia respeito às suas plataformas eleitorais – às questões referentes ao operariado. Tentaremos demonstrar na sequência como cada um desses fatores atuou nas questões relacionadas à classe trabalhadora em São Paulo e os diferentes projetos políticos em disputa.

Na Câmara, as questões referentes ao trabalho voltam a ocupar a pauta dos debates, ainda que não na mesma quantidade e intensidade de anos procedentes. O clima político amenizara-se um pouco, na medida em que o presidente Washington Luiz suspendera o estado de sítio que vigorava desde o governo Artur Bernardes; contudo tal fato não garantia menor vigilância e repressão ao movimento operário.

Muitas denúncias e críticas às arbitrariedades cometidas pela polícia e por governos estaduais e federal foram realizadas pelo Bloco Operário e Camponês, que conforme mostramos anteriormente neste capítulo se constituía numa frente partidária e eleitoral organizada pelo

---

<sup>307</sup> ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. História da OIT. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasil/conheca-a-oit/hist%C3%B3ria/lang-pt/index.htm>. A Organização Internacional do Trabalho mudou sua sede para Genebra, na Suíça, em 1920. Vinculada inicialmente à Liga das Nações passou para a estrutura da Organização das Nações Unidas (ONU) a partir de 1946, sendo a única agência de estrutura tripartite da ONU, ou seja, na qual representantes de governos, de organizações de empregadores e de empregados participam em situação de igualdade.

<sup>308</sup> ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Convenções. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasil/convencoes/lang-pt/index.htm>.



Partido Comunista, que conseguiu eleger em 1927, nas eleições de terço para o Congresso, o deputado Azevedo Lima<sup>309</sup>.

Como representante do Bloco Operário, Azevedo Lima teve uma atuação parlamentar que destacou-se em duas frentes de atuação: de um lado denunciando as violências e arbitrariedades policiais cometidas contra o operariado e pedindo a revogação da lei de expulsão de estrangeiros; numa de suas intervenções na Câmara, leu cerca de vinte documentos enviados por sindicatos de diferentes plataformas de atuação e de diferentes pontos do país que protestavam contra a lei de imprensa, a lei de expulsão de estrangeiros e contra o projeto de lei de 1926 que estava em debate no parlamento, o qual cerceava o direito de greve, previsto como crime inafiançável<sup>310</sup>. Em outra frente de atuação, Azevedo Lima realizou um exame crítico das legislações voltadas para o trabalho, tecendo críticas à sua falta de aplicação e aos órgãos responsáveis pela sua fiscalização, como por exemplo, o Conselho Nacional do Trabalho (CNT). Em 1927, ao defender a greve dos operários da Light (que reivindicavam maior salário e menor jornada de trabalho), Azevedo Lima solicitou o apoio das bancadas da Aliança Libertadora e do Partido Democrático de São Paulo (PD). Em algumas fontes da imprensa, podemos observar certo esforço do PD em se aproximar do operariado na sua plataforma eleitoral<sup>311</sup>.

Em novembro de 1927 foi noticiado em *O Estado de São Paulo*, a realização de um comício do PD a ser realizado no bairro do Bom Retiro<sup>312</sup>.

---

<sup>309</sup> Idem, p.125. Azevedo Lima, nascido na cidade do Rio de Janeiro (à época capital federal) em 1888 era médico e atuou como médico escolar e inspetor sanitário no Rio de Janeiro, sendo também um dos diretores da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro e diretor do laboratório da Liga Brasileira contra a Tuberculose. Teve atuação parlamentar durante a década de 1920, sendo eleitor intendente (vereador) no Distrito Federal para o mandato 1917-1920 e posteriormente eleito deputado federal em 1923, reelegendo-se para as legislaturas 1924-1926 e 1927-1930. Mesmo não sendo membro do PC aderiu ao Bloco Operário e Camponês sendo seu representante no mandato de 1927; posteriormente devido a divergências com membros do Partido Comunista foi expulso do BOC. Foi novamente eleito deputado nas eleições de março de 1930, tendo seu mandato interrompido com o movimento que levou Getúlio Vargas ao poder e que numa de suas primeiras medidas extinguiu os órgãos legislativos do país. Cf. SILVA, Izabel Priscila Pimentel da. João Batista de Azevedo Lima. In: ABREU, Alzira Alves de (coord.). *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República*. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/dicionario-primeira-republica>.

<sup>310</sup> GOMES, 2014, Op. Cit., p.125-126.

<sup>311</sup> O Partido Democrático de São Paulo (PD) surgiu no início de 1926, fruto de uma dissidência do Partido Republicano Paulista (PRP). O PD era composto em sua maioria por profissionais liberais da burguesia e alguns fazendeiros. Tinha um projeto mais liberal que o do PRP – que há anos dominava a cena política em São Paulo e indicara também os representantes paulistas à Presidência da República – contemplando em um dos itens do seu programa a questão social: “suscitar e defender todas as medidas que interessam à questão social”. O PD teve atuação no governo Vargas a partir de 1930, fazendo oposição a ele em seguida, inclusive aliando-se ao PRP quando do movimento de 1932 em São Paulo por uma nova constituição. Existiu até 1934, dando lugar ao Partido Constitucionalista de São Paulo. Cf. RAMOS, Plínio de Abreu. Partido Democrático de São Paulo. In: ABREU, Alzira Alves de (coord.). *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República*. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/dicionario-primeira-republica>.

<sup>312</sup> “Notícias Diversas”. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 02/11/1927, p.6.

Meses depois, em fevereiro de 1928, outro comício foi realizado no bairro do Belenzinho – um dos que possuíam a maior concentração operária em São Paulo.

O comício, descrito de maneira muito favorável pelo *O Estado de São Paulo* que destacara o “entusiasmo popular” presente na manifestação, teve a presença de alguns líderes do PD, como José Adriano Marrey Júnior e Antonio Feliciano, além do parlamentar Maurício de Lacerda. Conforme descrito pelo jornal, as ruas do largo do Belenzinho ficaram pequenas diante de tantas pessoas presentes a fim de ouvir os oradores:

Os bondes que procediam da cidade e do Brás despejavam naquele ponto dezenas de passageiros ardentes de entusiasmo. Os automóveis entravam no largo e iam estacionar junto aos passeios, enquanto seus passageiros, geralmente senhoras e crianças, ficavam de pé, olhos pregados no coreto, esperando também ouvir a palavra dos oradores

(...) Vinte horas e meia.

As comissões estão reunidas no coreto. Como escasseia lugar ali, fica proibida a entrada. Em baixo, há um verdadeiro mar de cabeças humanas incansavelmente voltadas para o lugar onde os oradores devem aparecer. De quando em quando, vivas ao Partido Democrático, ao Dr. Maurício de Lacerda. Os operários estão em maior número, mas, quando o magnésio deflagra e um relâmpago caía de branco a assistência, aparecem aqui e ali chapéus femininos no rigor da moda. É que toda gente ali está profusamente representada. “Que fale o companheiro Maurício!” E o apelo se prede numa salva estrepitosa de palmas<sup>313</sup>.

Percebemos que o noticiário tendia a engrandecer o evento organizado pelo PD, inclusive ressaltando a presença de crianças e mulheres – algumas delas, no “rigor da moda” – na tentativa de mostrar adesão do operariado às propostas do partido. Destacamos que esse jornal era ligado ao PD. O discurso de Maurício de Lacerda enfatizava a necessidade de se votar nos candidatos do PD para o pleito estadual e municipal, visto como a melhor alternativa à política repressiva e ao abandono do operariado por parte do PRP:

Seguiu-se com a palavra o Dr. Maurício de Lacerda que (...) declarou logo dirigir-se de preferência aos trabalhadores ali presentes. Lembrava-lhes a necessidade de votarem nos candidatos do Partido Democrático, aceitando embora que o grande partido não possa reunir em seu programa todas as aspirações do trabalho. Entretanto, votar no Partido Democrático é demolir a ditadura que aí está, perseguidora feroz do proletariado. É demolir essa organização que fecha os sindicatos, que persegue os operários, que amordaça a imprensa, que transformou o trabalhador numa criatura suspeita que vive e morre sob a vigilância da polícia, pelo grande crime de trabalhar muito e ganhar pouco. Antes de tudo, é mister desmontar a máquina medieval que aí está. O meio mais seguro de realizar essa obra humana e patriótica é dar forças

---

<sup>313</sup> “O Momento Político”. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 17/02/1928, p.7.

ao Partido Democrático, inimigo natural do situacionismo, como a aurora que nasce é inimiga das sombras que pairam sobre a terra<sup>314</sup>.

Maurício de Lacerda, deputado federal pelo Rio de Janeiro entre 1912-1920 e depois intendente do Distrito Federal entre 1926-1930 já tinha sido oposição ao governo federal durante o mandato de Hermes da Fonseca, quando da sua primeira legislatura, apresentando projetos ligados à regulamentação das condições de trabalho. Destacado orador, possuía forte participação e apoio eleitoral junto a alguns círculos operários no Rio de Janeiro, principalmente entre os trabalhadores da Estrada de Ferro Central do Brasil. Após colaborar com alguns jornais, entre eles *A Voz do Povo* (entre 1920-1921) e ser um dos fundadores da revista *Clarté* (entre 1921-1922), participou do levante tenentista de 1924, sendo preso na sequência<sup>315</sup>. Na ocasião do discurso para os operários paulistanos citado acima, ocupava o cargo de intendente (vereador) pelo Rio de Janeiro pela segunda vez e fazia oposição ao governo de Washington Luiz. Vislumbrava na plataforma moderada do Partido Democrático uma alternativa aos seguidos anos do PRP, ainda que o projeto apresentado não reunisse “em seu programa todas as aspirações do trabalho”. Nesse sentido, verificamos como uma das alternativas colocadas para o operariado paulistano passava pela intermediação de políticos e partidos políticos que poderiam granjear algum benefício para a classe trabalhadora ainda que esta não ocupasse lugar prioritário nas suas propostas.

Diferentemente do entusiasmo relatado no comício do PD, *O Estado de São Paulo* trazia na mesma edição uma nota sobre um comício do Bloco Operário e Camponês, realizado também num bairro operário da capital paulistana, o Cambuci.

No mesmo dia, ali próximo, no largo do Cambuci, foi realizado um comício do Bloco Operário e Camponês. De acordo com o noticiado pelo jornal *O Estado de São Paulo*, decorreu com plateia numerosa, ironizando o fato de que o tom adotado pelos oradores, mais brando, “deixaram desiludidos aqueles que esperavam dos três ‘camaradas’ discursos inflamados, a explodirem como bombas sobre a ordem constituída”<sup>316</sup>. Ao comparar o tom adotado pelo jornal, observa-se um discurso inflamado na descrição do comício do PD, dando menor ênfase e espaço à manifestação do BOC. A reportagem traz um dado que quase passa despercebido, mas de importante registro para comparar as iniciativas dos comunistas com a do Partido Democrático. A fala inicial do comício do Bloco Operário e Camponês coube à Isis de Sílvia:

---

<sup>314</sup> Ibid.

<sup>315</sup> BATALHA (org.), 2009, Op. Cit., p.83.

<sup>316</sup> “O Momento Político”. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 17/02/1928, p.7.

Abriu o comício o Sr. Isis de Sílvia, traçando o programa mínimo do bloco sobre a legislação social de proteção, amparo e defesa dos interesses dos trabalhadores em geral, sobre a necessidade de construir, nos terrenos devolutos, casas operárias, sobre a lei de férias e do trabalho das mulheres nas oficinas, as quais devem encontrar todo o amparo e assistência na época da maternidade<sup>317</sup>.

Percebemos no discurso que a plataforma do BOC estava amparada também na formação de uma legislação de proteção social aos trabalhadores – incluindo-se também a questão da maternidade para as trabalhadoras – na validade da lei de férias e na questão da habitação operária, que não aparecera na plataforma inicial do Bloco Operário (elaborada em 1927) mostrada anteriormente. O Bloco Operário e Camponês cumpriu importante papel nas eleições de 1928 e 1930.

Nas eleições municipais de 1928 para escolha dos vereadores no Rio de Janeiro, o BOC desempenhou ativa campanha sobretudo a partir de agosto daquele ano, realizando comícios quase que diariamente às portas das fábricas, oficinas e demais locais de trabalho. De acordo com Dainis Karepovs, ficaram poucos registros desses comícios devido ao fato de se realizarem muitas vezes de maneira a fugir da repressão policial, algo que não ocorria por exemplo com os comícios do Partido Democrático<sup>318</sup>.

O Bloco Operário e Camponês lançou dois candidatos: Octavio Brandão e Minervino de Oliveira. Ao final do processo eleitoral, o BOC conseguiu eleger Octavio Brandão como um dos representantes do 1º Distrito do Rio de Janeiro, com 7.650 votos. O outro candidato, Minervino de Oliveira, obteve 8.082 votos no 2º Distrito, conseguindo uma vaga também após uma fatalidade envolvendo um candidato eleito que morrera por ocasião de um acidente. Era a primeira vez que os comunistas elegeram representantes diretamente para atuar no poder legislativo, um feito de grande importância sua participação nos meios parlamentares<sup>319</sup>.

O final da década de 1920 esteve profundamente marcado pelos acontecimentos ligados ao processo eleitoral presidencial para o ano de 1930, que opunham como os dois principais candidatos, o paulista Júlio Prestes – candidato governista – e Getúlio Vargas, candidato de oposição ligado à Aliança Liberal, num momento por uma forte crise econômica que assolava o Brasil proveniente do lastro da crise da bolsa de valores em 1929 nos Estados Unidos.

---

<sup>317</sup> Ibid.

<sup>318</sup> KAREPOVS, Op. Cit., p.87.

<sup>319</sup> Ibid, p.91-92.

A candidatura de Júlio Prestes representava a continuidade do governo do também paulista Washington Luís. Na sua plataforma, a questão social era mencionada superficialmente, negando a existência de um grave problema social no Brasil e propondo medidas de controle quanto à imigração; o foco principal nas propostas estava calcado nos problemas econômicos, sobretudo os que estavam ligados aos setores agrícola e financeiro<sup>320</sup>.

O projeto da Aliança Liberal dedicava um pouco mais de espaço à questão social. Tecendo fortes críticas ao governo brasileiro pelo abandono dos problemas enfrentados pelos trabalhadores, colocava a questão social como algo advindo do progresso das forças materiais e industriais no qual o Estado deveria atuar como árbitro na mediação da relação capital-trabalho, intervindo diretamente. Entre as propostas da Aliança Liberal para o trabalho estavam a jornada de 8 horas, o aperfeiçoamento e ampliação da lei de férias, a extensão das Caixas de aposentadoria e pensões, a lei do salário mínimo, a formação de escolas profissionais e de colônias agrícolas<sup>321</sup>. Vemos, que uma das pautas – a do salário mínimo – já era uma reivindicação dos sindicatos de ofício desde o início dos anos 1920.

O final da década de 1920 apresentava um quadro de significativa presença operária na vida social e econômica na cidade de São Paulo. Num recenseamento de 1927 realizado pela Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) e publicado num dos boletins do Departamento Estadual do Trabalho (DET) as trabalhadoras e trabalhadores em atividade na capital paulista totalizavam 203.736 distribuídos em 3.629 fábricas e estabelecimentos comerciais<sup>322</sup>. Os tecelões e tecelãs representavam o maior contingente com 37.766 empregados, seguidos pelos trabalhadores da construção com 15.765, do setor de gêneros alimentícios com 12.720, dos trabalhadores das manufaturas de ferro com 9.746, dos operários das estradas de ferro com 9.308 e dos sapateiros com 7.197<sup>323</sup>.

Partindo para a análise dos dados referentes à quantidade de sindicatos existentes em São Paulo no período 1927-1937, apresentado a partir do levantamento realizado por Raquel de Azevedo, podemos observar quais eram os sindicatos autônomos existentes ao final do recorte temporal de nossa pesquisa. Mostro quais eram no quadro abaixo:

---

<sup>320</sup> GOMES, Op. Cit., 2014, p.129-130.

<sup>321</sup> Ibid, p.130-131.

<sup>322</sup> “Recenseamento operário da capital: número de estabelecimentos industriais e dos respectivos operários.” Boletim do DET, nº58, 1º trimestre de 1927, p.29-34.

<sup>323</sup> Ibid.

QUADRO 5: Sindicatos autônomos entre 1925 e 1930

| <b>Categoria profissional</b> | <b>Nome do sindicato e período de atuação pós 1925</b>   |
|-------------------------------|--|
| Tecelões                      | União dos Operários em Fábricas de Tecido (atuação entre 1927-1935); Núcleo Sindicalista de Trabalhadores em Fábricas de Tecidos (atuação em 1927) |
| Sapateiros                    | União dos Artífices em Calçados (atuação entre 1927-1935)  |
| Chapeleiros                   | União dos Operários em Fábricas de Chapéus (atuação entre 1927-1934)   |
| Marceneiros e Carpinteiros    | União dos Trabalhadores em Marcenarias (atuação em 1927)   |
| Metalúrgicos                  | União dos Operários Metalúrgicos (atuação entre 1930-1935)   |
| Vidreiros                     | União dos Canteiros e Calceteiros e Anexos (atuação entre 1930-1934)   |
| Canteiros                     | União dos Canteiros e Calceteiros e Anexos (atuação entre 1927-1934)   |
| Gráficos                      | União dos Trabalhadores Gráficos (atuação entre 1927-1934)   |

Adaptado de: Azevedo, 2002, p.116-128.

Ao realizar essa sistematização apresentada no quadro acima, considerei apenas os sindicatos de ofício autônomos que estiveram atuantes em algum momento entre 1925 e 1930. Conforme podemos observar alguns deles continuaram atuantes no pós-1930 já sob a égide do

governo Vargas e a implementação de uma legislação até então inédita no país no que se referia a regulamentação da existência e atuação dos sindicatos no Brasil.

Ao todo estavam representadas oito categorias profissionais. Importante notar que todos os sindicatos que as representavam já existiam desde o final da década de 1910 entre momentos de interrupção e reativação de suas atividades. Nenhum dos sindicatos listados acima foram criados nesse período. Notamos, então, que o peso da tradição associativa desempenhou importante papel, nesse lastro de lutas operárias que atravessaram as primeiras décadas do século XX na cidade de São Paulo. Outro ponto a ser destacado são assim os seguidos anos de medidas repressivas contra os sindicatos autônomos, alguns deles inclusos no estado de sítio que vigorou na metade dos anos 1920 que inibiram o surgimento de novas associações e jogaram para o banimento outras já existentes. Comparando esses dados aos apresentados no início desta dissertação referentes ao número dos sindicatos autônomos existentes em São Paulo em 1919 (43 sindicatos) percebe-se uma diminuição maciça na quantidade dos sindicatos. Há que se considerar por último, mas não menos importante, a presença de outras correntes políticas e sindicais que intensificaram sua presença nos sindicatos paulistanos, algo demonstrado desde o início de nosso trabalho.

Os percalços e dificuldades organizativas não impediram, contudo, que fosse um período sem greves e manifestações do movimento operário. Apresentamos na sequência dois quadros (ambos referentes à cidade de São Paulo), com as greves realizadas entre 1927 e 1929 e um especificamente para as greves realizadas em 1930 – ano marcado por mudanças nos rumos da vida política e social do país – devido ao seu grande volume.

QUADRO 6: Greves realizadas na cidade de São Paulo entre 1927-1929

| <b>Categoria</b>    | <b>Duração</b>              | <b>Reivindicações</b>  | <b>Resultado</b>                                       |
|---------------------|-----------------------------|--|--|
| Motoristas de praça | 4 dias (25/01 a 28/01/1927) | Prorrogar prazos para pagar impostos, contra impostos estaduais de estradas, aumento/tabela de preço | Vitória parcial: não retirada de impostos das estradas |
| Tecelões            | 7 dias (02/05 a 08/05/1927) | Contra redução salarial  | Vitória e porcentagem de horas extras                  |
| Tecelões            | 14/05/1927                  | Falta de pagamento   |  |

|             |                                  |   |  |
|-------------|----------------------------------|---|--|
| Canteiros   | 39 dias (23/04 a 31/05/1927)     | Contra cartão de identificação, pagamento dos dias parados  | Vitória parcial: pagamento dos dias parados    |
| Gráficos    | Algumas semanas (maio/1927)      | Contra funcionários que perseguiram operários   | Derrota: boicote da gráfica (Casa Júlio Costa) |
| Vidreiros   | 13/11/1928                       | Falta de pagamento de salários  |  |
| Chapeleiros | 12/01 a 14/01/1929               | Lei de férias   | Acordo firmado                                 |
| Tecelões    | 15/01 a 16/01/1929               | Falta de pagamento de salários  | Vitória parcial: pagamento de 1 mês            |
| Sapateiros  | 18/01/1929                       | Falta de pagamento  |  |
| Tecelões    | 25/02/1929                       | Falta de pagamento  |  |
| Tecelãs     | 26/02 a 27/02/1929               | Manifestação contrária a contramestre   | Acordo firmado                                 |
| Gráficos    | 72 dias (a partir de março/1929) | Tabela mínima, salário, férias, reconhecimento do sindicato (UTG), cumprimento do Código de Menores | Vitória parcial, derrota dos gráficos          |

Adaptado de: AZEVEDO, 2002.<sup>324</sup>

Foram registradas 12 greves num período de dois anos. Destaca-se nesse quadro a atuação dos tecelões e tecelãs que protagonizaram 5 greves. Uma delas foi organizada sem mediação de algum sindicato, a dos motoristas. As demais estão relacionadas a categorias que estavam representadas por sindicatos que já possuíam experiência associativa em São Paulo e tinham se reorganizado em algum momento entre o íterim 1925-1930.

Levando em conta que a pauta de reivindicações girava em torno de salário e jornada de trabalho em parte delas, chama a atenção nesse quadro que duas delas se inseriam na reivindicação do cumprimento de direitos já existentes provenientes da intervenção do Estado nas relações de trabalho. A greve dos chapeleiros e dos gráficos em 1929 demandavam o

<sup>324</sup> Esses dois quadros foram elaborados a partir do levantamento de dados feito por Raquel de Azevedo sobre as greves entre 1927 e 1937 apresentados como anexo no seu livro *A Resistência Anarquista*. Fiz a adaptação ao apresentar os dados referentes apenas à cidade de São Paulo entre 1927 e 1930.



cumprimento da lei de férias. A dos gráficos, inclusive, possuía um rol de reivindicações mais amplo no campo dos direitos do trabalho, demandando o cumprimento do Código de Menores já existente e tocando em outros pontos que estavam no horizonte das lutas sindicais há muitos anos, o reconhecimento do sindicato pelo patronato e pelo Estado e do salário mínimo.

O ano de 1930 caracterizou-se por muitas greves em São Paulo, as quais apresentamos no quadro abaixo:

QUADRO 7 – Ocorrências de greves em 1930

| <b>Categoria</b>               | <b>Duração</b>            | <b>Reivindicações</b>                                       | <b>Resultado</b>                       |
|--------------------------------|---------------------------|---|--|
| Tecelões                       | Agosto a novembro de 1930 | Contra redução salarial e pagamento de horas extras         | Vitória                                |
| Tecelões                       | 4/11 a 28/11/1930         | Contra redução salarial de 20%, diminuição da tarefa diária |  |
| Tecelões                       | 10/11 a 27/11/1930        | Idem anterior, contra pagamento em cobertores               | Vitória                                |
| Tecelões                       | 13/11/1930                | Idem anterior   |  |
| Tecelões                       | 11/11 a 28/11/1930        | Idem anterior   |  |
| Tecelões                       | 11/11 a 28/11/1930        | Contra redução salarial de 20/10%                           | Vitória                                |
| Tecelões                       | 11/11 a 28/11/1930        | Contra redução de jornada e salário                         |  |
| Tecelões                       | 13/11/1930                | Idem anterior   |  |
| Tecelões                       | 13/11/1930                | Idem anterior   |  |
| Operários em Fábricas de Pneus | 13/11/1930                | Idem anterior   |  |
| Tecelões                       | 12/11/1930                | Pagamentos de salários atrasados                            | Pagamento de parte do salário atrasado |
| Diversas                       | 12/11/1930                | Contra desconto salarial de 10%                             | Vitória                                |
| Tecelões                       | 12 a 13/11/1930           | Contra desconto salarial de 20%                             |  |
| Metalúrgicos                   | 12 a 13/11/1930           | Salário integral nas férias                                 |  |
| Operários de alimentos         | 12 a 13/11/1930           | Contra desconto salarial de 10%                             |  |
| Diversas                       | 12 a 13/11/1930           | Contra desconto salarial de 10 a 50%                        |  |

|                                  |                 |  |         |
|----------------------------------|-----------------|--|---------|
| Tecelões                         | 13 a 14/11/1930 | Contra desconto salarial de 15 a 20%   |         |
| Bordadeiras                      | 13/11/1930      | Contra desconto de 15%, redução da jornada de trabalho de 9 para 8 horas                   |         |
| Metalúrgicos                     | 13 a 28/11/1930 | Contra redução salarial e jornada de trabalho  |         |
| Sapateiros                       | 13 a 28/11/1930 | Idem anterior  |         |
| Metalúrgicos                     | 14/11/1930      | Solidariedade aos marceneiros em greve, contra redução salarial de 10%, jornada de 8 horas |         |
| Marceneiros                      | 14/11/1930      | Aumento salarial   | Vitória |
| Tecelões                         | 15/11/1930      | Contra redução salarial de 20%   |         |
| Tecelões                         | 22/11/1930      | Idem anterior  |         |
| Marceneiros                      | 22/11/1930      | Reintegração de 100 réis por hora + 5%, jornada de 40 horas semanais                       |         |
| Vidreiros                        | 22/11/1930      | Contra 3 dias de trabalho por semana   |         |
| Tecelões                         | 28/11/1930      | Aumento salarial   |         |
| Metalúrgicos                     | 22/11/1930      | Aumento de 10%   |         |
| Tecelões                         | 21/11/1930      | Aumento de 6%  | Vitória |
| Tecelões                         | 25/11/1930      | Contra redução salarial  |         |
| Químicos                         | 25/11/1930      | Idem anterior  |         |
| Tecelões                         | 25/11/1930      | Idem anterior  |         |
| Operários em fábricas de papelão | 25/11/1930      | Idem anterior  |         |
| Tecelões                         | 25/11/1930      | Idem anterior  |         |
| Operários de moinho              | 25/11/1930      | Idem anterior  |         |
| Vidreiros                        | 25/11/1930      | Idem anterior  |         |
| Tecelões                         | 25/11/1930      | Idem anterior  |         |
| Tecelões                         | 25/11/1930      | Idem anterior  |         |

|                           |                    |  |                             |
|---------------------------|--------------------|--|-----------------------------|
| Operários em frigoríficos | 28/11/1930         | Idem anterior  |                             |
| Tecelões                  | 22/11 a 01/12/1930 | Contra redução salarial, solidariedade aos demais grevistas                          |                             |
| Tecelões                  | 24/11 a 30/11/1930 | Cumprir reajuste salarial  | Vitória                     |
| Operários de frigoríficos | 26/11 a 28/11/1930 | Cumprimento de reajuste salarial e solidariedade aos demais grevistas                |                             |
| Tecelões                  | 01/12/1930         | Contra redução salarial  |                             |
| Sapateiros                | 01/12/1930         | Idem anterior  |                             |
| Ceramistas                | 02/12/1930         | Idem anterior  |                             |
| Ceramistas                | 02/12/1930         | Idem anterior  |                             |
| Tecelões                  | Novembro de 1930   | Idem anterior  |                             |
| Operários de moinho       | Novembro de 1930   | Idem anterior  |                             |
| Tecelões                  | Novembro de 1930   | Idem anterior  |                             |
| Tecelões                  | Novembro de 1930   | Idem anterior  |                             |
| Sapateiros                | Novembro de 1930   | Idem anterior  |                             |
| Operários de locomoção    | 11/11/1930         | Contra o chefe de divisão  |                             |
| Padeiros                  | 06/12/1930         | Pela jornada de 8 horas, aumento salarial  | Derrota                     |
| Tecelões                  | 15/11 a 25/11/1930 | Pela jornada de 8 horas  |                             |
| Sapateiros                | 26/11/1930         | Aumento salarial   |                             |
| Tecelões                  | 27/11 a 28/11/1930 | Contra redução salarial, solidariedade aos demais grevistas                          |                             |
| Sapateiros                | 04/12/1930         | Retirada do contramestre   |                             |
| Coletores de lixo         | 10/12 a 11/12/1930 | Atraso de 2 meses no pagamento   | Vitória: ordem de pagamento |
| Tecelões                  | 19/12/1930         | Demissão de contramestre   |                             |
| Ferrovários               | 19/12/1930         | Protesto contra remoção de um operário   |                             |
| Trabalhadores da Light    | 24/12 a 25/12/1930 | Aumento de salário, reconhecimento das comissões internas, jornada de 8 horas, horas | Derrota                     |

|  |  |  |  |
|--|--|--|--|
|  |  | extras com 50%, lei de aposentadoria, férias e acidentes de trabalho |  |
|--|--|--|--|

Adaptado de: Azevedo, 2002<sup>325</sup>.

Durante o ano de 1930 foram realizadas 61 greves em diferentes estabelecimentos fabris, oficinas e de setores de serviço na cidade de São Paulo. Conforme podemos notar no quadro todas elas se realizaram entre novembro e dezembro de 1930 (com exceção da greve dos tecelões da Indústria Jafet que iniciaram a paralisação em agosto), abarcando diferentes categorias profissionais, mas tendo predominância das trabalhadoras e trabalhadores têxteis.

Os acontecimentos posteriores às eleições de 1930 levaram a Aliança Liberal ao poder, encabeçado por Getúlio Vargas. Estariam por vir novas diretrizes para o mundo do trabalho e na relação com os sindicatos autônomos com desdobramentos que atravessariam a década de 1930, tendo em vista também a lei de sindicalização de 1931 e a disputa pela autonomia sindical. A Federação Operária de São Paulo, reerguida em 1930 e fechada posteriormente em 1937 – durante o Estado Novo – mostra a continuidade de um projeto sindical vinculado à autonomia frente ao Estado e à partidos e lideranças políticas (e religiosas) voltado para as lutas por melhorias econômicas para a classe trabalhadora sem abandonar a perspectiva de transformação social. Essa é a principal característica dos sindicatos de ofício em São Paulo entre as décadas de 1910 e início da de 1930, período compreendido neste trabalho.

---

<sup>325</sup> Os espaços em branco na coluna “Resultados” dos quadros 6 e 7 decorrem da não identificação do desfecho das referidas greves.

## Considerações Finais

Os sindicatos de ofício de característica autônoma que atuavam na cidade de São Paulo nas primeiras décadas do século XX (recorte temporal desta dissertação) experimentaram forte aumento na sua atividade após a greve geral de 1917. Essa atividade que resultava de um intenso trabalho de reorganização dos trabalhadores e militantes do movimento operário anterior à greve geral daquele ano, conforme destacado por Edilene Toledo e Luigi Biondi, vinha acontecendo desde 1915, tendo como exemplo a atividade dos círculos socialistas, de associações mutualistas e grupos anarquistas, culminando com a criação do Comitê de Defesa Proletária (também chamado de Comitê Proletário de Agitação Popular), que realizou vários comícios e manifestações de protesto pela cidade contra a carestia enfrentada pelas classes trabalhadoras, contra a participação brasileira na guerra, por melhores condições de trabalho e contra a exploração do trabalho infantil – resultando, inclusive, na formação do Comitê Popular de Agitação contra a exploração das crianças em março de 1917, composto por anarquistas, socialistas, republicanos italianos e associações sindicais<sup>326</sup>.

A formação e refundação de algumas associações sindicais que tiveram existência nos primeiros anos do século XX após a greve geral tem em parte sua explicação nesse histórico de retomada das manifestações da classe trabalhadora em São Paulo e adquiriu no pós-greve de 1917 grande ímpeto, dada a amplitude alcançada pela greve. Importante participação também desempenharam as ligas operárias de bairro – forma de organização sindical *sui generis* propiciada pelo movimento operário em São Paulo – que procuravam organizar as trabalhadoras e trabalhadores ainda não representados por associações sindicais e formadas a partir das dinâmicas locais de alguns dos bairros operários da cidade de São Paulo. Algumas dessas ligas operárias, surgiram em momentos anteriores a greve geral de 1917, como por exemplo, a da Mooca e do Belenzinho. As ligas operárias de bairro estiveram ombro a ombro com os sindicatos de ofício nas lutas operárias entre 1917 e os primeiros anos da década de 1920, deixando de existir ou se incorporando a outros sindicatos durante esse período, ainda que não tenham desaparecido por completo, visto que podemos observar registro da existência de ligas de bairro posteriormente à década de 1930. Considero pertinente lembrar aqui um argumento de Eric Hobsbawm, que ao analisar as formas de protesto das classes populares no século XX, afirma que a sindicalização em massa experimentada nos Estados Unidos na década de 1930

---

<sup>326</sup> BIONDI; TOLEDO, Op. Cit., 2018, p.47-50.

foi resultado das mobilizações populares e não a sua causa<sup>327</sup>. Sem querer aplicar mecanicamente a proposição de Hobsbawm para o caso estudado nesta dissertação, observamos que o crescimento do número de sindicatos e de trabalhadoras e trabalhadores a eles associados decorre também do impulso das manifestações operárias vivenciadas naquele contexto e a capacidade de organizar-se em associações que os representassem e lutassem por seus direitos e melhorias concretas das condições de trabalho e melhores salários.

Um fato relacionado ao descenso das ligas de bairro está ligado também ao crescimento exponencial das associações sindicais na cidade de São Paulo entre 1917 e 1919, registrando ao todo mais de 40 sindicatos existentes, representantes de diversas categorias profissionais. Este momento assinala o auge do sindicalismo de ofício na cidade de São Paulo, objeto de estudo de nossa pesquisa. Em linhas gerais, esses sindicatos preconizavam uma atuação autônoma em relação ao Estado, às organizações religiosas e aos partidos políticos e suas lideranças, num esforço de congregar o maior número possível de associados e associadas no seu interior. Possuíam uma estrutura administrativa relativamente simples, geralmente composta por uma comissão executiva (C.E.) para deliberação das medidas a serem tomadas após as assembleias e reuniões e uma comissão administrativa (C.A.) que cuidava da parte burocrática do sindicato, não permitindo distinções honoríficas, nem instituindo a figura de um presidente, possibilitando rotatividade entre seus associados para exercício de diferentes funções.

Essa retomada das atividades sindicais na cidade de São Paulo trouxe consigo a reativação da Federação Operária de São Paulo (FOSP), espécie de central sindical que reunia em torno de si os sindicatos de ofício e autônomos e procurava realizar uma atividade de coordenação de suas diferentes ações na luta por direitos trabalhistas, melhores condições de trabalho, na denúncia das arbitrariedades cometidas pelos patrões e pelo Estado e na articulação das greves. Como vimos, a FOSP seguia uma linha programática ligada ao sindicalismo revolucionário, uma das correntes ideológicas do movimento operário brasileiro e existente em outros países (tais como Itália, Argentina, França, Estados Unidos) muito presente entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. O sindicalismo revolucionário – guardadas as especificidades de sua existência nos diferentes países e contextos em que esteve presente – tinha como principal objetivo a articulação entre as lutas cotidianas por melhorias das condições de vida e trabalho do operariado e a luta pela superação do capitalismo e do fim da exploração dos trabalhadores. Tinha como princípios fundamentais – aplicados pela FOSP e por vários

---

<sup>327</sup> HOBBSAWM, Eric. Deveriam os pobres se organizar? In: \_\_\_\_\_. *Mundos do Trabalho: novos estudos sobre história operária*. 5ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008, p.410.

sindicatos de ofício em São Paulo – a neutralidade política, ou seja, a não vinculação a nenhum partido político no interior do sindicato, respeitando as diferenças ideológicas entre seus membros, a nenhuma instituição religiosa, a ação direta dos trabalhadores – através de greves, comícios, ações de boicote contra empresas entre outras formas de manifestação – e a autonomia operária, preceito fundamental na atuação dos sindicatos de ofício em São Paulo no período estudado nesta dissertação.

A atuação autônoma dos sindicatos de ofício em São Paulo entre 1917 e 1930, conforme demonstrada em nosso trabalho, foi marca fundamental e distintiva em sua existência, processo ligado às lutas por conquistas de direito e sua manutenção, pela liberdade de expressar suas ideias e propostas para o mundo do trabalho, pela liberdade de associação sindical e reconhecimento formal por parte do empresariado e do Estado. O que estava em jogo também era a possibilidade de os sindicatos atuarem na arena pública, manifestando os diferentes anseios de trabalhadoras e trabalhadores. Entre as diferentes formas de negociação e repressão mobilizadas por empresários e os representantes do Estado, podemos observar que a ideia da existência e de uma atuação autônoma desses sindicatos nem sempre era aceita, visto os fechamentos de sindicatos, prisões e banimento de trabalhadores do território nacional ou para regiões distantes dos centros urbanos (como no caso da colônia penal de Clevelândia) ocorridos durante o período estudado, algo que se intensificou após o estado de sítio decretado em 1924.

Durante nossa exposição, defendemos a ideia de uma forte presença dos sindicatos de ofício nas lutas operárias em São Paulo entre 1917 e 1924, diferentemente do que foi exposto por uma parte da historiografia do movimento operário (como por exemplo, nos trabalhos de Cristina Hebling Campos e Sheldon Leslie Maram). Ainda que após 1919 a quantidade dos sindicatos tenha diminuído – já sob forte impacto da repressão policial – observamos que alguns deles permaneceram em constante atuação e realizando greves e manifestações, assim como desenvolvendo atividades de formação política e cultural para seus associados. Durante a revolta tenentista de 1924 na cidade de São Paulo, foi formulada por militantes e associações sindicais um documento com reivindicações para os líderes do movimento o que dá mostra de como o movimento operário reagia a uma possibilidade de mudança política que estava em jogo e que na correlação de forças existentes, acabou sendo derrotada.

A década de 1920 traz também a intensificação das disputas entre as diferentes correntes políticas e ideológicas nos sindicatos e as estratégias e formas de organização a serem adotadas pelo movimento operário no Brasil.

Nos debates realizados, questionava-se a organização do movimento operário coordenado por federações, como as que existiam em São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande

do Sul, por exemplo. Ligado ao surgimento dos primeiros núcleos comunistas e a formação do PCB em 1922, algumas de suas lideranças defendiam um único sindicato profissional que centralizasse todas as ações, diferentemente da organização por ofícios, que no entendimento desses militantes fragmentava o operariado e enfraquecia as lutas coletivas. Internamente, os sindicatos também lidavam com os debates e disputas entre diferentes correntes sindicais, algo que se tornou ainda mais latente após a nova reorganização dessas associações entre 1925 e 1927.

Conforme demonstrado durante nosso texto, dois dos sindicatos mais atingidos pela repressão que se seguiu ao movimento operário após 1924 foram os sindicatos dos sapateiros e os dos têxteis. Optei então por evidenciar a trajetória do sindicato dos sapateiros, um dos mais atuantes do movimento operário em São Paulo na Primeira República, me valendo do material reunido com prontuários de militantes filiados ao sindicato e do próprio elaborados pelo DEOPS.

Ao evidenciar o sindicato dos sapateiros, tivemos a oportunidade de demonstrar como se dava seu funcionamento interno, seus debates em torno das táticas e de orientações ideológicas que estavam em disputa. O sindicato dos sapateiros permaneceu durante esse período ligado aos pressupostos do sindicalismo revolucionário e propugnou uma atuação autônoma, nas lutas pelos direitos da classe trabalhadora, protagonizando greves e manifestações. Os sapateiros eram uma das categorias mais volumosas no mercado de trabalho em São Paulo e lidavam com a questão da expansão da indústria de calçados no estado de São Paulo. Além disso, conforme demonstramos nas trajetórias de alguns de seus membros, os sapateiros estiveram em lutas que extrapolavam o mundo do trabalho, como no caso das manifestações pela liberdade dos militantes anarquistas Nicola Sacco e Bartolomeu Vanzetti nos Estados Unidos e contra o fascismo.

Um dos pontos que procuramos articular à análise do sindicalismo de ofício na cidade de São Paulo foram as trajetórias de militantes sindicais (por intermédio da leitura de seus prontuários produzidos pelo DEOPS e mantidos no Arquivo Público do Estado de São Paulo) no intento de compreender e explicar o universo dessa vertente de sindicatos pela atuação individual de seus participantes. Suas lutas se davam na esfera dessas associações na organização de greves, de formação política dentro do sindicato e na parte burocrática. Também observamos algumas ações individuais ou articuladas com outros trabalhadores fora da esfera das organizações sindicais o que mostra as possibilidades e limites para sua atuação, dentro do contexto em que estavam inseridos. Podemos observar também como se dava uma das principais formas de repressão estatal nesse momento do movimento operário como foram os



casos de banimento do território nacional. Ainda assim, esse mecanismo não funcionava de maneira simétrica entre as esferas do poder executivo, legislativo e judiciário, visto que algumas das portarias de expulsão não eram cumpridas ou eram negadas, constituindo-se num espaço que os trabalhadores utilizavam para reivindicar sua liberdade de pensamento e ação.

A partir de 1927, percebemos a retomada na reorganização dos sindicatos em São Paulo. Novamente, a ideia de reativar a antiga Federação Operária de São Paulo esteve na pauta, sendo criada inclusive uma comissão para implementar na prática essa ideia, que veio a se concretizar apenas em 1930. Nesse ínterim, os comunistas organizaram o Bloco Operário e Camponês, que conforme vimos desempenhou importante elo de ligação entre o operariado e o mundo da política parlamentar levando suas reivindicações e aspirações para essa instância, chegando inclusive, a eleger dois vereadores no Rio de Janeiro e a apresentar candidato nas eleições presidenciais de 1930.

Alguns dos direitos adquiridos pela classe trabalhadora brasileira durante a Primeira República por intermédio de leis – lei de acidentes de trabalho, lei de férias e o código de menores – foram conquistados através de muita pressão e luta dos trabalhadores e dos sindicatos provenientes desde o início do século XX. Verificamos que nos debates e implementação de todas essas leis, o empresariado opôs forte resistência, visto que não queria a intervenção do Estado nas relações trabalhistas, cabendo a si próprios – de acordo com seus interesses – estipular quais, de que maneira e quando outorgariam pequenos benefícios ao operariado, mantendo uma relação paternalista e autoritária com seus empregados.

Contudo, as leis do trabalho implementadas durante a Primeira República – e especialmente na década de 1920 – foram objeto de divergências entre diferentes segmentos da classe operária. Para setores anarquistas, a concessão de direitos desvirtuava os trabalhadores das lutas a serem travadas contra o patronato e preconizavam a interferência do Estado nas relações produtivas, algo visto de maneira negativa por seus militantes. Para sindicalistas, socialistas e comunistas a implementação dessas leis era vista como uma conquista efetiva dos trabalhadores. Na maioria das vezes os patrões lançavam mão de diversos mecanismos para burlar as leis do trabalho e não as cumprir e o Estado por sua vez não realizava um trabalho de fiscalização capaz de inibir essa prática patronal tampouco de punir os que as desrespeitavam.

O sindicalismo de ofício continuou presente no movimento operário em São Paulo, ainda que quantitativamente não da mesma forma que no final da década de 1910. Esses sindicatos continuaram realizando manifestações públicas e greves conforme mostramos nos quadros sobre as greves entre 1927 e 1930. Especificamente em 1930, muitas das greves ocorridas em na capital paulista se deram já sob o governo Getúlio Vargas. Esse é um momento

em que os sindicatos autônomos lidaram com antigas reivindicações sociais e trabalhistas e novos embates quanto ao seu reconhecimento e existência perante uma nova configuração nas relações entre Estado e sindicatos. Um fato que mostra a continuidade das tradições sindicalistas revolucionárias e de autonomia entre o sindicalismo de ofício em São Paulo é a refundação da FOSP em 1930 e a criação de um jornal, *O Trabalhador*, órgão oficial da federação. Essa terceira existência da federação (a primeira criação em 1905 e a segunda em 1917) durou até 1937, quando já sob o regime do Estado Novo varguista, teve suas portas definitivamente fechadas. A existência da FOSP e dos sindicatos de ofícios durante esse período da história brasileira é algo que pode vir a ser estudado em futuras pesquisas, visto que existem rupturas e permanências em relação às décadas anteriores.

## Fontes

### a) Periódicos:

A Plebe (1917-1927)

O Estado de São Paulo (1917-1930)

### b) Boletins do Departamento Estadual do Trabalho de São Paulo (1917-1927)

### c) Prontuários do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS):

Prontuário 08 – Affonso Festa

Prontuário 12 – Agapito Saes

Prontuário 29 – Angelo Chiaratti

Prontuário 46 – Augusto Gonçalves Fonseca

Prontuário 47 – Augusto Pizzutti

Prontuário 55 – Antonio Arcas Gimenez

Prontuário 69 – Antonio Domingos

Prontuário 96 – Carmine Farina

Prontuário 122 (2 volumes) – Edgard Leuenroth

Prontuário 147 – Francisco Arouca

Prontuário 179 – Guilherme Milane

Prontuário 195 – Isa Ruti

Prontuário 198 – Ítalo Benassi

Prontuário 261 – José Bullara

Prontuário 283 – José Rodrigues

Prontuário 313 – Manoel Esteves

Prontuário 327 – Maria Alles

Prontuários 335 – Mário Silva

Prontuário 356 – Luiz Nieto Tortosa

Prontuário 399 – Rodesindo Calomenero Rodrigues

Prontuário 438 – Vicente Sulia

Prontuário 582 – União dos Artífices em Calçados

Prontuário 774 – João Minieri

Prontuário 813 – Attilio Perobelli

Prontuário 848 – Agostinho Farina

Prontuário 1035 – Grupo Anarquista de São Paulo

Prontuário 1041 – Albino Sbrana

Prontuário 1202 – Ernesto Lopes

Prontuário 1235 – Antonio Ramon Perez

Prontuário 70316 – Domingos Passos

Prontuário 70320 – Comitê Pró Sacco e Vanzetti

Prontuário 70757 – Comitê de Relações dos Grupos Anarquistas

### **Arquivos Consultados**

Arquivo Edgard Leuenroth (AEL/IFCH/UNICAMP) – Campinas

Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP) – São Paulo

Centro de Documentação e Memória (CEDEM/UNESP) – São Paulo

Centro de Preservação, Pesquisa e Referência do Museu da Imigração (CPPR) – São Paulo

## Bibliografia

ABREU, Alzira Alves de (coord.). *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República*. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/dicionario-primeira-republica>.

ARIAS NETO, José Miguel. Primeira República: economia cafeeira, urbanização e industrialização. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves e FERREIRA, Jorge (orgs.). *O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. 2ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

AZEVEDO, Raquel de. *A resistência anarquista: uma questão de identidade (1927-1937)*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002.

BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes (coord.). *Dicionário do movimento operário: Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920, militantes e organizações*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. Cultura associativa no Rio de Janeiro da Primeira República. In: BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes; FORTES, Alexandre; SILVA, Fernando Teixeira da. (orgs.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do proletariado*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. Sindicalismo amarelo. In: ABREU, Alzira Alves de (coord.). *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República*. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/dicionario-primeira-republica>.

BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. (Coleção Descobrindo o Brasil).

BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. Vida associativa: por uma nova abordagem da história institucional nos estudos do movimento operário. *Anos 90*, Porto Alegre, v.5, n.8, 1997.

BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. Os desafios atuais da história do trabalho. *Anos 90*, Porto Alegre, v.13, n.23/24, jan./dez.2006.

BERTONHA, João Fábio. Um antifascista controverso: Francesco Frola. *História Social*, Campinas, n.7, 2000.

BESANCENOT, Olivier; LÖWY, Michael. *Afinidades revolucionárias: nossas estrelas vermelhas e negras. Por uma solidariedade entre marxistas e libertários*. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

BILHÃO, Isabel. A construção da identidade operária brasileira: aspectos de uma trajetória historiográfica (do nacional ao local). *Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v.2, nº4, Ago./Dez. 2001.

BIONDI, Luigi. *Classe e nação: trabalhadores e socialistas italianos em São Paulo, 1890-1920*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

BIONDI, Luigi. Imigração italiana e movimento operário em São Paulo: um balanço historiográfico. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; CROCI, Federico; FRANZINA, Emilio (orgs.). *História do trabalho e histórias da imigração: trabalhadores italianos e sindicatos no Brasil* (séculos XIX e XX). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fapesp, 2010.

BIONDI, Luigi. Na construção de uma biografia anarquista: os anos de Gigi Damiani no Brasil. In: DEMINICIS, Rafael Borges; REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *História do anarquismo no Brasil*, volume 1. Niterói: Mauad X/EdUFF, 2006.

BIONDI, Luigi; TOLEDO, Edilene. *Uma revolta urbana: a greve geral de 1917 em São Paulo*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2018.

BONFÁ, Rogério Luís Giampietro. *Com ou sem lei: as expulsões de estrangeiros e o conflito entre o executivo e o judiciário na Primeira República*. Dissertação de mestrado em História, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2008.

BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BUONICORE, Augusto. A trajetória do sindicalismo de negócios nos Estados Unidos. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br>.

CAMPOS, Cristina Hebling. *O sonhar libertário* (movimento operário nos anos de 1917 a 1920). Dissertação de mestrado em História, Universidade Estadual de Campinas, 1983.

CÁNOVAS, Marília Dalva Klaumann. *Imigrantes espanhóis na Paulicéia: trabalho e sociabilidade urbana, 1890-1922*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Tutti Buona Gente!* Subversivos de origem italiana no arquivo DEOPS-SP. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; CROCI, Federico; FRANZINA, Emilio (orgs.). *História do trabalho e histórias da imigração: trabalhadores italianos e sindicatos no Brasil* (séculos XIX e XX). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fapesp, 2010.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. *Cadernos AEL*, Campinas, v.14, n°26, 2009.

CHARLE, Christophe. A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas. In: HEINZ, Flávio M. (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006.

CHAVES, Marcelo Antônio. *A trajetória do Departamento Estadual do Trabalho de São Paulo e a mediação das relações de trabalho (1911-1937)*. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2009.

COSTA, Emília Viotti da. *A dialética invertida e outros ensaios*. São Paulo, Editora Unesp, 2014.

COSTA, Emília Viotti da. *Coroas de glória, lágrimas de sangue: a rebelião dos escravos em Demerara em 1823*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

DAVIS, Natalie Zemon. *O retorno de Martin Guerre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo (1927-1934)*. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1983.

ELEY, Geoff. *Forjando a democracia: a história da esquerda na Europa, 1850-2000*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra: segundo as observações do autor e fontes autênticas*. São Paulo, Boitempo, 2008.

FORTES, Alexandre. “*Nós do quarto distrito...*”: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2001.

FORTES, Alexandre. “Miríades por toda a eternidade”: a atualidade de E. P. Thompson. *Tempo Social*, São Paulo, v.18, n.1, 2006.

FRACCARO, Glaucia Cristina Candian. *Os direitos das mulheres: organização social e legislação trabalhista no entreguerras brasileiro (1917-1937)*. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2016.

FRITSCH, Winston. Apogeu e crise na Primeira República: 1900-1930. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GINZBURG, Carlo. Feiticeiras e xamãs. In: \_\_\_\_\_. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

GOLDMACHER, Marcela; MATTOS, Marcelo Badaró; TERRA, Paulo Cruz. *Faces do trabalho: escravizados e livres*. Niterói: EdUFF, 2010.

GOMES, Angela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GOMES, Angela de Castro. *Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil (1917-1937)*. 2ª ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014.

GRIBAUDI, Maurizio. Escala, pertinência, configuração. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

HALL, Michael. O movimento operário na cidade de São Paulo: 1890-1954. In: PORTA, Paula (org.). *História da cidade de São Paulo: a cidade na primeira metade do século XX*. Volume 3. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

HALL, Michael; PINHEIRO, Paulo Sérgio. A greve de maio de 1919 em São Paulo. In: \_\_\_\_\_. *A classe operária no Brasil: documentos (1889 a 1930)*. Volume 1 – O movimento operário. São Paulo: Alfa Ômega, 1979.

HALL, Michael; PINHEIRO, Paulo Sérgio. *A classe operária no Brasil (1889-1930): documentos*. Volume 2 – condições de vida e de trabalho, relações com os empresários e o Estado. São Paulo: Brasiliense, 1981.

HAUPT, Georges. Por que a história do movimento operário? *Revista História e Perspectivas*, Uberlândia, v.23, n.43.

HOBBSAWM, Eric. *Mundos do Trabalho: novos estudos sobre história operária*. 5ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

HOBBSAWM, Eric. *Sobre história: ensaios*. 2ªed. São Paulo, Companhia das Letras, 2008.

HOBBSAWM, Eric. *Os trabalhadores: estudos sobre a história do operariado*. 2ªed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

KAREPOVS, Dainis. *A classe operária vai ao parlamento: o Bloco Operário e Camponês do Brasil (1924-1930)*. São Paulo: Alameda, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora PUC-Rio, 2006.

LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. Leis Adolfo Gordo. In: ABREU, Alzira Alves de (coord.). *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República*. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/dicionario-primeira-republica>.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter. *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Unesp, 1992.

LIMA, Marcos Alberto Horta. *Legislação e trabalho em controvérsias historiográficas: o projeto político dos industriais brasileiros (1919-1930)*. Tese de Doutorado em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

LIMONCIC, Flávio. *Os inventores do New Deal*. Estado e sindicato nos Estados Unidos. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2003.

LINDEN, Marcel van der. *Trabalhadores do mundo: ensaios para uma história global do trabalho*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

LOPREATO, Christina Roquette. *O espírito da revolta: a greve geral anarquista de 1917*. São Paulo: Annablume, 2000.



LOPREATO, Christina Roquette. O espírito das leis: anarquismo e repressão política no Brasil. *Verve*, São Paulo, nº3, 2003.

LORIGA, Sabina. *O pequeno x: da biografia à história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

MARAM, Sheldon Leslie. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro (1890-1920)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. *Recenseamento do Brasil*: realizado em 1º de setembro de 1920. Volume 5 (1ª parte) – Indústria. Rio de Janeiro: Tipografia da Estatística, 1927.

MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. “Além da indústria têxtil: o trabalho feminino em atividades ‘masculinas’”. *Revista Brasileira de História*, v.9, nº 18, São Paulo, ago./set. 1989.

NEGRO, Antonio Luigi; GOMES, Flávio. Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. *Tempo social*, São Paulo, v.18, n.1, 2006.

NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sérgio (org.). *E.P.Thompson. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. História da OIT. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasilia/conheca-a-oit/hist%C3%B3ria/lang--pt/index.htm>.

PARRA, Lúcia Silva. *Combates pela liberdade: o movimento anarquista sob a vigilância do DEOPS/SP (1924-1945)*. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial, 2003. (Coleção Inventário DEOPS, Módulo VII – Anarquistas).

PEREIRA NETO, Murilo Leal. *A reinvenção do trabalhismo no “vulcão do inferno”*: um estudo sobre metalúrgicos e têxteis de São Paulo – a fábrica, o bairro, o sindicato e a política (1950-1964). Tese de Doutorado em História, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. Ainda o movimento operário como objeto historiográfico. *Anos 90*, Porto Alegre, v.5, n.8, 1997.

RAMOS, Plínio de Abreu. Partido Democrático de São Paulo. In: ABREU, Alzira Alves de (coord.). *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República*. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/dicionario-primeira-republica>.

RODRIGUES, Leôncio Martins. Sindicato. In: In: ABREU, Alzira Alves de (coord.). *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República*. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/dicionario-primeira-republica>.

ROMANI, Carlo. Clevelândia (Oiapoque). Colônia Penal ou Campo de Concentração? *Verve*, São Paulo, nº4, 2003.

SANTOS, Ariovaldo. *Dicionário sindical e do trabalho*. Londrina: Eduel, 2015.

SAVAGE, Mike. Classe e História do Trabalho. In: In: BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes; FORTES, Alexandre; SILVA, Fernando Teixeira da. (orgs.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do proletariado*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

SCHMIDT, Benito Bisso. *O patriarca e o tribuno: caminhos, encruzilhadas, viagens e pontes de dois líderes socialistas – Francisco Xavier da Costa (187?-1934) e Carlos Cavaco (1878-1961)*. Tese de Doutorado em História, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2002.

SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem patrões: os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

SILVA, Izabel Priscila Pimentel da. João Batista de Azevedo Lima. In: ABREU, Alzira Alves de (coord.). *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República*. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/dicionario-primeira-republica>.

SILVA JÚNIOR, Adhemar Lourenço. *As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas (estudo centrado no Rio Grande do Sul-Brasil, 1854-1940)*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2004.

SIMÃO, Azis. *Sindicato e Estado: suas relações na formação do proletariado de São Paulo*. São Paulo: Ática, 1981.

SOUZA, Samuel Fernando de. A evolução da consolidação das leis do trabalho. Entrevista especial com Samuel Fernando de Souza. [06 de dezembro, 2007]. São Leopoldo: *Revista do Instituto Humanitas Unisinos*. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/11144-a-evolucao-da-consolidacao-das-leis-do-trabalho-entrevista-especial-com-samuel-fernando-de-souza#>. Acesso em: 08/11/2018.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 3 vols.

THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

THOMPSON. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TOLEDO, Edilene Teresinha. *Travessias revolucionárias: ideias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890-1945)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

TOLEDO, Edilene Teresinha. “Para a união do proletariado brasileiro: a Confederação Operária Brasileira, o sindicalismo e a defesa da autonomia dos trabalhadores no Brasil da Primeira República”. *Perseu: história, memória e política*, nº10, São Paulo, dez. 2013.

TOLEDO, Edilene Teresinha. Um ano extraordinário: greves, revoltas e circulação de ideias no Brasil em 1917. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.30, n.61, mai./ago.2017.

VARGAS, João Tristan. A polícia e o movimento operário na Primeira República. *Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – ANPUH*, Londrina, 2005, p.6-7. Disponível em: <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0507.pdf>.

VARGAS, João Tristan. *Ordem liberal e relações de trabalho na Primeira República*. Tese de Doutorado em História, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1999.

ZAIDAN FILHO, Michel. “As origens da Política de Unidade Sindical no Brasil”. *Revista de História*, v.119, São Paulo, 1988.

